



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO/DOCTORADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E
CULTURA

IRME SALETE BONAMIGO

**VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE: ETNOGRAFIA DE
REDES SOCIOTÉCNICAS NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)**

TESE DE DOUTORADO

Rio de Janeiro

Março, 2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO/DOCTORADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E
CULTURA

IRME SALETE BONAMIGO

**VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE: ETNOGRAFIA DE
REDES SOCIOTÉCNICAS NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção do Título de Doutor em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Ronald João Jacques Arendt

Co-orientador no exterior: Prof. Dr. Afrânio Raul Garcia

Rio de Janeiro

Março, 2007

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ / REDE SIRIUS / CEH/A

B 697 Bonamigo, Irme Salete.
Violências na contemporaneidade: etnografia de redes
sociotécnicas na cidade de Chapecó (SC) /Irme Salete
Bonamigo. - 2007.
251 f.

Orientador: Ronald João Jacques Arendt.
Co-Orientador no exterior: Afrânio Raul Garcia.
Tese (doutorado) – Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Instituto de Psicologia.

1. Violência urbana – Teses. 2. Agressividade (Psicologia)–
Teses. 3. Redes de relações sociais – Teses. I. Arendt, Ronald
João Jacques. II. Garcia, Afrânio Raul. III. Universidade do
Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia. IV. Título.

CDU 316.48



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA SOCIAL
CURSO DE MESTRADO/DOUTORADO
LINHA DE PESQUISA: HISTÓRIA, IMAGINÁRIO SOCIAL E
CULTURA

A tese de doutorado **VIOLÊNCIAS NA CONTEMPORANEIDADE: ETNOGRAFIA DE REDES SOCIOTÉCNICAS NA CIDADE DE CHAPECÓ (SC)**, elaborada por IRME SALETE BONAMIGO foi aprovada pelos membros da banca examinadora:

PROF. DR. RONALD JOÃO JACQUES ARENDT (ORIENTADOR) (UERJ)

PROF^a. DR^a. MARCIA MORAES (UFF)

PROF^a. DR^a. MARIA CECÍLIA BOUÇAS COIMBRA (UFF)

PROF. DR. MICHEL MISSE (UFRJ)

PROF^a. DR^a. ROSA MARIA LEITE RIBEIRO PEDRO (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos os colegas do grupo de estudo Psicologia e Construtivismo, coordenado pelo prof. Ronald Arendt, o compartilhamento das dúvidas, a troca de referências e as sugestões que enriqueceram em muito a concepção e a elaboração da pesquisa. Especialmente à Fátima e à Marli, companheiras próximas, apesar da distância física, que através dos contatos virtuais me fizeram sentir acompanhada e apoiada durante todo o percurso que envolveu a produção da tese, através das leituras atentas, das preciosas sugestões e do compartilhar de percepções e sentimentos. À Letícia, à Alexandra e ao Carlos pelas importantes contribuições durante a elaboração do projeto de pesquisa.

Ao Prof. Ronald Arendt pelo acolhimento, apoio, incentivo, orientação e aprendizado proporcionado.

Ao Prof. Afrânio Garcia, por todas as oportunidades que possibilitou para apresentar e discutir a minha pesquisa em Paris e conhecer diferentes caminhos teórico-metodológicos, pela recepção e acompanhamento cuidadoso durante todo período de realização do estágio no CRBC-EHESS, pelos questionamentos levantados, pelas valiosas sugestões relacionadas ao trabalho do campo.

À Prof^a. Márcia Moraes, ao Prof. Michel Misse e à Prof^a. Ana Jacó, pelas sugestões na ocasião da qualificação do projeto, que muito contribuíram para a elaboração da tese.

Ao Vilson, pelas observações importantes na ocasião da apresentação da pesquisa e pelas sugestões bibliográficas.

A todos os professores e funcionários do PPGPS, pelo aprendizado, atenção e carinho em todos os momentos de convivência.

À UNOCHAPECÓ, por proporcionar a realização do doutorado com apoio institucional, via PICDTU, o que permitiu a estrutura e o deslocamento necessário para o cumprimento de todas as fases relativas à obtenção do título.

À CAPES, por ter me concedido a oportunidade de realizar Doutorado Sanduíche na Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, em Paris, através da bolsa de estudo vinculada ao Programa de Doutorado no País com Estágio no Exterior (PDE). Ao CNPq por ter me concedido bolsa de estudo, durante o período em que residi no Rio de Janeiro.

Ao Caio, meu filho, cuja presença torna a minha vida mais feliz, pelo carinho, apoio, atenção e alegria, fundamentais na produção cotidiana da tese.

Ao Clovis, companheiro no percurso da vida, pelo incentivo e afeto nesta jornada conjunta de doutorado, pela leitura e sugestões relacionadas aos textos em produção.

À Cristina, pela amizade que nos une, pelo compartilhar dos encantos e desencantos que caracterizam o cotidiano da vida.

À Dunia pela troca afetiva, pela companhia, pelas longas conversas e caminhadas, pelo incentivo constante.

À Denise, pelos encontros propulsores de potência e de vida.

Ao meu pai, Alduino, pela sua existência, que constitui uma lição de vida. A minha mãe, Vilma (*in memoriam*) pela sua eterna presença guerreira.

Agradeço a todas as pessoas que se tornaram *mediadoras* desta pesquisa, por se disporem ser entrevistadas, por permitirem acesso a documentos, por possibilitarem a observação das suas atividades e por sugerirem modificações ao relatório de pesquisa: as suas palavras e ações compõem a escrita desta tese.

Quando falamos e pensamos, nossas falas e pensamentos já não exprimem uma essência que neles se exterioriza: eles são como que colagens que apenas indicam os padrões das redes que nossas articulações tecem.

(André Parente).

RESUMO

O objetivo deste estudo foi investigar os dispositivos que permitem instituir a "violência" na contemporaneidade como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos (para o seu estudo, o seu combate, a sua divulgação, proteção frente à mesma, atendimento às suas vítimas e atendimento ou punição a seus agentes), na cidade de Chapecó. Para esta finalidade, foram utilizados princípios, regras e propriedades metodológicas da Teoria do Ator-Rede, concebida por Bruno Latour, John Law e Michel Callon, que guiaram a etnografia realizada; a Teoria da Sociedade Global de Riscos, proposta por Ulrich Beck, que permitiu compreender configurações contemporâneas; e noções de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari que possibilitaram focar processos vinculados às gestões das violências, como a mídia e as tecnologias de vigilância e controle.

A "violência" foi constituída como um artefato da pesquisa e conduziu ao conhecimento dos vários sentidos tomados no espaço de sua circulação. No lugar de tomar uma definição *a priori* para relacioná-la ao empírico, o estudo optou por uma forma de compreendê-la, com base nos referenciais escolhidos: não como causa, mas como efeito, configurando redes sociotécnicas que articulam diferentes elementos; não um reservatório que forneceria automaticamente uma explicação, mas o resultado final de um processo, que envolve mediadores em sua fabricação.

A pesquisa foi realizada em Chapecó, cidade de porte médio, localizada no Oeste de Santa Catarina, diferenciando-se dos grandes centros urbanos, nos quais as violências vêm sendo predominantemente estudadas. O trabalho de campo englobou diferentes momentos (2004, 2005 e 2006) e trilhou diferentes caminhos para a coleta de indicadores. O primeiro investigando histórias da cidade e região com ênfase nos estudos referentes a situações que ficaram marcadas como violentas. O segundo observando a cidade como um todo, tendo em vista eventos, atores e coletivos que se constituíram vinculados à categoria "violência". O terceiro focando e descrevendo cinco eventos contemporâneos específicos vinculados às práticas violentas, à gestão das violências, à produção de segurança e à mídia escrita de Chapecó.

A amplitude e a diversidade, abrangidas pela etnografia, evidenciaram que as configurações das práticas violentas se constituem conectadas aos processos de inscrição dessas práticas, aos processos de tradução das categorias que as definem e as estratégias de gestão das violências, que implicam em tecnologias de vigilância e controle. As múltiplas entradas para abordar o tema fizeram ressoar as misturas que envolvem a sua discussão, a infinitude de variáveis em jogo e a multiplicidade que compõe as violências.

Os eventos estudados tornaram perceptível a trama de redes que constituem a "violência" no município, redes que disputam e fazem alianças, conectando uma diversidade de actantes que as fabricam cotidianamente. Dessa forma, a "violência" não deve ser delegada a alguns atores apenas, mas pode ser compreendida como efeito de redes sociotécnicas extensas que articulam diferentes actantes, a partir dos vínculos que os ligam, da tradução dos interesses que os unem e dos traços que inscrevem os seus deslocamentos.

Palavras-chave: violências, contemporaneidade, Teoria do Ator-Rede, Chapecó, redes sociotécnicas.

ABSTRACT

This research's main objective was to investigate the means by which violence can be instituted in contemporaneity as a question constituent and mobilizer of collectives (for its study, combat, divulgation, protection against it, support to the victims and attention and punishment to its agents) in the city of Chapecó. For this finality were utilized principles, rules and methodological properties of the Actor-Network Theory conceived by Bruno Latour, John Law e Michael Callon, who guided the accomplished ethnography; the Global Society of Risks Theory proposed by Ulrich Beck, which allowed one to comprehend contemporaneous configurations; and notions of Michael Foucault, Gilles Deleuze and Felix Guattari, which made possible to focus processes entailed to violence management, like the media and the vigilance and control technologies.

The "violence" was constituted as an artifact of research and conducted to the knowledge of several meanings taken in the space of its circulation. Instead of using a definition *a priori* to relate it to the empirical, this study opted for a way to comprehend it based on the chosen referential: not as a cause but as an effect, configuring socio-technical networks that articulate different elements; not a reservoir which would automatically provide an explanation but the final result of a process that involves mediators in its fabrication.

This research was conducted in Chapecó, a medium size city, located in the west of Santa Catarina State, differentiating from other urban centers where violence has been predominantly studied. The fieldwork involved different moments (2004, 2005 and 2006) and explored different means to collect the indicators. The first one was to investigate histories of the city and region, emphasizing studies related to situations marked as violent. The second was to observe a city as a whole, focusing events, actors and collectives that were constituted entailed to the category "violence". The third one was to focus and describe five specific contemporaneous events entailed to violent practices, violence management, production of security and the written media of Chapecó.

The amplitude and diversity enclosed by ethnography evidenced that the configurations of violent practices are constituted connected to the inscription processes of such practices, to the translation processes of the categories that define it and the violence management strategies which imply control and vigilance technologies. The multiple ways to approach the issue enlightened the mixes that involve its discussion, the infinitude of variables that are in steak and the multiplicity that compose the violence.

The events studied made perceptible the networks that constitute the "violence" in this city, networks that dispute and make alliances, connecting a diversity of actors that fabricate it every day. Thus, the "violence" should not be delegated to a few actors only, but can be understood as an effect of wide socio-technical networks that articulate different actors, from the bonds that connect them, the translation of interests that unite them and the features that inscribe its dislocations.

Key words: violence, contemporaneity, Actor-Network Theory, Chapecó, socio-technical networks.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Capítulo 1: FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E PERCURSOS DA PESQUISA	20
1.1 Ferramentas metodológicas	20
1.1.2 Teoria do Ator-Rede: princípios, regras e propriedades metodológicas	23
1.1.3 O trabalho de campo	31
1.1.3.1 Trilhando diferentes caminhos para a coleta de indicadores	31
1.1.3.2 Elegendo algumas estratégias metodológicas	32
1.2 Percursos da pesquisa	32
1.2.1 Entrando na rede	33
1.2.2 Tensão no campo	34
1.2.3 Aliados da pesquisa	35
1.2.4 Buscando construir versões em oposição a visões	36
Capítulo 2: VIOLÊNCIAS E CONTEMPORANEIDADE	37
2.1 Sobre a categoria violência	37
2.2 Sobre práticas consideradas violentas na contemporaneidade	38
2.3 Contemporaneidade e violências	42
2.3.1 Contemporaneidade e contexto político-social	43
2.3.2 Violências e insegurança social	47
2.3.3 Violências, sentimento de insegurança e política	51
Capítulo 3: A CIDADE DE CHAPECÓ E AS REDES DE VIOLÊNCIAS	53
3.1 A cidade de Chapecó (SC)	55
3.2 Disputas pelas fronteiras	56
3.3 Conflitos pela dominação do território	57
3.4 Imagens do Oeste catarinense	59
3.5 O incêndio da igreja e o linchamento	62
3.6 O processo de constituição do bairro São Pedro	64
3.7 Chapecó: algumas singularidades	65

3.8 As estatísticas oficiais que inscrevem práticas violentas em Chapecó	68
3.8.1 O processo de produção das estatísticas oficiais	70
3.8.2 "Mortalidade por causas externas": o que inscrevem as estatísticas oficiais sobre a cidade de Chapecó?	73
Capítulo 4: A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA VIOLÊNCIA E A CONSTITUIÇÃO DE COLETIVOS	83
4.1 O Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Fórum Chapecoense	84
4.1.1 A produção da demanda e o início da constituição da rede	85
4.1.2 A entrada de novos elementos na rede	86
4.1.3 A constituição do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil	88
4.2 O Núcleo de Estudos sobre Violência (NESVI) da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ	94
4.3 O Centro de Atendimento Integral às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Exploração Sexual (CEVIVI)	95
4.4 O Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV)	98
4.5 A Polícia Comunitária (PC)	104
4.6 O Fórum Permanente pela Paz	113
Capítulo 5: AS TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE E A GESTÃO DAS VIOLÊNCIAS	118
5.1 A Diretoria de Defesa do Cidadão	119
5.2 O Projeto de Instalação de Câmeras de Monitoramento Eletrônico	131
5.3 As Empresas de Segurança Privada	145
Capítulo 6: TECENDO RELATOS, COSTURANDO VERSÕES, COMPONDO CENAS: ETNOGRAFIA DE UM EVENTO VIOLENTO	155
6.1 A escolha do evento	156
6.2 A rede composta pelo evento	157
6.3 O furto	158
6.4 O encontro entre AD, o vigilante e os policiais militares	160
6.5 Na Central de Plantão da Polícia Civil (CPP)	160
6.6 O evento se transforma em reportagem de página policial de um jornal	161
6.7 A compreensão do evento pela vítima do furto	163
6.8 CA dorme no Abrigo Municipal	163

6.9 O encontro de AD com a sua mãe (MA) na Central de Polícia	164
5.10 AD e ME são encaminhados ao Poder Judiciário de Santa Catarina (Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude)	165
6.11 AD e sua <i>rede</i> de relações	166
6.11.1 A família	167
6.11.1.1 A vinda da família para Chapecó	167
6.11.1.2 Escolarização	169
6.11.1.3 Relação de AD com a família	169
6.11.2 A escola	172
6.11.3 A droga	173
6.11.4 A rua	175
6.11.5 O traficante	176
6.11.6 A mercadoria furtada	177
6.11.7 O percurso de AD por estabelecimentos para adolescentes em situação de rua e drogadição e adolescentes em conflito com a lei	179
6.11.7.1 Conselho Tutelar (CT)	179
6.11.7.2 Centro de Internamento Provisório (CIP)	180
6.11.7.3 Centro de Educação Regional (CER)	182
6.11.7.4 Programa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC)	185
6.11.7.5 Casa da Acolhida	188
6.11.7.6 Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)	190
6.11.7.7 Considerações sobre os estabelecimentos e seus efeitos	191
6.11.8 Polícias	192
6.11.9 Outros adolescentes: o grupo	193
6.11.10 Empresas privadas de segurança	193
6.12 A maioria de AD e a sua passagem pelo Presídio Regional de Chapecó	194
Capítulo 7: SEGUINDO AS CATEGORIAS “VIOLÊNCIA” E “SEGURANÇA” NA MÍDIA ESCRITA DE CHAPECÓ	198
7.1 O Clube da Amizade, a briga entre cinco jovens, a bala perdida que atingiu LA e a Segurança Pública de Chapecó: algumas traduções	200
7.1.1 A fabricação de um vilão ou a delegação de vilania a um ator do evento	201
7.1.2 Outras traduções	202
7.1.3 A fabricação do herói ou a delegação de heroísmo a um ator	203
7.1.3.1 O esboço de um quadro trágico para Chapecó	204

7.1.3.2 Estabelecendo uma aliança entre a “sociedade” e a segurança pública	204
7.1.3.3 Ressaltando a força de um ator para enfrentar o quadro trágico	205
7.1.4 Jovens como vilões e vítimas	205
7.1.5 A aliança torna-se explícita	205
7.1.6 A produção de “segurança”	207
7.1.7 Deixando entrever o actante “espaço cultural para os jovens”	207
7.1.8 A tradução do fechamento do Clube da amizade	208
7.1.9 Reforçando traços de vilania ao Clube da Amizade	208
7.1.10 A versão de outro jornal	208
7.1.11 A reação do proprietário do Clube da Amizade: medindo força com o prefeito	209
7.2 As Assessorias de Imprensa	212
7.3 Outros sentidos e práticas associados às categorias “violência” e “segurança” na mídia escrita de Chapecó.	213
7.3.1 “Violência” e “segurança” associadas à escola	213
7.3.2 “Violência” e “segurança” associadas ao trânsito	215
7.3.3 As categorias “violência” e “segurança” associadas aos coletivos que as veiculam	216
7.3.4 “Violência” associada a uma situação singular de denúncia de crime por familiares, parentes e amigos de uma vítima de assassinato	220
7.3.5 Artigos sobre “violência” veiculados por profissionais	221
7.4 O processo de produção das notícias sobre “violência”	222
7.5 A produção da página policial	225
CONSIDERAÇÕES FINAIS	229
REFERÊNCIAS	234
ANEXO 1: LISTA DE DOCUMENTOS COLETADOS DURANTE A PESQUISA	246
ANEXO 2: TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	249

INTRODUÇÃO

O interesse em estudar violências¹ surgiu no meu trabalho como professora da disciplina Psicologia Social na Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ), através da abordagem de temas afins em sala de aula, da observação do aumento da veiculação deste tema na mídia local e da demanda comunitária referente à discussão sobre o mesmo. Em 1999, fui convidada para compor, junto com professores dos cursos de Serviço Social, Direito e Enfermagem da universidade citada, um grupo de estudos sobre violências, que se tornou, em 2000, o Núcleo de Estudos sobre Violência (NESVI) e, em 2003, o Grupo de Pesquisa sobre Violência. No cotidiano da sala de aula e como componente deste grupo, pude perceber a complexidade deste tema, as múltiplas possibilidades teóricas de estudo e a naturalização e homogeneização na utilização do termo "violência"².

A denominação "violência" está naturalizada. A mesma palavra é utilizada para referir-se a diversas situações e a diferentes significados, configurando-se um processo de generalização e homogeneização do fenômeno. A "violência" tem se destacado como um dos grandes temas de discussão do nosso cotidiano. Diariamente, os meios de comunicação apresentam um balanço da "violência", com informações sobre as mais recentes vítimas de assaltos, crimes, conflitos, mortes e comportamentos diversos.

No entanto, as violências urbanas dizem respeito a uma multiplicidade de eventos vinculados à contemporaneidade, com motivações muito diferentes contextualizadas em uma diversidade de espaços. Como abranger a diversidade e a multiplicidade que compõem o tema escolhido?

A entrada no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ (PPGPS), as disciplinas cursadas e a inserção no Grupo de Pesquisa Psicologia e Construtivismo,

¹ Utilizo violências no plural para dar ênfase às múltiplas possibilidades de definição que o termo comporta.

² Uso a palavra violência entre aspas para referir-me à forma predominante como a mesma tem sido utilizada na contemporaneidade e problematizar a idéia de essência remetida pelo termo, principalmente quando precedido pelo artigo definido "a" ou pela preposição "da" (**a** violência, **da** violência).

coordenado pelo professor Ronald Arendt, possibilitaram o contato com referenciais teórico-metodológicos que abriram novas perspectivas ao estudo das violências na contemporaneidade. Destacaram-se no conjunto desses referenciais: a Teoria do Ator-Rede, situada no campo da sociologia das ciências, e a Teoria da Sociedade Global de Riscos, proposta por Ulrich Beck. Ambas, por fundamentarem-se em uma concepção não dicotômica e não essencialista das relações natureza-cultura, sujeito-objeto e indivíduo-sociedade, permitiram conceber e analisar as violências a partir de um olhar não-moderno³. Estes referenciais conectaram-se a noções cunhadas por Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari, que já vinham sendo por mim utilizadas como ferramentas de estudo.

A Teoria do Ator-Rede (TAR)⁴ permitiu seguir a construção e a fabricação dos fatos⁵ e acompanhar atores sem impor-lhes uma definição anterior. Tornou-se possível, através da TAR, descrever associações heterogêneas e os mecanismos de sua consolidação ou transformação, não reduzindo seus efeitos nem a um ator, nem a uma rede. Nesse sentido foi possível desviar o foco da "violência" com uma essência em si, e focar práticas, discursos, sentidos e inscrições⁶ contextualizados em um *coletivo*, constituído por humanos e não-humanos⁷. As violências puderam ser pensadas, então, como resultado de diferentes formas de fabricação. Fabricação de práticas, de discursos, de significados e de inscrições. Dessa forma, passei a conceber as violências em Chapecó como efeito de redes compostas por elementos heterogêneos, híbridos de natureza-cultura, de humanos e não-humanos, do científico, do político e do tecnológico e investiguei, além das práticas violentas, o processo de *inscrição* dessas práticas, o processo de *tradução*⁸ da categoria e as estratégias de gestão que implicam tecnologias de vigilância e controle.

³ *Não-moderno* é um termo utilizado por Latour (1994) não para negar a modernidade, mas para referir-se a um modo de tangenciar as dicotomias modernas, como as mencionadas.

⁴ Também denominada por Latour (2006) de Sociologia do Ator Rede.

⁵ Fatos são considerados aqui "não como aquilo que já se acha presente no mundo, tal qual se dá no linguajar comum, mas como resultado tardio de um longo processo de negociação e institucionalização. Isso não limita sua certeza, ao contrário, fornece todo o necessário para que se tornem indiscutíveis e óbvios. A condição de indiscutível é o ponto final e não o começo, como na tradição empirista" (LATOUR, 2001, p. 349-350).

⁶ Inscrição é o "termo geral referente a todos os tipos de transformação que materializam uma entidade num signo, num arquivo, num documento, num pedaço de papel, num traço" (LATOUR, 2001, p. 350).

⁷ Latour utiliza o termo não-humano, em sua etnografia da prática científica, para referir-se aos equipamentos, materiais, artefatos de inscrição, e armazenamento dos dados científicos. Para o autor, esse conceito só significa algo em suas relações com os humanos. "Associações de humanos e não-humanos aludem a um regime político diferente da guerra movida contra nós pela distinção entre sujeito-objeto" (LATOUR, 2001, p. 352). Posso citar como exemplo de não-humanos, que se associam a humanos, em práticas violentas: a arma e a droga; na evitação da violência: cercas, alarmes, câmeras de vigilância; na leitura do fenômeno violência: índices oficiais, tabelas e levantamentos estatísticos sobre práticas violentas.

⁸ Também denominada de translação. "Em suas conotações lingüísticas e material, refere-se a todos os deslocamentos por entre outros atores cuja mediação é indispensável à ocorrência de qualquer ação. Em lugar de uma rígida oposição entre contexto e conteúdo, as cadeias de translação referem-se ao trabalho graças ao qual

Latour (2001) considera mais adequado utilizar o termo *coletivo* que o termo *sociedade*, pois pretende enfatizar as associações de humanos e não-humanos e a palavra sociedade é predominantemente utilizada para evidenciar relações sociais, das quais os não-humanos são excluídos. Para Latour, a sociedade torna-se incompreensível sem a presença dos não-humanos. Além disso, o autor utiliza o termo *actante* para substituir o termo agente ou ator e abranger também os não-humanos. Um actante pode ser definido como qualquer pessoa, instituição ou coisa que tenha agência, que produza efeito no mundo. Neste estudo, utilizo os termos ator, agente e actante como sinônimos.

A Teoria da Sociedade Global de Riscos, proposta por Beck, por sua vez, possibilitou conceber as violências como configurações contemporâneas. O processo de globalização tem gerado transformações no contexto político-social no que diz respeito ao papel do Estado, à emergência de novos atores no cenário mundial e às vivências individuais e coletivas no cotidiano das pessoas. Focar a questão da “violência” no cenário contemporâneo, portanto, impôs modificações no que diz respeito à abordagem do objeto de estudo. Como conceber as violências, hoje, desvinculadas da imprevisibilidade e dos riscos que compõem o mundo atual? É possível diferenciar as práticas violentas efetivas da insegurança que sentimos, diante da possibilidade de sofrer atos violentos, que, por vezes, ameaçam a nossa integridade física, moral e a de nossos bens?

A incerteza e a imprevisibilidade das práticas violentas no mundo atual conectaram-se com a incerteza e a insegurança que caracterizam a *sociedade de risco*, discutida por Beck. Passei a analisar, então, as categorias violência e insegurança de forma conjunta, à luz das mudanças contemporâneas. Para tanto, tornou-se importante conceber as violências como efeito do coletivo, articuladas à sua intrincada *rede* de acontecimentos e indissociáveis dos elementos heterogêneos que as compõem. Também foram rejeitadas dicotomias como: centro/periferia, ordem/desordem, normalidade/desvio, dentro/fora, bem/mal.

Ainda, as noções de *subjetividade*, cunhadas por Felix Guattari, de *sociedade disciplinar* e *governamentalidade*, propostas por Michel Foucault, de *sociedade de controle* e *rizoma*, concebidas por Gilles Deleuze, possibilitaram focar e compreender alguns processos contemporâneos vinculados à gestão das violências, como a mídia e as tecnologias de vigilância e controle.

Para poder definir melhor o problema da pesquisa, realizei um trabalho de campo em julho de 2004, na cidade de Chapecó (SC), cenário deste estudo, durante a elaboração do

atores modificam, deslocam e transladam seus vários e contraditórios interesses” (LATOURE, 2001, p. 356). Voltarei a discutir esta noção no capítulo quatro.

projeto de pesquisa. Como resultados dessa fase de pesquisa, além de indicadores atuais, emergiram algumas informações sobre histórias da cidade e da região, mais especificamente sobre o povoamento e alguns períodos do desenvolvimento da cidade relacionados a acontecimentos que ficaram marcados como violentos. A pesquisa exploratória permitiu conhecer o campo da pesquisa e mapear possibilidades de investigação quanto ao objeto de estudo. Ainda, abriu possibilidades de conexões entre as diferentes histórias narradas e entre indicadores do passado e do presente. Forneceu, também, elementos para a elaboração do problema de pesquisa e possibilitou traçar possíveis caminhos a serem percorridos.

Apesar de, nas histórias sobre Chapecó, várias situações poderem ser nominadas hoje como violentas, as mesmas não eram referidas desta forma, mas como conflito, dominação, banditismo, criminalidade, expropriação, linchamento, uso da força física, dentre outras denominações. A categoria violência apenas recentemente passou a ser utilizada de forma ampla, abrangendo diversas situações. No final da década de 90, houve a constituição de vários coletivos⁹ tendo a "violência" como foco, no que diz respeito ao seu estudo, ao seu combate, à sua divulgação, à sua gestão, atendimento às suas vítimas, punição aos seus agentes e visando proteção frente à possibilidade das pessoas serem atingidas pela mesma. Portanto, apenas a partir do final da década de 90 a "violência" passou a ser utilizada como uma categoria ampla em Chapecó, abarcando várias formas de expressão (violência sexual, violência doméstica, homicídios, violência contra o patrimônio, desigualdade social, dentre outras) e se instituiu como uma questão que possibilitou constituir e mobilizar coletivos.

Com base nesses indicadores, defini o **problema da pesquisa** como segue: quais são os dispositivos¹⁰ que possibilitam instituir a "violência", na contemporaneidade, como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos, no município de Chapecó?

A observação da constituição de coletivos permitiu identificar a tessitura de *redes* em torno da "violência" na última década, na qual *actantes* foram mobilizados.

Rede é uma das noções centrais da Teoria do Ator-Rede¹¹ e o seu uso permite evidenciar o hibridismo presente nas associações que se configuram: mistura entre humanos e

⁹ O termo coletivo é utilizado aqui, com base em Latour (2001), para indicar as associações que se estabeleceram entre humanos e não-humanos tendo a "violência" como foco, ou seja, associações entre pessoas, instituições, discursos, textos, estatísticas, entre outros elementos heterogêneos.

¹⁰ Foucault (1993) define dispositivo como um conjunto heterogêneo que abrange: "[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos" (p. 244). Segundo Hernández (2003), a noção de dispositivo, utilizada como recurso conceitual pela sociologia das ciências, é proveniente da filosofia de Foucault.

¹¹ A noção de rede baseia-se em Latour (1994) e Law (1992) e será discutida nos Capítulos 1 e 4.

não-humanos, sujeitos e objetos, natureza e cultura. A *rede* é marcada por uma forte heterogeneidade e se caracteriza tanto pelo conjunto de relações entre pontos ou nós, quanto por conexões e agenciamentos internos, não possuindo limites externos. Sua abertura possibilita crescer para todos os lados e direções.

Optar por estudar as violências contextualizadas em um coletivo, sendo fabricadas e recebendo um sentido pelos *actantes* que compõem esse coletivo, concebendo as associações em forma de rede sociotécnica, significou abranger o impreciso e o indeterminado presente nos processos, sem início, meio e fim e sem fixações *a priori*. Significou conceber as relações como distribuídas em um espaço fluido, assumindo a forma de rizomas¹² ao se espalharem de maneira desordenada em várias direções, produzindo novas ramificações.

Escrever uma tese equivale a fazer funcionar um laboratório. O texto “é um lugar para testes, experimentos e transformações” e não “uma janela transparente, transportando sem deformação a informação” sobre o estudo (Latour, 2006, p. 217¹³).

A forma de elaboração deste texto buscou traçar uma *rede*, composta por acontecimentos, bifurcações e *traduções* que configuraram elos e descreveram ações, nos quais os participantes foram tratados como *mediadores* da pesquisa e denominados de *actantes*. “Os mediadores transformam, traduzem, distorcem, e modificam o sentido ou os elementos que eles supõem transportar” (LATOURE, 2006, p. 58). Ainda, é importante esclarecer, com base em Latour (2006, p. 192), que a *rede* não é aquilo que foi descrito, mas uma ferramenta que ajudou descrever, sendo um conceito e não uma coisa e implicou alguns aspectos: a) um conjunto de pontos que se encontram conectados, estas conexões são traçáveis e podem ser empiricamente seguidas; b) entre as conexões há vazios; c) conservar essas conexões demanda esforço; d) a rede é o traço deixado, por uma circulação, pela *tradução*. A rede composta pela tese, através da mediação da escrita, buscou estender os acontecimentos do campo da pesquisa até o acontecimento da leitura, para o leitor.

Os capítulos conectados a esta *rede* foram elaborados tendo em vista a articulação dos vários elementos implicados na configuração do tema em estudo, advindos do campo da pesquisa e associados a noções e discussões já estabilizadas em estudos precedentes (Adorno, 2005; Chesnais, 1981; Coimbra, 2001; Diógenes, 1998; Michaud, 1999; Misse, 1997, 1999, 2006; Pedro, 2005, 2003; Waiselfisz, 1999, 2006; Wieviorka, 2004; dentre outros).

¹² Sobre as similaridades entre a noção de rede e a noção de rizoma ver Latour (1993) e Kastrup (1999). As noções serão discutidas no Capítulo 1.

¹³ Tradução minha.

No primeiro capítulo descrevi as ferramentas teórico-metodológicas que possibilitaram o estudo, destacando os princípios, regras e propriedades metodológicas, que me guiaram no trabalho de campo, os caminhos que trilhei no campo da pesquisa, as estratégias metodológicas que utilizei e algumas situações que vivi.

No capítulo dois, a partir do sentido etimológico do termo, analisei as múltiplas possibilidades de definição da palavra violência e as práticas consideradas violentas na atualidade. Esclareci que ao rejeitar uma definição de “violência” *a priori*, optei por apreender os sentidos que a categoria comporta no espaço de realização da pesquisa, levando comigo apenas uma determinada forma de compreendê-la, com base nos referenciais teórico-metodológicos adotados. Discuti, ainda, a contemporaneidade, com base na Teoria da Sociedade Global de Riscos e estabeleci conexões com vivências relacionadas às violências.

No capítulo três, apresentei Chapecó (SC) e utilizei a abordagem rizomática, proposta por Law (2002), para apresentar as narrativas colhidas. Assim, múltiplas histórias foram contadas como rizomas que se difundiram para todas as direções, com interseções locais e heterogêneas. Ainda, focalizei as estatísticas oficiais sobre práticas violentas como um *actante* das redes vinculadas à produção da “violência” e como um dispositivo de *inscrição* das mesmas. Discuti indicadores do registro de práticas violentas da cidade, a partir do recorte da “mortalidade por causas externas” e problematizei afirmações generalizantes e homogeneizantes relacionadas ao aumento crescente da “violência” em Chapecó.

No capítulo quatro, descrevi a emergência e o fortalecimento da “violência” em Chapecó, como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos. O acompanhamento da constituição dos coletivos evidenciou o fortalecimento da categoria violência e a ampliação da sua significação, mostrou ainda peculiaridades relacionadas à composição, estabilização e extensão das *redes* constituídas.

No capítulo cinco discuti as tecnologias de vigilância e controle como estratégia de gestão das violências, a partir do acompanhamento de três eventos: a criação da Diretoria de Defesa do Cidadão pelo Governo Municipal, o Projeto de Instalação de Câmeras de Vigilância e o aumento de Empresas de Segurança Privadas na cidade. A descrição dos eventos permitiu identificar a circulação da categoria violência vinculada aos danos causados ao patrimônio público e privado, como também singularidades referentes ao processo de venda e consumo de “segurança”.

No capítulo seis compus a etnografia de um evento violento, que envolveu um furto cometido por uma criança e dois adolescentes e possibilitou acompanhar a trajetória de AD, na época com 17 anos. A descrição do evento evidenciou cenas, relatos e versões, permitindo

apreender um pouco da multiplicidade presente tanto nas práticas violentas como no processo de gestão da “violência”.

No capítulo sete abordei a mídia escrita de Chapecó, a partir das categorias “violência” e “segurança” e abrangei: o acompanhamento de um evento a partir de diferentes *traduções* veiculadas por três jornais locais; a discussão sobre as assessorias da imprensa; a análise de diferentes reportagens que veiculam as categorias “violência” e “segurança” e o processo de produção das notícias sobre violências de um jornal local. O acompanhamento das reportagens possibilitou conhecer alguns processos produtores de subjetividade no que diz respeito à “violência” e à “segurança” e alguns efeitos vinculados.

Para finalizar, sem a pretensão de concluir, tecei algumas considerações referentes ao processo da pesquisa e a abordagem do tema estudado.

Esta tese propõe-se a contribuir com o estudo das violências na contemporaneidade a partir de dois movimentos. Primeiro, constitui como cenário da pesquisa a cidade de Chapecó, de porte médio, que se diferencia dos grandes centros urbanos do país, nos quais as violências têm sido predominantemente estudadas. Segundo, compõe as violências como o objeto de estudo da Psicologia Social, recorrendo a contribuições de abordagens situadas em áreas de conhecimento afins (Teoria do Ator-Rede, Teoria da Sociedade Global de Risco, noções de Foucault, Deleuze e Guattari). A tradução desses referenciais para investigar as violências no espaço escolhido conduziu à valorização dos detalhes, fazendo emergir pequenos caminhos, eventos peculiares, atores inesperados, que se configuraram no momento da pesquisa. Esses dois movimentos resultaram na descrição minuciosa de eventos e coletivos cujas singularidades podem auxiliar na compreensão do tema e na elaboração de políticas públicas vinculadas às violências e à segurança.

CAPÍTULO 1

FERRAMENTAS METODOLÓGICAS E PERCURSOS DA PESQUISA

[...] os estudos científicos tornaram-se reféns da grande passagem de Ciência para aquilo que poderíamos chamar de Pesquisa [...] Se a Ciência possui certa frieza, distanciamento, objetividade, isenção e necessidade, a Pesquisa parece apresentar todas as características opostas: ela é incerta, aberta, às voltas com problemas insignificantes como dinheiro, instrumentos e *know-how*, incapaz de distinguir até agora o quente do frio, o subjetivo do objetivo, o humano do não-humano. Se a Ciência prospera agindo como se fosse desvinculada do coletivo, a Pesquisa é vista antes como uma *experimentação coletiva* daquilo que humanos e não-humanos, juntos, podem suportar.
(LATOURE, 2001, p. 33-34)

Tendo em vista a pesquisa como uma experimentação coletiva - que envolveu humanos e não-humanos, eventos, ações e inscrições – descrevo, neste capítulo, os caminhos que percorri e as ferramentas que tornaram possível a sua construção. Pois, mesmo rejeitando um enquadre teórico prévio à pesquisa de campo de maneira a poder olhar diretamente o que nele fluía, deixando prevalecer a descrição, levei comigo, como ferramenta, um certo modo de olhar e apreender o que estava sendo investigado; um jeito de observar, interagir e descrever coletivos, ações, eventos e actantes, que a partir de sua redes fabricam a “violência” em Chapecó em suas práticas cotidianas: no processo de inscrição, nas estratégias de prevenção, na elaboração ou tradução das categorias que a definem, na mobilização de denúncias que geram visibilidade e no exercício da sua gestão.

1.1 Ferramentas metodológicas

Considerando o texto como um dos *mediadores* da pesquisa, que a partir de uma narrativa traduz os indicadores construídos, fazendo parte da experimentação coletiva, concebo os dispositivos teórico-metodológicos que me guiaram no campo e que me auxiliaram na articulação dos diferentes elementos na escrita, como ferramentas do estudo, conforme sugerido por Foucault e Deleuze (1993, p. 71):

Uma teoria é como uma caixa de ferramentas. (...) é preciso que sirva, é preciso que funcione. E não para si mesma. Se não há pessoas para utilizá-la, a começar pelo próprio teórico que deixa então de ser teórico, é que ela não vale nada, ou que o momento ainda não chegou. Não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas.

Nesse sentido, a teoria não aplicou uma prática, pois ela mesma constituiu uma prática. E, cabe enfatizar, com base em Latour (2006, p. 208), ferramentas “nunca são ‘meras’ ferramentas prontas para serem aplicadas, elas sempre modificam os objetivos que você tinha em mente”, entram em relação, produzem efeitos que não se poderia obter por qualquer outra teoria ou noção. Como exemplifica o autor, faz muita diferença desenhar com um lápis de chumbo ou de carvão vegetal, cozinhar uma torta com um forno a gás ou com um forno elétrico.

Entendo, ainda, a utilização de uma teoria como um processo de tradução/traição (LAW, 1999). Conhecer uma teoria, experimentar uma teoria, implica em similaridades e continuidades, mas também em diferenças, em deslocamento, em transformação. Ao ser colocada em um lugar diferente, ao ser introduzida em uma rede diferente, ao ser traduzida, uma teoria é modificada.

Esta pesquisa pode ser definida como etnográfica. Segundo Johnson (1997, p. 101), a etnografia busca uma descrição "da vida social e da cultura em um dado sistema social, baseada em observação detalhada do que as pessoas de fato fazem". Embora tenha se constituído inicialmente como método de investigação nos estudos desenvolvidos pela antropologia envolvendo culturas tribais, a etnografia também é utilizada em outras áreas de conhecimento como a sociologia e a psicologia social para estudar grupos, organizações e instituições. De acordo com Turato (2003), a pesquisa etnográfica utiliza um conjunto de métodos como a observação participante, a entrevista e a análise documental e exige do pesquisador um contato duradouro com os agentes pesquisados e o campo de pesquisa.

Boumard (1999) distingue a etnografia entendida como método e a etnografia entendida como postura. O método etnográfico centra-se nas técnicas de trabalho de campo, enquanto que a postura etnográfica ressalta os contextos, as situações, as perspectivas. Para o autor, a idéia é ir ao campo e não fazer dele “o elemento da administração da prova, mas o material indispensável para que o discurso sobre o outro tenha sentido, eis aí o que fundamenta a postura etnográfica” (p. 2). Ainda destaca que “as técnicas de campo só ganham sentido a partir da descrição que dele se fizer, e a noção de descrição amplia o conceito de etnografia, não mais como um simples método de observação, mas como uma metodologia global” (BOUMARD, 1999, p. 2).

O campo da pesquisa foi concebido como mais amplo que o “trabalho de campo” - no qual se estabelece contato específico com o espaço, eventos e *actantes* participantes do estudo -, pois englobou também a articulação de todos os outros elementos implicados na configuração do tema em estudo: uma pluralidade de seres, de tempos e de lugares.

Latour (1997) ressalta que nos estudos etnográficos, o campo, ao tomar “a forma de uma rede” (p. 31), possibilita ao pesquisador viajar pelos lugares por onde se estendem as suas malhas. No caso do estudo das violências em Chapecó, a investigação abrangeu diferentes lugares onde pude acompanhar a fabricação e o fortalecimento da categoria “violência”, a gestão das violências e a inscrição de práticas violentas: pesquisas, textos, bibliotecas, internet, leis, jornais, televisão, ruas, residências privadas, gabinete da prefeitura, diferentes salas de órgãos públicos e privados, câmara dos vereadores, clínicas de atendimento, prisão, estabelecimentos para adolescentes em conflito com a lei, dentre outros.

Além do problema da pesquisa, já descrito na introdução, elegi também algumas questões de pesquisa que contribuíram para orientar o processo de investigação:

- 1) Que *redes* foram tecidas em torno da categoria "violência" na última década e quais os *actantes* vinculados às mesmas?
- 2) Quais os efeitos das ações dos *actantes* na *rede*?
- 3) Como a "violência" tem sido definida e mostrada pela mídia escrita e eletrônica do município e quais seus efeitos na *rede*?
- 4) Quais as categorias que as pessoas entrevistadas e os documentos pesquisados utilizam para referir-se às violências e quais os significados atribuídos às mesmas?
- 5) Quais os recursos do estado, município, ou outros órgãos para programas vinculados à "violência" e as práticas efetivadas pelos mesmos?
- 6) Quais as estatísticas oficiais sobre "violência" existentes no município? Como esses dados foram produzidos? Como são realizados os registros? Quais os tipos de dados registrados? Como esses indicadores são utilizados pelos diferentes atores pra traduzir interesses e construir suas *redes*?

O objetivo da pesquisa foi descrever e analisar dispositivos que permitem instituir a "violência" na contemporaneidade como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos (para o seu estudo, o seu combate, sua divulgação, proteção frente à mesma, atendimento às suas vítima e atendimento ou punição a seus agentes), na cidade de Chapecó (SC). Para tal, utilizei princípios, regras e propriedades metodológicas da Teoria do Ator-Rede, que me guiaram na etnografia realizada. A relação de afinidade entre a postura etnográfica e a Teoria do Ator-Rede decorre da necessidade da presença constante e duradoura do pesquisador no

campo, seguindo os atores em seu cotidiano para descrever o modo como eles compõem e estabilizam *redes*, como eles constroem e explicam o mundo.

1.1.2 Teoria do Ator-Rede: princípios, regras e propriedades metodológicas

A Teoria do Ator-Rede ou Sociologia do Ator-Rede, conforme denominação recente de Latour (2006), situa-se no campo da sociologia das ciências, que se constituiu, como o próprio nome indica, voltada para o estudo das ciências. No entanto, cunhou um certo modo de conceber e investigar o mundo que ultrapassa o estudo das práticas científicas, possibilitando analisar outros fenômenos que configuram a contemporaneidade. Considero que a sociologia das ciências compõe um referencial teórico-metodológico de conhecimento que contribui para a psicologia social, ao permitir uma visão *não-moderna*, ou seja, uma visão não dicotômica e não essencialista de entidades como: indivíduo-sociedade, natureza-cultura e sujeito-objeto. Dessa forma, o referencial possibilita abordar, de forma inovadora, questões importantes para a psicologia social, como as violências.

A sociologia das ciências, segundo Dosse (2003), é uma disciplina inédita, que se situa na intersecção da sociologia e das ciências exatas e "se coloca no próprio coração da invenção científica em surgimento" (p. 26). Latour (1994) assim define esta área de conhecimento:

Por falta de opções, nos autodenominamos sociólogos, historiadores, economistas, cientistas, políticos, filósofos, antropólogos. Mas, a estas disciplinas veneráveis, acrescentamos sempre o genitivo: das ciências e das técnicas. *Sciences studies* é a palavra inglesa; ou ainda este vocábulo por demasiado pesado: "Ciências, técnicas, sociedades". Qualquer que seja a etiqueta, a questão é sempre a de reatar o nó górdio atravessando, tantas vezes quantas forem necessárias, o corte que separa os conhecimentos exatos e o exercício do poder, digamos a natureza e a cultura. (p. 8-9)

Há muitos pesquisadores reunidos em torno dos *Sciences Studies*, em instituições universitárias da Europa, da América do Norte e da América Latina ou em centros de pesquisas como o Centre de Sociologie de L'Innovation, o European Association for the Study of Science and Technology e a 4S - Society for Social Studies of Science. Entretanto, neste estudo, utilizo principalmente as contribuições de seus principais fundadores: Bruno Latour, Michel Callon e John Law.

Latour (1994) utiliza o termo moderno não para identificar um período histórico, mas para marcar um certo modo de funcionamento, uma forma específica de dar sentido ao mundo. A designação **moderno** refere-se a dois conjuntos de práticas que se diferenciam entre si. O primeiro conjunto de práticas "cria por 'tradução', misturas entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura" (p. 16), correspondendo ao que denominou de *redes*. O segundo conjunto de práticas "cria por 'purificação' duas zonas

ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos de um lado e a dos não-humanos, de outro" (p. 16), correspondendo ao que chamou de *crítica*.

O primeiro, por exemplo, conectaria em uma cadeia contínua a química da alta atmosfera, as estratégias científicas e industriais, as preocupações dos chefes de Estado, as angústias dos ecologistas; o segundo estabeleceria uma partição entre um mundo natural que sempre esteve aqui, uma sociedade com interesse e questões previsíveis e estáveis, e um discurso independente tanto da referência quanto da sociedade. (LATOUR, 1994, p.16).

Para Latour, um dos efeitos da modernidade é considerar separadamente estas práticas, é dividir em pequenos compartimentos específicos as ciências, a economia, a política, a religião, o sexo, as generalidades, o local, o global, os humanos, os não-humanos, a natureza, a cultura. O autor denomina como não-modernidade a postura de desviar a atenção simultaneamente para o trabalho de purificação e de tradução, traçando o espaço simétrico e restabelecendo o entendimento comum que organiza a separação dos poderes naturais e políticos. A não-modernidade não é para Latour a negação da modernidade, mas um modo de passar ao largo das dicotomias modernas, percebendo as misturas, tecendo as misturas através das redes.

Epistemologicamente a abordagem situa-se em uma posição equilibrada entre realismo e construtivismo. Latour (2003) deixa claro que não precisamos nos debater frente à escolha cominatória entre acreditar na realidade¹⁴ ou no que é construído, pois ambos existem. A realidade é ao mesmo tempo construída e real. O autor considera que o construtivismo é uma possibilidade de defesa frente aos fundamentalismos, pois estes negam as entidades construídas e mediadas. No entanto, Latour não entende construção apenas como construção social, ele inclui também a construção resultante da ação dos cientistas "naturais"¹⁵.

Um dos princípios que fundamenta a Teoria do Ator-Rede é o da simetria generalizada, sendo imprescindível a sua presença no estudo das *redes*, segundo Latour (2000a). Ele foi formulado inicialmente por David Bloor como um dos quatro princípios do Programa Forte da Sociologia do Conhecimento¹⁶, significando que os padrões de explicação das teorias não deviam diferir entre si, quando se tratava do erro ou do acerto. Como afirma Latour e Woolgar (1997, p. 23)

A doutrina de Bloor é límpida mesmo quando exige praticamente o abandono de toda a filosofia da ciência: ou as explicações sociais, psicológicas, econômicas são

¹⁴ Como podemos duvidar da realidade? Questiona Latour (2003), e afirma que basta olharmos ao nosso redor para constatarmos que somos realidade e estamos imersos nela. O fato de vivermos em um mundo de nossa própria construção não o faz menos real, pois até as ideologias mais loucas têm conseqüências reais.

¹⁵ Latour (2001) não considera natureza "como o palco racional externo da ação humana e social, mas como resultado de um acordo [...]" (p. 352).

¹⁶ Além da simetria, os outros princípios propostos são: causalidade, imparcialidade e reflexividade. Ver Palácios (1994).

usadas apenas para explicar por que um cientista enganou-se, e então elas não têm valor, ou devem ser empregadas simetricamente, de modo a explicar porque esse cientista errou e por que aquele acertou. Fazer sociologia para compreender por que os franceses acreditam na astrologia, mas não para compreender por que acreditam na astronomia, isso é assimétrico. [...] Ou bem é possível fazer uma antropologia do verdadeiro, assim como do falso, do científico, como do pré-científico, do central, como do periférico, do presente, como do passado, ou então é inútil dedicar-se à antropologia, que nunca passaria de um meio perverso de desprezar os vencidos [...]

Latour, na sua etnografia de um laboratório, ao estudar as práticas dos cientistas, vai além do princípio de simetria desenvolvida por Bloor. Além de aplicá-lo ao verdadeiro e ao falso, propõe tratar de modo igual e nos mesmos termos a natureza e a sociedade, afirmando um princípio de simetria generalizado, conforme explica o autor referindo-se à pesquisa de campo: "o trabalho de campo que aqui apresentamos é, por conseguinte, duas vezes simétrico; aplica-se ao verdadeiro e ao falso, esforça-se por reelaborar a construção da natureza e da sociedade" (LATOURE e WOOLGAR, 1997, p. 24).

Latour (1994) afirma a necessidade de partir da explicação simultânea da natureza e da sociedade, destacando que se tem por hábito fazer recair na sociedade todo o peso das explicações, colocando a natureza entre parênteses, ação que resulta na manutenção de um esquema assimétrico. O autor propõe que o pesquisador situe-se em um ponto médio, do qual possa acompanhar, ao mesmo tempo, a atribuição de propriedades humanas e não-humanas. O ponto privilegiado de estudo seria o centro, de onde se tecem as *redes*, através dos quase-objetos:

Tudo muda de figura, conforme descobrimos, quando, ao invés de alternar sempre entre os dois pólos da dimensão moderna, apenas, nós descemos ao longo da dimensão não moderna. O não-lugar impensável torna-se o ponto de irrupção, na Constituição, do trabalho de mediação. Longe de estar vazio, é lá que os quase-objetos, quase-sujeitos proliferam. Longe de ser impensável, torna-se o terreno de todos os estudos empíricos realizados sobre as redes. (LATOURE, 1994, p. 95).

O autor propõe transformar o ponto de separação entre o sujeito/objeto, natureza/cultura no ponto de partida da pesquisa que leva a esses extremos. Os quase-objetos, que não possuem características de objetos naturais ou humanos, possibilitam sair do debate entre realismo e construtivismo e definem relações sociais não socializadas e relações naturais não naturalizadas:

O objeto agora emergente é um objeto completamente novo que não tem o clássico traço de objetividade. Como Serres diz, é um 'quase-objeto' porque ele não possui as características de um objeto natural. Por exemplo, o que é o calor antropogênico? É claro, ele é humano: é socialmente construído, porque é o calor produzido pela nossa poluição; mas ele tem a escala do planeta, logo é um fenômeno natural. Sim, nossa poluição humana e o cosmos não-humano estão completamente relacionados". (LATOURE, 1993, p. 260)

Portanto, o princípio de simetria generalizada propõe tratar de modo igual e nos mesmos termos a natureza e a sociedade e aplicar um tratamento similar ao verdadeiro e ao falso, ao vencedor e ao perdedor. Qualquer divisão *a priori* deve ser rejeitada. Dessa forma, segundo Callon (1986), o pesquisador deve explicar os pontos de vista conflitantes nos mesmos termos. As controvérsias envolvem misturas de sociedade e de natureza, do científico, do político e do tecnológico; o observador, portanto, deve usar um único repertório para descrevê-las, não mudando os registros quando passa dos aspectos técnicos para os aspectos sociais. Igual importância deve ser dada à ação dos humanos e não-humanos na *rede*.

Callon, além do princípio de simetria generalizada, propõe mais dois princípios metodológicos para o estudo das *redes*: agnosticismo e livre associação. O princípio denominado de agnosticismo define que o pesquisador diante de uma controvérsia deve acompanhar os atores nela engajados. Isto é, considerar todos os argumentos usados pelos protagonistas, não privilegiar nenhum ponto de vista, não censurar qualquer interpretação e não fixar as identidades dos atores, que ainda está sendo negociada.

Segundo o princípio de livre associação, o pesquisador deve abandonar a grade preestabelecida de análise e seguir os atores para identificar a forma pela qual eles definem e associam os diferentes elementos, o modo como eles constroem e explicam o mundo, seja ele social ou natural.

A noção de **rede**, como se pode perceber a partir do discutido até o momento, é central neste estudo. Serres (s/d) descreve a *rede* como uma "estrutura filosófica abstrata de múltiplos modelos" (p. 15), que pode tornar-se um método mobilizável, podendo seu preenchimento ser feito por meio de conteúdos puros ou conteúdos empíricos. O conceito de *rede* tem sua origem na topologia¹⁷ e pode ser caracterizada como uma totalidade aberta capaz de crescer para todos os lados e direções, sendo seu único elemento constitutivo o nó. Ela deve ser compreendida como base em uma lógica das conexões e não das superfícies. Desta forma, segundo Kastrup (2004, p. 80), "pouco importam as suas dimensões. Pode-se aumentá-la ou diminuí-la sem que perca suas características de rede, pois ela não é definida por sua forma, por seus limites extremos, mas por suas conexões, por seus pontos de convergência e de bifurcação".

Para Dosse (2003), o uso do termo *rede*, pela Teoria do Ator-Rede, é uma forma "de manipular uma noção que permita evitar toda visão compartimentada da sociedade",

¹⁷ Topologia é o ramo da matemática que estuda certas propriedades das figuras geométricas. "Entre as figuras topológicas, a rede destaca-se por ser vazada, composta de linhas e não de formas espaciais" (KASTRUP, 2004, p. 80).

diferenciando-se das noções "que pressupõem conjuntos homogêneos definidos por tipos de ações, regras de jogos particulares" (p. 132). As *redes* implicam em uma mistura entre humanos e não-humanos, sujeitos e objetos e são marcadas por uma forte heterogeneidade. "São redes sociotécnicas que envolvem 'fluxo de instrumentos, competências, literatura, dinheiro, que alimentam e sustentam laboratórios, empresas ou administrações'" (DOSSE, 2003, p.132)

O conhecimento, por exemplo, é concebido como o produto final de muito trabalho e envolve elementos heterogêneos¹⁸ que são justapostos numa *rede* que supera suas resistências. A ciência é vista como "um processo de 'engenharia heterogênea' no qual elementos do social, do técnico, do conceitual e do textual são justapostos e, então, convertidos (ou 'traduzidos') para um conjunto de produtos científicos, igualmente heterogêneos" (LAW, 1992, p. 3). A família, as organizações, a economia, as tecnologias, enfim, toda a vida social pode ser descrita como *redes* ordenadas de materiais heterogêneos. A tarefa do pesquisador seria, portanto, "caracterizar estas redes em sua heterogeneidade, e explorar como é que elas são ordenadas segundo padrões para gerar efeitos tais como organizações, desigualdades e poder" (LAW, 1992, p. 3).

Ator-Rede é a expressão utilizada para descrever as associações heterogêneas, seus mecanismos de consolidação ou transformação, de forma a não reduzir nem a um ator, nem a uma rede. Teoria do Ator-Rede, ou Sociologia do Ator-Rede, é a denominação do método de estudo dessas associações. Latour (2006, p. 18) considera que esta expressão pode gerar algumas confusões devido aos múltiplos usos contemporâneos da palavra *rede* com diferentes significados, da palavra *ator* que não pode ser confundida com a denominação *indivíduo* e do par *ator-rede*, que não deve ser tomado como o par indivíduo-sociedade. No entanto, afirma que Teoria do Ator-Rede tornou-se mais conhecida que as outras expressões sinônimas: "sociologia da tradução", "ontologia do actante-rizoma" ou "sociologia da inovação". Além disso, o autor observa que o acrônimo de Teoria do Ator Rede em inglês, ANT (Actor Network Theory), significa também "formiga", que designa um viajante que só pode seguir traços farejando-os e que caminha às cegas em grupo, constituindo uma analogia interessante que corresponde aos movimentos do pesquisador, que utiliza esta abordagem, no seu campo de pesquisa. Segundo Wilkinson (2004), embora a Teoria do Ator-Rede seja considerada, pelos seus formuladores, uma metodologia ao invés de uma teoria, ela "na prática alcançou o estatuto de uma teoria, quer pelas ambições do seu método (abolição do pensamento

¹⁸ "Tubos de ensaio, reagentes, organismos, mãos habilidosas, microscópios eletrônicos, monitores de radiação, outros cientistas, artigos, terminais de computador, e tudo o mais" (Law, 1992, p. 3).

dualístico) quer pela sua re-conceitualização sistemática de práticas de pesquisa, que envolvem uma nomenclatura extensa e original" (p. 2).

A noção de *rede* está bastante próxima do modelo de **rizoma** proposto por Deleuze e Guattari (1995)¹⁹. Os autores contrapõem o modelo de *rizoma* ao modelo *arborescente*. As arborescências são estruturas de árvores com inícios, meios e fins, enquanto que os rizomas se difundem por todas as direções e interações. A principal característica de um *rizoma* é conectar um ponto qualquer com outro ponto qualquer, sendo que cada um de seus traços não remete necessariamente a traços da mesma natureza. O *rizoma* não é feito de unidades, mas de dimensões ou direções moveidias, "não tem começo nem fim, mas sempre um meio pelo qual ele cresce e transborda" e "constitui multiplicidades lineares a *n* dimensões, sem sujeito nem objeto" (DELEUZE e GUATTARI, 1995, p. 32). O *rizoma* é feito apenas de linhas: "linhas de segmentariedade, de estratificação, como dimensões, mas também linhas de fuga ou de desterritorialização" (*ibid.*, p. 32). Um *rizoma* é comparável a um mapa, oposto ao decalque ou à fotografia, e "deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga" (*ibid.*, p. 33).

Latour (2000a), ao estudar as redes científicas, propõe sete **regras metodológicas**, que serão descritas a seguir:

- Primeira regra: estudar a ciência em ação e não o produto final. Para tanto, é necessário estar presente antes que fatos e máquinas se fechem ou acompanhar as controvérsias que as reabrem. O estudo do fato em movimento possibilita fazer emergir os *actantes* que compõem a *rede* que o sustenta.
- Segunda regra: "para determinar a objetividade ou subjetividade de uma afirmação, a eficiência ou a perfeição de um mecanismo" (p. 421) devemos procurar por todas as transformações que ele sofre nas mãos dos outros e não por suas qualidades intrínsecas. Portanto, seguir o movimento dos fatos, os efeitos que produziu, as modificações que sofreu possibilita determinar a objetividade ou subjetividade de uma afirmação e a eficiência de um mecanismo. As especificidades não são resultantes de suas qualidades intrínsecas.

¹⁹ Dosse (2003, p. 135) considera que apesar da similaridade entre a noção de rede e a noção de rizoma, a sociologia das ciências usa a noção de rede, ao contrário da noção proposta por Deleuze e Guattari, com a intenção de "redefinir territórios". Afirma, ainda, que "a noção de rizoma é mais fluente, sem pontos de parada e assim não está adaptada aos mecanismos operados quando a ciência, a técnica e o mercado se conjugam. Em tais casos, mesmo que não haja território, pode-se controlar o conjunto de redes em um único ponto".

- Terceira regra: a solução de uma controvérsia "é a *causa* da representação da Natureza, e não sua conseqüência", não é possível, então, "utilizar essa conseqüência, a Natureza, para explicar como e por que uma controvérsia foi resolvida" (LATOUR 2000a, p.421). Não é permitido, portanto, definir o natural pelo social.
- Quarta regra: a solução de uma controvérsia "é a causa da estabilidade da sociedade", portanto, "não podemos usar a sociedade para explicar como e por que uma controvérsia foi dirimida. Devemos considerar simetricamente os esforços para alistar humanos e não-humanos" (p. 421). Ou seja, não devemos definir o social pelo natural.
- Quinta regra: "devemos permanecer tão indecisos quanto os vários atores que seguimos", diante da construção de "um divisor entre interior e exterior, devemos estudar os dois lados simultaneamente e fazer uma lista daqueles que realmente trabalham" (p. 421-422).
- Sexta regra: frente à acusação de irracionalidade, devemos olhar "para o ângulo e a direção do deslocamento do observador" e para a "extensão da rede" que está sendo construída e não para "que regra da lógica que está sendo infringida nem que estrutura social poderia explicar a distorção" (p. 422).
- Sétima regra: "antes de atribuir qualquer qualidade especial à mente ou ao método das pessoas" devemos examinar os diversos modos "como as inscrições são coligadas, combinadas, interligadas e devolvidas". Apenas "se alguma coisa ficar sem explicação depois do estudo da rede é que devemos falar em fatores cognitivos" (p.422).

As regras metodológicas apresentadas, apesar de terem sido constituídas no contexto da investigação sobre redes científicas, auxiliaram nas decisões que tomei quando iniciei o estudo, utilizando o referencial da sociologia das ciências para o estudo das violências.

Latour (1996) discorre ainda sobre três **propriedades metodológicas** no emprego da noção de *rede*:

- a) Permite rejeitar a dicotomia longe/perto, pois há elementos próximos que não estão conectados, podendo ser considerados remotos e há elementos que parecem distantes, mas podem ser atraídos. Desta forma, não devemos pensar em termos de proximidade ou de distância, mas em termos de conectabilidade dos elementos.
- b) Permite dissolver a distinção entre micro e macro, pois uma rede nunca é maior que outra, apenas mais comprida ou mais intensamente conectada. Por isso não precisamos decidir entre um ponto de vista local ou global, mas analisar a intensidade da conexão.
- c) Permite ultrapassar a divisão dentro/fora. Não há na rede um dentro e um fora separados por um limite. O limite que se estabelece é se a rede permite ou não uma

conexão estável entre os elementos. Como afirma Latour (1992, p. 167), referindo-se à ciência: "Não existe lado de fora da ciência, mas existem redes compridas e estreitas, que tornam possível a circulação dos fatos científicos".

Ao contornar as dicotomias longe/perto, micro/macro e dentro/fora, a noção de *rede* constituiu-se uma ferramenta metodológica valiosa e me permitiu o movimento de evitar hierarquizar posições e vínculos e centrar a pesquisa nas conexões que se estabeleciam entre os elementos heterogêneos que compunham as *redes* tecidas em torno da “violência” em Chapecó. Possibilitou, ainda, transpor a cidade como espaço geográfico e identificar os elementos distantes geograficamente.

Os princípios metodológicos da simetria generalizada, agnosticismo e livre associação tornaram possível conhecer as *redes*, objeto da pesquisa, em sua forma híbrida, constituída de misturas de sociedade e de natureza, do científico, do político e do tecnológico. Permitiram, ainda, acompanhar as controvérsias em torno da questão da “violência”, sem optar por um dos lados, sem privilegiar um ponto de vista e sem fixar as identidades dos *actantes*. Dessa forma, o meu papel de pesquisadora foi o de **seguir os actantes**, descrevendo a forma como eles definiam e associavam diferentes elementos, o modo como eles construía e explicavam o mundo.

Na descrição das *redes*, o poder foi concebido como efeito, resultado de ações coletivas; portanto, para apreendê-lo foi necessário analisar a força que foi mobilizada, o meio como os *actantes* se associavam e o que os mantinham juntos. Como as relações na *rede* não estão fixadas, podendo ser redefinidas, reordenadas e re-estabilizadas, para identificar como se dava o exercício do poder na rede, tornou-se necessário, então, identificar os atores que impunham definições sobre os outros, quem falava pelos outros, quem centrava a tradução.

As regras metodológicas, propostas por Latour (2000a), possibilitaram investigar a “violência” em Chapecó:

- não como produto final, não como fato fechado, mas acompanhando o processo de sua constituição, abrangendo-a em seu movimento, na rede de *actantes* que a compunha;
- de forma a seguir as transformações das categorias que as definiam, das práticas que eram consideradas violentas, dos seus instrumentos de ação, dos objetos usados para a sua evitação e dos seus dispositivos de inscrição, para determinar a objetividade ou subjetividade da mesma e não buscar por suas qualidades intrínsecas;
- sem definir o natural pelo social ou o social pelo natural. Ou seja, no lugar de definir os fatores biológicos como geradores da “violência” ou os fenômenos sociais como

determinantes das ações violentas, foi necessário olhar para as soluções das controvérsias que assim os estabeleciam;

- estudando, diante da construção de um divisor entre interior e exterior pelos *actantes*, os dois lados simultaneamente;
- buscando não olhar, diante de uma acusação de irracionalidade, para a lógica que estava sendo infringida ou para a estrutura social que poderia explicar a distorção, mas para o deslocamento do observador e para a extensão da *rede*;
- examinando os seus diversos modos de *inscrição*.

1.1.3 O trabalho de campo

Para Latour (2006, p. 213), o trabalho de campo requer uma postura atenta do pesquisador no trabalho de descrição: “nós vamos, nós escutamos, nós praticamos, nós nos tornamos competentes, nós mudamos nossas concepções. É realmente muito simples: isso se chama trabalho de campo. Um bom trabalho de campo produz sempre numerosas novas descrições”.

O trabalho de campo englobou três diferentes momentos: em julho de 2004 coletei indicadores que possibilitaram a elaboração do problema e projeto de pesquisa, de maio a julho de 2005 busquei indicadores para responder ao problema e no período de julho a dezembro de 2006 fiz as complementações necessárias, junto com a elaboração da escrita da tese.

1.1.3.1 Trilhando diferentes caminhos para a coleta de indicadores

Percorri três caminhos de coleta de indicadores para a pesquisa:

- 1) O primeiro investigando a história da cidade e região com ênfase nos estudos referentes a situações que ficaram marcadas como violentas.
- 2) O segundo observando a cidade como um todo, tendo em vista eventos, atores e coletivos que se constituíram vinculados à categoria “violência”.
- 3) O terceiro focando e descrevendo cinco eventos contemporâneos específicos:
 - um evento violento, estudado a partir de uma reportagem de jornal (furto cometido por criança e adolescentes no centro da cidade);
 - um evento sociotécnico vinculado à gestão das violências: instalação de câmeras de monitoramento no centro da cidade;
 - um evento vinculado à gestão pública das violências: a criação da Diretoria de Defesa do Cidadão;

- um evento vinculado à produção de segurança na contemporaneidade: a expansão de Empresas de Segurança Privada no município;
- um evento *inscrito e traduzido* pela mídia escrita de Chapecó: o Clube da Amizade, a briga entre quatro jovens, a bala perdida que atingiu LA e a Segurança Pública de Chapecó.

1.1.3.2 Elegendo algumas estratégias metodológicas

Para seguir os *actantes* elegi como estratégias metodológicas: a pesquisa bibliográfica, a pesquisa documental, a entrevista e a observação participante.

a) Pesquisa bibliográfica: coletei estudos (livros, artigos e monografias) sobre a cidade de Chapecó e região para melhor conhecer o cenário da pesquisa e as produções científicas sobre violências nesse cenário.

b) Pesquisa documental: coletei textos, relatórios e outros documentos, que se constituíam como *actantes* das *redes* investigadas, que inscreviam a participação de *actantes* nas *redes*, que inscreviam eventos os quais estavam sendo estudados ou continham registros de dados sobre “violência” em Chapecó. Os documentos coletados estão listados no Anexo 1.

Investiguei também os quatro jornais locais (Voz do Oeste, Diário do Iguazu, Diário da Manhã e Jornal Sul Brasil) - de março a setembro de 2005 e de agosto a dezembro de 2006 - coletando o total de quatrocentas e dez reportagens, que de alguma forma vinculavam-se às *redes* em estudo, abrangendo páginas policiais, divulgação de eventos, controvérsias, protestos, discussões, relatos, estatísticas, dentre outras.

c) Entrevistas. Realizei entrevistas com 31 pessoas²⁰ que compunham os coletivos investigados e/ou eram protagonistas dos eventos descritos. As entrevistas foram realizadas individualmente e na maior parte foi feito uso de gravador para registrá-las.

d) Observação participante. Seguir os *actantes* requereu a observação de ações e eventos, de humanos e não-humanos e também da minha interação com os *actantes* observados e os efeitos produzidos. Desta forma, fiz um diário de campo para o registro das observações e vivências.

1.2 Percursos da pesquisa

A pesquisa me levou a percorrer caminhos não previstos, a contatar atores inesperados, a observar eventos e ações que se configuraram no momento da investigação. A abertura do campo e para o campo gerou vivências nem sempre agradáveis, pois foi

²⁰ Não disponibilizarei a lista de entrevistados com o objetivo de proteger a identidade das pessoas que participaram da pesquisa.

necessário implicar-me, invadir espaços, “fazer” falar *actantes*, coletar inscrições dos traços deixados pelos *actantes* e produzir *inscrições*.

1.2.1 Entrando na *rede*

Para realizar uma etnografia, para acompanhar os eventos de perto, é necessário entrar na *rede* que constitui o campo, para descrever o que lá acontece. Um campo em transformação constante, o que requer assumir uma posição de risco enquanto pesquisador, pois seguir o movimento dos atores e os efeitos de suas ações exige deixar-se afetar pelos acontecimentos e concomitantemente afetar a *rede* em acompanhamento.

Mesmo acompanhada dos princípios e regras metodológicas da Sociologia do Ator-Rede e de algumas possibilidades de ações de um etnógrafo, a entrada no campo não aconteceu sem ansiedade. Muitas escolhas foram necessárias: selecionar eventos para acompanhar, identificar *actantes*, contactar atores, realizar entrevistas, buscar documentos, estar presente nos lugares aonde as ações aconteciam. O campo era imenso e a minha percepção inicial era que a ação acontecia sempre em algum espaço no qual eu não estava presente. Depois fui compreendendo que era impossível acompanhar e descrever todas as ações importantes que se relacionavam à minha pesquisa e que a etnografia jamais estaria completa.

A atitude metodológica de seguir os *actantes* me levou a trilhar caminhos não visualizados previamente. O contato com um ator ou a observação de um evento indicava o próximo passo a seguir, o roteiro da próxima entrevista a ser elaborado, a próxima pessoa a ser entrevistada, o próximo não-humano a ser observado. As ações de assistir os noticiários locais, comprar e ler os jornais da cidade e região, caminhar pelas ruas, ir às bibliotecas, davam concretude à minha pesquisa quando não tinha especificamente documentos a coletar, humanos e não-humanos a observar nem entrevistas a fazer.

Nos contatos com os coletivos investigados, na descrição dos eventos, nas interações vividas, nas questões propostas e observações realizadas, a minha presença não passou incólume, ela produziu efeitos, como os descritos pelo Actante I e pelo actante AD:

Eu agradeço a sua vinda [...] estar buscando essas opiniões, esses acontecimentos. Claro é seu interesse profissional também, seus estudos. Isso é uma coisa que, na verdade, tanto traz conhecimento para você, como da nossa parte. Num contexto geral, após você fazer uma entrevista, no momento em que você sai de uma entrevista, no caso de uma pessoa que foi entrevistada, ela já criou mais ou menos mais uns trinta por cento de novas idéias. Então, pessoas como você, que buscam estas entrevistas, que vem conversar com as pessoas, e às vezes não são recepcionadas, não são atendidas alegando que é monótono, que não adianta fazer estas entrevistas, não adianta passar estas informações porque não vai resolver nada. Não resolve na mente dessas pessoas. Se você for buscar e você for avaliar,

para nós no caso, isso é uma coisa muito boa porque, **querendo ou não querendo, a gente está abrindo o que está acontecendo e nessa troca de idéias acontecem coisas novas.** (Actante I).

I: Você gostaria de falar algo mais?

AD: Não, eu estou sossegado de falar. Eu ajudei a senhora falando todas essas coisas, não é?

I: Muito. Eu agradeço a sua participação e gostaria de saber como foi para você ter conversado comigo.

AD: A gente desabafa. (Actante AD).

1.2.2 Tensão no campo

O contato com alguns atores foi permeado por alguma tensão, principalmente no início das entrevistas durante a exposição do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ver Anexo 2). O objetivo da apresentação, explicação e assinatura deste termo foi uma exigência ética relacionada à pesquisa com seres humanos, mediada pelo Comitê de Ética da UERJ²¹, e teve por objetivo informar o participante sobre o pesquisador, a pesquisa, o registro e arquivo das informações coletadas e possibilidades de esclarecimentos atuais e futuros. No entanto, a necessidade de identificar-se no documento e assinar o consentimento referente à participação na pesquisa gerou insegurança em alguns atores, como o Actante J, que me solicitou uma cópia da fita que iria registrar a entrevista, justificando que se eu estava me precavendo ao solicitar o seu consentimento por escrito ele também queria fazer isso garantindo que as informações não fossem distorcidas. No geral, com o decorrer das entrevistas a tensão se dissipava com o estabelecimento de vínculo.

Tive outras dificuldades, como as relativas a atores recalcitrantes à pesquisa que não tinham horário para me receber, que não estavam presentes no encontro marcado ou que transferiam encontros agendados, o que exigiu idas e vindas, vários contatos com secretárias e telefonemas para a pessoa a ser entrevistada com explicações sobre a pesquisa. Houve uma situação em que uma pessoa combinou disponibilizar um documento, mas em todas as datas que marcou (o total de quatro vezes) e nas quais eu compareci, o acesso ao mesmo não foi possível. Houve também situações de atores que não aceitaram registrar a pesquisa com o gravador, apenas através de anotações. Ainda, com relação aos temas abordados, algumas vezes a entrevista era permeada por emoções, como raiva e tristeza, no relato de situações vividas.

²¹ Que possui vinculação com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa – CONEP, que “é uma comissão do Conselho Nacional de Saúde - CNS, criada através da Resolução 196/96, com a função de implementar as normas e diretrizes regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos, aprovadas pelo Conselho. Tem função consultiva, deliberativa, normativa e educativa, atuando conjuntamente com uma rede de Comitês de Ética em Pesquisa - CEP- organizados nas instituições onde as pesquisas se realizam” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, disponível em: <http://portal.saude.gov.br/sisnep/pesquisador>).

Seguir alguns eventos demandou invadir a privacidade de algumas pessoas, como de MA e AD, protagonistas do evento que será descrito no Capítulo 6. Os momentos anteriores ao primeiro contato foram permeados por ansiedade: “Como MA e AD me receberão? Aceitarão participar da pesquisa, compartilhando as suas vivências relacionadas a um furto?” No encontro com MA, ao me apresentar, explicar o objetivo da pesquisa e demandar se aceitava participar da mesma, ela mostrou-se surpresa e perguntou-me: “Por que eu? Tantas casas aqui no bairro, tantas mães de adolescentes que furtam e logo eu sou escolhida? Como que para ganhar um prêmio nunca fui sorteada...” Expliquei como cheguei até ela, que escolhi estudar o evento a partir de uma reportagem na página policial que não continha a identificação das pessoas envolvidas, o que foi possível apenas posteriormente a partir do acesso a documentos na Polícia Militar e Polícia Civil. Como ela estava indo ao presídio levar roupas e material de higiene para o seu filho, ofereci-me para auxiliar a carregar as sacolas e durante o longo caminho que percorremos a pé, fomos conversando sobre a pesquisa e sobre a circunstância que ela estava vivendo. A situação ajudou a criar vínculo e marcamos as sessões de entrevista. O contato com o presídio me permitiu também marcar entrevista com AD, que aceitou prontamente em participar da pesquisa.

Aos poucos fui compreendendo que a tensão que por vezes se estabelecia no campo além de fazer parte da condição de realização de uma pesquisa, estava diretamente vinculada ao tema abordado: violências. Falar sobre violências, seja na condição de vítima, de agente ou de gestor, desestabiliza, gera recalcitrância da vítima e do agente, pela atualização das emoções vividas; das pessoas vinculadas à gestão da “violência”, pelo sigilo que as informações envolvem e pela possibilidade de questionamento relativo a decisões tomadas ou aos princípios que sustentam ações.

1.2.3 Aliados da pesquisa

Por outro lado, tive muitos aliados durante o processo de pesquisa, pessoas que me acolheram na realização das entrevistas, que esclareceram dúvidas, que possibilitaram acesso a outras pessoas e documentos, que aceitaram a minha participação em eventos como pesquisadora.

A mídia também foi uma aliada da pesquisa, pois através de reportagens em jornais e dos noticiários televisivos tomei conhecimento de eventos que aconteceram, estavam acontecendo ou iriam acontecer, de práticas a serem investigadas e de ações de *actantes*.

Outros dois aliados importantes da pesquisa foram o gravador e o diário de campo, que possibilitaram registrar as informações, as dúvidas, as impressões e as emoções vividas.

O processo de *inscrição* e *tradução* possibilitadas pelos instrumentos permitiram compor a escrita da tese.

1.2.4 Buscando construir versões em oposição a visões

Durante o trabalho de campo e a escrita da tese, tendo em vista a coexistência de uma multiplicidade de saberes, de definições conflitantes e de controvérsias, com base em Despret (2001), busquei tecer *versões* dos eventos, do trabalho dos *actantes*, das configurações das *redes* e não *visões*. O termo *versão* remete a outras possibilidades de descrições, está implicado com a existência de outras *versões* daquilo que está sendo observado, registrado, definido e analisado. As próprias ocasiões que possibilitaram que as referências fossem articuladas podem tomar formas múltiplas, suscetíveis de serem interrogadas.

Uma versão poderá se articular com outras e com o conjunto da cultura, mas estas articulações podem ser qualificadas, *avaliadas*, segundo seu regime de coexistência simples, ou em conflito, em negação da existência de outras versões ou sua desqualificação, emulação, ativação de outras versões, ou ainda simples prolongamento. (DESPRET, 2001, p. 39).

Em contraposição, o termo *visão* remete a um contexto particular, pressupõe que há um mundo lá fora a ser desvelado, dá a idéia de que certas concepções são mais “autênticas” ou mais científicas que outras, uma *visão* exclui outras. A *versão* convida à articulação e a *visão* convida à repetição e à tautologia.

A versão não se impõe, ela se constrói. Ela não se define no registro da verdade ou da mentira e da ilusão, mas naquele do devir: devir de um texto incessantemente retrabalhado e revirado, devir de um mundo comum, devir das reviravoltas e das traduções. A versão não desvela o mundo nem o vela, ela o faz existir num modo possível. A versão não é o feito de um homem sozinho, ela é fonte e fruto da relação, ela é posta em ação, no seio de uma relação, ela é negociação que se desvia, se transforma, se traduz. (DESPRET, 2001, p.44).

Portanto, o movimento de construir *versões* no lugar de *visões* possibilitou, durante toda a pesquisa e escrita da tese, trabalhar em relação com humanos e não-humanos, a partir de efeitos que provoquei e fui provocada, com a clareza da provisoriade do conhecimento já produzido e a ser produzido, da coexistência de outras versões daquilo que estava sendo concebido, construído e narrado, pois:

Uma versão se conta, se propõe, ela entra em acordo, é provisória. Ela se cultiva dentro do mundo e também faz o mundo existir de um modo possível, ela transforma e se transforma. A noção de versão tem a ver com relações, com a coexistência entre as diferenças e, mais importante, mesmo que haja o privilégio de uma versão em uma determinada cultura, a sua função maior é a de não desqualificação das demais existentes. (COSTA e VIEGAS, 2006, p. 195).

CAPÍTULO 2

VIOLÊNCIAS E CONTEMPORANEIDADE

A tal da violência que parece agir como um espectro ou fantasma, esconde-se ou dissemina-se, é tratada como uma epidemia, um vírus, um micróbio, ou como um Sujeito onipresente, onisciente, onipotente. Que diabo é esse? O que unifica nesse nome conflitos, crimes e comportamentos tão diferentes? O que nos faz pensar que tudo isso tem um nome só?
(MISSE, 2006, p. 269).

Desnaturalizar e conhecer o que hoje é denominado por “violência” constitui um movimento que permeia este estudo. Dessa forma, a “violência” constituiu-se em um artefato da pesquisa que me conduziu, durante todo o processo de investigação, a conhecer os sentidos singulares tomados nos espaços de sua circulação.

Este capítulo, partindo da discussão do sentido etimológico do termo, aborda as implicações relacionadas ao uso da categoria violência e os diversos sentidos que comporta na contemporaneidade, associados as transformações que a caracteriza.

1.1 Sobre a categoria violência

A palavra violência origina-se do latim *violentia* que remete a *vis* e significa caráter violento ou bravio, força, vigor, potência, emprego de força física. Significa também quantidade, abundância, essência e força em ação. Para Michaud (1989), a etimologia do termo evidencia a idéia de uma força não qualificada que se torna “violência” apenas quando passa da medida, quando perturba uma ordem, quando rompe acordos e regras que ordenam relações.

A análise do sentido etimológico coloca em relevo que é a percepção do limite que vai caracterizar um ato como violento e essa percepção varia historicamente e culturalmente. Portanto, “violência” não pode ser definida independente de critérios e de pontos de vista, que podem ser institucionais, jurídicos, sociais e até pessoais. Não se pode deixar de fora o que é eminentemente normativo e não existe uma abordagem objetiva que consiga pôr entre parênteses todas as normas. Querer engessar a “violência” em uma definição fixa e simples significa reduzi-la e deixar de compreender as singularidades que caracterizam diferentes povos, as transformações e especificidades históricas. Portanto, há a possibilidade da existência de inúmeras formas de violências relacionadas às inúmeras espécies de normas estabelecidas.

Michaud (1989) aponta que a noção “violência” possui um aspecto performático: a pronúncia implica uma ação, pois lhe atribuir valor significa começar a agir. Assim, caracterizar um comportamento, uma atitude, uma situação como violenta significa imputar-lhe um valor que provoca uma atuação, como a denúncia ou a acusação. Logo, “violência” longe de ser uma expressão neutra ou descritiva está carregada de valores negativos ou positivos, vinculados à idéia de transgressão. Ela pode ser celebrada se considerada libertadora ou denunciada pelos efeitos e insegurança que gera. Hoje, os discursos políticos e a preocupação da "opinião pública" espelhada pela mídia, apreendem qualquer desordem como uma "violência" que ameaça a ordem social como um todo. Outra característica performática no emprego da palavra violência, apontada por Misse (2006, p. 10), diz respeito a como se usa e contra quem se usa essa expressão: “Raramente alguém diz de si mesmo ser violento [...] Violento é sempre o outro, aquele a quem aplicamos a designação”.

É importante ressaltar, então, que a categoria violência comporta múltiplos significados na contemporaneidade. Portanto, não podemos utilizar o termo no singular, pois: "não existe 'violência', mas violências, múltiplas, plurais, em diferentes graus de visibilidade, de abstração e de definição de suas alteridades" (MISSE, 1999, p.38).

1.2 Sobre práticas consideradas violentas na contemporaneidade

Se “violência”, hoje, é uma expressão utilizada para referir-se a diversas situações, comporta diferentes significados e diz respeito a uma multiplicidade de eventos com motivações diferentes, contextualizados em uma diversidade de espaços, torna-se necessário perguntar: há algo em comum entre as diferentes práticas que têm sido identificadas como violentas na contemporaneidade?

O Centro Internacional de Investigação e Informação para a Paz (CIIP), vinculado à Universidade para a Paz das Nações Unidas (2002) identificou práticas que considera violentas, agrupando-as em cinco tipos básicos: violência coletiva, violência institucional ou estatal, violência estrutural, violência cultural e violência individual. A seguir, serão descritos os tipos de violências propostos:

- a) **Violência coletiva:** produzida "quando a sociedade coletivamente, ou por meio de grupos significativamente importantes participa ativa e declaradamente da violência direta" (*ibid.*, p.33). As práticas resultantes de uma guerra são exemplos de violência coletiva.
- b) **Violência institucional ou estatal:** refere-se a práticas resultantes de instituições legitimadas para o uso da força. Abrange as tecnologias de destruição e os processos armamentistas.
- c) **Violência estrutural:** instituída dentro da estrutura social. Inclui as práticas comumente denominadas de desigualdade social. Abarca tanto os recursos distribuídos desigualmente quanto o poder desigual de decisão sobre a distribuição de recursos.
- d) **Violência cultural:** refere-se ao tipo de violência exercido de forma individual ou coletiva através da utilização da diferença para inferiorizar ou desconhecer a identidade do outro. As práticas de discriminação contra indivíduos ou grupos, a discriminação de grupos étnicos, as violências de gênero e as ações contra o meio ambiente²² são exemplos de violência cultural.
- e) **Violência individual:** trata-se de violência social que se manifesta de um modo interpessoal. São incluídos aqui "os chamados fenômenos de segurança civil, tais como as violências anômica, doméstica e contra as crianças" (*ibid.* p. 34), os fenômenos da violência comum (não organizada) e a violência organizada, como por exemplo, o narcotráfico.

Para analisar possíveis similaridades entre as definições acima e o agrupamento de diferentes práticas, denominadas violentas, recorro à noção de "violência" proposta por Michaud (1989). Segundo o autor, de uma forma geral, são consideradas violentas situações de interação, quando "um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais" (MICHAUD, 1989, p. 10-11). A definição de Michaud contribui para examinar que

²² A natureza é reconhecida como sujeito pelo CIIP, por isso as ações contra o meio ambiente são consideradas como violência cultural.

há em comum entre as práticas destacadas a ocorrência de um **dano**, que pode envolver indivíduos, grupos, organizações e Estados e podem implicar corpos, sentimentos, posses, distribuição de recursos, direitos, gênero, etnia, ética, poder, dentre outros elementos que compõem práticas definidas como violência.

Mas, se considerarmos que os significados referidos pela designação *dano* remetem a ferimento, ofensa, estrago, prejuízo e podem envolver os mais diversos elementos, então, novamente retornamos para a impossibilidade de separar a palavra do contexto onde é proferida, pois implica referenciar valores e normas e considerar as singularidades de cada situação.

Por exemplo, as concepções de ato violento atualmente são amplas; contudo, tradicionalmente eram vinculadas à existência de dano físico. As modificações em nossa percepção e sensibilidade possibilitam hoje abranger novos tipos de violências que antes não eram considerados, como: discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual; situações de constrangimento, exclusão ou humilhação. Para Waiselfisz (2000), “violência” hoje se encontra ligada ao conceito de alteridade, nas formas e mecanismos pelos quais a sociedade convive com as diferenças. Longe de defender uma postura relativista no que diz respeito a princípios e regras que envolvam limites no processo de convivência social, busco enfatizar a relevância de que no processo de investigação das violências, os significados e as práticas relacionadas à categoria não sejam determinados *a priori*, mas apreendidos nos coletivos onde se desenvolve a pesquisa. Até porque cada vez mais as práticas consideradas violentas são criminalizadas, tendo surgido novas leis que buscam enquadrar os novos tipos de “violência”, como a Lei nº. 9.459, de 13 de maio de 1997, que modifica a redação sobre os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor ou a Lei nº. 11.340, de 7 de agosto de 2006, que cria mecanismos para coibir a “violência doméstica e familiar contra a mulher”.

Chesnais, ao contrário dos discursos contemporâneos que alardam o crescimento da “violência” nos últimos anos, afirma que a intolerância relacionada às práticas violentas é resultado, na verdade, da diminuição da “violência”²³, pois “quanto mais um fenômeno desagradável diminui, mais aquilo que resta se torna insuportável” (CHESNAIS, 1981, p. 18). O autor, baseado em uma pesquisa na Europa que abrange 200 anos²⁴, afirma que o número de homicídios diminuiu: há dois séculos, havia nos países europeus um índice de 60 a 80

²³ Chesnais (1981) considera a existência de várias concepções de violência, mas propõe que as mesmas sejam hierarquizadas. Para o autor, o único referente empírico do conceito é a violência física, estando excluídas a violência moral ou simbólica e a violência econômica (atentados à propriedade, ou que derivam em privações de ordem econômica).

²⁴ A partir de 1800.

homicídios por 100 mil habitantes que diminuiu para 3 por 100 mil. Ele analisa que os fatores responsáveis por esta queda foi a luta dos trabalhadores, que conseguiu melhores condições de vida, a diminuição das desigualdades sociais, a criação de instituições fortes, sobretudo a educação formal. Para o autor, quando um demógrafo ou um historiador afirma que a “violência” cresce progressivamente ele se refere não ao aumento contínuo da grande criminalidade, mas da pequena e média delinqüência.

No entanto, Wieviorka (2004) ressalta que a história do século XX, aquela das guerras, dos genocídios e de outros massacres de massa nos convidam a resistir à imagem de um recuo generalizado da “violência” no mundo contemporâneo, pois ela aparece e se estende no seio de inúmeros espaços, constituída como um recurso, um meio de alcançar fins, e ao lado das identidades culturais e das religiões acompanha aspirações muitas vezes sem limites.

[...] a violência substitui o conflito, as identidades culturais suscitam tensões e medos, Deus está de volta em todo o planeta, e não somente com o Islam, o terrorismo, a guerra se sobrepõe à negociação e acentua cada dia mais o déficit do político à escala do mundo, transformando a ideologia do “choque das civilizações” em propriedade auto-realizadora. (WIEVIORKA, 2004, P. 214).

As análises internacionais de Chesnais e Wieviorka, mesmo diferenciando-se parcialmente das preocupações e práticas predominantes na cidade de Chapecó, são importantes porque mantêm certas conexões com as *redes* estudadas, como veremos nos próximos capítulos, resultando em similaridades de discursos.

Este estudo ao rejeitar uma definição de “violência” *a priori*, opta por seguir esta categoria para apreender os sentidos que o termo comporta no espaço de realização da pesquisa, os quais serão discutidos a partir das descrições apresentadas nos próximos capítulos. A partir do acompanhamento da circulação dessa categoria, foi possível identificar algumas práticas contemporâneas a ela associadas, em Chapecó: homicídios; agressões contra pessoas; agressões específicas contra crianças, adolescentes e mulheres (incluindo as sexuais) no espaço familiar; “violência na escola”: homicídios no espaço da escola, agressões contra colegas e professores, presença de armas, ameaças, furtos e roubos relacionados ao patrimônio da escola; “violência no trânsito”: colisões e atropelamentos; “violência contra o patrimônio”: furtos e roubos de bens públicos e privados; tráfico e porte de drogas; porte de armas; seqüestro-relâmpago; aplicação de pequenos golpes que implicam em extorsão financeira; preconceitos raciais e contra pessoas pobres.

Como se pode observar, a categoria violência, apesar de sua circulação em uma cidade de tamanho médio²⁵, engloba uma multiplicidade de eventos que se assemelham às práticas

²⁵ A cidade de Chapecó, que possui em torno 180 mil habitantes, será apresentada no Capítulo 3.

compreendidas pelo termo nos grandes centros urbanos e que, segundo Misse (2006, p. 12), podem ser abrangidos pela expressão “violência urbana”, pois interliga ocorrências a causas complexas e motivações variadas “numa abordagem que preconiza a necessidade de não desvincular esses eventos da complexidade de estilos de vida e situações existentes numa grande metrópole”. Será este mais um indicativo de um movimento denominado de “interiorização da violência”²⁶ apontado por Waiselfisz (2006)? Voltarei a essa discussão no capítulo três, ao apresentar alguns indicadores de Chapecó.

Apesar de rejeitar uma definição de “violência” *a priori*, de forma a poder olhar diretamente para os sentidos e práticas emergentes no campo da pesquisa, é necessário esclarecer, este estudo, com base nos referenciais teórico-metodológicos já descritos, opta por uma determinada forma de concebê-la: como resultado final de um processo e não como um reservatório que forneceria automaticamente uma explicação. “Violência” é um ponto de chegada e não um ponto de partida, não é uma **causa** mas um **efeito** de associações entre elementos heterogêneos, constituindo uma *rede* com vários *actantes*. Não sendo causa, ela necessita ser composta e envolve *mediadores* em sua fabricação. Ainda, a pesquisa não restringe “violência” apenas ao entendimento das práticas e atores a ela relacionada, mas abrange um movimento de composição mais amplo que envolve misturas: o processo de *tradução* da categoria, o processo de *inscrição* das práticas cotidianas e as estratégias de gestão que implicam em tecnologias de vigilância e controle.

É importante, no entanto, considerar que as concepções predominantes na contemporaneidade, difundidas principalmente pela mídia e afirmadas por muitas pessoas no seu cotidiano, abordam a “violência” como **causa**. Como sugere Misse (2006), a “violência” é tratada como se fosse um sujeito onipresente e onipotente, parecendo uma espécie de fantasma que se esconde e se dissemina. Por isso ouvimos frequentemente as expressões: “a violência chegou a nossa cidade”, “é preciso dominar a violência”, “é hora de dar um basta à violência”.

1.3 Contemporaneidade e violências

A contemporaneidade é aqui compreendida com base na Teoria da Sociedade Global de Riscos, proposta por Ulrich Beck, como *segunda modernidade* ou *modernização reflexiva*, com características muito peculiares, que resultam em mudanças importantes na vida

²⁶ Waiselfisz (2006, p. 50) chama de interior “toda área que não é nem capital nem região metropolitana tradicional” e denomina de “interiorização da violência” ao movimento de crescimento dos homicídios no interior do Brasil.

cotidiana e impõe a necessidade de produzir novos referenciais e análises originais para compreender este novo contexto.

1.3.1 Contemporaneidade e composição político-social

Beck (1997) considera que a controvérsia entre modernistas e pós-modernistas tornou-se pouco produtiva e propõe um terceiro caminho para o entendimento dos fenômenos da contemporaneidade: a *modernização reflexiva*.

O autor diferencia entre uma primeira e uma segunda modernidade. A primeira modernidade é denominada, pelo autor, como modernidade simples ou industrial e caracterizada nos termos de "uma sociedade estatal e nacional, estruturas coletivas, pleno emprego, rápida industrialização, exploração da natureza não 'visível'" (BECK, 2000, p. 1). A segunda modernidade, ou modernidade reflexiva, distingue a contemporaneidade e implica em um processo "no qual são postas em questão, tornando-se objeto de 'reflexão', as assunções fundamentais, as insuficiências e as antinomias da primeira modernidade" (ibid., p. 1)²⁷.

Uma das teses fundamentais da teoria da modernização reflexiva ressalta que quanto mais avança a modernização das sociedades, mais as bases da sociedade industrial ficam dissolvidas, modificadas e ameaçadas.

Assim, em virtude de seu inerente dinamismo, a sociedade moderna está acabando com suas formações de classe, camadas sociais, ocupação, papéis dos sexos, família nuclear, agricultura, setores industriais e, é claro, também com os pré-requisitos e as formas do progresso técnico-econômico. Esse novo estágio, em que o progresso pode se transformar em autodestruição, em que um tipo de modernização destrói outro e o modifica, é o que eu chamo de etapa da modernização reflexiva (BECK, 1997, p. 12).

O autor esclarece, primeiro, que não é a crise, mas as vitórias do capitalismo que produzem a nova forma social. Segundo, que é a modernização normal e a modernização adicional que estão dissolvendo os contornos da sociedade industrial e não a luta de classes.

²⁷ Segundo Beck (2003), não se deve conceber a segunda modernidade no sentido de uma nova periodização, uma época totalmente nova que rompe com tudo o que constituiu a Primeira Modernidade. O autor afirma que a diferença entre Primeira e Segunda Modernidade "pressupõe uma comunhão de 'modernidades' que deve ser determinada, apreendida, desenvolvida, investigada e conquistada transnacionalmente, no confronto das experiências e projetos de modernização da periferia e do centro, asiáticas, africanas, chinesas, sul-americanas e do Atlântico Norte. Significa, pois, estabelecer uma diferença entre continuidades e ruptura. Em determinados elementos, há de se pressupor uma continuidade (por exemplo, no significado dos caminhos do desenvolvimento, dos direitos humanos e civis, assim como dos valores e dos pressupostos da democracia); outros, em compensação, alteram-se fundamentalmente (por exemplo, o nacionalismo metodológico e o domínio do Ocidente, inclusive as ciências sociais, a serem superadas por um 'cosmopolitismo metodológico')" (p. 20).

Beck (1997) pontua que, para conceber a modernização como um processo de inovação autônoma, é necessário contar, por um lado, com a obsolescência da sociedade industrial e, por outro, com a emergência da sociedade de risco.

O autor denomina *sociedade de risco* a "uma fase de desenvolvimento da sociedade moderna, em que os riscos sociais, políticos, econômicos e individuais tendem, cada vez mais, a escapar das instituições para o controle e a proteção da sociedade industrial" (*ibid.*, p. 15). Identifica duas fases como componentes desse processo. Na primeira fase, os efeitos e as auto-ameaças são produzidos, mas não chegam a se tornar questões públicas ou foco de conflitos políticos. Nesse estágio, o autoconceito de sociedade industrial predomina, multiplicando ou legitimando as ameaças produzidas com a justificativa de que constituem "riscos residuais". A segunda fase emerge quando os perigos da sociedade industrial dominam os debates e conflitos públicos e privados. As instituições da sociedade industrial tornam-se produtoras e legitimadoras das ameaças que não conseguem controlar. Alguns aspectos da sociedade industrial passam a ser socialmente e politicamente problemáticos, pois:

Por um lado, a sociedade ainda toma decisões e realiza ações segundo o padrão da velha sociedade industrial, mas, por outro, as organizações de interesse, o sistema judicial e a política são obscurecidas por debates e conflitos que se originam do dinamismo da sociedade de risco. (BECK, 1997, p.16)

Com base nessas fases, o autor afirma que o conceito de modernização reflexiva não significa reflexão, mas autoconfrontação, bem como que a passagem do período industrial para o período do risco da modernidade acontece de forma indesejada, despercebida e compulsiva, seguindo o dinamismo autônomo da modernização e o padrão dos "efeitos colaterais latentes". As certezas da sociedade industrial²⁸ que dominam o pensamento e as práticas das pessoas e das instituições geram a composição da sociedade de risco.

A sociedade de risco não é uma opção que se pode escolher ou rejeitar no decorrer de disputas políticas. Ela surge na continuidade dos processos de modernização autônoma, que são cegos e surdos a seus próprios efeitos e ameaças. De maneira cumulativa e latente, estes últimos produzem ameaças que questionam e finalmente destroem as bases da sociedade industrial. (BECK, 1997, p. 16).

Beck diferencia a confrontação das bases de modernização, com as suas conseqüências, da auto-reflexão sobre a modernização resultante do conhecimento e da cientificação. A modernização reflexiva implica autoconfrontação com os efeitos da sociedade de risco que não podem ser tratados e assimilados no sistema da sociedade industrial. O fato de, mais tarde, em um segundo estágio, poder vir a se tornar objeto de

²⁸ O autor cita como exemplo de certezas da sociedade industrial o consenso para o progresso e a abstração dos efeitos e riscos ecológicos.

reflexão (pública, política e científica) "não deve obscurecer o mecanismo não refletido e quase autônomo da transição: é exatamente a abstração que produz e proporciona realidade à sociedade de risco" (*ibid.*, p. 16 -17).

Com a emergência da sociedade de risco há uma mudança no que se refere aos conflitos predominantes. A sociedade industrial clássica foi caracterizada pelos conflitos da distribuição de bens: renda, emprego e seguro social. Na *sociedade de risco*, estas tensões são encobertas pelos conflitos de distribuição dos malefícios, ou seja, pelos conflitos de responsabilidade distributiva. A discussão gira em torno do modo como os riscos que acompanham a produção de bens podem ser evitados, controlados, distribuídos e legitimados. O autor cita, como exemplo, os conflitos referentes à pesquisa genética, a ameaça ao ambiente e a miséria crescente fora da sociedade industrial ocidental.

Assim, a noção de *sociedade de risco*, enquanto uma teoria social e de um diagnóstico de cultura,

[...] designa um estágio da modernidade em que começam a tomar corpo as ameaças produzidas até então no caminho da sociedade industrial. Isto levanta a questão da autolimitação daquele desenvolvimento, assim como da tarefa de redeterminar os padrões (de responsabilidade, segurança, controle, limitação do dano e distribuição das conseqüências do dano) atingidos até aquele momento, levando em conta as ameaças potenciais (BECK, 1997, p. 17).

No entanto, um problema apontado pelo autor é que a revisão destes padrões, com base nas ameaças potenciais, escapa à percepção sensorial, a nossa imaginação e não pode ser determinado pela ciência, o que gera a sensação de perigo²⁹. O princípio de segurança não se mantém porque a responsabilidade pelos perigos não consegue abranger a imprevisibilidade espacial, temporal e social.

Um conflito fundamental da *sociedade de risco*, levantado pelo autor, relaciona-se "aos antagonismos ideológicos, culturais, econômicos e políticos que se agrupam em torno da dicotomia seguro/inseguro e tentam se distinguir uns dos outros" (BECK, 1997, p.23). Uma possibilidade de enfrentá-lo seria através do controle racional e instrumental, recorrendo à tecnologia, ao mercado, ao governo, ou seja, com base em referenciais da sociedade industrial, a partir de um eixo teórico linear. Outra possibilidade seria repensar e buscar uma nova maneira de agir, que aceita e afirma a ambivalência, com conseqüências de longo alcance para todas as áreas da ação social, a partir de um eixo reflexivo. Conforme o autor,

Somente na redefinição do presente os limites da velha ordem explodem e as ambivalências irredutíveis - o novo distúrbio da civilização de risco - aparecem

²⁹ Para Beck (1997), "a definição de perigo é sempre uma construção cognitiva e social. Por isso, as sociedades modernas são confrontadas com as bases e com os limites de seu próprio modelo até o grau exato em que eles não se modificam, não se refletem sobre seus efeitos e dão continuidade a uma política muito parecida" (p.17).

abertamente. Desse modo, há cada vez menos formas sociais (padrões de atuações) produzindo ordens de ligação e ficções de segurança importantes para a ação. Esta crise de ficções de segurança da sociedade industrial implica que as oportunidades e compulsões para a ação se abram, e entre elas uma deve permanentemente decidir, sem qualquer reivindicação de soluções definitivas - um critério pelo qual viver e agir na incerteza torna-se uma espécie de experiência básica. Quem pode fazer e aprender isso, como e por quê, ou por quê não, torna-se por sua vez uma pergunta biográfica e política fundamental da época atual. (BECK, 1997, p.23).

Desta forma, a análise das mudanças no contexto da contemporaneidade leva à percepção de que:

(...) o futuro se parece cada vez menos com o passado e, em alguns aspectos básicos, tem se tornado muito ameaçador. Como espécie não temos mais uma sobrevivência garantida, mesmo a curto prazo - e isto é uma consequência de nossos próprios atos, como coletividade humana. Hoje em dia, a noção de 'risco' é fundamental para a cultura moderna justamente porque grande parte do nosso pensamento tem que ser do tipo 'como se'. Em muitos aspectos de nossas vidas, tanto individual como coletiva, temos de construir regularmente futuros potenciais, sabendo que essa mesma construção pode, na verdade, impedir que eles venham a acontecer. Novas áreas de imprevisibilidade são freqüentemente criadas pelas próprias tentativas que buscam controlá-las. (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p. 8-9).

Nessa conjuntura, ocorrem mudanças importantes na vida cotidiana, em nível da organização social e na estruturação dos sistemas globais.

As tendências para a intensificação da globalização interagem com - e são a causa de - mudanças na vida cotidiana. No presente, muitas mudanças ou tomadas de decisão políticas de muita influência sobre nossas vidas não derivam da esfera ortodoxa da tomada de decisão: o sistema político formal. Ao contrário, elas moldam e ajudam a definir o caráter da ordem política ortodoxa. (BECK, GIDDENS e LASH, 1997, p.9).

Um ponto destacado por Beck diz respeito às fontes coletivas de significados e específicas de grupo. As pessoas estão sendo levadas a passar da sociedade industrial para a turbulência da *sociedade de risco* global. Isso implica uma convivência com uma ampla variedade de riscos globais e pessoais diferentes e mutuamente contraditórios.

As oportunidades, ameaças, ambivalências da biografia, que anteriormente era possível superar em um grupo familiar, na comunidade da aldeia ou se recorrendo a uma classe ou grupo social, devem ser cada vez mais percebidas, interpretadas e resolvidas pelos próprios indivíduos. Certamente ainda podem ser encontradas famílias, mas a família nuclear está se tornando uma instituição cada vez mais rara. (...) Hoje em dia, espera-se que os indivíduos dominem essas 'oportunidades arriscadas', sem serem capazes, em razão da complexidade da sociedade moderna, de tomar as decisões necessárias em uma base bem fundamentada e responsável, ou seja, considerando as possíveis consequências (BECK, 1997, p. 18-19).

Nesse contexto "individualização" significa diluição das certezas da sociedade industrial e a busca compulsiva por novas certezas. Significa ainda novas interdependências (também globais). "A individualização e a globalização são, na verdade, dois lados do mesmo processo de modernização reflexiva" (BECK, 1997, p. 26).

Como situar a questão das violências na *sociedade de risco*? Que análises podem ser tecidas com relação aos perigos que, por vezes, rondam a nossa integridade física e moral, a integridade de nossos bens e a nossa participação simbólica e cultural, no contexto da contemporaneidade? É o que me proponho a discutir no tópico a seguir.

1.3.2 Violências e insegurança social

A categoria violência pode ser analisada conjuntamente com a categoria insegurança. Segundo Bauman (2003), a imersão em um mundo fluido e imprevisível de desregulamentação, flexibilidade, incerteza e competitividade gera insegurança. No entanto, cada um de nós vive a ansiedade, fruto dessa insegurança, como problema privado, por conta própria, como se fosse resultante de falhas pessoais, como se fosse um desafio ao nosso "saber fazer" e à nossa habilidade em lidar com ela. Posso, aqui, aproximar as análises de Beck (1997, 2000, 2003) com Bauman (2003), que afirma que na contemporaneidade somos chamados a "buscar soluções biográficas para contradições sistêmicas; procuramos a salvação individual de problemas compartilhados" (p. 129). No entanto, essa tática não dá o resultado desejado porque não elimina a insegurança. A dependência que temos de nosso saber e recursos individuais produz no mundo a insegurança da qual buscamos fugir.

Tendemos a procurar remédio para o desconforto da insegurança buscando proteção, segundo Bauman (2003, p. 130), "com a integridade de nosso corpo e de todas suas extensões e trincheiras avançadas - nossa casa, nossas posses, nosso bairro". Esse procedimento nos leva a suspeitar dos outros à nossa volta, principalmente dos estranhos, que representam o não-previsto. O estranho significa a corporificação da falta de proteção e da insegurança que ameaça a nossa vida. De forma ambivalente, a presença de estranhos gera também conforto, pois os temores difusos e dispersos, difíceis de nomear, tornam-se alvos visíveis, focos que representam o perigo. E se há alvos visíveis alguma coisa pode ser feita.

A dificuldade maior é a preocupação com ameaças que não se pode nomear e enfrentar. Não podemos situar com precisão as fontes de insegurança, pois estão ocultas e não aparecem nos mapas. No entanto, os estranhos que passam pelas ruas são bem visíveis, estão ao nosso alcance, temos a possibilidade de afastá-los.

O resultado disso é lermos, vermos e ouvirmos pouco sobre a insegurança que sentimos e muito sobre o que ameaça as nossas ruas, as nossas casas e os nossos corpos:

A demanda de livrar a comida que comemos dos ingredientes prejudiciais e potencialmente letais que pode conter e a demanda de livrar as ruas por onde andamos dos estranhos inescrutáveis e também potencialmente letais são as que mais se ouvem quando se fala das maneiras de melhorar a vida, e também as que parecem as mais críveis, em verdade evidentes. Agir de maneira a não atender a

essas demandas é o que preferimos chamar de crime, cuja punição desejamos, e quanto mais severa, melhor (BAUMAN, 2003, p. 130-131).

O autor analisa ainda que a percepção pública está baseada na crença em que a vida urbana está contaminada de perigos e que a medida mais urgente para restaurar a segurança que falta é livrar as ruas dos ostensivos e ameaçadores estranhos. Esta crença aparece como verdade, evidente por si mesma, não precisando de provas e nem admitindo discussões.

Michaud (1989) considera que a noção de “violência”, assim como a noção de caos, de desordem radical e de transgressão, envolve a idéia de uma distância em relação às normas e às regras que coordenam as situações normais ou legais e contém a ameaça do imprevisível. A “violência” introduz o desregramento e o caos em um mundo que se deseja estável e regular. Essa imprevisibilidade também é encontrada na idéia de insegurança.

O sentimento da insegurança, que se encontra no coração das discussões sobre o aumento da violência, raramente repousa sobre a experiência direta da violência. Ele corresponde à crença, fundada ou não, de que tudo pode acontecer, de que devemos esperar tudo, ou ainda de que não podemos ter certeza de nada nos comportamentos cotidianos. Aqui, novamente, imprevisibilidade, caos e violência estão juntos. (p. 13).

Vivemos, então, uma crescente insegurança referente à possibilidade de sofrermos algum tipo de “violência” relacionada à incerteza de que o Estado fornecerá proteção ou que a ciência conseguirá resolver este problema.

Arendt e Albuquerque (2003, p. 190), com base em Ulrich Beck (2001), afirmam:

Damo-nos conta que a ciência não resolve todos os problemas - riscos emergem a cada momento e obrigam a sociedade civil a tomar posição, movimentos sociais mudam relações ao longo do tempo estabelecidas - relações de saúde, relações de trabalho, relações de gênero; por conta de novas tecnologias, como as mídias, a rede da Internet, o estado não controla mais todas as questões políticas, jurídicas e econômicas, organizacionais e institucionais. Vivemos hoje num mundo onde as análises não se aplicam da mesma forma que há cem ou cento e cinquenta anos atrás. O estado nacional dá lugar a uma mistura de estado nacional com globalização inevitável, cosmopolita, que abre um espaço político experimental (ele também perigoso).

Posso contextualizar a questão da “violência” como discursos e práticas contemporâneos, no cenário delineado. Para Diógenes (1998) as práticas vinculadas à “violência” que atravessam a vida social, sua imprevisibilidade, têm gerado nos indivíduos uma profunda insegurança, uma sensação de desamparo que parece afligir certezas e racionalidades já alcançadas no mundo da ciência. Anteriormente, na sociedade industrial, a “violência” era concebida pelas ciências sociais como vinda de fora, produzindo ruptura com relação à ordem e ao equilíbrio, considerados próprios dos acontecimentos. Nesse sentido,

estudos buscaram a sua eliminação e com isso produziram dicotomias como centro/periferia, ordem/desordem, normalidade/desvio.

Desenvolve-se uma série de argumentações que, quase sempre, levam a supor a existência de 'ações violentas' que seriam possivelmente controladas com a **eliminação ou contenção do sujeito praticante** de atos de violentos. Ao ser pensada como um ato isolado, mesmo configurando-se de forma mais ampla a partir da visão de um cenário propício às práticas de violência, tende-se a deixar de perceber a violência como uma extensiva rede fenomenológica. (DIÓGENES, 1998, p. 78, grifo meu).

Torna-se necessário, então, produzir análises a partir de novos referenciais que levem em conta este novo contexto. Beck (2000) sugere que devemos procurar construir, em meio às contradições e rupturas, linhas de coerência e de continuidade. Propõe ainda buscar respostas radicais aos riscos e desafios produzidos pela modernidade, a partir do desenvolvimento de novas opções, destacando que eles podem mobilizar novas energias sociais e políticas. Para Diógenes (1998), é necessário potencializar uma visão multidimensional da questão da “violência”, no sentido de manter a variedade, a diversidade e a multiplicidade dos vários aspectos que a compõe.

As práticas de violência são fundadas na incerteza e no acaso, elas são essencialmente fragmentárias, tendo, por tais características, mobilizado teorias duais, compartimentalizadas e estigmatizantes. Esse caráter dividido, que pontua o imaginário da violência não deixa de ser uma resistência à percepção da mesma como uma ocorrência de 'dentro da vida social'³⁰, articulada à sua intrincada rede de acontecimentos. (DIÓGENES, 1998, p.91).

É necessário considerar, ainda, que a vida social não se constitui em um processo homogêneo, em que a sociedade como unidade circunscreve e produz atores linearmente, mas um processo heterogêneo, onde "a negociação da realidade, a partir das diferenças, é consequência de interações sociais sempre heterogêneas e com potencial de conflito" (VELHO, 1996, p. 11).

Assim a multidão "pode prometer prazer, mas também anunciar perigo", então, "deter o encontro antes que ele mergulhe além da superfície é o mais comum dos estratagemas" (BAUMAN, 2003, p. 132). Dessa forma, à medida que aumenta a diversidade da multidão urbana, aumenta também a suspeita e as razões para o nosso medo. E esse medo pode ser projetado, como vimos, nos estranhos e utilizado para condenar a vida urbana por ser perigosa por causa da diversidade.

A busca de segurança e de proteção frente à diversidade atrai os projetos comunitários:

A atração da comunidade dos sonhos comunitários se funda na promessa de simplificação: levada a seu limite lógico, simplificação quer dizer muita mesmice e um mínimo de diversidade. A simplificação oferecida só pode ser atingida pela

³⁰ Como vimos no primeiro capítulo, a Teoria do Ator-Rede permite superar a dicotomia dentro-fora, a partir da noção de *rede*.

separação das diferenças: reduzindo a probabilidade de que se encontrem e estreitando o alcance da comunicação. Esse tipo de unidade comunitária se funda na divisão, na segregação e na manutenção das distâncias. Essas são as virtudes que figuram com destaque nos folhetos de propaganda dos abrigos comunitários³¹. (BAUMAN, 2003, p. 132-133).

Assim, a canalização da ansiedade para os cuidados com a proteção causa mais insegurança. O projeto comunitário exacerba a condição que promete corrigir, pois injeta força nas atomizações que continuam a gerar insegurança. Ainda, endossa e sanciona a escolha de proteção como lugar de confronto com as forças da dissensão e da insegurança, encobrindo outros fatores contemporâneos que provocam ansiedade. Conforme Bauman (2003):

As duas tarefas que deveriam ser invocadas pela comunidade para enfrentar as patologias da sociedade atomizada de hoje num campo de batalha verdadeiramente relevante são a igualdade de recursos necessários para transformar o destino dos indivíduos *de jure* em indivíduos *de facto*³², e um seguro coletivo contra incapacidades e infortúnios individuais. (p.133)

O autor afirma que, neste mundo que rapidamente se globaliza, somos todos interdependentes. Como efeito, nenhum de nós pode ser senhor de seu destino por si mesmo. "Há tarefas que cada indivíduo enfrenta, mas com as quais não se pode lidar individualmente" (*ibid.*, p. 133). A separação e a distância dos outros torna difícil esta tarefa, pois o controle sobre as condições que enfrentamos só pode ser obtido coletivamente.

Se vier a existir uma comunidade no mundo dos indivíduos, só poderá ser (e precisa sê-lo) uma comunidade tecida em conjunto a partir do compartilhamento e do cuidado mútuo; uma comunidade de interesse e de responsabilidade em relação aos direitos iguais de sermos humanos e igual capacidade de agirmos em defesa desses direitos. (BAUMAN, 2003, p. 134).

Beck (2000) entende que há dois modos de conceituar a globalização, claramente distintos. O primeiro fundamenta-se na idéia de uma globalização simples e linear, em uma "sociedade estatal e nacional, fundada sobre uma identidade coletiva mais ou menos homogênea" (p.7). Nesse sentido a globalização é algo que vem do exterior que ameaça e agride a identidade comum. O segundo corresponde ao conceito de *globalização reflexiva*, no qual:

[...] a definição de sociedade e de comunidade muda radicalmente. Viver juntos não tem mais o significado de residir em lugares geograficamente contíguos. Pode também significar viver juntos ultrapassando os confins estatais e também os continentais. E isso vale não só para os 'atores globais' e para os *managers* do

³¹ Pode-se citar os condomínios fechados como exemplo de "abrigo comunitário" ou projeto comunitário, no Brasil.

³² O autor esclarece que indivíduos *de jure* são indivíduos "nomeados", aconselhados a resolver os seus problemas por seus próprios meios porque ninguém mais fará isto por eles. Já indivíduos *de facto*, são indivíduos "senhores do próprio destino por meio de atos e não meramente em declarações públicas" (BAUMAN, 2003, p. 68).

capitalismo global, mas também, por exemplo para o taxista indiano que trabalhe em Londres ou para mexicanos que vivam em Nova Iorque ou no México e que decidam, prescindindo das fronteiras, negócios comuns a realizar-se em cidades mexicanas. (BECK, 2000, p.7).

Ao analisar as violências no contexto mundial, o autor afirma que a democracia transnacional deverá levar em consideração mudanças fundamentais que ocorreram na organização transnacional do crime e das violências:

As distinções clássicas entre 'guerra' e 'paz', 'interno' e 'externo', 'sociedade civil' e 'barbárie' - distinções associadas à autonomia do Estado nacional - já estão superadas. Ao mesmo tempo, é possível identificar novas tendências civis que poderiam oferecer as bases para uma paz estável. As Nações Unidas devem certamente ser revigoradas. Mas o fenômeno da globalização do crime e da violência exige também resposta por parte de uma estrutura de cooperação de tipo estatal. (BECK, 2000, p. 12³³).

1.3.3 Violências, sentimento de insegurança e política

Freqüentemente as mesmas vozes que se levantam para denunciar as violências e solicitar segurança para o cidadão clamam por ordem e por controle. Segundo Chesnais (1981), a política se nutre da insegurança porque a insegurança lhe confere autoridade e legitimidade. O discurso sobre segurança é carregado de ambigüidade, pois se apoiando sobre o consenso implícito da necessidade fundamental de segurança, busca justificar o aumento do controle social, a repressão e, ainda, camuflar perdas de liberdades conquistadas. Para o autor, a exploração do sentimento de insegurança é inseparável das preocupações eleitorais e envolve a direita e a esquerda:

O tema da segurança desperta os instintos mais profundos, dentre os quais o instinto de conservação. Jogando sobre os medos inconscientes, atizam a veia quente da propriedade dos bens e da pessoa, último refúgio da identidade nacional, esse discurso solicita os reflexos, unitários e conservadores, de defesa coletiva. (CHESNAIS, 1981, p. 20).

Desta forma, o discurso de segurança, ao atrair e mobilizar as pessoas e ao legitimar práticas de vigilância e controle sociais³⁴, constitui uma estratégia de acesso e manutenção do poder de governar um município, um estado, uma nação.

No capítulo cinco, que discutirá “as tecnologias de vigilância e controle e a gestão das violências”, apresentarei o programa “Tolerância Zero”, que a partir do discurso de segurança e as estratégias de controle que estão se delineando, pode vir a se configurar em um exemplo de exploração do sentimento de insegurança e medo vinculado a preocupações eleitorais e a busca de autoridade e legitimidade identificadas por Chesnais.

³³ Tradução minha.

³⁴ Sobre a discussão do medo como indutor e justificador de políticas autoritárias de controle social ver Batista (2004).

*

Neste capítulo, em continuidade com a exposição dos fundamentos teórico-metodológicos iniciada na introdução e primeiro capítulo, foram discutidos alguns aspectos que caracterizam este estudo com desdobramentos que serão resumidos a seguir e poderão ser percebidos nos próximos capítulos:

- No lugar de tomar uma definição de “violência” *a priori* para relacioná-la ao empírico, esta pesquisa opta por uma determinada forma de compreendê-la: não como ponto de partida, mas como ponto de chegada; como resultado final de um processo que envolve *mediadores* em sua fabricação e que além das práticas consideradas violentas aborda os processos de *tradução* da categoria, os processos de *inscrição* dessas práticas e as estratégias de gestão e controle.
- A ênfase na não dissociação dos significados traduzidos pela categoria violência dos valores e normas dos coletivos investigados, que acompanhou as *traduções* e todo processo de investigação, tem como efeito a valorização das singularidades na descrição dos eventos estudados.
- A identificação das dicotomias produzidas nos estudos sobre violências levou a escolha de referenciais teórico-metodológicos que buscaram tangenciar divisões como: local/global, dentro/fora, normalidade/desvio, ordem/desordem, centro/periferia, bem/mal e levar em conta o novo cenário político-social, de forma a não reduzir a complexidade, mas manter a variedade, a diversidade e a multiplicidade que compõem as violências.
- A abrangência das mudanças que caracterizam a contemporaneidade permitiu uma atitude atenta para a apreensão da mídia como uma instância de subjetivação coletiva; para a identificação de novos atores e de novas respostas frente à exacerbação do sentimento de insegurança, como as novas tecnologias de vigilância e controle que compõem estratégias de gestão da “violência” e o aumento de empresas privadas que vendem “segurança”, ou, ainda, a delegação dos efeitos de uma *rede* a um *ator* (o “outro”, o estranho), que passa então a personificar o “mal”.

CAPÍTULO 3

A CIDADE DE CHAPECÓ (SC) E AS REDES DE VIOLÊNCIAS

[...] não existe algo como uma história exaustiva ou definitiva que possa capturar todos os aspectos do que é contado, bem como não pode haver uma história neutra e independente de quem a conta, como se fosse contada de lugar nenhum. Assim, a única maneira [...] passa a ser e estar em algum lugar particular, de onde se pode legitimamente contar uma multiplicidade de histórias, fazendo da seleção uma característica necessária de qualquer narrativa histórica.

(CUKIERMAN, 2000, p. 15).

Ao iniciar os estudos sobre violências em Chapecó optei por realizar um trabalho de campo³⁵ para conhecer melhor a cidade e definir o problema da pesquisa. Nesta primeira fase de investigação, que denominei de exploratória, tomei como referência as seguintes questões de pesquisa:

- Que espaço é esse?
- Quem vive aqui?
- Quais as histórias dessas pessoas e desse lugar?
- Como esse contexto produz/é produzido pelas violências?
- Quais as peculiaridades desse espaço, no que diz respeito às violências?

Elegi como estratégia metodológica a pesquisa bibliográfica (estudos sobre a cidade e região), a pesquisa documental e entrevista sem roteiro previamente estruturado com atores vinculados à Polícia Militar, à Polícia Federal e ao Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV).

Como desdobramentos dessa fase da pesquisa, além de indicadores atuais, emergiram algumas informações sobre a história da cidade e região, mais especificamente sobre o povoamento e alguns períodos do desenvolvimento relacionados a acontecimentos que

³⁵ A pesquisa foi realizada em julho de 2004.

ficaram marcados como violentos. No entanto, quando se utiliza a categoria violência envolvendo diferentes épocas é necessário cautela, pois como vimos “violência” não é um objeto natural que se mantém no tempo e no espaço, mas uma categoria construída historicamente, engendrada por práticas, fabricada por elementos heterogêneos, com significados diferentes marcados por cada contexto social, cultural, político e econômico.

Mas como descrever essas informações que remetem a diferentes momentos da cidade? Como organizar e dar sentido a uma multiplicidade de histórias sem simplificar, reduzir ou tornar linear e evolutivo no tempo?

Com base em Law (2002) optei por cultivar histórias no plural, uma ao lado da outra, produzir pequenas narrativas em substituição a uma grande narrativa. O autor contrapõe a forma rizomática de narrar histórias à forma arborescente. Na abordagem arborescente³⁶ a história é contada como uma "grande história", de forma linear, com início, meio e fim, onde tudo o que é importante se mantém coeso através de uma coordenação centralizada. Na abordagem rizomática múltiplas histórias são contadas, como redes rizomáticas que se difundem por todas as direções, com interseções locais e heterogêneas. Enquanto que a abordagem arborescente opta pela unicidade e pela distribuição homogênea, a abordagem rizomática opta pelo múltiplo e pelo heterogêneo.

Considero que a abordagem rizomática, em coerência com a Teoria do Ator-Rede, possibilita manter, nas narrativas, a heterogeneidade e a multiplicidade presente nas redes de acontecimentos que envolvem práticas violentas e a cidade de Chapecó.

Ainda, é necessário considerar, com base em Shapin (1998, p. 10), que "a seleção é uma característica necessária de qualquer narrativa histórica e que não pode haver algo como uma história exaustiva ou definitiva, por maior que seja o espaço que dispenda o historiador ao escrever sobre qualquer passagem do passado." E a seleção que fazemos "representa nossos interesses, mesmo que o tempo todo objetivemos 'contá-lo como realmente se sucedeu'. Isso quer dizer que há inevitavelmente algo de 'nós' nas histórias que contamos a respeito do passado".

³⁶ Segundo Law (2002) arborescências são estruturas de árvores com inícios, meios e fins, onde tudo o que é importante se mantém coeso através de coordenação centralizada enquanto que os rizomas se difundem por todas as direções elaborações e interações que se mantêm coesas como um tecido de fibras.

3.1 A cidade de Chapecó (SC)

O nome Chapecó tem origem na palavra Kaingang *echa+apê+go*, que significa *donde se avista o caminho da roça*³⁷. O município foi criado pela lei nº 1.147 do Governo de Santa Catarina em 25 de agosto de 1917. Sua área territorial atual é de 625,60 km². Chapecó teve sua população estimada pelos dados do IBGE de 2006 em 172.962 habitantes, sendo distribuída 93% na área urbana e 7% na área rural.

A cidade caracteriza-se pela forte indústria agroalimentar alicerçada historicamente em unidades familiares de produção e sedia grandes empresas processadoras e exportadoras de suínos, aves e derivados. Faz-se presente de forma secundária a indústria moveleira, metal-mecânica, de vestuário, cerâmica, plásticos, embalagens, transportes, bebidas, e confecções. A cidade é composta também por estabelecimentos comerciais diversificados e serviços especializados que atendem também outros municípios da região³⁸, destacando-se a presença de dois hospitais regionais, seis instituições de ensino superior (duas universidades e quatro faculdades), duas emissoras locais de televisão, quatro jornais locais diários, três estações de rádio FM, duas AM e um aeroporto em processo de internacionalização.

As histórias da cidade de Chapecó estão imbricadas com as histórias do Oeste Catarinense, região³⁹ da qual faz parte. O povoamento dessa região inclui diferentes grupos étnicos: índios, caboclos e descendentes de europeus (colonos de origem, italiana, alemã e polonesa) e envolveu disputas e conflitos na ocupação do espaço.

Segundo Renk (2004), mesmo sendo habitada pelos índios e caboclos, a região constava nos mapas como região desconhecida e despovoada até 1920, passando então a denominar-se de Oeste Catarinense. O processo de colonização⁴⁰ da região foi feito através de concessões de terra pelo Estado de Santa Catarina às empresas colonizadoras, na sua maioria em troca da construção de estradas, e não levou em conta os que nela até então habitavam sem legalizá-la, já que a concebiam como natureza e fonte de alimento para quem tomasse posse. A empresa Colonizadora Bertaso coordenou a colonização em Chapecó, construiu estradas e vendeu propriedades a pequenos agricultores descendentes de europeus, principalmente italianos, que migraram de diferentes lugares do Rio Grande do Sul para o município.

³⁷ Há outras versões para a palavra, como: ‘chapadão alto’, ‘chapéu feito de cipó’ e ‘põe no chapéu’.

³⁸ Chapecó é considerada pólo regional, pois concentra uma infra-estrutura mais ampla que as demais cidades da região e situa-se num entroncamento de vias, servido de vias rodoviárias com acesso a diferentes lugares do estado e demais regiões do país.

³⁹ Renk (2004) contrapõe a noção de região essencializada a de ficção: a região é fabricada pelos grupos sociais, que ocupam posições diferenciadas no espaço social, e pelas histórias, com múltiplos planos que não se encaixam em limites geográficos.

⁴⁰ Colonização “é o processo de retalhamento das áreas em glebas de 24 hectares, a chamada colônia, vendida aos pequenos agricultores”. (Renk, 2000, p. 81).

3.2 Disputas pelas fronteiras

O Oeste catarinense faz fronteira ao Norte com o Paraná, ao Sul com o Rio Grande do Sul, e ao Oeste com a Argentina. O seu espaço geográfico primeiramente permaneceu em litígio entre Portugal e Espanha durante o período colonial. Esta disputa se estendeu no período pós-independência, envolvendo a Argentina e o Brasil, e passou a ser território do Brasil, mediante o juízo arbitral dos Estados Unidos, em 1884. A disputa com a Argentina, pela área, levou o governo imperial brasileiro instalar a Colônia Militar de Chapecó, em 1882, para assegurar a posse do território. Segundo Piazza e Hubener (1982), pelo decreto de criação a Colônia poderia distribuir títulos de terra e promover a colonização da região, sendo sua finalidade proteger os habitantes contra os índios e ao mesmo tempo catequiza-los e civilizá-los.

A área esteve em conflito também entre os estados de Santa Catarina e Paraná, resultando na Guerra do Contestado (1912-1916). Essa guerra teve como pano de fundo a disputa de fronteira entre os dois estados e a dupla legalização das terras. A eclosão do movimento foi acelerada pela construção da ferrovia São Paulo - Rio Grande do Sul. A Brazil Railwai⁴¹ recebeu, em troca da obra, a concessão de quinze quilômetros de terras ao longo da ferrovia, em área contestada pelos estados e ocupada por fazendeiros e pequenos posseiros. Na ânsia de obter lucros, com a extração de madeiras e vendas de terras, a empresa passou a usar de agressão para desalojar os posseiros que, juntamente com pessoas demitidas pela empresa, passaram a lutar pelos seus direitos, enfrentando a polícia particular da ferrovia e as tropas federais. Conectado a isso houve o confronto religioso entre o catolicismo popular e o oficial, cujo acirramento contribuiu para a eclosão do movimento. O Oeste catarinense foi integrado ao estado de Santa Catarina através de um acordo assinado em outubro de 1916 e reconhecido pelas assembleias estaduais do Paraná e Santa Catarina em março de 1917. (RENK, 2004 e WERLANG, 2006).

Segundo Auras (1984), o interesse pelo domínio da região era devido a esta possuir, dentre outros recursos, abundantes ervais (erva-mate), que era considerado o "ouro verde" do sul na época e cuja exploração já estava em processo.

⁴¹ Empresa responsável pela construção da ferrovia.

3.3 Conflitos pela dominação do território

Dentre os acontecimentos que ficaram marcados como violentos durante o povoamento do Oeste catarinense, destaco aqueles vinculados ao processo de dominação do território que era habitado pelo povo Kaingang e pelos caboclos.

Em 1850, a criação da Lei de Terras (nº 601 de 18-09-1850), pelo Governo imperial⁴², promove e estimula a colonização do Sul do país por imigrantes da Europa⁴³. Segundo D'Angelis (1995, p. 175), essa nova legislação "favorece o empreendimento colonizador e estabelece a especulação imobiliária no país, voltando-se contra as formas tradicionais de apropriação de terras, que eram: a sesmaria, a posse direta (morar e usar a terra) e a ocupação indígena". A Lei foi regulamentada pelo Decreto nº 1318, de janeiro de 1854 e as exigências legais e de recursos para regularizar as posses existentes, não estavam ao alcance dos caboclos e dos índios. Favoreceu pessoas de posse e com acesso a informações e aos círculos do poder que titularam para si enorme extensão de terra, com o objetivo de lucrar com a revenda a empresas colonizadoras ou diretamente a colonos.

D'Angelis (1995) mostra, em seu estudo, que em vários momentos houve na região o uso da força das armas ou da própria justiça manipulada por empresários e/ou empresas colonizadoras para que os índios saíssem de suas terras. Através de fragmentos do relato da pesquisa do autor, ilustro com algumas cenas a retirada dos índios de suas terras:

Em Santa Catarina, na área do Xaçupé, atuava como encarregado a esse tempo o funcionário Wismar da costa Lima⁴⁴. Atendendo ao interesse de madeireiros da região, esse funcionário promoveu a retirada forçada dos Kaingang do Toldo Embu, chegando a transportar índios amarrados para retirá-los de lá. (*Ibid.*, p.201)

Esgotados os meios de fazer os indígenas sair do Chimbangue, por respeito aos documentos 'legais' por ela apresentados, a Luce, Rosa e Cia. decide-se por alienar a maior parte das terras da área, entregando-a a terceiros para colonizar. Vai, porém, impor-lhes, na escritura de compra e venda, 'a inclusão da condição que ficará a cargo dos compradores interessarem-se **pela retirada dos intrusos** hoje existentes na gleba de terras vendidas'⁴⁵. (D'ANGELIS, 1995, p. 200, grifo meu).

A partir dos primeiros sinais de reorganização da comunidade indígena no Chimbangue, em 1979, alguns agricultores passam a usar da violência para tentar a expulsão definitiva dos índios, incluindo algumas tentativas de homicídio. [...] a FUNAI busca pressionar os Kaingang para que se transferissem ao Xaçupé. (*ibid.*, p. 207).

⁴²Que dispõe sobre as terras devolutas do Império, sobre as possuídas por títulos de sesmarias, sobre o registro de posses e titulação de terrenos rurais e sobre o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros.

⁴³ Segundo D'Angelis (1995, p. 175), a nova Lei de terras buscava atender as exigências daquele momento: "submeter-se às pressões dos governos europeus no sentido de favorecer as titulações de terras a imigrantes e, por outro lado, incorporar as terras agricultáveis ao mercado da compra e venda (instituinto os 'títulos' e abolindo as formas tradicionais de direito de posse)".

⁴⁴ O autor refere-se ao Serviço de Proteção ao Índio (SPI), que chegou a ser chamado, por causa desse evento, de Serviço de Perseguição aos Índios, pelo Juiz Antonio Selistre de Campos, naquela época, no Jornal A Voz de Chapecó.

⁴⁵ Este evento ocorreu em 1948.

A violência contra os Kaingang na sua área foi retomada por colonos incentivados pela impunidade, e a situação chegou ao ponto insustentável em agosto de 1985, quando a aldeia indígena foi colocada sob o cerco de 500 homens da Polícia Militar. A luta dos índios do Chimbangue realizou, no entanto, a façanha inédita de mobilizar amplos setores, dos mais expressivos da sociedade catarinense a exigir respeito aos direitos dos índios e justiça com os agricultores. [...] A solução veio por Decreto Presidencial de 30 de dezembro de 85, e a indenização e reassentamento dos agricultores não-índios de metade da área, em 1986. Aos Kaingang coube cerca de 920 hectares. (*ibid.*, p. 208).

[...] Para manter sua liderança paralela na área, a FUNAI não hesitou em manter com alimentação, transporte e até bebidas os índios desaldeados dentro do Chimbangue, contra a vontade da comunidade local, dona da terra. Como ainda isso não permitisse a FUNAI atingir seus objetivos [...] em 1º e 2º de novembro de 1986, promoveram uma invasão armada no Toldo Chimbangue. [...] Na invasão, vários Kaingang saíram feridos (alguns, gravemente baleados) e, [...] 11 famílias Kaingang do Chimbangue foram retiradas da área e jogadas com suas mudanças na periferia daquela cidade. (*ibid.*, p. 209)

O processo de expropriação da terra não se limitou ao território dos índios, incluiu também as propriedades dos caboclos ou *brasileiros*, como se autodenominam, que a partir da acentuação da colonização pelos descendentes de imigrantes, foram sendo sistematicamente afastados de suas terras para dar lugar aos que chegavam. A expulsão dos caboclos posseiros, que passaram a ser chamados de "intrusos", foi institucionalizada através das vendas das terras a colonos.

Renk (1995) afirma, com base em seus estudos, que o uso da força policial para remover os "intrusos" não foi uma prática comum na primeira década de colonização. Surtia mais efeito a tática de "ir nas boas". A autora cita um caso de enfrentamento através de práticas de atemorização e intimidação, pela superstição do caboclo:

Uma das práticas utilizada, pelos **colonos italianos** de Vargeão, consistia em atemorizar os **negros**, isto é, os **intrusos**, que se recusavam a sair da área. Passaram a assustá-los três sextas-feiras consecutivas. Para isso tomavam um ou dois corvos, besuntando-os com óleo, amarrando um pano oleado e incendiado. Soltando a ave, em área próxima àquela ocupada pelos **intrusos**, os **colonos** sincronizavam os riscos de fogo no céu com urros em uma lona improvisada em megafone, "pra dar a impressão que era o diabo, anunciando o fim do mundo". Na avaliação do ator, a prática foi eficaz, de modo que os renitentes fugiram assustados. (RENK, 1995, p. 230, grifos da autora).

Na segunda década de colonização o despejo foi utilizado como forma de retiradas dos *brasileiros* de suas terras. Segundo Renk (1995, p. 236):

A narrativa do despejo apresenta elementos estruturais. O primeiro elemento é a chegada do vilão. 'um morto de fome pela terra, que pode ser a Companhia, intermediário ou preposto desta. [...] A hipótese a ser levantada consiste no seguinte: trata-se de testa de ferro da Companhia ou madeireira; ou ainda, seria o negócio rentável adquirir área ocupada, limpando-a para posterior revenda. Outra possibilidade era a venda da área intrusada, com preço inferior ao mercado, ficando o comprador com o ônus de retirada da população. O segundo elemento da narrativa é a presença da força policial, para proceder ao despejo. O terceiro é a ação

arbitrária de 'pinchar fora as tralhas', isto é, jogar fora os objetos, como móveis e utensílios. Pode ser acrescida da derrubada e queima dos ranchos.

Com relação ao destino dos *brasileiros* expropriados de suas terras, Renk relata que uma parte continuou em outras áreas menos concorridas, outra parte voltou-se ao trabalho assalariado na indústria madeireira, na colônia ou, ainda, como tarefeiro na atividade extrativa da erva-mate.

3.4 Imagens do Oeste catarinense

Após a resolução da disputa do território entre Paraná e Santa Catarina, o governo de Santa Catarina destinou funcionários para atuar na região Oeste, na legalização de terras com o propósito de integrar e legitimar sua posse. Com esse objetivo, o Estado concedeu títulos de grandes extensões de terras a companhias colonizadoras em troca de infra-estrutura na região. Os trechos desabitados e os terrenos com matas, no município de Chapecó, eram considerados propícios para os criminosos esconderem-se. «A imagem que se tinha do Oeste era de um grande 'vazio' e 'caos' onde reinavam os 'fora-da-lei'» (BATISTELA, 1997, p. 27), portanto a finalidade era levar a "ordem" e o "progresso".

Dois pontos contribuíram para a formação desse imaginário: "os conflitos envolvendo disputas entre coronéis locais" e a "falta de vigilância policial permitindo a penetração e habitação de 'foras-da-lei'" (BATISTELA, 1997, p. 27).

Com relação aos coronéis⁴⁶, os mesmos disputavam o poder político e também o domínio sobre o comércio da erva-mate. Cada qual tinha um grupo aliado que fazia parte de seu exército particular e fazia uso de armas quando convinha. A autora ressalta que a nomeação dos delegados era feita por alianças e simpatias pessoais e muitas vezes o delegado fazia parte do exército pessoal dos coronéis. Em Chapecó o policiamento também fazia parte do envolvimento em defesa de um dos coronéis.

Quanto à ausência policial, Cabral apud Batistela (1997, p. 28), afirma:

[...] não havia justiça e os criminosos que delinqüiam num Estado, passavam as linhas mal definidas e se acolhiam no outro, onde as autoridades, nas rivalidades que a questão de limites suscitava, os aceitavam.

Em 1929, foi estabelecido um convênio policial entre as polícias dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina para combater o banditismo. Através do convênio as autoridades dos estados poderiam ultrapassar as fronteiras para efetuarem prisões e apreensões e prestar mútuo auxílio na "perseguição de bandoleiros".

⁴⁶ Batistela (1997) cita os chefes locais da época: Fidêncio de Mello e Santos Marinho.

Hass (1999) afirma que a fama de "território violento" ainda persistia em 1948, quando o jornalista Zedar Perfeito Silva percorreu o Oeste catarinense: "foi aconselhado por alguns amigos a levar uma arma de fogo 'porque lá de cima, pensavam eles, resolviam tudo no trabuco'" (p. 27). De acordo com Batistela (1997, p. 31) era comum, na época, o porte de armas entre os brasileiros; era considerada uma ferramenta, "um bem e um ponto de honra".

É importante ressaltar, com base no estudo de Batistela, que a imagem que a capital tinha da população do Oeste não coincidia com a imagem que a população tinha de si própria. A partir de pesquisa realizada com moradores de Xanxerê⁴⁷, que se localiza próximo à cidade de Chapecó, a autora discute como os caboclos e os imigrantes italianos concebem esse período e o significado que dão ao termo "banditismo". A categoria *brasileiro* é adotada pelos caboclos e a categoria *de origem* pelos imigrantes italianos e alemães provindos do Rio Grande do Sul⁴⁸, para se autodenominarem.

O "tempo do banditismo", referência ao tempo passado marcado pelo *banditismo*, é considerado como o tempo em que a troca de balas era comum e envolvia a todos direta ou indiretamente. No entanto, ele não é concebido de forma homogênea pelos moradores, mas de forma singular a partir de suas experiências e posições espaciais que ocupam.

Para alguns *brasileiros* descendentes de famílias que residiam em Xanxerê durante o período da colônia militar (1822 a 1910), o "tempo do banditismo" iniciou logo após a saída da colônia militar; consideram que no tempo da colônia as regras eram respeitadas e após não, tornando-se um período de insegurança:

Depois da colônia militar o povo se armou. Tudo brigavam, tudo fazia espera⁴⁹ e coisa. Brigavam, porque sabe como é o caboclo, não tendo a mesma autoridade, ele quer ser papai. Vai numa festa de revolver 38, dá tiro, briga, encrenca. (Entrevista de informante *brasileiro* apud BATISTELA, 1997, p. 40)

Para outros *brasileiros*, sobretudo os ex-posseiros, o "tempo de banditismo" coincide com o período de colonização, marcado pelos conflitos com as madeiras - que retiravam os pinheiros das áreas, independente das posses estabelecidas - e ocupação da região pela população *de origem*.

É na época das madeiras que começou o banditismo. Antes não tinha não. O negócio foi ali, do negócio da madeira. Trouxeram capangas do Rio Grande. Quem trouxe foram eles que ficaram os donos de Xanxerê. Os capangas garantiam a retirada da madeira. Então os capangas, quando encontravam resistência eles surravam, queimavam os ranchos, as casas dos

⁴⁷ Batistela (1995, p. 35) esclarece que o estudo não se limita à cidade de Xanxerê "enquanto espaço jurídico/administrativo, mas enquanto espaço político e simbólico. Neste sentido as fronteiras vão além do municipal, abrangendo os espaços onde circulam os moradores", com fronteiras fluídas.

⁴⁸ Segundo Renk (1995, p. 225) a categoria "de origem" para designar a população descendente de europeus é utilizada como contraponto à população "sem origem", ou seja, os *brasileiros*.

⁴⁹ Segundo Batistela (1995, p. 40), "espera" é a expressão utilizada para emboscada".

caboclos, toavam eles e tiravam os pinheiros. (Entrevista de informante *brasileiro* apud BATISTELA, 1997, p. 41)

A autora analisa que o dono da madeireira não é identificado como "bandido", pois é o capanga quem realiza a "limpeza" da área.

Ainda, outros *brasileiros* identificam como "bandido" pessoas do local que não respeitavam regras de convivência, oferecendo perigo, brigando freqüentemente por qualquer motivo.

Para os *de origem*, o "tempo de banditismo" é concebido como o início da colonização, porém visto de forma diferente que os *brasileiros*, associado ao desrespeito à propriedade e à lei devido aos conflitos entre a polícia e os *brasileiros*. Para os *brasileiros* e alguns *de origem*, que igualmente sofreram expropriação, as madeireiras "compravam" os delegados, que muitas vezes faziam papel de capangas. O confronto entre a polícia e os *brasileiros*, segundo Batistela, é considerado legítimo pelos *brasileiros* ao fundamentar-se na luta pela sua terra e sua honra. Em alguns relatos, no entanto, aparecem como uma contribuição negativa do *brasileiro* que devia respeitar "a ordem". A autora ressalta que a agressão praticada contra os *brasileiros* não é mencionada nos dizeres de maior parte dos *de origem*.

Com relação à imagem do Oeste vinculada ao *banditismo*, Batistela enfatiza a importância de considerar o envolvimento da disputa simbólica e material na construção do espaço. Nesse sentido, na imagem atualizada através da memória, *brasileiros* e *de origem* ora esquecem, ora reinventam acontecimentos. Ainda, analisa a influência do papel do Estado (instância estadual e federal) na ocupação do território através da demarcação e classificação dos espaços sociais e na constituição do imaginário sobre a região através da produção dos discursos acerca do "banditismo" e do "selvagem". De uma forma geral, é necessário considerar que há vários agentes envolvidos na produção do discurso, "resultando em diferentes leituras sobre o que é e quem é bandido" (BATISTELA, 1997, p 44).

Atualmente os meios de comunicação e os meios de transporte, ligando o interior ao litoral, proporcionam uma intensa interação entre os extremos do estado catarinense e uma melhor compreensão do espaço do Oeste catarinense. No entanto, segundo Renk (2004, p. 42), mesmo a elite local conseguindo representar-se, no âmbito da região, como "construtora do progresso e do desenvolvimento", não conseguiu externamente a mesma visibilidade para contrapor-se totalmente à imagem de rude e "atrasada", pois vinculada à produção de sua imagem de mundo social acompanham o seu sotaque, a sua desposseção lingüística, a sua *hexis* corporal, que pejorativamente é denominado por alguns de "colono casca grossa".

Outra marca da cidade, e região, vincula-se aos movimentos sociais, que nas últimas décadas tiveram visibilidade, como o Movimento dos Sem-Terra, o Movimento das Mulheres Agricultoras, o Movimento dos Atingidos pelas Barragens e o Movimento Indígena para a recuperação de suas terras. Segundo Renk (2004, p. 41), a década de 80 foi pródiga na efervescência desses movimentos e “colocaram na ordem do dia a região, caracterizando-a como uma aguerrida, combativa, do ponto de vista político”.

Ainda coexistem imagens como a de “gente trabalhadora”, a de “região de pequenas propriedades” vinculada ao tipo de agricultura praticada, entre outras.

3.5 O incêndio da igreja e o linchamento

Dois acontecimentos ficaram especialmente marcados como violentos nas histórias de Chapecó: o incêndio da igreja católica local e o linchamento de quatro homens na cadeia pública de Chapecó, que ocorreram de forma vinculada em 1950.

As pessoas linchadas foram acusadas de terem incendiado a igreja católica matriz para distrair a população enquanto roubavam residências e estabelecimentos comerciais da cidade (mais tarde dois deles foram considerados inocentes). Em torno de 200 pessoas participaram do linchamento, planejado pelo delegado, com auxílio da elite local, incentivado pelo vigário da igreja e motivado por conflitos políticos⁵⁰ e pela defesa dos valores relacionados à manutenção da ordem e preservação dos interesses da comunidade. Com a instauração do inquérito policial, o delegado e mais 71 pessoas foram julgados. Os julgamentos ocorreram em 1952: uma pessoa foi condenada a 24 anos de prisão e cinco pessoas condenadas a dois anos de detenção. O delegado foi condenado a 25 anos e 9 meses de prisão, no entanto, foi absolvido em outro julgamento quatro anos depois. Até hoje o linchamento é um assunto "tabu" e envolve o temor de divulgar os nomes dos organizadores, uma vez que alguns deles e seus familiares são nomes respeitados na cidade (HASS, 1999).

Hass (1999) considera que apesar das pessoas participantes do linchamento afirmarem "que foram ludibriados pelos organizadores" para diminuir a sua culpa ou inocentar os demais participantes do linchamento, houve uma predisposição em fazer justiça com as próprias mãos. Entre as razões que levaram as pessoas a participar do linchamento está "a defesa dos padrões comportamentais e normativos da comunidade local, que o delegado habilmente utilizou, com a conivência das instâncias de poder do lugar, para se beneficiar, escondendo as prova de suas arbitrariedades, do seu mandonismo" (p.140). Os participantes do linchamento

⁵⁰ Os conflitos políticos serão descritos nos parágrafos seguintes.

buscavam preservar os seus valores e defender o seu patrimônio, considerando o crime moralmente justo.

A autora enfoca "o linchamento e os seus desdobramentos como uma manifestação do mandonismo local com resquício do sistema coronelista que predominou na região, especialmente durante a Primeira República" (p.14). Portanto, o linchamento estaria marcado pelo jogo de relações de poder local e pelas mudanças políticas, econômicas e sociais.

A partir da década de 40, o crescimento populacional se acentuou, profissionais urbano-industriais instalaram-se na região e passaram a disputar o poder local com o partido político vinculado à extração florestal e ao comércio da terra. A chegada desses profissionais possibilitou o desenvolvimento e a expansão do comércio e da indústria no decorrer dos anos 40 e início dos anos 50.

A partir de 1945, com a queda de Getúlio Vargas, o contexto político também se modificou, iniciando-se uma fase mais pluralista de poder, com a ampliação da representação política entre vários partidos. De 1945 a 1965, foram criados sete partidos no município. Entretanto, sobreviveram alguns aspectos da política coronelista na Segunda República, como o domínio de famílias tradicionais (colonizadores e madeireiros) no quadro político partidário e as práticas de perseguição a adversários políticos e de proteção a amigos e aliados.

A entrada de novos elementos na constituição do poder político em Chapecó, segundo Hass, acarretou um período de muitos conflitos. A ruptura do domínio dos madeireiros e colonizadores ocorreu em 1950, através da vitória eleitoral da coligação opositora composta de grupos políticos vinculados a atividades industriais, comerciais e profissões liberais. A quebra da hegemonia política no município provocou eventos que mudaram a vida dos moradores de Chapecó.

A autora analisa os eventos que resultaram no linchamento e considera que os mesmos evidenciam aspectos de conflito entre os partidos, resultantes da campanha eleitoral, na qual o Partido Social Democrático (PSD) perdeu o comando municipal: os dois presos inocentes linchados estavam vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que iria assumir o comando; o advogado que tentou defendê-los era da União Democrática Nacional (UDN), com quem o PTB estava coligado; e o delegado de polícia, responsável pelas prisões, estava ligado ao PSD.

A perseguição aos adversários políticos e o uso da coação física e moral, até mesmo com a ajuda de 'capangas', característica do mandonismo local, acabaram gerando uma grande tragédia, com o linchamento de quatro homens, na cadeia pública de Chapecó e a ameaça de morte a pessoas que procuraram defendê-los, treze dias após o pleito eleitoral. Envolveu, ainda, o assassinato, em 1954, de um advogado de Caçador, defensor 'constituente' de alguns envolvidos. (HASS, 1999, p. 37).

Após o linchamento, instalou-se um clima de terror na cidade: "os envolvidos no crime, na tentativa de impedir que os nomes dos verdadeiros culpados fossem revelados, pressionaram e perseguiram pessoas ligadas aos mortos" (Ibid., p. 39). Havia também o medo da reação da família de duas pessoas inocentes linchadas (os irmãos Lima), residente no Rio Grande do Sul, que pressionava a polícia e ameaçava atacar a cidade para vingar os mortos. As festas e os bailes pararam, o cinema quase fechou por ausência de público, os viajantes evitavam a cidade, alguns moradores ausentaram-se por algum tempo e muitos mudaram de município. Demorou mais de um ano para a cidade voltar ao ritmo normal. Os imigrantes pararam de comprar terra e vir para a região, o que motivou a elite local a mobilizar-se para a instalação de um frigorífico no local, com o objetivo de reativar a economia regional e o fluxo migratório.

3.6 O processo de constituição do bairro São Pedro

O Bairro São Pedro está localizado na parte leste de Chapecó e tem sido associado à "violência" da cidade, sendo considerado cenário de práticas violentas e também espaço que abriga autores de atos violentos. Por isso é conhecido como "[...] um dos bairros mais perigosos de Chapecó" (DIÁRIO DO IGUAÇU, 19/20 de outubro de 2002).

A estigmatização do bairro e de seus habitantes foi produzida concomitantemente à composição do seu espaço físico. Até a década de 60, as pessoas mais pobres viviam espalhadas pela cidade, habitando tanto as regiões centrais como a sua periferia. No final da década de 60, segundo Tomasini (1999), Chapecó intensifica seu desenvolvimento industrial. Os terrenos onde moravam essas famílias passaram a ser valorizados e comercializados no mercado imobiliário, o que gerou a necessidade de retirá-las desses locais.

Em troca deste "deslocamento" a Colonizadora Bertaso prometeu doação de terreno no bairro São Pedro, onde era a proprietária das terras. O local era formado "por um banhado, com péssimas estradas de acesso, cortadas por um riacho, sem nenhuma ponte" (TOMASINI, 1999, p. 24). O processo de remoção ficou marcado para as famílias envolvidas como despejo, considerada a maneira autoritária e violenta como este foi realizado. As famílias que resistiam à mudança tinham suas casas derrubadas pela *tombadeira* da Prefeitura e seus pertences eram jogados no caminhão e descarregados no bairro.

Atualmente, o bairro São Pedro é constituído por pessoas vindas da zona rural e de outras localidades da região, que procuram em Chapecó oportunidade de emprego, principalmente nos frigoríficos. São desempregados, agregados e pequenos proprietários de

terra em busca de melhores condições de vida. Essas famílias acabam procurando o bairro São Pedro, devido aos preços dos aluguéis, terrenos e casas serem mais acessíveis em relação aos praticados nos outros bairros da cidade.

O estigma criado com relação ao bairro faz com que moradores sintam-se constrangidos em afirmar onde moram, já que segundo os mesmos, morar no São Pedro dificulta inclusive conseguir um emprego, pela desconfiança referente à sua população. Um dos reflexos desta situação foi a mobilização da população para a divisão do bairro São Pedro em vários bairros, como uma forma de lidar com a discriminação sofrida.

3.7 Chapecó: algumas singularidades

As histórias sobre a cidade de Chapecó e região trazem a tona as relações entre diferentes grupos étnicos, que foram estabelecidas ao longo do percurso acompanhado e contribuíram para a composição de desigualdades sociais presentes na atualidade⁵¹. No entanto, as relações não se dão nem se mantêm de forma linear e junto com a voz da elite regional composta de descendentes de europeus, associada à idéia de construção do progresso e do desenvolvimento, as vozes dos índios e caboclos podem ser ouvidas e a composição híbrida de sua população pode ser percebida no cotidiano da cidade:

A população Kaingang tem lutado permanentemente para a demarcação de suas terras. Em seus protestos fecham estradas, reúnem as lideranças do Paraná e Rio Grande do Sul com apoio solidário. Procuram demarcar espaço, território, patrimônio intangível e obter visibilidade. Se fazer presente. No que diz respeito aos guaranis, além da luta pela área no município de Cunha Porã, em litígio, no Extremo-oeste encontramos grupos que se deslocam para a Argentina e para Itapiranga como trabalhadores sazonais. Ignoram as fronteiras nacionais. (RENK, 2004, p. 45).

Algumas festas tradicionais foram retomadas:

Entre uma fração da população cabocla que pratica o catolicismo popular, reavivam a Festa do Divino – por muito tempo deixada de ser praticada. O mesmo ocorre entre os Kaingangs, com o ressurgimento do Kiki, a festa dos mortos, principal ritual religioso dos Kaingangs. (Ibid., p. 45).

Com relação aos descendentes de europeus, longe de constituírem um grupo com situação sócio-econômica homogênea, encontram-se hoje em condições e circunstâncias diversas que abarcam desde os desempregados, os subempregados, os que trabalham na economia informal, os que migram para outras cidades e regiões em busca de melhores

⁵¹ Para o conhecimento das peculiaridades que compuseram o mundo rural e o desenvolvimento do campesinato no Brasil, consultar Garcia (1989) e Garcia e Palmeira (2001).

condições de vida, os pequenos agricultores que lutam para sobreviver no campo, até os proprietários dos estabelecimentos comerciais e das indústrias.

É necessário considerar, também, que Chapecó atualmente possui uma taxa de crescimento populacional anual de 2,19%, recebendo diferentes pessoas de diversas regiões do país, o que amplia a sua composição híbrida, indo além dos grupos étnicos descritos.

Se tomarmos como referência diferentes épocas, podemos perceber algumas diferenças, no que diz respeito aos motivos associados ao que era e ao que é considerado violento⁵² em Chapecó. No início do processo de colonização, a cidade era vista como perigosa devido aos espaços não habitados, à grande área de mata, à presença de “selvagens”, à ausência da “lei”, às disputas pelo domínio do território e entre coronéis. Hoje a “violência” é associada predominantemente à urbanização e suas conseqüências, ao aumento da riqueza e da pobreza, ao aumento populacional e à intensificação da circulação de carros. Os fragmentos de reportagens transcritos a seguir apresentam algumas práticas atualmente consideradas violentas no município:

Seqüestro relâmpago é investigado.

De acordo com a vítima, um desconhecido pediu carona e em seguida com um objeto de ponta lhe obrigou a dar carona para outras duas pessoas, um homem e uma mulher. (...) os três munidos de uma corda, o amarraram e colocaram no porta-malas de seu carro (...) pegaram seus documentos e do veículo e exigiram que desse a senha do cartão da Caixa para retirar o dinheiro de sua conta. (JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 24/25 de julho de 2004).

Jovem leva facada em frente a um bar

Por volta de 3h40 da madrugada JD, 24 anos, foi vítima de uma facada na altura do abdômen. A ocorrência foi atendida pelo corpo de bombeiros, que efetuou curativo para conter a hemorragia e encaminhou o paciente para o Hospital Regional. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 26 de julho de 2004).

Troca de tiros durante assalto em Chapecó

Depois de assaltar a empresa (...) na manhã de ontem, dois motociclistas trocaram tiros com um empresário vizinho que percebeu a ação dos bandidos e reagiu. Os bandidos atiraram pelo menos nove vezes, segundo testemunhas. Os bandidos conseguiram fugir levando aproximadamente R\$ 700,00 em dinheiro. A empresa sofreu dois assaltos em 18 meses. (DIÁRIO DA MANHÃ, 27 de julho de 2004).

Detido por arrombamento e tentativa de furto

Na madrugada de domingo a Polícia Militar do município fez a detenção de um adolescente, por arrombamento e tentativa de furto. (...) foi constatado que existia uma segunda pessoa que se evadiu quando notou a chegada da guarnição. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 27 de julho de 2004).

Veículo furtado é encontrado no interior de Chapecó

O carro estava abandonado em uma estrada secundária sem pneus e equipamentos obrigatórios. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 27 de julho de 2004).

⁵² Veremos no Capítulo 4 que os significados também estão associados às categorias que os designam, sendo que a categoria violência passou a ser predominantemente utilizada, em Chapecó, para denominar uma diversidade de práticas a partir do final da década de 90.

Incêndio reacende conflito entre índios e agricultores

Um incêndio, que pode ter sido criminoso, está sendo o estopim para uma nova onda de conflitos entre índios e agricultores que disputam uma área de 900 hectares em Linha Sede Trentin, interior de Chapecó. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20 de julho de 2004).

Polícia Federal apreende 20 quilos de maconha

A droga estava em poder de três adolescentes que se dirigiam para Seara e chegou em Chapecó em um ônibus de linha vindo da cidade de Foz do Iguaçu. (JORNAL DIÁRIO DO IGUAÇU, 24/25 de julho de 2004).

Polícia apreende 103 bananas de dinamite em Chapecó

A origem e destinação dos explosivos que seriam suficientes para arrasar um quarteirão inteiro, estão sendo investigados. (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/25 de julho de 2004).

Homem é atropelado e morre no local

O motorista fugiu sem prestar socorro à vítima. (SUL BRASIL, 26 de julho de 2004).

Mais dois acidentes com vítimas fatais no Oeste

O primeiro ocorreu por volta de 20h, na temida curva da morte, no bairro Belvedere, em Chapecó. O segundo ocorreu em Faxinal dos Guedes. (DIÁRIO DA MANHÃ, 27 de julho de 2004).

A preocupação com a segurança pode ser ilustrada por duas reportagens sobre segurança pessoal, com "regras para não se tornar vítima da violência urbana". Uma das reportagens é escrita por um coronel da Polícia Militar e fornece orientações sobre como as pessoas devem se comportar "no dia a dia, a fim de evitar que algo errado lhe ocorra, mas também obedecendo a critérios para evitar chances ao bandido" (DIÁRIO DA MANHÃ, 24/25 de julho de 2004). A outra reportagem do Jornal do Iguaçu (24/25 de julho de 2004) fornece dicas sobre segurança pessoal no trânsito: ao dirigir, parar no sinal, estacionar e durante um assalto.

As entrevistas realizadas, durante a pesquisa exploratória, evidenciaram algumas peculiaridades, que foram consideradas nas investigações posteriores. Segundo tenente da Polícia Militar entrevistado, em Chapecó as práticas de violências mais frequentes eram aquelas associadas ao patrimônio - furto e roubo - e praticadas por adolescentes, na maioria reincidentes. Considerou baixo o número de homicídios na cidade. Avaliou que alguns furtos e roubos estavam vinculados ao uso de drogas pelos adolescentes. Identificou como prática emergente o seqüestro-relâmpago.

O Delegado da Polícia Federal de Chapecó analisou que não havia evidências do tráfico vinculado às violências em Chapecó, excluiu a possibilidade de existência de "Estado paralelo" e informou que até aquele momento não haviam prendido nenhum traficante armado

na cidade. Relatou que desde a sua instalação (outubro de 2001 a julho de 2004), a Delegacia prendeu aproximadamente 30 traficantes.

A Presidente do Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV), que também atuava como juíza de Direito da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Chapecó, em entrevista realizada por correio eletrônico, avaliou que a situação de “violência” em Chapecó era preocupante:

[...] pois vem aumentando em números de crimes praticados e também na gravidade dos delitos, tanto na esfera criminal como na infância e juventude, com atos infracionais. Antigamente nós falávamos de furto agora falamos de roubo, assalto, latrocínio, homicídios, estupros, atentado violento ao pudor etc.

Essas primeiras entrevistas, junto com o levantamento estatístico apresentado a seguir, mostraram a necessidade de incluir na investigação o que era denominado por “violência”, o processo de inscrição das práticas consideradas violentas, os diferentes coletivos que estavam se organizando em torno dessa categoria e incluir o acompanhamento de eventos para melhor abranger singularidades relacionadas ao tema em estudo.

3.8 As estatísticas oficiais que inscrevem práticas violentas em Chapecó

Concebo as estatísticas oficiais de violências, produzidas e divulgadas em Chapecó como um dos actantes das *redes* vinculadas à produção da “violência”, pois ao serem compostas e divulgadas produzem efeitos⁵³. Ainda, concebo os índices como dispositivos de *inscrição*, que tornam possível a passagem da “violência” para o papel, sob a forma de indicadores de sua presença ou ausência, de seu aumento ou diminuição, através de tipos, números, cálculos de porcentagens e gráficos. Assim, a “violência” pode ser transportada para outros lugares, mantendo certa estabilidade e pode ser combinada com outras categorias e outros registros.

O interesse pelas estatísticas vinculadas às práticas violentas, que circulam na cidade, foi despertado durante um estudo que realizei em 2003⁵⁴, a partir da percepção de que eram freqüentemente apresentadas de forma indiscriminada e genérica, na maioria das vezes sem citar as fontes, para fundamentar a afirmação de que a “violência” estava aumentando na cidade. Esta constatação me instigou a buscar conhecer, durante a pesquisa exploratória, os índices oficiais relacionados às práticas violentas do município, que serão apresentados no

⁵³ Sobre a história da construção do sistema estatístico, a partir da perspectiva da sociologia das ciências, consultar Desrosières (2000).

⁵⁴ Bonamigo (2003). Cotidiano e produção de subjetividade: discursos sobre violências em Chapecó (SC). Relatório de Pesquisa. Chapecó (SC): Unochapecó.

item 3.9.2, para verificar se seguiam as tendências apontadas. Cito, a seguir, como exemplo da veiculação de índices generalizantes, fragmentos de algumas reportagens de jornais:

Assalto à mão armada, arrombamentos de casas, estabelecimentos comerciais e veículos, brigas e diversos homicídios praticados em sua maioria por motivos fúteis. A violência em Chapecó chega confundir os moradores. Eles não sabem mais se ficam em casa para tentar proteger o patrimônio da ação dos ladrões, ou saem e ficam à mercê de assaltantes nas ruas. Nos últimos seis meses o volume de assaltos cresceu cerca de 110% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os homicídios cresceram 40% e os arrombamentos 69%. (DIÁRIO DA MANHÃ, 30/10/2002, p.13, grifos meus).

O presidente da ACIC⁵⁵, [...] colocou ao candidato como forte preocupação de Chapecó, a ocupação maciça da periferia, cujo inchaço ocorreu nos últimos anos. Para o empresário o índice de criminalidade em Chapecó está insuportável. A violência nos últimos 2 anos cresceu 400%. (JORNAL SUL BRASIL, 14/08/2002, p.3, grifos meus).

Em Chapecó, de acordo com dados do Centro de Operações da Polícia Militar, o primeiro semestre deste ano teve um crescimento de 40% nos homicídios e 110% nos roubos e assaltos a estabelecimentos comerciais. (JORNAL SUL BRASIL, 14/08/2002, p. 8, grifos meus).

Apesar dos números violentos que a polícia vem registrando em Chapecó o Secretário de Segurança Pública informou que a secretaria não dispõe de recursos ou homens para atender a demanda exigida pelo município. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 14/08/2002, p. 19, grifos meus).

Pode-se perceber que os índices de "violência" são tomados como um fato, um objeto estável, um produto final, uma *caixa-preta*. Segundo Latour (2000a, p. 14), "a expressão caixa-preta é utilizada em cibernética sempre que uma máquina ou um conjunto de comando se revela complexo demais. Em seu lugar, é desenhada uma caixinha preta, a respeito da qual não é preciso saber nada, senão o que dela entra e o que dela sai". O que importa, então, não é a sua história, nem o seu funcionamento interno, nem a rede comercial ou acadêmica para sua implementação, mas o que se põe e o que se tira da caixa-preta. No entanto, é possível acompanhar o seu processo de produção se estivermos presentes antes que ela se feche e fique preta, como propõe a primeira regra metodológica proposta por Latour (2000a), descrita no Capítulo 1. Esta tarefa foi assumida por mim no desenvolvimento das outras fases da pesquisa - ao optar por focar não mais as estatísticas, mas os eventos que se tornam índices estatísticos - e vem sendo desempenhada por vários pesquisadores, alguns citados a seguir, que têm acompanhando o processo de produção das estatísticas oficiais sobre práticas violentas no Brasil.

⁵⁵ Associação Comercial e Industrial de Chapecó.

3.8.1 O processo de produção das estatísticas oficiais

Segundo Souza (2002), as principais fontes oficiais sobre acidentes e violências são: o Boletim de Ocorrências Policial (BO); o Boletim do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER); a Comunicação de Acidentes do Trabalho (CAT); o Sistema de Informações Hospitalares do SUS (SIH/SUS); o Sistema de Informação de Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS); e o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (SINITOX).

A informação de um evento violento percorre várias organizações até se constituir em estatística oficial. Souza (2002) aponta alguns fatores que condicionam a informação desde a origem: a) a função social da organização; b) a formação e o treinamento dos profissionais e técnicos envolvidos no atendimento, na realização dos exames e no preenchimento dos formulários; c) a capacidade tecnológica dos serviços responsáveis pelo diagnóstico da causa violenta não fatal e pelo atestado da causa violenta da morte.

A CID-10^a revisão é usada pelo setor saúde para agrupar os eventos mórbidos e fatais dos acidentes e violências. As informações sobre a mortalidade por causas externas constituem o Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM/MS), que foi criado, em 1975, pelo Ministério da Saúde. Com a implantação desse sistema, o atestado de óbito foi padronizado em um único modelo, o que possibilitou a comparação dos indicadores em diferentes áreas do país.

Ximenes e colaboradores (2003) e Souza (2002) apontam alguns problemas referentes às estatísticas de mortalidade: a) atualmente o sistema cobre 80% de todos os óbitos do país, sendo que nas áreas urbanas a cobertura é quase total; b) há um número elevado de declarações de óbito (DO) codificadas como "eventos cuja intenção é indeterminada"; c) uma parcela da população é enterrada em cemitérios clandestinos, sem o conhecimento e registro pelas instituições responsáveis; d) em muitas localidades o Instituto de Medicina Legal (IML), responsável pela emissão da declaração de óbito para todas as causas externas, funciona precariamente ou inexistente. Nos locais onde o IML existe, freqüentemente, o médico legista apenas informa a natureza da lesão sem registrar a circunstância que provocou o óbito (o que possibilitaria identificar a causa da morte)⁵⁶; e) a estatística tem sido produzida de modo lento

⁵⁶ Ximenes e colaboradores (2003) esclarecem que freqüentemente os médicos argumentam que registrar as circunstâncias da morte significaria apontar a causa jurídica do óbito, sendo que a DO poderia se transformar numa prova a ser usada nos inquéritos policiais. O Ministério da Saúde, na tentativa de superar este problema, retirou da parte IV da DO, o campo que indica o tipo de violência, passando-o para a parte VI (causas externas), incluindo uma nota explicando que os dados referentes a esta parte da DO somente podem ser utilizados para fins epidemiológicos.

e defasada no tempo, havendo um longo intervalo entre a ocorrência do evento e a sua publicação.

A produção, divulgação e apropriação das estatísticas oficiais podem ser entendidas por um lado como um caminho para a construção da cidadania, como um direito da sociedade ao acesso a estas informações, e por outro como um dispositivo de controle do monopólio legítimo da “violência” pelo Estado. No processo de produção das estatísticas, pode-se perceber que o setor de saúde registra os eventos violentos tendo como referência à vítima, focando características do processo de vitimização. Os órgãos policiais, por sua vez, registram os eventos violentos tendo como referência o agente da “violência”, buscando o seu controle. No entanto, ambos denotam ações contra as quais objetivam dar combate e geram demandas de incriminação.

Njaine e colaboradores (1997) compreendem que a informação sobre “violência” no seu processo de produção é desqualificada e tratada pelas instituições públicas, responsáveis pelo registro e sistematização, como de domínio privado e não como uma prestação de serviços à sociedade, não como um direito da sociedade. De forma geral, segundo as autoras, na fase de geração da informação, o evento violento é pouco esclarecido tanto por parte da polícia, quanto por parte dos serviços de saúde. Os formulários refletem essa ausência de esclarecimento dos eventos, ao se apresentarem mal preenchidos pela precariedade da investigação e também pelo desinteresse e descaso dos funcionários. As péssimas condições de trabalho e o despreparo dos profissionais contribuem para a má qualidade do registro. Os efeitos desta forma de registro podem ser detectados através das elevadas proporções de informações não esclarecidas, que aparecem nas categorias "informação ignorada" e "sem informação".

As autoras analisam, ainda, que além das questões técnicas, as práticas culturais dos profissionais também contribuem através dos estigmas e acabam reproduzindo um tipo de informação preconceituosa e segregadora. Ao descreverem as vítimas de “violência”, os profissionais "minimizam o fato, negligenciam ou mesmo se omitem em relação a certos casos que lhe chegam às mãos, ora porque não consideram que seja de sua alçada, ora porque imprimem às vítimas estereótipos que as relacionam a situações e marginalidade" (NJAINÉ e colaboradores, 1997, p. 410-411).

Na fase de processamento dos registros sobre violências, as informações também são desqualificadas, acaba sabendo-se pouco sobre os Boletins de Ocorrências e as Declarações de Óbitos; as estatísticas oficiais não informam sobre grande parte dos atributos das vítimas e das circunstâncias do evento, apenas informam a distribuição da violência segundo tipo, sexo

e faixa etária. As informações também são defasadas em anos e inconsistentes, pois cada organização refere diferentes quantias para um mesmo evento.

As autoras entendem que a informação ao ser bem gerada, sistematizada e divulgada, tem o potencial de "mediar os processos de conscientização de direitos, e de integração dos setores segmentados da sociedade, sobretudo através das redes que hoje se formam visando à cidadania, em contraponto ao uso apenas mercadológico" (NJAINÉ e colaboradores, 1997, p. 412).

Misse (1999) também analisa o processo de concepção e elaboração dos índices oficiais de práticas violentas, do qual destaca as estatísticas criminais. Segundo o autor, a estatística criminal faz parte dos dispositivos modernos "que regulam o controle e a distribuição legal do monopólio à violência legítima na administração da justiça" (p. 85). Segundo esta ótica, a desconcentração ilegítima da violência deve ser procurada e informada, de forma a permitir o aperfeiçoamento de desempenho dos dispositivos. No entanto, averigua-se que há uma diferença nessas estatísticas entre a "criminalidade real" e a criminalidade registrada pelos dispositivos policiais e judiciários, conhecida como *dark number* (cifra negra). A criminalidade real incluiria os crimes jamais registrados ou detectados, de criminosos não identificados e de vítimas silenciosas. Esses eventos poderiam ser contabilizados através das pesquisas de vitimização⁵⁷, entretanto seria apenas uma amostra seletiva dos crimes que foram detectados e que fizeram vítimas detectáveis. Os dispositivos de controle lamentam essa diferença, pois o ideal moderno seria poder "registrar, processar e contabilizar todas as ilegalidades de todas as classes assim como todos os crimes e todos os criminosos efetivamente existentes" (MISSE, 1999, p.86).

Segundo Misse (1997), a criminalidade registrada poderia não constituir um problema, "supondo-se que ela realizaria uma 'amostragem' aleatória do crime que é mais perseguido porque é também o crime que mais se expande e que provoca mais forte reação moral" (p. 9). Desta forma, se num período largo de tempo houvesse aumento de furtos, haveria aumento da presença relativa de furtos no total da criminalidade registrada pela polícia, sendo que a representatividade relativa poderia ser obtida na comparação com os outros tipos de crime, numa série temporal mais longa. No entanto, a suposição depende que se realizem algumas condições, descritas a seguir:

- a) que as vítimas dêem queixa; b) que a polícia não selecione o que vai ou não registrar, quando 'sabe' (por flagrante, batida ou queixa) que houve um delito; c) que

⁵⁷ A única pesquisa nacional de vitimização foi realizada no Brasil em 1988, pelo IBGE. Segundo Misse (1999) as pesquisas de vitimização são relativamente recentes, começaram nos Estados Unidos no pós-guerra, na Inglaterra na década de 70 e na França nos anos 80.

a localização e efetivos policiais estejam proporcionalmente 'bem espalhados' pela cidade e registrem e busquem apurar todos os tipos de crimes de que são notificados; d) que a 'definição'/classificação' da infração pelos indivíduos competentes respeite uma regra comum e não seja alterada no tempo (MISSE, 1997, p. 9).

O autor ressalta que essas condições não se realizam idealmente em nenhum lugar, mas a confiança na "representatividade" dos números da criminalidade registrada depende do grau de certeza que essas condições estejam minimamente satisfeitas. Misse cita como exemplo o Rio de Janeiro, onde a confiança nas estatísticas criminais decaiu já a partir do final dos anos 70, chegando a ponto de hoje nem o Chefe da Polícia Civil querer divulgar os relatórios estatísticos de sua própria organização, por não acreditar neles.

Levando-se em conta o exposto, cabe levantar duas questões: as críticas elaboradas e os limites apontados inviabilizam o uso das estatísticas oficiais em estudos sobre violências? Em que condições justificam-se utilizá-las? Entendo ser importante considerar as estatísticas oficiais em estudos sobre violências, não como entidades objetivas, não como fatos simples e irrefutáveis, mas sim como indicadores, ou seja, como informação integrada ao contexto em que foram produzidas, sendo atravessadas em sua produção por situações heterogêneas, condições diversas e pelos múltiplos sentidos atribuídos pelos profissionais em seu registro. Além do mais, podem ser abrangidas enquanto processo de *inscrição* de práticas violentas, sendo possível seguir os efeitos que geram nas *redes*⁵⁸ onde se vinculam, podendo se constituir, assim, em valioso material de investigação.

3.8.2 "Mortalidade por causas externas": o que inscrevem as estatísticas oficiais sobre a cidade de Chapecó?

Indicadores produzidos pelas estatísticas oficiais vinculadas ao Ministério da Saúde, a Polícia Militar e a Polícia Civil, através dos cruzamentos realizados, possibilitaram conhecer algumas características dos registros referentes à cidade de Chapecó (SC) no que diz respeito à "mortalidade por causas externas"⁵⁹ e mais especificamente aos homicídios.

A metodologia de trabalho baseou-se em estudo epidemiológico descritivo, analisou dados secundários de mortalidade tendo como fonte o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde e o Boletim de Ocorrências da Polícia Militar e da Polícia Civil de Chapecó e abrangeu o período de 1996 a 2002 para os dados de mortalidade por causas externas referentes ao município de Chapecó. Como forma de aprofundamento da análise, foram focalizados os homicídios no intervalo de 1979 a 2002. Especificamente para o

⁵⁸ Alguns efeitos serão descritos nos capítulos seguintes.

⁵⁹ Os óbitos por "causas externas" se contrapõem aos óbitos por "doenças".

ano de 2002⁶⁰ foram comparadas as taxas de homicídios entre os diferentes municípios do Estado de Santa Catarina. Os dados foram coletados na *home page* do DATASUS/MS (<http://www.datasus.gov.br>), no CDROM (DATASUS/MS), no 2º Batalhão da Polícia Militar de Chapecó e na Polícia Civil de Chapecó. A população usada no cálculo das taxas foi extraída das projeções e censos demográficos do IBGE. Foram usadas as classificações da CID-10^a revisão para os grupos de causas de mortes, mais especificamente os códigos da CID-BR-10 e os códigos do SIM para identificação dos municípios incluídos no estudo. A análise dos dados foi realizada utilizando-se proporções e taxas de mortalidade por 100.000 habitantes com relação ao grupo de causas externas, segundo os subgrupos específicos (acidentes, suicídios e homicídios), os sexos e faixas etárias. As taxas de homicídios foram analisadas de acordo com a faixa etária, sexo e meio utilizado.⁶¹

Para a identificação do registro dos tipos de violências por causas externas, foi construída a tabela 1, na qual podem ser vistos os coeficientes por grupos específicos ao longo do período estudado.

Tabela 1 - Taxas* de mortalidade por causas externas. Chapecó/SC, 1996-2002.

Causa - CID-BR-10	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
103-112 CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE	90,1	76,5	60,0	54,8	74,8	58,9	68,6
. 103 Acidentes de transporte	38,9	33,1	20,7	20,8	30,6	27,1	29,8
. 104 Quedas	0,8	2,2	2,1	1,4	5,4	0,7	0,6
. 105 Afogamento e submersões acidentais	5,3	2,9	2,9	2,8	4,8	2,0	5,2
. 106 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	0,8	0,0	0,7	1,4	0,0	1,3	0,6
. 108 Lesões autoprovocadas voluntariamente	3,8	8,8	6,4	7,6	10,2	7,9	9,1
. 109 Agressões (homicídios)	19,8	14,0	13,6	10,4	11,6	10,6	16,8
. 110 Eventos cuja intenção é indeterminada	2,3	4,4	5,0	2,1	0,7	0,7	1,3
. 112 Todas as outras causas externas	18,3	11,0	8,6	8,3	11,6	8,6	5,2

(*) Taxas por 100 mil habitantes. Fonte: SIM - Ministério da Saúde

Dentre os grupos de causas classificadas no conjunto das externas, os acidentes de transporte e as agressões (homicídios) destacaram-se com as taxas mais elevadas. Em outros estudos (Minayo e Souza, 1993; Souza, 1993; CLAVES, 1999), estes mesmos grupamentos se destacaram; portanto, parece ser uma tendência dos registros em nível nacional as elevadas taxas de mortalidade por acidentes de transporte e homicídios, quando comparados com outros grupamentos das causas externas. No entanto, em Chapecó há um decréscimo das taxas entre o início e o final dos anos investigados, tanto dos acidentes de transporte como dos homicídios.

⁶⁰ Em 2004, época em que foi realizado este levantamento, 2002 era o ano mais recente para o qual existiam informações disponibilizadas.

⁶¹ Todos os gráficos e tabelas que compuseram o estudo estão em Bonamigo & Souza (2005).

Com relação aos acidentes de transporte, chama a atenção particularmente o decréscimo das taxas nos anos de 1998 e 1999 em ambos os sexos. Segundo Malaquias *et al* (2002), a diminuição está associada ao novo Código de Trânsito Brasileiro (CTB nº. 9.503), que entrou em vigor em janeiro de 1998, adotando uma legislação mais rigorosa, com punições severas aos infratores. O novo CTB teve um impacto positivo inicial na redução de acidentes de trânsito; no entanto, o descrédito gerado pelo não cumprimento das penalidades previstas levou à não observância do mesmo e, conseqüentemente, ao aumento dos acidentes.

As principais vítimas dos acidentes de transportes localizaram-se na faixa etária entre 20 a 69 anos. As principais vítimas dos homicídios situaram-se na faixa etária de 15 a 39 anos, conforme tabela abaixo.

Tabela 2 - Mortalidade proporcional por causas externas, segundo tipo e faixa etária, Chapecó/SC, 2002.

Causas Externas	Menor 1 ano	10-14 anos	15-19 anos	20-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60-69 anos	70-79 anos	80 e mais	Total
Acidentes de transporte	0,0%	33,3%	18,8%	44,1%	57,1%	50,0%	66,7%	62,5%	0,0%	0,0%	43,4%
Quedas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	16,7%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Afogamento e subm. Acidentais	0,0%	33,3%	25,0%	5,9%	0,0%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	7,5%
Exp. à fumaça, ao fogo e às chamas	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,9%
Lesões autoprov. Voluntariamente	0,0%	0,0%	0,0%	14,7%	9,5%	16,7%	16,7%	25,0%	0,0%	66,7%	13,2%
Agressões	0,0%	0,0%	50,0%	32,4%	23,8%	8,3%	0,0%	12,5%	0,0%	0,0%	24,5%
Eventos (fatos) cuja int.indet.	0,0%	0,0%	0,0%	2,9%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	1,9%
Todas as outras causas externas	100,0%	33,3%	6,3%	0,0%	9,5%	8,3%	0,0%	0,0%	50,0%	33,3%	7,5%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: SIM - Ministério da Saúde

Nas tabelas seguintes poderão ser observados os elevados coeficientes de mortalidade do sexo masculino, em comparação com o sexo feminino, em todos os subgrupos de causas externas, destacando-se os acidentes de transporte e os homicídios.

Tabela 3 - Taxas* de mortalidade masculina por causas externas. Chapecó/SC, 1996-2002.

Causa - CID-BR-10	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
103-112 CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE	152,7	129,4	92,4	93,9	128,1	99,1	123,2
. 103 Acidentes de transporte	69,4	58,0	34,6	35,0	53,7	41,5	53,7
. 104 Quedas	1,5	4,5	4,3	2,8	11,0	1,3	1,3
. 105 Afogamento e submersões acidentais	7,7	3,0	4,3	5,6	9,6	4,0	9,2
. 106 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	1,5	0,0	1,4	2,8	0,0	1,3	1,3
. 108 Lesões autoprovocadas voluntariamente	4,6	14,9	8,7	14,0	19,3	13,4	15,7
. 109 Agressões (homicídios)	35,5	26,8	18,8	18,2	17,9	21,4	31,5
. 110 Eventos cuja intenção é indeterminada	4,6	5,9	8,7	4,2	0,0	0,0	2,6
. 112 Todas as outras causas externas	27,8	16,4	11,5	11,2	16,5	16,1	7,9

(*) Taxas por 100 mil habitantes

Fonte: SIM - Ministério da Saúde

As maiores taxas de mortalidade por homicídio no sexo masculino ocorreram nos anos de 1996 e 2002 enquanto que no sexo feminino ocorreram nos anos de 1998 e 2000.

Tabela 4 - Taxas* de mortalidade feminina por causas externas - Chapecó/SC, 1996-2002.

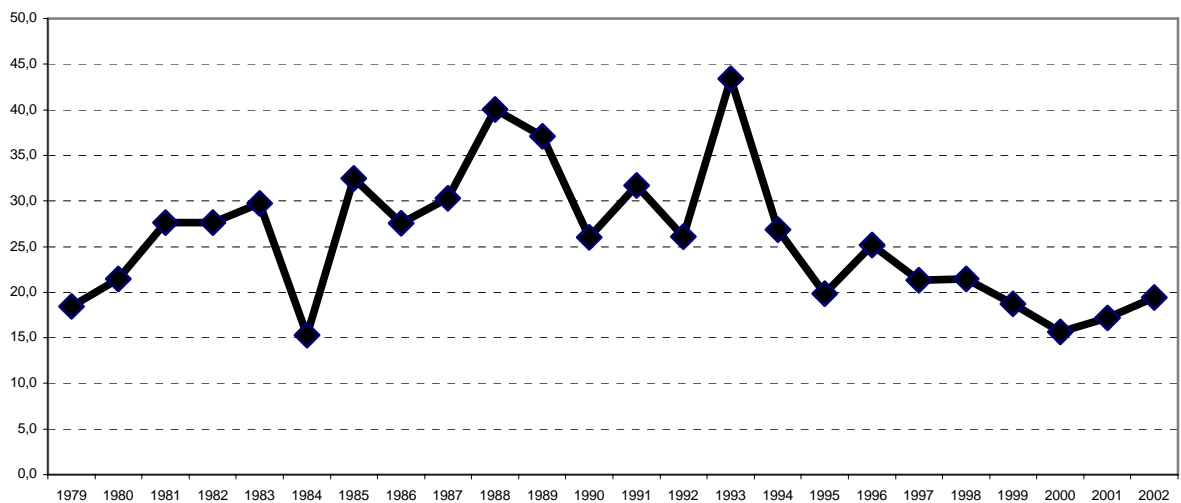
Causa - CID-BR-10	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
103-112 CAUSAS EXTERNAS DE MORTALIDADE	28,7	24,8	28,3	16,5	22,9	19,6	15,4
. 103 Acidentes de transporte	9,1	8,7	7,1	6,9	8,1	13,1	6,4
. 105 Afogamento e submersões acidentais	3,0	2,9	1,4	0,0	0,0	0,0	1,3
. 106 Exposição à fumaça, ao fogo e às chamas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	1,3	0,0
. 108 Lesões autoprovocadas voluntariamente	3,0	2,9	4,2	1,4	1,3	2,6	2,6
. 109 Agressões	4,5	1,5	8,5	2,7	5,4	0,0	2,6
. 110 Eventos cuja intenção é indeterminada	0,0	2,9	1,4	0,0	1,3	1,3	0,0
. 112 Todas as outras causas externas	9,1	5,8	5,7	5,5	6,7	1,3	2,6

(*) Taxas por 100 mil habitantes.

Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

No gráfico 1 pode ser visualizada a variação dos homicídios no período de 1979 a 2002. Nele, foram incluídas também as mortes por causas ignoradas de forma a cobrir os homicídios inclusos nesta categoria.

Gráfico 1 - Taxas de mortalidade por homicídios e mortes cuja intenção é indeterminada (100 mil habitantes). Chapecó - SC, 1979-2002



Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

A abrangência de um período maior possibilita ampliar a análise e problematizar a questão do aumento ou diminuição da violência. O gráfico mostra que o período de 1996 a 2002, predominantemente analisado neste estudo, não é o período mais violento, no que diz respeito aos homicídios, na cidade de Chapecó. O período de 1988 a 1993 contém as maiores taxas de homicídios, destacando-se os anos de 1988, 1989 e 1993. A comparação entre os homicídios dos últimos anos com esse intervalo, poderia gerar afirmações como: “a violência em Chapecó diminuiu”. No entanto, a análise comparativa entre o início e o final do período

de 1979 a 2002, indica uma elevação muito pequena das taxas de homicídios, porém com uma grande variação ao longo do período.

Portanto, afirmações de aumento ou diminuição de violências são relativas ao período que se toma como referência. Dessa forma, fica evidente a importância do cuidado com as afirmações simplificadas e generalizantes de aumento de violências, com índices descontextualizados, pois podem manipular de forma a espectacularizar o fenômeno “violência”, produzindo medo entre as pessoas.

Com relação ao movimento de “interiorização da violência” apontado por Waiselfisz (2006), citado no Capítulo 2, algumas considerações podem ser feitas. O autor, na composição do *mapa da violência 2006*, observou que entre 1994 e 2004 os homicídios cresceram 39,4% nas capitais e regiões metropolitanas e 64,5% no interior do Brasil. Ao dividir a década considerada em dois momentos, de 1994 a 1999 e 1999 a 2004, o autor detectou que no primeiro momento as capitais e regiões metropolitanas foram o eixo do crescimento da violência homicida no país e no segundo momento os homicídios nas capitais e regiões metropolitanas estagnaram, mas o interior continuou crescendo num ritmo maior que no período anterior⁶². No que diz respeito à Chapecó, apesar da ausência dos índices dos dois últimos anos no período comparado, pode ser observada uma tendência decrescente dos homicídios no primeiro período e uma tendência crescente no segundo período, o que estaria em consonância com o movimento apontado por Waiselfisz. No entanto, se forem comparados os dois períodos com os outros já aqui discutidos, o mais recente não se destaca como o mais violento da cidade e há grandes variações nas taxas ao longo dos 23 anos analisados.

Os índices oficiais levantados apontaram, também, que as maiores taxas de homicídios são provocadas pelo uso de arma de fogo (50%), em segunda posição situam-se as taxas de agressão por objeto cortante ou penetrante (25,12%) e em terceiro lugar as taxas de agressão por meio ignorado (19,3%). O cruzamento dos homicídios segundo tipo e faixa etária indicaram que nos grupos de 15 a 29 anos e 60 a 69 anos predomina a utilização de objetos cortantes/contundentes como instrumento de homicídio, enquanto que na faixa etária entre 30

⁶² Waiselfisz (2006, p. 52) aponta como causa dessa “forte tendência de interiorização da violência homicida [...] em primeiro lugar, a emergência de pólos de crescimento em municípios do interior de diversos estados do país que se tornam pólo atrativo para as migrações pela expansão do emprego e renda. Mas convertem-se em pólos atrativos, também e pelos mesmos motivos, para a criminalidade. Em segundo lugar, investimentos nas capitais e nas grandes regiões metropolitanas declaradas prioritárias a partir do novo Plano Nacional de Segurança Pública de 1999 e do Fundo Nacional de Segurança, instituído em janeiro de 2001, foram canalizados principalmente para aparelhamento das polícias. Isso dificultou a ação da criminalidade organizada, que migra para áreas de menor risco. E em terceiro lugar, melhor cobertura dos sistemas de coleta de dados de mortalidade no interior do país diminuíram a subnotificação nas áreas do interior”.

a 49 anos predomina o uso de arma de fogo. Com relação ao tipo de arma de fogo como meio empregado para o homicídio, detectou-se o uso predominante de arma de fogo de mão.

No sexo feminino destacaram-se as taxas de agressão por meios ignorados, seguidas pela agressão por arma de fogo e agressão por objeto cortante ou penetrante. Já com relação ao sexo masculino, sobressaíram as taxas de uso de arma de fogo e uso de objeto cortante ou penetrante. Parece haver maior dificuldade de identificação dos instrumentos de homicídios no sexo feminino que no sexo masculino.

No levantamento ficou evidente a presença das informações ignoradas (ver tabelas 1 a 4). Mesmo podendo ser considerada baixa, na comparação com outros municípios do Brasil e do país, a sua presença pode ser considerada significativa em comparação ao número total de eventos. No entanto, de forma geral, pode ser observado um decréscimo na taxa das informações ignoradas, em todas as séries de dados analisados neste estudo, o que indica uma melhora na qualidade da informação ao longo do período.

Os registros referentes à cidade de Chapecó seguem tendências nacional e mundial no que diz respeito ao fenômeno da mortalidade por causas externas, em termos de maior incidência sobre o sexo masculino e em faixas etárias jovens. Segue, também, o padrão evidenciado por estudos realizados em outros municípios do Brasil, ao apontar os acidentes de transporte e os homicídios como os tipos de violências que mais afetam a população da cidade e a arma de fogo como o meio mais utilizado para a prática de homicídio.

No entanto, parece haver singularidades que necessitariam também ser comparadas com outros estudos. Posso apontar como singularidades possíveis a quase inexistência de uso de arma de fogo de maior calibre e a diminuição das taxas de mortalidade por homicídios e acidentes de transporte no período estudado.

Os coeficientes padronizados de mortalidade por homicídios (taxa por cem mil habitantes) permitiram estabelecer uma comparação entre os diferentes municípios do Estado de Santa Catarina no ano de 2002. No quadro geral dos municípios do Estado, Chapecó localizou-se na 56^a posição, não se destacando entre os municípios mais violentos, conforme tabela abaixo.

Tabela 5 - Ranking das taxas (por 100 mil hab) de homicídios para SC, 2002.

Taxas de mortalidade				
Posição	Cidades	Masc.	Fem.	Total
1	Balneário Camboriú	286,7	30,4	155,4
2	Palmeira	171,4	98,1	137,2
3	Rio do Sul	86,4	22,9	55,5
4	Balneário Gaivota	68,3	34,8	51,8
5	Salto Veloso	48,1	52,1	50,0
6	Piratuba	86,8	0,0	50,0
7	Paial	92,2	0,0	49,2
8	Barra Bonita	92,5	0,0	48,3
9	Corupá	0,0	94,3	45,6
10	Presidente Nereu	88,6	0,0	45,4
56	Chapecó	31,5	2,6	16,8

Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

Quando comparado com os outros municípios de Santa Catarina com mais de 100 mil habitantes (total de 9 municípios), situou-se como o terceiro município com mais elevado coeficiente de homicídio.

Tabela 6 - Ranking das taxas (por 100 mil hab) de homicídios para SC. Municípios com mais de 100 mil habitantes - 2002.

Taxas de mortalidade				
Posição	Cidades	Masc.	Fem.	Total
1	Florianópolis	45,8	5,4	25,0
2	Itajaí	37,2	1,3	18,9
3	Chapecó	31,5	2,6	16,8
4	São José	22,6	3,2	12,7
5	Lages	19,2	1,2	10,0
6	Joinville	16,8	2,2	9,5
7	Criciúma	11,6	2,2	6,8
8	Jaraguá do Sul	12,1	0,0	6,1
9	Blumenau	9,0	0,0	4,4

Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

Chapecó foi comparada, também, com outros municípios da região Oeste com mais de 20 mil habitantes (total de 10 municípios), dentre os quais se classificou como o terceiro município com maior coeficiente de homicídios.

Tabela 7 - Ranking das taxas (por 100 mil hab) de homicídios para SC. Municípios da região Oeste com mais de 20 mil habitantes - 2002.

Taxas de mortalidade				
Posição	Cidades	Masc.	Fem.	Total
1	Campos Novos	34,9	6,9	20,8
2	Herval d'Oeste	39,8	0,0	19,5
3	Chapecó	31,5	2,6	16,8
4	Joaçaba	25,5	7,9	16,4
5	Caçador	30,3	0,0	15,2
6	São Miguel do Oeste	18,8	6,0	12,3
7	Videira	14,0	9,2	11,6
8	Xanxerê	15,9	5,1	10,4
9	Xaxim	17,1	0,0	8,5
10	Concórdia	3,2	3,1	3,1

Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

Ainda, foi tomado como recorte para comparação, a região da AMOSC (Associação dos Municípios da Região Oeste de Santa Catarina), entre os municípios com mais de 9 mil habitantes (total de 5), Chapecó classificou-se como o segundo município com maior coeficiente de homicídios.

Tabela 8 - Ranking das taxas (por 100 mil hab) de homicídios para SC. Municípios da região da AMOSC com mais de 9 mil habitantes - 2002

Posição	Cidades	Masc.	Fem.	Total
1	Quilombo	37,5	19,3	28,5
2	Chapecó	31,5	2,6	16,8
3	São Carlos	0,0	22,0	10,9
4	Coronel Freitas	0,0	0,0	0,0
4	Pinhalzinho	0,0	0,0	0,0

Fonte: SIM - Ministério da Saúde.

Portanto, de uma forma geral, as estatísticas oficiais, no que diz respeito aos homicídios, não situam Chapecó entre as cidades mais violentas de Santa Catarina e não caracteriza um aumento crescente das situações consideradas no período analisado.

A comparação entre diferentes fontes de registro de homicídios (Boletins de ocorrência da Polícia Civil, da Polícia Militar e o Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde) evidencia que os números de homicídios registrados em cada órgão não coincidem entre si, como pode ser observado na tabela a seguir:

Tabela 9 – Comparação entre diferentes fontes de registro de homicídios em Chapecó (SC)

Fontes de registro de homicídios	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
Sistema de Informação de Mortalidade (SIM) - Ministério da Saúde	26	19	19	15	17	16	26
Boletim de Ocorrências da Polícia Militar					11	14	18
Boletim de Ocorrências da Polícia Civil	27	15	22	19	21	18	21

O número de homicídios registrado pela Polícia Civil é superior ao número registrado pela Polícia Militar⁶³. Segundo Misse (1997), deve ser considerado que muitas ocorrências não passam pela PM sendo notificadas diretamente às delegacias ou resultam da ação da Polícia Civil. Ainda, segundo Beato Filho (1994), uma *tentativa de homicídio* registrado pela PM, poderá ser registrada posteriormente pela Polícia Civil como um *homicídio*. Por isso, o registro da PM ou deve coincidir com a Polícia Civil ou apresentar um volume inferior. De forma geral, os dados registrados espelham as diferenças das funções de cada organização, os limites presentes no processo de produção das estatísticas oficiais e evidenciam que os registros não abrangem o total de eventos ocorridos.

A análise das estatísticas oficiais no que diz respeito às práticas violentas relacionadas à “mortalidade por causas externas” no município de Chapecó apontam, mais uma vez, para a complexidade que envolve a “violência”, concretizada na diversidade de suas práticas efetivas e na multiplicidade que envolve a sua definição e a sua *inscrição*. Ainda deve ser considerado que o levantamento poderia abranger outras práticas consideradas violentas, como os furtos e roubos.

*

Neste capítulo apresentei o campo da pesquisa e indicadores resultantes da pesquisa exploratória, que possibilitaram conexões entre as diferentes histórias narradas e entre histórias e indicadores do passado e do presente. No entanto, considero importante ressaltar que não concebo o presente como uma espécie de projeção do passado, nem naturalizo a cidade como violenta. O próximo capítulo analisará o surgimento de diferentes categorias definindo diferentes práticas em diferentes momentos históricos. O principal efeito da pesquisa exploratória foi situar historicamente a cidade de Chapecó e, no que diz respeito à inscrição de práticas violentas, problematizar afirmações generalizantes e homogêneas de moradores e autoridades locais de que os índices de “violência” são altos e de que há um aumento crescente da “violência” na cidade. Ainda, forneceu elementos para a elaboração do projeto de pesquisa e permitiu traçar alguns caminhos que foram percorridos nas fases seguintes da pesquisa, as quais serão apresentadas nos próximos capítulos.

Os caminhos de investigação seguidos a partir de então, no lugar de dar continuidade ao levantamento estatístico iniciado, que foi minuciosamente apresentado no projeto de

⁶³ A Polícia Militar não tinha disponível, no momento da pesquisa, o número de homicídios no período de 1996 a 1999.

pesquisa, passaram a focar o processo de *inscrição* das práticas violentas, o processo de gestão da “violência”, eventos que se tornam estatísticas e a circulação das categorias “violência e segurança” na mídia escrita da cidade. Uma das atividades planejadas era acompanhar o cotidiano de produção das estatísticas da Polícia Militar de Chapecó, no entanto não me foi autorizado o acompanhamento devido ao sigilo que caracteriza o registro de ocorrências e os cálculos das porcentagens. Ainda, o Actante SI alegou que a publicidade de “pontos negativos” relacionados ao registro e produção das estatísticas, poderia deixar o sistema vulnerável.

CAPÍTULO 4

A EMERGÊNCIA DA CATEGORIA "VIOLÊNCIA" E A CONSTITUIÇÃO DE COLETIVOS NA CIDADE DE CHAPECÓ

Mas os atores não são nunca particularmente ultrapassados: digamos antes que eles se sabem numerosos, populosos, misturados, e que eles buscam resumir com uma palavra bem sentida o que os mantém juntos na ação.

(LATOIR & HERMANT, 1998)

A investigação sobre histórias de Chapecó com ênfase nos eventos que ficaram marcados como violentos, discutida no capítulo três, abriu possibilidades de conexões entre passado e presente. Conexões que possibilitaram identificar a utilização de diferentes categorias definindo diferentes práticas nos diferentes momentos. Apesar da preocupação com criminalidade e segurança já estar presente em vários períodos históricos, de várias situações poderem ser nominadas hoje como violentas, as mesmas não eram referidas desta forma, mas como conflito, dominação, expropriação, banditismo, criminalidade, linchamento, terror, uso da força física, agressão, dentre outras denominações. A categoria passou a ser utilizada de forma ampla abrangendo diversas situações apenas no final da década de 90, junto com a constituição de coletivos tendo a "violência" como foco de ação.

Utilizo o termo *coletivo* com base em Latour (2001), para referir-me às associações entre pessoas, instituições, discursos, textos, estatísticas e recursos, dentre outros elementos heterogêneos, que se estabeleceram em torno da categoria "violência". *Coletivo* é uma das noções centrais da Teoria do Ator-Rede, que ao introduzir os objetos no interior do campo de investigação das ciências humanas provoca um questionamento das antigas divisões. Na teoria clássica da ciência, o objeto, pela sua materialidade, é estudado dentro das ciências ditas duras, apartado do tecido social que lhe possibilitou a emergência. Para a Teoria do

Ator-Rede, os objetos estão em vias de se constituir e há uma simetria entre humanos e não-humanos.

No acordo modernista, os objetos alojavam-se na natureza e os sujeitos, na sociedade. Hoje, substituímos objetos e sujeitos por fatos científicos e artefatos técnicos, cujo destino e forma são de todo diferentes. Enquanto os objetos só podem arrostar os sujeitos - e vice-versa -, os não-humanos podem entrelaçar-se com os humanos [...] (LATOUR, 2001, p. 222).

Law (1992) esclarece que a não distinção entre pessoas e objetos não é uma posição ética, mas uma atitude analítica, que não implica em tratar pessoas como máquinas, nem negar direitos, deveres e responsabilidades geralmente atribuídas aos humanos. O autor concebe pessoa como "um efeito produzido por uma rede de materiais interativos e homogêneos" (p.5) e exemplifica:

Se você me tirar o computador, meus colegas, meu escritório, meus livros, minha mesa de trabalho e meu telefone, eu não seria um sociólogo que escreve artigos, ministra aulas e produz 'conhecimento'. Eu seria uma outra coisa, e o mesmo é verdade para todos nós. (LAW, 1992, p. 5).

Desta forma, atributos que geralmente são atribuídos aos seres humanos (como agir, pensar, escrever, amar, ganhar dinheiro) são considerados produzidos em rede "que passam através do corpo e se ramificam tanto para dentro e como além dele" (ibid., p. 6).

Este capítulo tem por objetivo analisar a emergência e o fortalecimento da categoria "violência", na cidade de Chapecó, categoria esta que passa a ser utilizada de forma ampla no final da década de 90 e mobiliza a constituição de coletivos, que serão descritos a seguir, com ações voltadas para o seu estudo, o seu combate, a sua divulgação e ao atendimento de suas vítimas.

4.1 O Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil e o Fórum Chapecoense

A constituição do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil marca o início de um período de circulação mais ampla e intensa da categoria "violência", na cidade de Chapecó. O fórum foi criado no ano de 1998 e buscou mobilizar *actantes* para a formação de uma *rede* de discussão e combate de práticas de "violência e exploração sexual infanto-juvenil".

A noção de *rede* que fundamenta esta pesquisa, como já indicado no Capítulo 1, é proposta pela Teoria do Ator-Rede e diferencia-se das noções empregadas em outros campos de conhecimento. Segundo Murdoch (1994), na sociologia o termo habitualmente é usado para referir-se a relações entre atores sociais. Em outras ciências, os estudos das redes podem

ser não-sociais como redes de esgotos, de telecomunicações e de estradas. A noção de *rede* aqui utilizada é um híbrido destas duas formas mais tradicionais: composta de materiais heterogêneos incluindo humanos, não-humanos, discursos, objetos técnicos, recursos, dentre outros. O que aparenta ser social é parcialmente técnico e o que aparenta ser técnico é parcialmente social, por isso a expressão rede sociotécnica. A *rede* é composta de atores ou *actantes*.

[...] a única maneira de definir um ator é por intermédio de sua atuação; assim também, a única maneira de definir uma atuação é indagar em que outros foram modificados, transformados, perturbados ou criados pela personagem em apreço. (LATOUR, 2001, p. 143).

Como forma de descrição do processo de emergência do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, tomarei as seguintes questões como fios condutores: Como se deu o processo de produção da demanda do Fórum? Como se deu a formação da *rede*? Quais *actantes* foram mobilizados para a constituição da mesma? Qual a extensão da *rede*? É uma *rede* já estabilizada?

4.1.1 A produção da demanda e o início da constituição da *rede*

Em 1997 um partido de esquerda (Partido dos Trabalhadores) venceu as eleições do governo municipal de Chapecó e iniciou o que denominou de *administração popular*. Com o objetivo de "enfrentar a pobreza e construir a cidadania" (Política de Assistência Social e Habitação, 2003, p. 3), a Secretaria da Assistência Social e Habitação desenvolveu alguns projetos, como o Projeto Educador Social de Rua, que estava vinculado ao Departamento da Criança e do Adolescente. Segundo a Actante B⁶⁴, as dificuldades relacionadas às crianças que viviam nas ruas, e eram abusadas sexualmente, mobilizou a busca de informações sobre o tema com o objetivo de "aprofundar a compreensão da situação para intervir sobre ela". A preocupação não se restringiu a esse setor da Prefeitura Municipal (Departamento da Criança e do Adolescente), mas envolveu também outras organizações e pessoas: o Serviço de Assistência Social do Fórum de Justiça da Comarca de Chapecó (SC); a Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó, através da vereadora do PT Maria Aparecida, que aliava o seu mandato à defesa dos direitos das crianças, adolescentes e mulheres, compondo também o Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher⁶⁵; uma Instituição de Ensino Superior

⁶⁴ Utilizarei a denominação *actante* seguido de uma letra (selecionada ao acaso) para referir-me às pessoas que entrevistei, de forma a destacar o seu caráter de *mediação* tanto nos coletivos estudados, como na produção desta tese.

⁶⁵ O Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher realizou um encontro nos dias 3 e 4 de maio de 1997, no qual a vereadora de Porto Alegre Maria do Rosário, do mesmo partido da vereadora Maria Aparecida, fez uma conferência. Esta vereadora era uma das principais articuladoras do Fórum Municipal pelo Fim da

com a qual tanto a diretora do Departamento da Criança e do Adolescente quanto a assistente social do Fórum da Justiça possuíam vínculo como professoras; o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Chapecó e o Conselho Tutelar de Chapecó.

Nesse cenário, houve a realização da *I Primeira Jornada de Integração da Região Sul contra o Tráfico e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*, em Porto Alegre, da qual os *actantes* acima mencionados participaram. O evento funcionou como um amálgama que possibilitou a conexão de vários elementos para a formação da *rede*.

4.1.2 A entrada de novos elementos na *rede*

A *Primeira Jornada de Integração da Região Sul contra o Tráfico e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes* possibilitou vínculo entre pessoas, discursos e materiais, como: a articulação do grupo de Chapecó com o Promotor Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude de Santa Catarina - órgão auxiliar do Ministério Público estadual para acompanhar e executar ações voltadas à proteção dos interesses da criança e do adolescente - e a coordenadora da Campanha Municipal pelo Fim da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes de Porto Alegre (RS); o acesso a textos, bibliografias e filmes sobre a questão da "violência e exploração sexual infanto-juvenil"; os relatos de graves situações de crianças e adolescentes, vítimas do tráfico em Foz do Iguaçu (PR) e Paraguai. As vivências e vínculos tiveram como efeito a mobilização do grupo para a criação do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil⁶⁶. A constituição do Fórum foi estimulada também pela participação do grupo em outros encontros para discussão sobre este mesmo tema, que estavam acontecendo no Brasil, com a presença de agentes nacionais e internacionais.

É importante situar historicamente a questão da "violência sexual contra crianças e adolescentes". Segundo o Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil (2002, p. 13), é na década de 90 que este tema se expressa politicamente quando:

Foi incluído na agenda da sociedade civil como questão relacionada à luta nacional e internacional pelos direitos humanos de crianças e adolescentes, preconizados na Constituição Federal Brasileira, no Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei n. 8.069/90 e na Convenção Internacional dos Direitos da Criança.

Violência da Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Porto Alegre, que viria a realizar a *Primeira Jornada de Integração da Região Sul contra o Tráfico e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescente*, em Porto Alegre, no mês de dezembro do mesmo ano.

⁶⁶ Um dos encaminhamentos da I Jornada de Integração da Região Sul Contra o Tráfico e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes foi de que cada estado realizasse um encontro para que pudesse encaminhar as propostas resultantes do evento.

Leal (2006) destaca como marco a instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) Contra a Prostituição Infanto-Juvenil, em 1993, resultante da aliança de um grupo de Organizações não Governamentais (ONGs) com parlamentares, atores institucionais e organismos de direitos internacionais, respaldada pelos resultados da CPI do Extermínio da Criança e do Adolescente (1990) e da CPI da Violência contra a Mulher (1992). Como desdobramento da CPI, as ONGs organizaram uma campanha pelo fim da exploração, violência e do turismo sexual contra crianças e adolescentes com a adesão de organismos internacionais, como o ECPAT (End Child Prostitution in Asia Tourism) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).

A autora cita, ainda, como mobilizações importantes os seguintes eventos: 1) A 1ª Conferência Metropolitana sobre Prostituição Infanto-Juvenil Feminina e Políticas Públicas, realizada em 1994, em Salvador, que forneceu ao Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), subsídios para formação de políticas públicas; 2) A 1ª Reunião da Campanha Nacional pelo Fim da Exploração, Violência e Turismo Sexual contra Crianças e adolescentes; 3) O Seminário sobre Exploração Sexual de Meninas no Brasil, coordenado pelo Centro de Referência, Estudos e Ações sobre Crianças e Adolescentes (CECRIA)⁶⁷, em 1995; 4) O Seminário Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes nas Américas, realizado pelo CECRIA, que preparou o (5) Congresso Mundial contra a Exploração Sexual de Crianças, realizado em agosto de 1996, em Estocolmo.

Como se pode perceber, a *rede* que iniciou em 1997, envolvendo *actantes* de Chapecó, ampliou-se e fortaleceu-se ao conectar-se com *actantes* do Estado de Santa Catarina, de Porto Alegre (RS) e outros nacionais e internacionais que já tinham uma história construída, que já configuravam uma *rede* vinculada pela questão da “violência e exploração sexual infanto-juvenil”. O vínculo com essa *rede* (e a fusão das mesmas) possibilitou acesso a discursos que passaram a ser incorporados para a compreensão da realidade local. As dificuldades relacionadas às crianças que viviam nas ruas e eram abusadas sexualmente foram *traduzidas* como “violência e exploração sexual infanto-juvenil”, categoria que passou a circular na cidade a partir desse momento⁶⁸, e o caminho delineado para a superação das dificuldades foi

⁶⁷ O CECRIA é uma organização da sociedade civil, fundada em 1993 e define como objetivo de sua constituição atuar como “um centro de pesquisa, capacitação, promoção, formação e articulação, de ações governamentais e não-governamentais, tanto em nível nacional como internacional, para a defesa dos direitos das mulheres, da criança e do adolescente, orientado pela concepção dos direitos humanos, definido na legislação nacional e normas internacionais” (CECRIA, 2006).

⁶⁸ Na I Jornada de Integração da Região Sul Contra o Tráfico e a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, realizada em Porto Alegre, um dos encaminhamentos foi a substituição do termo “prostituição infanto-juvenil” por “violência e exploração sexual de crianças e adolescentes”, de forma a fortalecer a idéia de que criança não

a constituição de um fórum estadual e a criação de fóruns municipais pelo *Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil*, de forma articulada. Conforme afirma a Actante V, a partir da constituição do fórum, a intervenção mudou completamente em Chapecó:

[...] era o antes, este momento e o depois. Porque passou a ser completamente diferente com outra perspectiva, então assim, a gente começa a se dar conta, realmente, de como é a situação, de como o fenômeno acontece, quais são as implicações, o que realmente acontece com essas crianças e a gente começa, então, a estudar muito [...] (Actante V).

Tradução é uma noção necessária para o entendimento das *redes*. Latour (2000a) define *tradução* como "a interpretação dada pelos construtores de fatos aos seus interesses e aos das pessoas que eles alistam" (p. 178). A palavra *tradução*, segundo o autor, refere-se ao significado lingüístico (transposição de uma língua para outra) e ao significado geométrico (transposição de um lugar para outro). Portanto, *traduzir* interesses "significa, ao mesmo tempo, oferecer novas interpretações desses interesses e canalizar pessoas para direções diferentes" (p. 194). O autor esclarece que a expressão latina "inter-esse" (interesse) denota o que está entre os atores e seus objetivos, criando certa tensão que faz com que os atores selecionem apenas o que, na sua opinião, contribua para alcançar esses objetivos entre as várias possibilidades. Portanto, considerando que os atores se unem em função de interesses em comum, pode-se dizer que a *tradução* acontece quando um ator *traduz* o interesse dos demais por meio da produção de novas interpretações e deslocamentos, envolvendo-os na construção da *rede*.

4.1.3 A constituição do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil

No dia 16 de maio de 1998, aconteceu a fundação do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, em Chapecó, com a presença de 120 pessoas de 33 municípios diferentes, sendo definido como "uma iniciativa do Fórum Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher, da Câmara Municipal de Vereadores de Chapecó e do Ministério Público de Santa Catarina, através do Centro das promotorias da Infância e da Promotoria de Justiça da Infância de Chapecó" (JORNAL N°. 1 DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL, 1998, p. 1). Houve a participação também do Juiz da Vara de Família, Órfãos, Infância e Juventude da Comarca de Chapecó. Como se pode observar, os atores da

se prostitui, mas sofre violência, é explorada (Ata da reunião de lançamento do Fórum Regional em Chapecó, 1998).

cidade de Chapecó tiveram um papel significativo na instituição do fórum e grande parte das pessoas que representaram os órgãos acima citados havia participado do evento de Porto Alegre anteriormente descrito. A existência do fórum foi justificada em função da necessidade

[...] de conscientização de que a violência e a exploração sexual infanto-juvenil existem de fato, tanto na rua, como no lar, e não são obras de ficção. Por isso, devem ser combatidas por todos, principalmente através de ações nas escolas, associação de moradores, igrejas, grupo de jovens e outras entidades. (JORNAL Nº. 1 DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL, 1998, p. 1).

O fórum se constituiu por uma coordenação estadual (Promotor de Justiça e Coordenador do Centro das Promotorias da Infância) e 10 coordenações regionais, com dois coordenadores cada qual, e as coordenações municipais⁶⁹. Na região Oeste, a coordenação foi dividida entre o Promotor de Justiça de Chapecó e a vereadora, já mencionada.

Como forma de mobilização, o elemento "estatística" produziu efeito na composição da *rede*, justificando a necessidade de existência do fórum:

Quatro em cada 10 crimes sexuais denunciados à Justiça pelo Ministério Público de Santa Catarina têm como vítimas crianças e adolescentes. A situação é grave, conforme apontam os dados do Relatório de 97 da Corregedoria Geral do Ministério Público, elaborado com base na atuação dos Promotores de Justiça no combate à criminalidade. No ano passado foram ajuizadas 568 ações penais por crimes contra os costumes. Do total, 257 (45,25%) referem-se a violências praticadas por adultos contra crianças e adolescentes. (*Idem*, p.1).

As categorias centrais foram *traduzidas* a partir do material de Campanha Municipal do Fórum de Porto Alegre. A "exploração sexual" foi definida como:

Qualquer contato de natureza sexual entre uma criança ou adolescente e uma pessoa maior de idade, inapropriado para a sua idade e seu nível de maturidade emocional. Ainda que seja com aparente consentimento, pois tal contato considera-se abusivo, já que crianças e adolescentes carecem de desenvolvimento emocional, intelectual e físico, para que, de maneira consciente, dêem seu consentimento. (*Ibidem*, p. 2).

Os principais tipos de violência foram classificados como:

- Abuso sexual intra-familiar: realizado por membros da família ou próximos a ela (padrastos, tios, avós, primos).
- Abuso sexual por parte de desconhecidos: realizado na rua, em geral com violência, conhecido por estupro, sem troca de dinheiro.
- Exploração sexual comercial: Agenciamento e prostituição de crianças e adolescentes, através da venda de favores sexuais. (*Ibidem*, p. 2).

As promotorias da Infância e Juventude divulgaram através do Jornal nº. 1 do Fórum, terem firmado, com 163 municípios catarinenses, um Termo de Ajustamento de Conduta para a criação de programas de combate à exploração sexual infanto-juvenil e de apoio e

⁶⁹ Com relação à quantidade de coordenações municipais, nos documentos consultados consta que 230 municípios foram mobilizados, mas não deixa claro se em todos esses municípios foram constituídas coordenações do Fórum.

orientação às vítimas infanto-juvenis de negligência, exploração no trabalho e violência física, sexual e psicológica⁷⁰. O Termo de Ajustamento de Conduta foi uma estratégia das promotorias para mobilizar as prefeituras do estado para a criação e implantação de programas de combate e exploração sexual infanto-juvenil. Outra estratégia adotada foi a própria edição do jornal do Fórum⁷¹, no qual foi divulgado a existência do mesmo, suas principais noções, objetivos e dados estatísticos. O seu segundo número (setembro/outubro, 1998) publicou um modelo de projeto de lei municipal para combater a exploração sexual comercial infanto-juvenil nas diferentes regiões, buscando facilitar a sua institucionalização. Em Chapecó, os projetos de lei que determinam o cadastramento de todas as casas noturnas, motéis e similares; que estabelece penalidades aos estabelecimentos que abrigarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis; e que institui que o executivo desenvolva programas sócioeducativos preventivos para adolescentes do sexo feminino, foram propostos pelo Conselho Tutelar da cidade, encaminhados pela vereadora Maria Aparecida, aprovados pela Câmara e sancionados pelo prefeito, ainda em junho de 1997, antes da constituição do Fórum. Como mencionei anteriormente, havia uma articulação inicial entre diferentes instituições na cidade, que possibilitou algumas ações antes da fundação do fórum.

Após a constituição do Fórum Catarinense houve no mês seguinte uma reunião na capital do estado com a presença do coordenador estadual e dos coordenadores regionais, que definiram uma data de lançamento do Fórum Estadual por regiões (11/08/98), uma data de mobilização estadual, conjuntamente com a criação dos fóruns municipais (24/09/98⁷²) e uma data para a realização do I Seminário Estadual do Fórum (13 e 14/11/98).

A reunião de lançamento do fórum estadual em Chapecó ocorreu em 11 de agosto de 1998, e além da contextualização e histórico do fórum foi composta por uma exposição teórica de uma assistente social, também conselheira tutelar, sobre violência doméstica e exploração sexual de crianças e adolescentes, com base na produção de conhecimento científico do Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), da Universidade de São Paulo (USP). A categoria "violência doméstica" passa a circular junto com a categoria "violência e exploração sexual de crianças e adolescentes".

⁷⁰ O Termo de Ajustamento de Conduta para o cumprimento de medidas de combate à exploração sexual infanto-juvenil já era uma estratégia das Promotorias da Infância e Juventude anterior ao fórum, sendo fortalecida com a constituição do mesmo, e foi assinado pelo prefeito de Chapecó em outubro de 1997.

⁷¹ A edição do jornal foi definida como um dos objetivos do fórum: "lançar um jornal bimestral com características informativas e articuladoras". Nos anos de 98-99, o jornal limitou-se a duas edições por falta de recursos.

⁷² O dia 24 de setembro ficou instituído como o dia de mobilização estadual para o fim da violência e exploração sexual infanto-juvenil.

O Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó foi lançado no dia 24 de setembro de 1998, junto com os fóruns dos outros municípios de Santa Catarina e através da ata da sua instalação pode-se perceber a entrada de novos *actantes* locais na rede, além dos já citados anteriormente: Polícia Militar, Escolas municipais e particulares, o Grupo de Apoio e prevenção à AIDS (GAPA), Curso do Serviço Social da UNOESC, Abrigo Municipal, Secretaria Municipal da Saúde, dentre outros. A coordenação do fórum foi assumida pela Diretora do Departamento da Criança e do Adolescente e pela assistente social do Fórum da Justiça.

Um momento importante, apontado pela Actante V, foi a participação do Fórum Catarinense e Chapecoense, apresentando o seu trabalho, no II Encontro Nacional do ECPAT (Organização Internacional pelo Fim da Exploração Sexual e Comercial de Crianças e Adolescentes, Pornografia Infantil e Tráfico de Crianças), que aconteceu no período de 16 a 19 de dezembro de 1998, em Salvador (BA). Neste encontro houve troca de experiências significativas, com a presença de atores nacionais e internacionais, e permitiu que Santa Catarina e Chapecó ampliassem a *rede*, que passou a ser mais extensa, “entrando no circuito nacional e internacional” (Actante V), no que diz respeito à discussão e intervenção relacionados ao tema e a possibilidade de acesso a recursos.

Outro evento importante para o fortalecimento do Fórum foi a participação de seus atores no Encontro de Articulação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil, ocorrido em Natal, no período de 15 a 17 de junho de 2000, fazendo parte das equipes de trabalho, contribuindo para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil. Neste encontro, um grupo de pessoas conseguiu um espaço de articulação para a criação do Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes⁷³, que atualmente é responsável pelo monitoramento, avaliação e implementação do Plano Nacional. O Comitê mobilizou a criação do dia 18 de Maio⁷⁴ como o “Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes”, instituído pela Lei Federal nº. 9970.

Como se pode avaliar a *rede* que se constituiu em torno da "violência e exploração sexual infanto-juvenil"? É uma *rede* bastante heterogênea composta por atores de diferentes organizações, próximas e distantes, que mobilizam uma diversidade de elementos como: índices estatísticos, textos, filmes, recursos, leis, categorias políticas, categorias científicas,

⁷³ Para mais informações sobre o Comitê Nacional de Enfrentamento à Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, acessar: <http://www.comitenacional.org.br>.

⁷⁴ Essa data é emblemática em razão do crime que comoveu o Brasil, conhecido como o “Crime Araceli”, em que uma menina de oito anos foi cruelmente assassinada, após ter sido estuprada em Vitória, no Espírito Santo.

dentre outros. Pode-se avaliar, também, como uma *rede* forte, pois é constituída por várias entidades (humanas e não-humanas) que trabalham unidas, apesar da heterogeneidade. A *rede* pode ser compreendida, ainda, como uma *rede* estável, pois há uma *tradução* dos interesses dos vários atores que a compõem. Conforme a actante V:

Uma das facilidades foi a sensibilização de todo mundo, de pegar junto e de construir. Assumir essa bandeira, assumir essa luta de uma forma tão... De a gente se abraçar e chorar junto, de a gente vibrar junto.

No entanto, é necessário considerar a estabilização como provisória, pois relações de afinidades são disputadas, podendo ser contestadas e re-estabilizadas de novas maneiras e as entidades podem ser redefinidas e reordenadas a todo o momento.

Pode-se identificar na *rede*, também, a presença de alguns atores chaves⁷⁵, ou seja, alguns atores que exercem mais poder que outros. Exercer poder na *rede* é envolver, convencer, recrutar novos atores para dentro da *rede*, representar os outros atores, falar pelos outros atores, impor definições e uniões sobre os outros. Estes atores tomam emprestada a força de outros atores, atuam sobre os outros em determinadas situações, centram a *tradução* (a decisão é centrada nos nós da rede), atuam à distância, passando a ocupar um "ponto de passagem obrigatório" na *rede*. No entanto, é importante considerar, segundo Latour (1986), que o poder envolve um paradoxo: quando um ator simplesmente tem poder (poder em potência), nada acontece e ele é impotente. Quando, por outro lado, um ator externa poder, são os outros que executam a ação. Portanto, poder não é algo que se possui e deve ser tratado como consequência e não como causa de ação, não emana de uma fonte central, mas resulta das ações de uma corrente de agentes. Como o poder é composto pelos vários atores, como é resultado de ações coletivas, não é algo que possa ser armazenado ou ser dado ao poderoso previamente.

No caso estudado, como se pode ver, os atores chaves que mobilizaram forças para convencer e recrutar novos atores foram aqueles que conseguiram traduzir os conceitos e as categorias centrais, já estabelecidas em outros espaços e encontros (como Porto Alegre, Salvador, Natal, e outros países), e que possuíam mobilidade para circular entre várias organizações. Esses atores assumiram as coordenações dos fóruns em nível estadual, regional e municipal, tornando-se porta-vozes dos outros atores. Para Latour (2000a), o porta-voz é alguém que fala em lugar daquele que não fala, humano e não-humano, pois “se todos falassem ao mesmo tempo o resultado seria uma cacofonia dissonante” (p. 119), por isso são designados pelo coletivo representantes que expressem seus interesses, que falem em nome

⁷⁵ A expressão "atores chaves" é utilizada por Murdoch (1994).

dele. Segundo o autor, os porta-vozes podem se converter em indivíduos *subjetivos* ou em representantes *objetivos*, dependendo das provas de força. “Ser objetivo significa que, sejam quais forem os esforços dos discordantes para romper os elos entre o representante e aquilo em nome do que ele fala, os elos resistirão”. Por outro lado, “ser subjetivo significa que, quando alguém fala em nome de pessoas ou coisas, quem ouve entende que esse alguém representa a si mesmo” (*Ibid.*, p. 129).

Pode-se analisar também a *durabilidade* da rede, que se mantém até os dias atuais (2006). Segundo a Actante V e a Actante B, algumas estratégias foram importantes para a manutenção da mobilização dos atores que compunham o fórum: a presença dos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário) que se articularam para fazer o trabalho de defesa dos direitos das crianças e adolescentes; a credibilidade das pessoas do Judiciário (promotor e juiz) que gerava *seriedade* ao fórum e facilitava o acesso às polícias; a fundação de uma associação estadual⁷⁶ para buscar recursos; as diversas campanhas que atingiam a população em geral, especialmente escolas, empresas e caminhoneiros; a formação permanente através de grupos de estudos e realização do curso de especialização sobre violência por parte de alguns atores no LACRI - USP; os cursos de capacitação sobre violência e exploração sexual infanto-juvenil, ministrados pelas pessoas que compunham o fórum, a policiais militares e a professores da rede municipal e estadual; o envolvimento da mídia na realização de algumas campanhas com vinhetas na TV; os encontros realizados entre os atores que compunham o fórum para discutir as dificuldades que enfrentavam cotidianamente; o estímulo à denúncia das violências e a estrutura que se montou no Estado para o acolhimento das denúncias; o cuidado para que a coordenação do fórum não ficasse sob o controle do Executivo municipal para poder cobrar políticas públicas; a não vinculação do fórum a uma pessoa ou a uma organização e a constituição de dois novos coletivos: Centro de Atendimento Integral às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Exploração Sexual (CEVIVI) e Núcleo de Estudos sobre Violência (NESVI) da UNOCHAPECÓ.

A seguir descreverei os processos de constituição do CEVIVI e do NESVI e suas articulações com o Fórum Catarinense e Chapecoense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

⁷⁶ Associação dos integrantes do Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, ONG responsável por arrecadar fundos para a sobrevivência do fórum.

4.2 O Núcleo de Estudos sobre Violência (NESVI) da Universidade Comunitária Regional de Chapecó - UNOCHAPECÓ

Segundo as Actantes V e B, a necessidade de capacitação gerada pelo fórum, acima discutido, levou a buscar o envolvimento da universidade:

[...] o primeiro contato que a gente fez foi com C do Escritório-Sócio Jurídico (ESJ)⁷⁷ eu e B fomos lá, colocando que a gente tinha então essa necessidade de capacitação, a gente estava querendo envolver a universidade e tal, querendo formar um grupo interdisciplinar, que tivesse capacitação, pesquisa, que nesse momento teria que priorizar violência sexual. (Actante V).

Então, alguns professores de diferentes áreas de conhecimento da universidade foram convidados para uma reunião: Centro de Ciências Humanas e Sociais (Curso de Psicologia), Centro de Ciências Sociais e Jurídicas (Cursos de Direito e Serviço Social), Centro de Ciências da Saúde (Curso de Enfermagem) e Centro da Educação (Curso de Pedagogia). Os professores convidados, (exceto a professora do curso de Pedagogia) mobilizaram-se para compor um grupo de estudo, que primeiramente foi instituído na universidade como extensão (Núcleo de Estudos sobre Violência - NESVI) e depois como grupo de pesquisa (Grupo de Pesquisa sobre Violência - NESVI⁷⁸).

O NESVI foi constituído em 1999, no entanto houve um deslocamento com relação ao objetivo inicial das pessoas que propuseram a formação do grupo, que era discutir e estudar a "violência e exploração sexual"⁷⁹. A conexão entre os novos atores não foi traduzida pelo interesse por essa categoria, mas por uma categoria mais ampla: "violência". O coletivo passa a problematizar o significado do termo "violência" e a buscar conhecer diferentes noções e abordagens teóricas sobre o tema. O NESVI definiu como o objetivo de sua existência: "aprofundar conhecimentos sobre a temática violência, oferecendo subsídios para a organização de formas de enfrentamento das questões relativas à violência na região" (Actante V). O grupo elaborou e desenvolveu dois projetos de pesquisa: *O sentenciado da Penitenciária Agrícola de Chapecó (SC) e sua situação carcerária* e *A violência no município de Chapecó (SC)* (em fase de relatório final) e conseguiu recursos do governo federal (Secretaria Especial de Direitos Humanos), em 2006, para colocar em prática o projeto de extensão *Capacitação de agentes multiplicadores para atuarem na prevenção da violência e da exploração sexual infanto-juvenil* (em fase de execução). Cabe ressaltar que esse curso de

⁷⁷ O ESJ constitui-se em um dos espaços de formação (campo de estágio) e produção de conhecimento interdisciplinar na área social, jurídica e psicológica da UNOCHAPECÓ e de atendimento aos segmentos sociais de baixo ou inexistente poder aquisitivo, excluídos do acesso a muitos direitos, individuais e sociais.

⁷⁸ A sigla NESVI foi mantida, pois já se constituía referência no espaço acadêmico e na comunidade.

⁷⁹ Apesar de manter-se de forma secundária, através da elaboração do projeto de extensão *Capacitação de agentes multiplicadores para atuarem na prevenção da violência e da exploração sexual infanto-juvenil*.

capacitação foi elaborado a partir dos estudos e produções do próprio coletivo, nesse sentido amplia os referenciais teórico-metodológicos propostos inicialmente pelo fórum municipal.

Pode-se analisar que a sobrevivência desse coletivo passa pelo esforço constante dos diferentes atores para garantirem formalmente carga horária para participação semanal (2 horas semanais), elaborando e aprovando projetos de pesquisa e extensão nas diferentes instâncias da universidade e em agências estaduais e federais. Portanto, apesar de sua durabilidade até o momento, a falta do elemento "recurso" e a mobilização de poucos atores, produzem certa instabilidade à *rede* que sustenta o coletivo.

Por outro lado, a existência do NESVI fortalece o Fórum pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó, que passa a ter um respaldo científico-universitário, facilitado pela circulação de atores nos dois coletivos.

4.3 O Centro de Atendimento Integral às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Exploração Sexual (CEVIVI)

O estímulo à denúncia da "violência e exploração sexual infanto-juvenil" por parte do fórum gerou a necessidade do município organizar uma infra-estrutura para o acolhimento e atendimento da mesma.

[...] todo esse movimento da importância da denúncia, foi uma questão muito discutida, 'cara, nós vamos estimular a denúncia, como é que nós vamos fazer o atendimento, como é que nós vamos dar conta, como vamos fazer?' Daí nós chegamos à conclusão que o importante era fazer a denúncia, quando chegasse a surgir a situação a gente ia se mexer para... (Actante V).

O fórum decidiu que o Conselho Tutelar (CT) seria a porta de entrada da denúncia. A partir do estímulo da denúncia, com a participação da mídia, o CT que recebia em média três denúncias por mês, passou a receber oito a dez por semana (Actante B). Na campanha televisiva,

[...] aparecia um anjinho... A gente montou as vinhetas: 'violência e exploração sexual é crime, diga não, denuncie' e aí dava uma batida no vídeo, um negócio... E divulgava o número do Conselho Tutelar. Aquilo teve uma repercussão, porque a RBS⁸⁰ era regional, então pessoas de outros municípios ligando caía no CT daqui, que pegava os dados e entrava em contato com o CT da cidade para fazer a proteção da criança. (Actante V).

O aumento das denúncias gerou a necessidade de novas ações: "a gente começou a dizer 'não, nós precisamos ter agora um outro caminho, não adianta só o Conselho Tutelar atender e não fazer nada, os programas não dão conta' e aí a gente construiu o Projeto do CEVIVI" (Actante B). O projeto inicial foi elaborado pelas actantes V e B, com o suporte do

⁸⁰ Rede Brasil Sul de Comunicação, vinculada a Rede Globo.

fórum municipal, sendo assinado pelo Departamento da Criança e do Adolescente e assessoria técnica da UNOCHAPECÓ, aprovado pelo governo municipal e encaminhado ao governo federal, que posteriormente liberou recursos para a sua execução.

[...] porque a gente estava em consonância com todo o movimento que estava acontecendo no país todo. O povo lá do nordeste, o pessoal todo do CECRIA, aquele povo todo estava em cima do governo federal e então veio o recurso para alguns municípios. (Actante V).

O governo federal forneceu o recurso para contratar os profissionais e o governo municipal teve que, em contrapartida, fornecer o espaço e a estrutura para os atendimentos. Desta forma, o CEVIVI foi criado em 30 de julho de 2000. Segundo o projeto inicial do CEVIVI (2000), havia 177 ocorrências que necessitavam de atendimento no município, naquele momento.

Após seis meses, o recurso do governo federal foi extinto o que levou o fórum a se mobilizar pela permanência do CEVIVI, pressionando e esclarecendo setores do governo municipal para que este assumisse o Centro em sua totalidade: "nós ficávamos sentados na frente da porta do prefeito mostrando a sua importância, falando..." (Actante V). Para tanto, foram utilizados os números estatísticos relacionados às denúncias e os atendimentos realizados. Nesse período, os profissionais que trabalhavam no CEVIVI (psicóloga, assistente social, advogada, educadora de rua e secretária) continuaram o trabalho sem receber salário. O governo municipal assumiu, então, integralmente o CEVIVI até o retorno de recursos do governo federal. Hoje o CEVIVI continua a ser mantido com recursos federais (Programa Sentinela⁸¹) e recursos municipais.

O principal objetivo do CEVIVI, segundo a Actante Y,

[...] é o atendimento e a garantia da proteção integral às famílias, crianças e adolescentes vítimas de violência e exploração sexual, visando romper com o circuito de violência contribuindo com a criação de alternativas para uma melhor convivência familiar e comunitária.

O CEVIVI presta atendimento especializado às pessoas envolvidas no caso específico com "violência e exploração sexual", não acolhendo vítimas de outros tipos de violência. No entanto, a Actante Y esclarece que "dentro da violência sexual existe tanto a violência física como a violência psicológica. Portanto, quando existe a violência sexual que perpassa diferentes tipos de violência o atendimento é realizado, mas quando existe só espancamento, por exemplo, nós não atendemos".

⁸¹ "O Programa Sentinela é composto por um conjunto de ações de assistência social, de natureza especializada, destinado ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violências, com ênfase no abuso e exploração sexual, buscando condições que possibilitem o resgate e a garantia dos direitos e o acesso aos serviços de Assistência Social, Saúde, Educação" (PROGRAMA SENTINELA, 2003).

Segundo a Actante M, a demanda pelo atendimento aumenta quando há mobilizações e campanhas municipais, estaduais ou nacionais do fórum:

[...] quando se faz lá fora um trabalho de conscientização do que é o abuso e exploração sexual, então muitas crianças são abusadas e não contam, é um segredo delas. A partir do momento de que você fala o que é um abuso sexual, suas conseqüências e os sintomas de uma criança abusada, as pessoas identificam e ficam mais atentas, então a demanda aumenta.

O atendimento é direcionado a crianças e adolescentes vítimas de abuso, conjuntamente com sua família, e abusadores de até 18 anos. A clientela do CEVIVI é composta pelas pessoas encaminhadas pelo Conselho Tutelar, pelos monitores sociais que trabalham com as crianças e adolescentes em situação de rua, pelo Fórum da Justiça, pelo Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, pelas escolas ou mesmo por pessoas que procuram diretamente o estabelecimento.

Grande parte dos profissionais que trabalham no CEVIVI, segundo Actante M, fazem a sua formação específica no Laboratório de Estudos da Criança (LACRI), na Universidade de São Paulo (USP), que oferece o *Telecurso de Especialização na Área da Violência Doméstica Contra Crianças e Adolescentes*.⁸² Trata-se de um curso de extensão de Educação Continuada a Distância (EcaD), de 1 ano de duração, e compõe-se de uma parte de ensino presencial e uma parte a distância.

Pode-se avaliar o CEVIVI como um coletivo estável. Além da vinculação forte com o Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, o curso de formação em violência doméstica na USP, como vimos, parece funcionar como um elemento unificador de concepções e práticas do coletivo, traduzindo os interesses de diversos atores heterogêneos. Ainda, a institucionalização atual dos recursos necessários à sobrevivência do CEVIVI pelo governo municipal⁸³ e federal possibilita vislumbrar certa durabilidade à *rede*.

Com a existência do CEVIVI, o Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó se fortaleceu, pois passou a ter onde encaminhar os casos resultantes das denúncias de violência e exploração sexual, além de poder sustentar através de dados concretos a necessidade de sua própria existência, nesse caso o CEVIVI tem funcionado como um laboratório de produção de indicadores da causa que o fórum defende.

⁸² É importante situar que esta situação foi encontrada no momento da pesquisa (2005) e pode ser circunstancial.

⁸³ Um exemplo da estabilidade e durabilidade da rede é a continuação do recebimento dos recursos, por parte do CEVIVI, mesmo com a mudança de partido político, em 2005, na administração do governo municipal de Chapecó.

4.4 O Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV)

A constituição do FECOV, segundo a Actante W, iniciou através da idéia de que o Movimento Psicanalítico (MPC)⁸⁴ deveria possibilitar uma discussão sobre violência para a comunidade de Chapecó através da realização de um evento público. O grupo entrou em contato com a Rede Brasil Sul de Comunicação (RBS), a qual se propôs a promover o I Simpósio Regional sobre Violência junto com o Movimento Psicanalítico. Foram convidadas "as principais instituições de Chapecó para ajudar a fazer o simpósio, para organizar e viabilizar o simpósio em verba, patrocínio, etc." (Actante W).

O Simpósio aconteceu nos dias 20 e 21 de outubro de 2000 e foi denominado de *I Simpósio Regional sobre a Violência - Violência: Sintoma Social?* Foram ministradas 11 conferências, com os seguintes títulos e conferencistas: Educação e Violência (Professor Santo Rosseto), Instituições e Violência (Isabel da Silva Kahan Marin), Entre a Lei e o Desejo (Návia Patussi Bedin), A criminalidade e a Lei (Irio Grolí), Crime, Violência e Incerteza Política (Paulo de Mesquita Neto), Mais Perigosas São as Feridas que não Doem e não Sangram (José Luis Caon), Adolescência e Violência (Isabel da Silva Kahan Marin), A Violência e a Exploração Sexual Infanto-Juvenil (Carme S. Collet Tambosi), A Questão da Violência no Cotidiano do Conselho Tutelar (Erli Terezinha Abreu), Causas da Violência Urbana (Eloir Araujo de Souza) e Polícia Militar (Edson Hasse).

Como se pode observar, o simpósio abrangeu uma diversidade de temas relacionados à "violência" e foi ministrado por profissionais de diferentes áreas, tanto professores universitários (da região e de outros Estados), como pessoas da cidade, envolvidos com o trabalho e discussão local.

Segundo a Actante E, ao final do evento, "mediante carta aberta, surgiu a proposta de criação de um fórum permanente de estudo, prevenção e combate à violência, aberto às instituições e pessoas físicas".

A Carta Aberta de Chapecó definiu violência como "um fenômeno decorrente de fatores econômicos, sociais, psicológicos e culturais" e identificou como causas da violência: a) a impunidade; b) as "dificuldades das entidades e instituições sustentarem a autoridade"; c) o fato do Estado e o Direito não darem conta das transgressões; d) a permissividade da família e da sociedade, que "têm dificuldade de colocar limites nos indivíduos, subtraindo-se, dessa forma, das suas responsabilidades".

A carta concluiu que:

⁸⁴ O Movimento Psicanalítico de Chapecó é composto por psicólogos e outros profissionais que buscam aprofundar o estudo da psicanálise.

- É impossível o fim da violência, mas ela é passível de minimização através de controles mais efetivos.
- É necessário um trabalho de prevenção da violência, canalizando as potencialidades dos sujeitos para atividades culturais e criativas.
- É necessário mais estudo e pesquisas sobre a violência e suas diversas formas de manifestação. (CARTA ABERTA DE CHAPECÓ, 2000).

A Carta Aberta de Chapecó, ainda, diagnosticou que "os maiores problemas de segurança na região são furtos consumados, narcotráfico, violência física e conflitos familiares" e que "a maioria dos furtos cometidos na região é praticada por adolescentes". Esse diagnóstico mobilizou parte dos actantes do FECOV, a partir do interesse em combater os furtos na cidade e direcionou as primeiras ações do FECOV:

Ações de caráter emergencial já foram implementadas pelo Fórum para minimizar o grave problema de furtos e assaltos na nossa cidade que na maioria dos casos são realizados por adolescentes. Medidas concretas foram propostas ao Secretário de Segurança Pública do Estado, através de documento assinado por todas as instituições que participaram do Fórum, solicitando reestruturação da Polícia Civil através da disponibilização de equipamentos, cursos, funcionários e adequação das condições físicas de funcionamento. (MOVIMENTO PSICANALÍTICO DE CHAPECÓ, 2001, p. 6).

O FECOV foi fundado em 28 de outubro de 2000, uma semana após a realização do simpósio, composto por várias organizações⁸⁵, e em junho de 2001 foi elaborado e aprovado o seu estatuto. Os participantes (representantes de cada organização) reuniam-se quinzenalmente e/ou quando era necessário.

Os objetivos da formação do FECOV, segundo a Actante W, foram:

[...] discutir a problemática da violência em Chapecó, conhecer os trabalhos que já são viabilizados por várias instituições sobre a violência e constituir-se como intermediária, ou mediadora, ou reivindicadora, questionadora, como uma forma de juntar forças para a cidade chapecoense, reivindicar os seus direitos, quanto à segurança pública e também de propor idéias, propor ações para as instituições que tem como finalidade partir para a ação.

O papel do FECOV, então, segundo a Actante W, não era executar ações diretas de combate à "violência", mas potencializar ações das instituições que trabalham com a "violência":

É um trabalho de forma indireta, como, por exemplo, tem uma problemática da criança e do adolescente, o FECOV com as suas instituições solicita ao órgão de fato responsável para que tome as devidas providências, no caso o Conselho

⁸⁵ As seguintes organizações compuseram o FECOV: MPC, RBS, Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), Clube dos Diretores Lojistas (CDL), Sindicato do Comércio Varejista de Chapecó (SICOM), Prefeitura Municipal de Chapecó, Conselho Tutelar (CT), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Fórum Municipal pelo o Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó, Polícia Civil, Polícia Militar, Câmara dos Vereadores, Secretaria dos Negócios do Oeste, Ordem dos Advogados do Brasil (OAB - sessão Chapecó), Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Movimento Negro, Abrigo Municipal, Curso de Serviço Social da UNOCHAPECÓ, Escola CAIC, Fórum de Justiça, Centro Educacional Regional (CER), Penitenciária Agrícola, Presídio Regional de Chapecó e Projeto Meninos de Rua.

Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e, sei lá, quem é da segurança pública. (Actante W).

A primeira intervenção do FECOV foi fazer o levantamento:

[...] das problemáticas mais alarmantes junto às instituições que trabalham com violência e junto a todos os componentes do FECOV, que são mais de vinte e quatro instituições, e a partir da verificação das problemáticas mais emergentes ter mobilizado as autoridades que são responsáveis pela função, para a solução, ou a minimização destas questões relativas às instituições. (Actante W).

Abaixo, estão listadas algumas das ações realizadas pelo FECOV para mobilizar as autoridades:

- Encaminhamento, por escrito, ao governo do Estado, de reivindicações relacionadas a Segurança Pública.
- Encontros com os secretários da Justiça e Cidadania e de Segurança Pública para reafirmar a urgência de um retorno às reivindicações na área de Segurança Pública envolvendo o Sistema Prisional de Chapecó.
- Encaminhamentos à Secretaria de Justiça e Cidadania de solicitação de uma Casa de Semiliberdade para acolher adolescentes infratores, com o respectivo projeto analisado e montado por membros da Fundação Educacional do Oeste Catarinense (FEOC) e do Fórum da Justiça.
- Fornecimento ao Ministério Público de documentação sobre a justificativa e tentativa de gestionar a urgência de implantação da Casa de Semiliberdade, que foi anexado junto a outros documentos na ação movida contra o Estado por aquela instituição.
- Encaminhamento ao Superior Tribunal de Justiça de solicitação de Desmembramento da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude da comarca de Chapecó⁸⁶. (HISTÓRICO DAS ATIVIDADES DO FECOV, 2004).

A Actante P considera que a ação FECOV se diferenciava da atuação das organizações responsáveis por combater as violências no município:

[...] eu percebo que as instituições criadas para combater a violência [...] é muito lento o processo deles, é muito devagar, demora-se muito, tem um monte de empecilhos, a questão do tempo, a questão de Fulana, a questão de Cicrana, sabe? A gente é muito mais prática, menos teórica e muito mais prática. A gente vai direto, "ah, tem que fazer isso, então vamos fazer isso". E "aonde que você vai fazer? Em tal lugar, então vamos fazer". Então a gente trabalhava muito dessa forma.

Mas, o que mobilizou as pessoas a participarem do FECOV?

A Actante P, empresária, que participou do FECOV desde a sua criação, primeiro representando uma organização e depois como pessoa física, explica a sua motivação: "O que me levou a fazer parte do FECOV? Foi pela angústia, como cidadã, de questões realmente voltadas à violência que a gente percebe na nossa cidade." P preocupava-se com a venda de bebida alcoólica a crianças e adolescentes, pois considerava que "a violência está relacionada à bebida alcoólica. E aí a bebida alcoólica é porta de entrada para a droga, é porta de entrada

⁸⁶ O desmembramento visou agilizar o grande número de processos que estavam sob a responsabilidade de poucos juízes.

para a faca, para o revólver, para a falta de consciência daquilo que eu estou fazendo". Desta forma, a sua participação direcionou-se para a restrição de sua venda:

[...] eu participei muito ativamente com o sindicato nosso, que é dos bares, restaurantes e similares, juntamente com o delegado. Nós fizemos uma ação, em conjunto, com relação à bebida alcoólica, à venda de bebida alcoólica, muito nos postos de gasolina, nos bares e restaurantes e isso foi bastante atuante na época. (Actante P).

P relata, ainda, a sua participação em outras ações:

E na época a gente fez parte da Força Tarefa [Polícia Militar], a gente ia junto. O objetivo de estarmos indo junto era realmente estar orientando, estar falando. Nossa! Quantas noites nós fomos à Estação Brasil⁸⁷ e fazíamos a ação lá com o pessoal da infância e da juventude e aí, sabe, pelo menos conscientizava e fazia com que o proprietário do estabelecimento, também, tivesse a visão de que ele tem a responsabilidade sobre aquele ser que está no ambiente dele naquele momento. Então, a gente trabalhou muito bem isso, na época.

A Actante L, assistente social, professora de uma Instituição de Ensino Superior, que compunha naquele momento um programa com atividades de intervenção no bairro São Pedro, justifica que começou a participar do FECOV, pois "era um fórum de combate à violência que chamava, e a gente entendeu que o programa tinha que ter participação, ele tinha que ter acento no FECOV". L considera que a sua participação foi importante, uma vez que "eles estavam naquela visão de que tinham que prender, arrebentar, sabe? E a gente começou a mostrar que essa violência era produzida socialmente. E que a gente precisava atuar". Como a actante L conhecia bem a realidade do bairro São Pedro, região considerada a mais violenta da cidade, ela avalia que contribuiu com a discussão de como se podia trabalhar a questão da violência:

Inclusive, a gente foi numa reunião e mostrou para eles que a gente vinha trabalhando com isso e trabalhava, com uma região que tinha a violência em todos os sentidos, que era uma região de pessoas excluídas em todos os sentidos e que isso gerava violência. Na verdade, eles eram vítimas do sistema, mas eles de qualquer maneira produziam violência.

L analisa que havia diferenças de concepção e comprometimento entre os diferentes actantes que compunham o FECOV, pois muitas organizações não queriam se comprometer:

Mas, a gente foi persistente a gente fez muitos encontros, muitos seminários, sabe? Chamou o judiciário, chamou quem tinha... eu acho que o FECOV ele tinha essa finalidade, era de comprometer as instituições, inclusive a universidade com a questão da violência. A Prefeitura, o Departamento da Criança e do Adolescente, todos... Todos... A gente teve muitas ações nesse sentido, sabe? De sentar, de discutir, de apresentar proposta, e de... Na verdade, o que eu acho assim... A própria Polícia Militar e a Polícia Civil, mas daí você começa a ver assim... Quando você começa a entrar nisso aí você vê que a coisa... Que ninguém está interessado em resolver as causas da violência, o que eles querem é combater a violência, prendendo, sabe? E aí o que acontece? Só quem sofre qualquer penalidade é quem

⁸⁷ Casa de shows.

rouba, quem... Mas quem compra, quem vende a droga, esses estão totalmente... Ninguém quer falar nisso. Então é uma situação assim difícil. (Actante L).

Conforme discuti anteriormente, muitos actantes do FECOV interessavam-se pelo combate aos furtos e roubos na cidade, focando os adolescentes, apontados como os principais responsáveis. Segundo a Actante L: "as entidades se envolveram com a questão da violência. Mas não adiantava. A ACIC o que ela queria? Era tirar da frente das lojas essa meninada, ela queria limpeza. A PM tinha muita dificuldade de entender e a Polícia Civil era a pior delas, a mais difícil de lidar". Desta forma, "muitas pessoas do FECOV, o que eles queriam? Perfil do infrator. Para quê? Para enquadrar as pessoas, como se pudesse existir isso" (Actante L).

O FECOV, em maio de 2002, solicitou ao NESVI (Grupo de Pesquisa sobre Violência) uma pesquisa de levantamento de dados sobre a violência no município de Chapecó (SC). Ao ser questionado sobre o que significava violência para o FECOV, foram referenciados os atos que colocavam em risco o patrimônio e a vida das pessoas. Foi destacada também a necessidade de identificar zonas de maior risco na cidade e o perfil do infrator.

O NESVI, partindo de sua preocupação com a problematização e desnaturalização da "violência", considerou ser mais pertinente, naquele momento, e propôs ao FECOV, através de um pré-projeto de pesquisa, a realização de uma pesquisa preliminar, ampla, que investigasse as concepções de violência predominantes em Chapecó, identificasse os agentes voltados à questão da violência e seus interesses, as formas de registro contemporâneo de dados sobre violência e avaliação da possibilidade de inserção de outras modalidades de registro de dados para uma futura pesquisa. Em resposta, o FECOV ficou de estudar as possibilidades de recursos para a realização da pesquisa. Mas, como relata L, o interesse do FECOV era outro: "não saiu do papel, nunca saiu... Todo o esforço que teve para se produzir e tudo. Mas não avançou, por quê? Porque a visão é essa do perfil do infrator que... é uma visão difícil".

Pode-se analisar que a dificuldade de articulação entre o FECOV e o NESVI se deu em função de que não havia uma *tradução* dos diferentes interesses entre os dois coletivos. Ou seja, partiam de diferentes concepções de violências e vislumbravam diferentes caminhos de intervenção. Cabe ressaltar, como enfatizou a Actante L, que mesmo dentro do próprio FECOV havia uma disputa, entre os atores heterogêneos, o que não impediu a sua estabilidade e sua durabilidade durante três anos. Essa unidade que possibilitou a sobrevivência do fórum, segundo as Actantes L e P, era fortalecida pela sua presidente, que conseguia mobilizar forças.

A desmobilização do Fórum, a partir de 2003, segundo as actantes L e P, foi fruto da fusão do FECOV com uma proposta da Associação Catarinense dos Magistrados para criar um espaço de discussão sobre “violência”. Quando a Associação dos Magistrados mostrou a sua intenção em constituir um novo fórum, segundo a Actante L, as pessoas que compunham o FECOV a procuraram para conversar, pois perceberam que tinham a mesma finalidade e consideravam sem sentido ter dois trabalhos paralelos no mesmo espaço. A fusão foi realizada no dia 10 de junho de 2003, permanecendo o novo fórum com a denominação de FECOV. O Judiciário assumiu a presidência, através de uma juíza, e a Polícia Militar, através do seu comandante, assumiu a vice-presidência do Fórum. L considera que não obstante a Associação dos Magistrados manter o nome FECOV, o mesmo foi absorvido pela Associação.

Com a fusão, apesar do recebimento de recursos, que foram utilizados na compra de livros, TV e computador, "as reuniões e ações diminuiram" (Actante L). Houve discordâncias por parte de actantes do FECOV com relação a encaminhamentos feitos pela Promotoria Pública:

Olha só, fizeram uma varredura na cidade, prenderam tudo o que é criança e adolescente, tacaram lá no Ginásio do Quartel, lá, daí chamaram os pais. E aí o promotor disse 'se a gente pegar essas crianças na rua, amanhã, os pais serão presos'. Foram para a escola. Mas, no primeiro recreio lá do CAIC⁸⁸ eles já fugiram. Eu falei para a promotora, 'olha, vocês vão se desmoralizar, o que adianta vocês fazerem isso, vocês vão prender os pais, mesmo?' Não acho nem correto isso e além do que, não é por aí. E prendem somente os adolescentes pobres, os outros que ficavam fazendo pega de carro, que desrespeitavam as pessoas que andavam na rua... Esses não. Prendem só os pobres. (Actante L).

L considera que enfrentar uma situação como essa no fórum dependeria de uma articulação maior que a existente naquele momento. Avalia que o fato da Juíza representante da Associação dos Magistrados assumir, junto com a Polícia Militar, a presidência do FECOV extinguiu a pressão popular para que as instituições cumprissem as suas funções. "Com eles na frente, não tinha mais sentido e eu simplesmente desisti" (Actante L). No entanto, L esclarece que a questão não estava vinculada diretamente às pessoas que assumiram a presidência, mas às organizações que representavam (em nome de quem eles falavam):

A juíza, ela era muito legal, sabe? Uma pessoa acessível, não era arrogante e era uma pessoa que tinha uma certa visão. O comandante era muito simpático, mas não é com isso que... Não é com essas coisas que a gente consegue fazer qualquer trabalho de que possa resolver o problema da violência, e até porque não está resumido nessas instituições, porque precisa ter política pública, de geração de trabalho e renda, etc.

⁸⁸ Centro de Proteção Integral à Criança.

Cita a última reunião que participou: "[...] eu lembro que o juiz dizia que o judiciário é um gigante com os pés de barro, que eles têm poder, mas não tem, na verdade não conseguem avançar. E foi assim, todo mundo se desculpava, sabe, por não conseguir enfrentar isso" (Actante L). Pode-se questionar aqui se os porta-vozes não se tornaram apenas porta-vozes de suas próprias organizações (Polícia Militar e Judiciário) passando a não mais representar o FECOV, rompendo-se, assim, o elo que os unia.

A Actante P disse que parou de participar do FECOV por dois motivos, porque não foram mais realizadas reuniões, cita que tanto a Juíza quanto o comandante da PM foram embora da cidade e que quem ficou como substituto provisório não convocou mais reuniões. A outra razão é que se desmotivou, pois fez uma proposta, junto com W, ao FECOV, a qual não foi aceita:

Nós fizemos toda uma programação daquilo que a gente pensava enquanto violência, para trabalhar exatamente nos bairros. Porque eu acho que a gente tem que envolver o bairro, o líder comunitário, o professor lá na escola, o policial do bairro, os comerciantes do bairro, as famílias do bairro, para que eles comecem a trabalhar a violência focada no meio de onde eles vivem, acho que daria um resultado muito bom. Começar a trazer todo o mundo para pensar no conjunto e de comprometê-los de uma forma ou de outra. Quando o trabalho não foi aceito eu pensei, cá comigo, 'está muito difícil', depois eu não tive mais notícias. (Actante P).

Como se pode observar, a tensão que se cria entre os atores diante de objetivos diferentes, acaba não sendo absorvida por novas *traduções*, que poderiam unificar os diversos interesses, pois não se produziram novas interpretações, nem deslocamentos. Desta forma, a *rede* ficou frágil, instável e o coletivo se desfez.

Com relação à categoria "violência", pode-se acompanhar como ela se amplia e se fortalece com a criação do FECOV, principalmente diante da disputa de interesses de diferentes actantes, que envolviam diferentes definições: o narcotráfico, furtos e roubos, a violência física, a violência e exploração sexual infanto-juvenil, a desigualdade social, o preconceito, etc. Também, pode-se observar que as diferentes definições conduziam a diferentes ações, o que gerou algumas das controvérsias acompanhadas.

4.5 A Polícia Comunitária (PC)

Atualmente há uma grande confusão na definição do que seja Polícia Comunitária, sendo associada a programas como:

[...] os de Vigilância de Bairro e minidelegacias, a comunidades homossexuais, à atenção especializada a problemas relacionados a mulheres e crianças, às visitas espontâneas de policiais às moradias, a campanhas na mídia para melhorar a imagem da polícia, rondas a pé, designação de *constables* [policiais comunitários] para povoações rurais, estabelecimento de 'casas seguras' para escolares, estratégias para redução do medo do crime na população, ronda direcionada [*directed patrol*],

discotecas e ligas de atletismo patrocinadas pela polícia, patrulhas montadas, e criação de policiamento auxiliar feito por cidadãos. (SKOLNICK E BAYLEY, 2002, p. 16).

Os autores consideram que a expressão *Polícia Comunitária* deve ser utilizada quando se elevar o nível de participação do público na manutenção da ordem pública, pois entendem que:

A premissa central do policiamento comunitário é que o público deve exercer um papel mais ativo e coordenado na obtenção da segurança. A polícia não consegue arcar sozinha com a responsabilidade, e, sozinho, nem mesmo o sistema de justiça criminal pode fazer isso. Numa expressão bastante adequada, o público deve ser visto como 'co-produtor' da segurança e da ordem, juntamente com a polícia. Desse modo, o policiamento comunitário impõe uma responsabilidade nova para a polícia, ou seja, criar maneiras apropriadas de associar o público ao policiamento e à manutenção da lei e da ordem. (SKOLNICK E BAYLEY, 2002, p. 16).

Segundo o Actante T, que participou do processo de implantação da Polícia Comunitária em Chapecó, o *policamento comunitário* requer uma mobilização que deve envolver toda a comunidade:

[...] nós não podemos deixar ninguém de fora, da pessoa tida como a mais importante no contexto social, como a tida como a menos importante ou a menos influente. Então, em uma cidade, do prefeito ao desempregado, passando pelo catador de papel e tal, eles têm que estar envolvidos nesse processo, porque, na realidade, a filosofia ela prega uma mudança de mentalidade, que abrange o modelo social que nós vivemos, de que forma nós nos portamos, dentro desse modelo, se nós compactuamos com esse modelo, se nós queremos continuar esse modelo assim, e que o crime e a violência não são fatos policiais, eles são sociais, e que o criminoso nasce na comunidade. Então, nós temos que envolver todas as pessoas e até a gente conseguir despertar nas pessoas da comunidade uma visão de que o crime é um fato social e que o criminoso é uma pessoa da comunidade, que não vem de fora, que nasce e que é gerado pela comunidade, por isso que eu digo que isso demanda um bom tempo. Não dá para a gente dizer: vamos começar hoje e amanhã nós vamos colher os frutos que nós queremos. Não, nós vamos começar e, com certeza, pessoas que virão após nós vão colher os frutos. (Actante T).

Neves (2005, p. 447), avalia que "as tentativas de implantação de policiamento comunitário têm sido legitimadas pela necessidade de reformulação das corporações policiais para aproximá-las da população e neutralizá-lhes a tradição autoritária"⁸⁹.

O Processo de instalação da Polícia Comunitária em Chapecó, segundo o Actante T, foi uma iniciativa do governo do estado de Santa Catarina, seguindo uma orientação do Plano Nacional de Segurança Pública, de 2001. Este plano criou uma Secretaria Nacional de Segurança Pública e, junto à mesma, o Fundo Nacional de Segurança Pública, prevendo ações de Polícia Comunitária. Desta forma, os estados para conseguirem o repasse de verbas da

⁸⁹ O autor refere-se à tradição histórica autoritária do país, no qual o Estado se sobrepõe e controla a sociedade. No entanto, afirma ser importante considerar a tentativa dos movimentos sociais em alterarem esse quadro e participarem mais das decisões estatais (NEVES, 2005).

União, para investirem em segurança pública, tinham que adotar a filosofia e instituir ações de Polícia Comunitária.

A Polícia Comunitária em Santa Catarina foi constituída, em 2001, pelo governo Esperidião Amin, através de um decreto estadual. Foi esse decreto que instituiu as diretrizes de seu funcionamento. O decreto determinou a criação de Conselhos de Segurança (CONSEG), que, segundo o Actante T, era uma forma de materializar e comprovar junto à Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) que o Estado estava implantando a filosofia e estabelecendo ações de PC, para o repasse de verbas. Mas, apesar do Plano Nacional e do decreto do governo estadual traçar diretrizes, T relata que as polícias não elaboraram projeto nenhum, e então,

[...] na realidade, fica assim o capitão Z trabalhando em Chapecó, outro lá em Criciúma, outro em Lages, outro lá... E, cada um trabalha, vai fazendo as coisas assim meio que pelo entendimento deles, não existem procedimentos padronizados, não existe um projeto definindo metas, custos e tal para você adotar essa filosofia. (Actante T).

Chapecó iniciou a implantação da PC em 2001, com a participação de policiais em cursos preparatórios estaduais. Quem ministrou os cursos foram policiais catarinenses que haviam feito os cursos nacionais, que formavam multiplicadores da doutrina de PC.

Eu participei, em 2001, de um curso estadual, que era de duração de uma semana, 40 horas/aula, e depois, mais tarde, em 2002, eu fiz o curso nacional de Polícia Comunitária, era promovido pelo SENASP. (Actante T).

Cabe situar que Chapecó teve uma experiência de Polícia Interativa, antes da implantação da Polícia Comunitária, iniciada pelo estado em 1998. A Polícia Interativa possui certa afinidade com a Polícia Comunitária, pois elas têm em comum o objetivo de "aproximar a polícia da comunidade, buscar uma parceria com a comunidade, envolver a comunidade nas ações de polícia" (Actante T). Como consequência, o poder da PM que era centralizado na mão do comandante do batalhão, foi descentralizado através do deslocamento de efetivos para três bairros (Região do São Pedro, bairro Colato e bairro Marechal Bormann), que passaram a ter cada qual um comando, obtendo maior poder de decisão sobre as ações da polícia em cada comunidade. Isso fez diferença no processo de Implantação da PC:

[...] nós tínhamos uma estrutura já iniciada, então isso dificultou para mim, porque eu imaginava que chegaria aqui e faria, junto com a PM, uma sensibilização e uma habilitação do nosso público interno primeiro, e que para isso nós iríamos gastar no mínimo uns 3 anos, e depois, então, de nós termos o nosso público interno sensibilizado e habilitado, aí nós iríamos buscar, o que eles ensinam para a gente, dentro de mobilização comunitária, os seis grandes da comunidade, ou melhor os outros 5, porque, no caso, um dos seis grandes seria a polícia. Então seria: as autoridades constituídas, as formais, aquelas lideranças informais, a Igreja, a imprensa e as demais pessoas da comunidade. Então nós teríamos de trabalhar de tal forma a envolver esses entes da comunidade. Vamos dizer assim, sensibilizá-los e

cativá-los para a filosofia. E aí eu imaginava que nós levaríamos mais uns cinco anos para fazer isso. Mas, quando eu cheguei aqui, já existia, já estava começado, já tinha alguns conselhos aí, já tinha inclusive Conselho Comunitário de Segurança. (Actante T).

Diante da situação encontrada, houve uma tentativa de articulação das duas polícias (interativa e comunitária):

E eu tentei fazer do meu jeito, da forma como eu interpretei as coisas e fui conciliando, então eu queria através desses conselhos que já existiam, abranger mais ainda a comunidade, fazer uma coisa mais participativa possível e buscar, ainda, através de palestras de sensibilização a adesão desses demais grupos que estavam, que tinham ficado de fora. Porque havia só dois grupos trabalhando ali: a polícia e as pessoas comuns da comunidade. Havia alguns líderes nos conselhos, mas com uma representação muito pequena. (Actante T).

T explica que as dificuldades iniciais foram referentes ao modo como estava funcionando a Polícia Interativa:

A polícia chegou e escolheu meia dúzia de gente e disse "vocês são o conselho aqui, agora, e vamos trabalhar juntos". E os conselhos simplesmente faziam um bailinho para comprar um pneu para uma viatura, para arrecadar verba e tal, de repente compravam um celular para a guarnição da polícia e tal e a polícia na realidade passava a fazer um trabalho meio que privado para essa meia dúzia de gente que auxiliava a polícia. Então, não era uma polícia que fazia um trabalho para a comunidade, mas tinha uma parceria muito boa, a polícia atendia bem essa meia dúzia de pessoas, quando alguém falava mal da polícia, essa meia dúzia de pessoas defendia a polícia. Então, estava bom para ambas às partes, apenas a comunidade não estava sendo assistida. (Actante T).

Como exemplo de controvérsias que acompanharam o funcionamento da Polícia Interativa, citarei o relato da Actante L, que fazia um trabalho vinculado a uma organização de ensino superior na região São Pedro, naquela época, e denunciou práticas violentas e situações de abuso de autoridade por parte de policiais militares:

[...] começou... Só que aí a polícia, meu Deus do céu, assim, teve situações terríveis, eles batiam nessa meninada, sabe? As crianças e adolescentes falavam: 'o problema é que eles nem perguntam se a gente deve alguma coisa, eles já vêm e dão ponta-pé, e dão soco na barriga', porque eles dão onde não deixa marca, a polícia. E aí aconteceu uma situação terrível, que foi assim que os policiais militares da polícia montada a cavalo começaram a bater em quem não... Queriam que as meninas... Queriam manter relações sexuais com as meninas. E aí as meninas que aceitavam eram protegidas deles e as que não aceitavam eles achavam um jeito ou de bater ou de enquadrar e assim ia, sabe? Chegou num ponto que foi uma coisa chocante que aconteceu que os caras botaram as fardas nas meninas e botaram elas em cima dos cavalos, uma coisa mais louca, e eles puxando de cueca os cavalos. Era uma orgia até, tava virando, nossa... Aí a gente denunciou e aí foi bem interessante porque a polícia tomou atitude, puniu todo mundo e passou até outro... Foi bem atuante a comunidade, ela sofreu até assim, muito. Eles eram ameaçados, os membros do CONSEG, mas assim, mudou radicalmente. (Actante L).

Esse exemplo demonstra que a proximidade da polícia com a população, por si só, não garante que a relação seja estabelecida em termos democráticos, como propõe o Policiamento Comunitário, podendo desenvolver-se de forma abusiva e autoritária.

Durante o processo de implantação da PC, houve a tentativa, segundo T, de envolver tanto a polícia como a comunidade, muitas vezes sem resultado:

[...] e daí, junto com a comunidade, sensibilizada, e algumas pessoas bem esclarecidas sobre os princípios da filosofia, sobre a doutrina de PC, nós queríamos desenvolver um projeto para a cidade: polícia e comunidade desenvolvendo um projeto para a cidade. Mas, a gente encontrou barreiras porque nem sempre o comandante, o chefe da gente, ele compartilha com as idéias da gente, e por mais que a gente se esforce, às vezes, a gente não consegue convencê-los das idéias da gente. E até porque não é só uma questão de convencê-los das idéias, inúmeros interesses cercam a atividade de segurança pública, a atividade pública de modo geral, e o poder político é muito grande, então ele se sobrepõe ao poder técnico. (Actante T).

T afirma que na região São Pedro, houve uma mobilização e uma participação bem representativa da comunidade.

Não foi assim tão difícil, porque a comunidade era bem carente, as dificuldades eram tão grandes, me parece que quando a dificuldade é grande as pessoas se unem em busca de uma solução. Então a gente conseguiu ali no São Pedro compor um Conselho de Segurança que conseguiu mobilizar a comunidade, que era uma comunidade carente, e construíram uma base para a polícia. (Actante T).

O primeiro Conselho de Polícia Comunitária em Chapecó foi criado na região São Pedro, essa região, conforme discuti anteriormente, é considerada a região mais perigosa da cidade, pelo número de práticas violentas que ali ocorrem e por moradores deste local serem identificados como autores de práticas violentas. O processo de mobilização se deu da seguinte forma:

Então as pessoas estavam lá apavoradas, em pânico com a situação da criminalidade lá, e resolveram fazer um conselho, ‘nós vamos fazer um conselho e daí o que nós temos que fazer?’ ‘Olha’, o comando na época disse, se vocês quiserem que a polícia se instale aí, vocês tem que dar um jeito de fazer uma base⁹⁰, porque o Estado não vai fazer uma base e o batalhão não tem dinheiro para fazer base, então eles mobilizaram a comunidade deles e fizeram uma base. E o retrato da base deles, a construção da base deles, o material que está lá usado, a forma como foi feita, retrata bem isso, eles foram buscar uma coisinha aqui, uma ali, gente deles que trabalhavam de auxiliar de pedreiro fora, para ganhar o pão de cada dia, deixaram de trabalhar fora para trabalhar na base, então foi um sacrifício muito grande para eles fazerem aquela base. (Actante T).

É interessante observar como a base foi utilizada como uma estratégia de mobilização, sendo *traduzida* pela população como segurança (base = segurança). Os moradores avaliavam que a construção da base e a presença da polícia no local eram suficientes para resolver os problemas do bairro:

[...] eles imaginaram que: ‘agora a nossa parte nós já demos, graças a Deus estamos salvos’. E agora quando eu tenho ido com outro discurso e dizendo: não, as coisas não terminaram, apenas começaram, nós agora vamos ter que fazer mais coisas, temos um monte de trabalho pela frente. Então, agora eu voltei a trabalhar com eles,

⁹⁰ O termo base diz respeito à estrutura física necessária para abrigar os policiais e possibilitar o funcionamento da PC na comunidade.

eu já tive duas reuniões com eles e nós não conseguimos encaminhar nada de prático, ainda, nem uma ação, ainda. Eu estou falando com eles ainda sobre a filosofia de PC, o que se pretende com isso, o que a doutrina prega. E eles ficam uma hora, duas horas, inertes ali, me olhando e me ouvindo falar, mas estão começando a entender que a base não era o mais importante, foi o mais importante, enquanto envolvia a comunidade para fazer, a base tem esse fator importante. Qual é a primeira coisa... a forma mais fácil de mobilizar a comunidade é dizer assim: vocês querem polícia? Então vocês têm que construir uma base para a polícia vir para cá. É uma estratégia muito boa para mobilizar, porque daí eles se unem, por pensar que isso aí é a salvação da pátria, eles se unem, se mobilizam e vão buscar recurso e fazem a base. Só que depois eles fazem a base, sentam cansados e dizem: 'nós fizemos a base e agora o que vocês estão fazendo?' (Actante T).

Nesse caso, T tenta fazer novas *traduções* do Policiamento Comunitário para mobilizar *actantes* e gerar unidade suficiente para continuar o seu trabalho de implantação. T aponta, também, questões referentes aos policiais que vão trabalhar nas bases da PC:

[...] porque o policial também quando vai lá para a base, ele fica extremamente contente, satisfeito. O que acontece com ele? Ele chega lá, foi feita a base, chega o efetivo, automaticamente o índice de criminalidade cai, porque a pessoa que é dada à prática do crime naquela área, ela se encolhe um pouco. Tem um estudioso da polícia que diz que é o mesmo que você pegar uma mesa que está cheia de mosca e levar a mão e dar um tapa, as moscas vão levantar vôo daquele lugar, mas elas não vão deixar de ser mosca, daqui um pouco elas vão pousar em cima da mesa de novo e vai ter mosca até pousando sobre a mão. Então, quando se faz a base se dá aquele susto, por um tempo, aí vão dizer, 'olha que bom, a PC foi implantada lá no nosso bairro, na nossa cidade e agora diminuiu 70% o índice de criminalidade', não é mentira, diminui mesmo, e essas pessoas se encolhem, até enquanto elas podem se encolher, mas quando a pessoa que vive da prática do crime percebe o *modus operandi* da polícia, estuda a estrutura da polícia ali e ela começa a perceber onde ela pode fazer e como ela pode fazer, volta a fazer de novo. (Actante T).

Quando isso acontece, a comunidade começa a cobrar a ação da polícia:

'Espera aí, Fulano, olha, nós demos a base para vocês, nós fizemos a base, vocês queriam a base, nós fizemos a base, olha aí os caras estão roubando, o que vocês estão fazendo? Não adianta vocês aqui e tal, tal... Sabe o que vocês têm que fazer? Vocês têm que dar *pau* nessa *gatunagem*'. Começam a aconselhar o policial a fazer isso, e daí aquilo tudo que o policial aprendeu de Polícia Comunitária, de respeito à dignidade humana, aquela coisa toda, ele começa a entender que aquilo não dá certo mesmo: 'é besteira e estão me cobrando, o meu comandante está me cobrando: o que vocês estão fazendo no setor de vocês que a criminalidade está aumentando? E a comunidade me cobrando, o que é que eu faço?' O policial começa a se encolher e começa a achar que realmente espancar as pessoas é a alternativa. Aí espanca e vê que espancar não é a alternativa, acha como saída começar a matar, aí onde... Nós vimos exemplos aí de policiais nossos no Brasil, bem perto aqui de nós recente, que cria os grupos de extermínio e tal. (Actante T).

T relata que as práticas violentas, que haviam diminuído, estão voltando na região São Pedro (junho, 2005):

Aí, o policial que estava lá já pediu para sair não quer mais ficar lá, porque não adianta, porque ele trabalha, trabalha, e não vê resultado e a pior coisa que tem é você trabalhar, trabalhar, trabalhar e não ver nada crescendo, você não construir nada e na atividade policial isso é muito desgastante para nós, nós trabalhamos, trabalhamos e a criminalidade está cada vez maior, a sociedade criticando cada vez mais a gente, 'são um bando de vagabundos, fica andando para cima e para baixo e não faz nada'. Então é extremamente desgastante a atividade policial. (Actante T).

No entanto, T ressalta que o Conselho de Polícia Comunitária da região São Pedro tem grande conhecimento e experiência de participação em conselho: "é muito bom conversar com eles, eles fazem questionamentos ótimos, e são pessoas bem humildes".

Com relação à implantação de outros Conselhos de Segurança na cidade, T relata que a idéia inicial era abranger a cidade, como um todo, a partir da formação de um grupo de estudos de adoção da filosofia de PC para o município, constituído pela polícia e pela comunidade, que estudaria os locais para a mobilização e construção de outras bases. No entanto, não foi isso que aconteceu:

Com a influência política e a necessidade de se dar uma resposta mais urgente ao governo do estado, na realidade, a polícia passou a... Ela fez um projeto sozinha. Alguém aqui do batalhão disse 'não, nós vamos fazer o seguinte, vão ser cinco setores, um setor norte, um sul, um leste, um oeste, um centro e cada setor desse vai ter uma base', que é o que nós temos hoje. Então, durante o período da implantação desse projeto, eu fiquei afastado. (Actante T).

T avalia que, com esse projeto, houve a descentralização e a aproximação com a comunidade e que alguns princípios da filosofia foram atendidos, mas que:

[...] o principal princípio, na minha ótica, ele foi deixado de lado, que era a participação da comunidade na elaboração do projeto. Eu não posso me comprometer com um projeto, a comunidade não vai se envolver nem se comprometer com um projeto que ela não participou da elaboração. Como as dificuldades da comunidade são muito grandes, a comunidade assimilou isso também. Assimilou e está nos aceitando. (Actante T).

Atualmente Chapecó possui cinco Conselhos de Segurança em diferentes setores: região Norte (Belvedere), região Sul (Palmital), região Leste (São Pedro), região Oeste (Colato) e Centro. A formação mais recente é do CONSEG Palmital e do CONSEG Belvedere, que formalizaram os seus conselhos no dia 30 de maio de 2005, através da posse dos seus membros. Segundo o actante T, estes dois últimos conselhos são compostos por pessoas de formação escolar diferenciada:

[...] a gente tem visto assim que têm pessoas de um nível intelectual um pouquinho mais apurado, têm pessoas com formação mais apurada. E nos outros conselhos nós vimos assim que têm pessoas de um nível intelectual mais humilde um pouco. Mas a vontade deles é a mesma, o espírito de luta, a abnegação deles, a vontade de querer transformar a comunidade deles, de querer ver resultado é a mesma. Claro que aquelas pessoas mais esclarecidas encontram mais facilidades, elas sabem melhor quais são os canais, aonde recorrer e tal. (Actante T).

A forma de participação desses dois conselhos, segundo T, é através da cobrança do atendimento das necessidades de polícia aos órgãos públicos.

Eles ainda pensam que a solução do problema da criminalidade na comunidade deles é a polícia. Uma polícia bem equipada, bem preparada, bem formada vai resolver o problema, eles ainda estão com essa visão. A gente ainda não conversou, eu não conversei com eles ainda, mas a gente vai conversar eu vou dizer para eles

que não é isso, que eles tem sim que reivindicar para a polícia, aquilo que é direito deles, em termos de segurança, que o estado deve atender, eles têm que buscar, mas o principal objetivo, de envolver eles nesse processo é fazer com que eles mobilizem a comunidade, para que a comunidade assuma o papel na área de segurança pública, porque daí vai diminuir a demanda do trabalho com a polícia, o Estado vai gastar menos com a polícia, e a comunidade vai gastar menos com polícia, vai ter mais dinheiro para gastar com saúde, educação e outros setores. (Actante T).

Já o CONSEG da região Colato investe em programas:

Lá, o sargento e o conselho adotaram uma escola de artes marciais para aquelas crianças que não tinham dinheiro para pagar, mas que queriam participar de uma. Conseguiram um professor de artes marciais que dá aula gratuitamente. Aí foram atrás e conseguiram através das empresas, doação de quimonos para as crianças que não podiam comprar, então eles fazem um trabalho social assim um pouquinho mais, eles estão um pouquinho mais adiantados. Até porque lá já existe desde 98 [Polícia Interativa] e as pessoas pensam assim: ‘nós temos que buscar atender as crianças’. Já é uma iniciativa boa, mas ainda não funciona de uma forma bem coordenada. (Actante T).

Na opinião de T, a região centro é o setor mais crítico:

Porque no centro, as pessoas não residem ali, a maioria das pessoas têm um estabelecimento comercial, vem durante o horário comercial, fecham o estabelecimento e vão embora, então para você conseguir mobilizar esse setor da comunidade chapecoense ali é muito difícil, você convida para a reunião, convoca, convida, mas não aparecem as pessoas. Foi feito um conselho ali, foi feita uma palestra e logo depois da palestra, aquelas pessoas que se sentiram meio que emocionalmente movidas pela filosofia, resolveram aceitar formar o conselho, mas depois viram que estavam sozinhas e ninguém mais as acompanhou naquele setor, elas também se afastaram. Hoje, então, têm duas pessoas no setor centro. (Actante T).

Os próprios manuais da Polícia Comunitária analisam que na área privilegiada da cidade, onde as pessoas não são desassistidas, onde elas têm a garantia de todos os seus direitos, a filosofia de Polícia Comunitária torna-se difícil de ser adotada:

Então ali o que o comerciante quer mais, é o **policimento reativo, repressivo**, para evitar que furtam na loja deles. Porque eles não são pessoas carentes, não são os praticantes, não é gente do centro da cidade que furtam no centro da cidade, é gente da periferia que vem. Então a filosofia diz que aquele cara da periferia que vem para cá, ele tem que ser tratado lá na periferia para não precisar vir furtar aqui na área privilegiada da cidade. Então, o conselho de centro se reúne, mas eles não querem aquilo que a gente fala de Polícia Comunitária. Agora eles têm que ser sensibilizados, eles têm que participar, porque a comunidade é um todo e eles detêm o poder econômico e o poder de influência, eles são de primordial importância da participação do projeto, ‘olha você não quer que ninguém venha te incomodar no centro da cidade, mude a tua mentalidade, você é um grande empresário, sua empresa fatura 20 milhões de dólares de lucro por mês, porque que você não se contenta com 15 e divide 5 milhões com os teus funcionários e dá uma qualidade de vida melhor para eles?’ E além do mais, os projetos que são desenvolvidos lá na periferia da cidade, precisam de apoio sim e até de forma assistencialista das pessoas da ala privilegiada, as pessoas que detêm o poder econômico da cidade. Então nesse sentido a gente tem que trabalhar com eles. Mas eles não gostam muito. (Actante T, grifo meu).

A principal dificuldade no funcionamento dos CONSEGs de Chapecó, segundo T, é que os seus membros ainda desconhecem as suas funções:

Então, o que eles têm dito: nós precisamos que o senhor venha aqui, reúna a gente e diga para a gente o que é que nós temos que fazer, qual é a nossa função dentro do CONSEG, porque a gente entende que tem que ajudar a polícia e tal, mas como ajudar a polícia? Então eles têm interpretado aquilo que o policial que está lá trabalhando com eles interpreta, que o conselho é para que se fura o pneu da viatura, o conselho vai arrumar um dinheiro para arrumar aquele pneu. Se bate a viatura, o conselho... Se o conselho tiver condição de mobilizar a comunidade para comprar uma viatura para a polícia, comprar para a polícia. E na realidade não é bem isso. (Actante T).

Outra dificuldade, apontada tanto pelo Actante T como pelo Actante R, é o não envolvimento da Polícia Civil nos CONSEGs, mesmo sendo declarada como membro nato pelo decreto do governo estadual:

[...] o próprio decreto do governo, que institui a Polícia Comunitária em Santa Catarina, ele diz que na formação do conselho tem que ter um policial civil, um policial militar, como membros natos e aí tem ter um presidente, um vice-presidente, que daí é da comunidade, um tesoureiro, um secretário, um vice-secretário, mas tem que ter dois policiais um civil e outro militar. E nós, em Chapecó, temos nomes de policiais civis, nos conselhos, mas não temos a participação deles. E pelo o que eu tenho visto assim, no estado todo, é mais ou menos assim que funciona. (Actante T).

Em 2001 houve a participação de um delegado e foi planejado, em conjunto entre as duas polícias, um estágio de sensibilização do público interno com policiais militares e civis juntos:

E nós tínhamos a ambição de que nós íamos trabalhar juntos, polícia militar e polícia civil, em Chapecó. Os funcionários de modo geral, dois dias ou três dias, não estou bem lembrado, nós fazíamos esta sensibilização e a maioria, 99,99% saía encantada com a idéia. (Actante T).

No entanto, posteriormente houve o rompimento entre as duas polícias:

Quando nós terminamos de passar o efetivo todo das duas polícias, daí veio um choque de vaidades entre os chefes, vamos dizer assim, eles acabaram se desentendendo e aí algumas ações, de ambas as partes, foram desenvolvidas que acabou melindrando a outra parte, e houve um rompimento neste trabalho. E depois que houve aquele rompimento, a polícia civil não aceitou mais, não se aproximou mais, e parece assim, que a cúpula da Polícia Civil, são os delegados da polícia, eles parecem que não comungam muito com essa idéia, então eles acabam influenciando a classe operária da polícia deles. (Actante T).

A Polícia Comunitária é bem aceita por diferentes segmentos de Chapecó. Os empresários contribuem para a construção da estrutura física das bases, segundo o Actante R:

A ACIC (Associação Comercial e Industrial de Chapecó), ela deu um suporte muito grande para os conselhos comunitários, ela disse para os empresários que os conselhos comunitários eram bons e eles deveriam aprovar, deveriam investir nos conselhos comunitários. Então os CONSEGs foram construídos. Então, os empresários estão ajudando nas construções físicas desses locais, para instalarem a polícia.

O governo municipal apóia a Polícia Comunitária, acreditando ser uma saída para os problemas de segurança da cidade:

Então, agora nós conseguimos colocar um representante da Prefeitura Municipal nos CONSEGs, o prefeito também autorizou a liberação de 5 mil reais para cada CONSEG, para investimento e autorizou a contratação para cada CONSEG de uma estagiária. Para poder estar aí no expediente no dia a dia, ajudando a desenvolver esse trabalho. Então mais ou menos essa é a forma que está se encaminhando todo esse processo de segurança de Chapecó. Sentiu-se que o caminho são os CONSEGs. (Actante R).

Pode-se analisar a partir dos indicadores descritos, que a Polícia Comunitária de Chapecó é uma *rede* ainda não estabilizada, com conceitos e procedimentos ainda em processo de *tradução*, envolvendo muitas disputas e contradições.

A criação dos CONSEGs é apresentada na mídia local como uma solução para os problemas de "violência" da cidade, e é divulgada como estratégia do governo estadual e municipal na área de segurança pública, sendo apoiada pelos órgãos representativos dos empresários do município⁹¹. No entanto, vimos as dificuldades de sua implantação e as contradições que envolvem as polícias, que carregam uma tradição autoritária⁹² no país.

Por outro lado, os CONSEGs têm mobilizado a população que busca por mais segurança. Esta participação e mobilização têm se diferenciado nas diversas regiões onde eles foram criados, a partir das singularidades de cada qual.

4.6 O Fórum Permanente pela Paz

Segundo Actante Q, a inspiração do Fórum Permanente pela Paz veio da Campanha da Fraternidade Ecumênica de 2005. A campanha da fraternidade é uma atividade tradicionalmente realizada pela Igreja Católica, mas no ano de 2000⁹³ e no ano de 2005 ela foi realizada de forma ecumênica. A campanha de 2005 elegeu o tema *solidariedade e paz* e foi organizada pelo Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC). Em Chapecó, o CONIC é composto pelas seguintes igrejas: a Igreja Metodista, a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil. O Fórum Permanente pela Paz foi uma ação proposta pela Campanha da Fraternidade de 2005:

Então ali, quando estava próximo de terminar a Campanha da Fraternidade, as igrejas convidaram várias entidades da sociedade civil e também do poder público, o

⁹¹ É interessante lembrar, conforme discuti anteriormente, que a Polícia Comunitária é vista pelos empresários como uma solução **a ser aplicada na periferia**. Para o centro, por exemplo, a preferência é pelo policiamento repressivo.

⁹² Refiro-me à tradição autoritária, na qual o Estado se sobrepõe e controla os coletivos. Foi possível acompanhar versões desse autoritarismo em alguns encaminhamentos relacionados à implantação da Polícia Comunitária, descritos neste texto.

⁹³ Cujo lema foi: dignidade humana, solidariedade e paz.

poder público municipal, a Câmara dos Vereadores, o Fórum de Justiça, foram convidados e numa reunião no dia 19 de março de 2005, foi um sábado, junto com 23 entidades, a gente propôs a criação deste fórum e naquela oportunidade as 23 entidades⁹⁴ acharam importante a criação do Fórum Permanente pela Paz. (Actante Q).

A coordenação do Fórum foi eleita durante este primeiro encontro e foi composta por cinco participantes: um representante do poder executivo, um representante do poder legislativo, um representante do Fórum de Justiça, um representante das igrejas e um do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. E desde então, essa coordenação trabalha para "tornar o fórum visível na sociedade" (Actante Q).

No entanto, Q relata que a coordenação é provisória:

Por enquanto, essa coordenação de cinco entidades está dando movimentação ao fórum, mas a gente quer retomar novamente, convocar estas entidades aí que participaram da criação do fórum, queremos convidar para repensar o trabalho daqui para frente. E esta coordenação que foi eleita, que foi nomeada ali, ela é uma coordenação não permanente, ela pode ser mudada, outras entidades podem assumir a coordenação do fórum.

O objetivo do fórum, segundo Q, é instituir uma cultura de paz:

Porque a gente olhando para os meios de comunicação, olhando para a nossa vida parece assim que a violência é que está muito presente na vida das pessoas, aí cria nas pessoas um certo medo, as pessoas vão criando a cultura do medo. A gente quer mudar isso, não criar o cultura do medo, mas criar a cultura da paz, a cultura em que as pessoas de fato se encorajem para possibilitar ações concretas na sociedade. Então o fórum ele quer isso, ele deseja isso, esse Fórum Permanente pela Paz. (Actante Q).

Q situa que "a luta contra a violência em Chapecó" não inicia com o Fórum Permanente pela Paz:

Já tem entidades aí que há muito tempo vêm trabalhando isso, então, o fórum quer ser um aglutinador destas experiências e dar visibilidade disso para a sociedade, no sentido de mostrar assim para a sociedade, ir apresentando para a sociedade aquilo que vem se fazendo de concreto, de maneira muito individual, muito localizada. E implementar a cultura da paz junto às pessoas, ao cidadão, à cidadã, porque a gente acha assim que este tema paz, ele tem que se tornar algo muito presente na vida das pessoas, tem que ser o feijão com o arroz na vida das pessoas, porque a medida que a gente está trazendo a discussão deste tema para dentro da sociedade, a gente vai mexendo com a sociedade, a sociedade também vai se organizando no sentido de verdadeiramente trabalhar isso no seu dia a dia. (Actante Q).

Mas, considera que o Fórum Permanente pela Paz é uma novidade para Chapecó:

É uma novidade para Chapecó, este Fórum Permanente pela Paz, pelo menos que eu saiba não existia dentro da cidade de Chapecó algo nesse sentido. Até um jornalista

⁹⁴ Segundo o Actante Q, estiveram presentes: o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que é ligado à Igreja Católica, a Secretaria de Agricultura do município, o Fórum de Justiça, a Câmara de Vereadores, a Associação Comercial de Chapecó (ACIC), o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, congregações religiosas ligadas à Igreja Católica, a União das Associações de Moradores de Chapecó, (UNICHAP), a Igreja Metodista, a Igreja Católica Romana, a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, entre outras.

ali um outro dia ele disse assim: 'pois é pastor, eu estou achando interessante a proposta deste fórum porque em outro tempo criaram algo parecido aqui, mas passou essa idéia de que o que foi organizado, ia resolver o problema da violência, não é? E vocês não, este fórum não quer resolver, ele não tem esse poder de resolver a situação de violência no município, mas ele quer implementar a discussão, ele quer colocar no dia a dia das pessoas essa discussão'. Então quer dizer, entre resolver e colocar a discussão, a gente acha melhor colocar a discussão e estar presente aí no dia a dia das pessoas. Por isso as atividades envolvem isso que a gente tem pensado, até o final do ano. (Actante Q).

Como se pode perceber o comentário do jornalista refere-se ao FECOV, discutido anteriormente, que explicitamente definia-se como um fórum de combate à violência.

No dia 31 de maio de 2005, o Fórum Permanente pela Paz promoveu uma reunião com a finalidade de discutir a "violência em Chapecó" (Jornal Diário da Manhã, 01/06/2005, p. 8). A reunião foi realizada no auditório da Câmara de Vereadores, com a presença do Juiz da Vara da Família do Fórum de Chapecó, a coordenadora do Fórum Municipal pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil de Chapecó e representantes da Pastoral Carcerária. Segundo o jornal acima citado, "cada um dos convidados expôs estatísticas sobre a violência em sua área de atuação e exemplos de atuação que estão dando certo" (p. 8). Após, as pessoas tiveram espaço para se manifestar.

Quando questionei ao Actante Q porque um fórum que se propõe a criar uma cultura da paz apresenta índices de violência no seu primeiro evento de discussão com a comunidade, ele justificou:

[...] quando a gente pediu para trazer estes dados, é no sentido assim da gente perceber a importância dessa discussão, porque não adianta cobrir o sol com a peneira, a violência ela está presente sim, ela está presente aí na sociedade, não só essa violência física, essa violência mais presente que chega a eliminar uma pessoa, mas a violência de todo tipo, a violência, por exemplo, em relação à discriminação de raça, por exemplo, a violência doméstica, a violência contra a criança, a violência... quer dizer, passa por todos os âmbitos essa questão da violência. Mas, quando a gente quis trazer estes dados, quando pediu para que se trouxesse esses dados, também não tinha a intenção de constatação: 'de fato, a nossa cidade é muito violenta', não era esse o pressuposto. Foi no sentido da gente ver a importância da discussão de se criar uma cultura de paz na sociedade, da gente se engajar verdadeiramente, por algo assim que é tão importante, não é? E que sobrepõe credos, sobrepõe partidos políticos, sobrepõe raças, também. Porque é algo que diz respeito a todos nós. O tema é bastante genérico. É um tema que nos instiga a uma reflexão maior, vamos dizer assim, a uma ação também mais concreta na nossa sociedade. (Actante Q).

Um encontro havia sido planejado pelo fórum para a discussão do Projeto de Lei sobre o desarmamento no Brasil, com a presença do relator do projeto deputado federal Luis Eduardo Greenhalgh, "mas devido a conjuntura política do país" (Actante Q), o evento foi cancelado pela impossibilidade da presença do deputado.

O Fórum planeja atividades envolvendo as escolas, as universidades, as faculdades e o comércio:

A gente vê a importância de levar esta discussão para dentro das escolas, para as crianças. A gente conversou e viu assim, a importância de se criar um mascote, um símbolo, para o fórum. Então vamos levar esta discussão para dentro da sala de aula, através da secretaria do município, aonde as crianças vão elaborar algo e depois a gente faz um pequeno concurso ali para escolher o mascote do fórum. Mas aí, quer dizer, o importante não é o resultado final, o importante é o processo, o processo de discussão que a gente pretende, acha que vai acontecer dentro das escolas, junto com as crianças.

Outra coisa que a gente tem discutido é de, por exemplo, aqui na cidade tem o dia D, que um sábado o comércio abre durante o dia todo, até às 5 horas da tarde. E a gente está querendo puxar uma discussão com a ACIC, para no dia D os comerciantes irem todos vestidos de branco. Entende? Assim, quer dizer, dar visibilidade a isto, a esta questão do fórum, da paz. Todos com uma cor só, por exemplo, se pensa isso enquanto algo concreto aqui na cidade de Chapecó.

A campanha do desarmamento, que já terminou, em nível nacional, que pretende ser continuada. Estar presente nas universidades, nas faculdades, ali nas escolas municipais debatendo questões referentes à violência. Aí a gente quer esse diálogo com as universidades, as faculdades aqui em Chapecó, com a UNOCHAPECÓ, com as outras faculdades para viabilização disso. Então, quer dizer, isso a gente está discutindo e vendo se a gente tem pernas para realizar essas idéias, que a gente está elaborando, que a gente está pensando. (Actante Q).

A dificuldade de viabilização do planejamento, segundo Q, é a indisponibilidade de tempo de cada membro do fórum:

[...] o fórum depende, ele está nessa dependência da disponibilidade de cada um, porque às vezes a gente não consegue se encontrar, a coordenação, a gente marca data e aquela data termina furando porque aparecem outros compromissos. O representante do poder executivo, o da Câmara dos Vereadores, eu tendo também que fazer viagens inesperadas, o juiz também. Então, a gente fica na dependência da agenda de fato de cada um para que possamos nos reunir. (Actante Q)

Como se pode observar, o Fórum Permanente pela Paz é um coletivo em fase de construção, sua *rede* está sendo composta e ainda não está estabilizada, os seus actantes estão em busca de recrutar e convencer novos *actantes* para a composição da mesma, através da *tradução* dos conceitos centrais como: "violência" e "cultura da paz" e a legitimação da sua existência. O Fórum busca mobilizar os outros coletivos que se constituíram tendo a "violência" como foco para atuarem como seus *actantes*, para emprestarem a sua força e passa a atrair *actantes* que já compõem outros coletivos como o Fórum de Justiça, a Câmara de Vereadores, a Associação Comercial de Chapecó (ACIC), o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente. Por outro lado, consegue conectar novos *actantes*, que até então não haviam sido atraídos pelos coletivos aqui descritos, como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), a Secretaria de Agricultura do município, a União das Associações de Moradores de Chapecó (UNICHAP) e as igrejas.

Pode-se analisar, também, que o Fórum Permanente pela Paz não parte de uma iniciativa local, mas é uma ação definida pela Campanha da Fraternidade em nível nacional, mesmo assim tem buscado singularizar ações e tem conseguido mobilizar *actantes* locais.

Pode-se questionar se o Fórum Permanente pela Paz não ocuparia o espaço deixado pelo Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV), já que também se propõe "a aglutinar as entidades que trabalham com violência" (Actante Q).

*

Considero que a descrição realizada possibilitou acompanhar como a "violência" emergiu em Chapecó, no final da década de 90, como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos. Apesar das singularidades que compuseram a formação de cada coletivo, a mobilização não foi fruto exclusivo nem se restringiu ao espaço estudado, mas acompanhou um movimento nacional e internacional: as redes construídas fazem conexões próximas e distantes, locais e globais.

A categoria "violência" se fortaleceu nesse processo sendo utilizada de forma ampla e freqüente para referir diferentes situações, recebendo diversos significados. Pode-se analisar que a categoria "violência", por um lado, ganhou força com a constituição dos diferentes coletivos e, por outro lado, ela gerou força de articulação aos coletivos, tornando-se um elemento que possibilitou mobilização, que conseguiu atrair pessoas, recursos, textos e conceitos, constituindo-se, então, em um *actante* nos diferentes coletivos, mesmo com objetivos diversos.

Vimos os processos de mobilização/desmobilização dos *actantes* na composição dos diferentes coletivos e pudemos perceber algumas características importantes na composição para a estabilização, unidade e durabilidade de suas *redes*: a heterogeneidade e o número de elementos que atraiu; a tradução dos diferentes interesses em interesses comuns ao coletivo, o que envolveu disputas e negociações; a visibilidade pública do coletivo (através da mídia, dos eventos que organizou, das controvérsias que provocou, das categorias que circulou); as informações e números estatísticos sobre violências que foram mobilizados para consolidar argumentos; a articulação entre os diferentes coletivos e a *tradução* e circulação da categoria violência.

CAPÍTULO 5

AS TECNOLOGIAS DE VIGILÂNCIA E CONTROLE E A GESTÃO DAS VIOLÊNCIAS

Se podemos nomear nossa Atualidade uma ‘megarrede heterogênea’ onde não há estratos determinantes, nela não caberia o fio de Ariadne em busca de uma visão totalizante. A infinitude de variáveis em jogo nos convida a exercer aqui uma certa miopia: ao deter-se neste ou naquele ponto singular, deixar ressoar a megarrede em toda a sua diversidade. Afinal o que somos senão fragmentos espalhados por esta miríade de linhas, aninhado em seus entroncamentos, seduzidos por suas bifurcações e ramificações? Por que então essa insistência de buscar no espelho do mundo apenas o reflexo opaco de nosso rosto demasiadamente humano? Talvez já pudéssemos abrir mão dessa miragem. Mais do que nunca, vemo-nos enlaçados pela heterogeneidade a mais estrangeira, a mais avessa, simplesmente inumana.

(PELBART & COSTA. 2003, p. 13).

O objetivo deste capítulo é discutir a questão da utilização de tecnologias de vigilância e controle, seguindo o seu vínculo com a mobilização contemporânea dos coletivos em torno da “violência” na cidade de Chapecó, descrita no capítulo anterior. Para tal, escolhi três eventos (três pontos singulares) para acompanhar: a criação da Diretoria de Defesa do Cidadão pelo governo municipal, o Projeto de Instalação de Câmeras de Vigilância e a crescente expansão de Empresas de Segurança Privada no município.

Esses eventos podem ser concebidos como estratégias de criação de novos coletivos⁹⁵ para prevenir violências e conectam em suas redes tanto novas tecnologias de vigilância e controle como os sentimentos de insegurança e medo, ou a percepção do risco de sofrer práticas violentas, por parte da população da cidade.

A categoria violência, que como vimos no capítulo anterior, se fortaleceu no processo de constituição dos coletivos estudados, circula também aqui como *actante* que gera força de

⁹⁵ A noção de coletivo foi discutida no capítulo 4.

articulação a estes novos coletivos, sendo protagonista dos mais diferentes discursos e atraindo atores e recursos.

As novas tecnologias de vigilância e controle incluem dispositivos como câmeras e sistemas eletrônicos de monitoramento e identificação, radares, sensores de presença e de reconhecimento e compõem a contemporaneidade, marcada pela incerteza e imprevisibilidade, conforme descrito por Beck⁹⁶, podendo ser depósito tanto das nossas esperanças, quando concebidas como desenvolvimento e segurança, como dos nossos maiores temores, quando associadas ao controle⁹⁷.

Para situar e compreender as novas tecnologias na contemporaneidade, lançarei mão, além das noções já discutidas nos capítulos anteriores, dos conceitos de *sociedade disciplinar* e *governamentalidade*, discutidas por Foucault, e de *sociedade de controle*, proposta por Deleuze.

As novas tecnologias são aqui compreendidas como híbridos de humanos e não-humanos, constituindo-se em uma nova instância de subjetivação coletiva.

[...] as máquinas tecnológicas de informação e de comunicação operam no núcleo da subjetividade humana, não apenas no seio das suas memórias, da sua inteligência, mas também da sua sensibilidade, dos seus afetos, dos seus fantasmas inconscientes. A consideração dessas dimensões maquínicas de subjetivação nos leva a insistir, em nossa tentativa de redefinição, na heterogeneidade dos componentes que concorrem para a produção de subjetividade [...] (GUATTARI, 1992, p. 14).

Concebo subjetividade, com base em Guattari e Rolnik (1993), não como essência, mas como produção. A subjetividade constitui-se de formas de pensar, sentir e perceber a si e ao mundo produzida por diferentes dispositivos: econômicos, sociais, tecnológicos, ecológicos, etológicos, midiáticos, dentre outros.

Portanto, mais importante que o confronto com os dispositivos de vigilância e controle é a apreensão dos seus efeitos, das trocas múltiplas entre "indivíduo-grupo-máquina" (GUATTARI, 1992, p. 17).

5.1 - A Diretoria de Defesa do Cidadão

A Diretoria de Defesa do Cidadão foi criada, na atual administração do governo municipal (2004-2007), com o objetivo de “dar mais segurança para a comunidade” (Actante R). Ela surgiu inicialmente como proposta do plano de governo, durante a campanha eleitoral do atual prefeito:

[...] durante a campanha do João Rodrigues, na elaboração do plano de governo dele foi sugerido a criação de uma secretaria municipal de defesa do cidadão. Então foi

⁹⁶ Ver Capítulo 2.

⁹⁷ Ver Pedro, 2005, p. 28.

criada, só que não com o título de secretaria e sim como diretoria subordinada diretamente ao gabinete do prefeito. (Actante R).

A idéia de um cidadão seguro sustenta a criação da Diretoria, constituindo-se em uma estratégia de gestão da “violência” no município, através de dispositivos de segurança:

E das propostas para ativar esse departamento de defesa do cidadão, o monitoramento através de vídeos e câmeras em Chapecó era uma proposta. A criação da Guarda Municipal era outra proposta. E a criação do Conselho Municipal de Segurança Pública. Voltados para a defesa do cidadão, em parceria com a Polícia Militar e Polícia Civil. Então seria mais um órgão ligado a esses demais para poder dar a garantia de segurança para as pessoas [...] (Actante R).

Foucault (2003) nos ajuda a compreender essa forma contemporânea de governar a partir de dispositivos de segurança. O autor analisa as grandes formas de governo no Ocidente: 1) O *Estado de justiça*, “nascido em uma territorialidade do tipo feudal e que correspondia, em geral a uma sociedade da lei – leis costumeiras e leis escritas – com todo o jogo de engajamento e de litígios” (*ibid.*, p. 304); 2) O *Estado administrativo*, “nascido nos séculos XV e XVI, em uma territorialidade de tipo fronteira e não mais feudal [...] que correspondia a uma sociedade de regulamentos e disciplinas” (*ibid.*, p. 304/305); 3) O Estado de governo, que corresponde ao vigente e existe graças a *governamentalidade*, “que não é mais definido por sua territorialidade, pela superfície ocupada, mas por uma massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com certamente, o território sobre o qual ela se estende, mas que não é dela senão um componente” (*ibid.*, p. 305). Foucault considera esse Estado de governo “que se apóia essencialmente sobre a população e que se refere e utiliza a instrumentação do saber econômico, corresponderia a uma sociedade controlada pelos dispositivos de segurança” (*ibid.*, p. 305).

Foucault entende por *governamentalidade*:

[...] o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas que permitem exercer essa forma bem específica, bem complexa de poder, que tem como alvo principal a população, como forma mais importante de saber, a economia política, como instrumento técnico essencial, os dispositivos de segurança. (FOUCAULT, 2003, p. 303).

Mas, se no Brasil a segurança do município é responsabilidade do governo estadual e federal, de que forma esta proposta do governo municipal pode operacionalizar-se?

De que forma? Da forma que a lei permite, que a prefeitura incentive esse ou dê esse aporte. Então, de acordo com a Constituição Federal, sem ir contra a Constituição Federal ou Estadual, buscar mecanismos municipais para atender melhor a comunidade com relação à segurança. Dar aquela tranquilidade, psicologicamente mostrar para elas que está mais seguro a situação daquele município. (Actante R).

Percebe-se aqui que a construção da idéia e da imagem de que o município é um lugar seguro é tratada como central na gestão da “violência” e envolve procedimentos e equipamentos produtores de subjetividade, ou seja, produtores de “sensação de segurança” nas pessoas que vivem nesse espaço. Mas que procedimentos e equipamentos seriam esses?

A Lei Complementar nº. 225/2005 de 16/05/2005 que cria formalmente a Diretoria de Defesa do Cidadão, nos dá algumas pistas, ao prever as seguintes ações:

- I - desenvolver e implantar políticas que promovam a proteção ao cidadão, articulando e integrando os organismos governamentais e a sociedade de forma motivadora, visando organizar e ampliar a capacidade de defesa ágil e solidária das comunidades de Chapecó e dos próprios municipais;
- II - o planejamento operacional, a definição e a execução da política de defesa social do Município;
- III - a coordenação das ações de defesa social;
- IV - a articulação com as instâncias públicas federal e estadual e com a sociedade visando potencializar as ações e os resultados na área de segurança pública;
- V - a atualização e o monitoramento do sistema de informações estratégicas de defesa social;
- VI - a administração dos mecanismos de proteção do patrimônio público municipal e de seus usuários;
- VII - a implantação, em conjunto com os demais afins, do Plano Municipal de Segurança;
- VIII - definir, executar e fiscalizar o serviço dos agentes municipais de trânsito;
- IX - desenvolver estudos e projetos na área de transporte e trânsito;
- X - desenvolver ações visando a educação, sinalização e segurança de trânsito;
- XI - organizar e controlar o serviço de estacionamento regulamentado;
- XII - administrar, gerenciar, dirigir e supervisionar os terminais de passageiros aéreos, rodoviários, urbanos e paradas de ônibus do Município, segundo a necessidade, natureza e finalidade;
- XIII - serviços de táxis e moto-táxi;
- XIV - serviço de lançamentos e impugnação de multas;
- XV - serviços de fiscalização eletrônica de velocidade;
- XVI - gestão central de monitoramento eletrônico com câmeras de vídeo;
- XVII - serviços de notificações e aplicações de penalidades previstas em lei e regulamentos municipais;
- XVIII - coordenar as ações de Defesa Civil.

No texto da lei sobressaem-se algumas expressões, dentre as quais “proteção”, “defesa do cidadão”, “defesa social” e “sistema de informações estratégicas”. Qual o significado dessas expressões? A lei restringe-se ao texto citado, deixando ao “leitor-cidadão” compreendê-las a partir dos significados predominantes que circulam na atualidade ou a uma interpretação própria. Quando questionado, o Actante R definiu *defesa do cidadão* como o processo de “garantir a segurança das pessoas”, *defesa social* como a proteção do “aspecto da sociedade [...], com relação às escolas, com relação aos bens públicos, com relação ao que é do município, aos bens do município” e *sistema de informações estratégicas* como as informações que buscam “saber quem é quem na comunidade”, ou seja,

[...] quais são os bancos que existem na cidade, isso afeta a segurança, bancos, hospitais, os postos de gasolina, os pontos críticos, pontos que tem conflito. Essas informações estratégicas da Diretoria de Defesa do Cidadão ela abrange, por

exemplo, localização de delegacia, quem são os delegados, polícia militar, quem é o comandante, cadeia pública, CIP⁹⁸, Penitenciária, como funcionam as estruturas do governo. Essas informações têm que se ter para dar encaminhamento aos problemas também. Com relação à parte de trânsito, como funciona o trânsito em nível de Estado, tem que ter essas informações instantâneas para poder desenvolver o trabalho. (Actante R).

A gestão da “violência” pelo governo municipal se daria, então, através da articulação dos diferentes órgãos de segurança, da criação de um banco de dados com *informações estratégicas* sobre quem é quem no município, da vigilância dos pontos onde ocorrem conflitos, da proteção do cidadão e do patrimônio público e privado, da administração da circulação de pessoas e veículos no espaço urbano e do acompanhamento desta circulação nos outros espaços. De que forma isso seria feito? Através da instalação de câmeras de monitoramento eletrônico no centro da cidade, da criação da Guarda Municipal, da Criação do Conselho Municipal de Segurança, da elaboração do Plano Municipal de Segurança, do apoio fornecido à Polícia Comunitária, Civil e Militar e da “formação e adequação” (Actante R) dos agentes de trânsito e dos vigias municipais.

E como está se dando esse processo de gestão? O governo municipal está implantando os dispositivos de segurança previstos?

A contribuição para a sustentação da Polícia Militar e da Polícia Civil está se dando da seguinte forma:

Olha, a prefeitura não está desembolsando nada para ajudar esses órgãos porque eles são do Estado de Santa Catarina. Mas existem convênios entre a prefeitura municipal e o Estado, onde os recursos de notificações aplicadas no município de Chapecó, elas são divididas. Então o prefeito João Rodrigues aumentou de 15% para 25% o repasse das notificações. Então de 100% das multas, tirando-se as despesas das multas, porque a multa ela tem despesa, com o CIASC, que processa, com o Correio e 5% e do FUNCEP, Fundo de Segurança de Trânsito. Então o valor que sobra líquido é dividido em três partes: Polícia Militar 25%, Polícia Civil 25% e Prefeitura Municipal 50%. Antes a prefeitura ficava com 70% e as polícias 15% cada uma, o prefeito João Rodrigues pôs 25, 25 e 50. Então esse recurso fica para esses órgãos de segurança para eles poderem manter o custeio deles, sem investimento, o investimento é mais caro, então vamos manter o custeio: papel, impressora, telefone, adequação do que precisa, arrumaçãozinha pequena, então ajuda nesse sentido aí. (Actante R).

Com relação aos cursos de formação dos agentes de trânsito e dos vigias municipais,

[...] nós temos 140 vigias, aqui no Departamento de Defesa do Cidadão e Defesa Social. Eles estão tendo mês a mês, curso de reciclagem, porque a faixa etária deles é muito alta, eles têm muito problema de embriaguês também, são pessoas mais idosas, acima de 45, 50 anos de idade. Então a gente está tentando adequar e está dando resultado positivo, uma maior segurança em algumas escolas onde eles trabalham. Isso está bem positivo. Com relação aos agentes de trânsito que operam na rua, que fazem a fiscalização na rua, também está sendo feito um trabalho de

⁹⁸ Centro de Internação Provisória.

reciclagem muito forte em cima deles, né, para poder adequar melhor o relacionamento com a comunidade.

A criação da Guarda Municipal, conforme descrito anteriormente, foi uma promessa de campanha do governo atual e consta como um dos objetivos da Diretoria de Defesa do Cidadão. Mas o que seria a Guarda Municipal?

[...] a Guarda Municipal de acordo com a Constituição é encarregada de cuidar dos bens da Prefeitura Municipal, os bens físicos, praças, hospitais, centro de saúdes, escolas. Nesse sentido [...] seriam as pessoas envolvidas no processo para poder dar segurança para as pessoas. (Actante R).

Em Chapecó, a Guarda Municipal seria criada a partir dos agentes de trânsito do município:

Nós estamos apresentando ao prefeito um plano nos próximos dias para transformar os agentes de trânsito em Guarda Municipal, entrar mais 10 agentes no processo e eles terem uma instituição definida pela Polícia Militar, pela Polícia Civil, para poderem se adequar ao sistema de segurança do município e dar maior garantia para as pessoas. (Actante R)⁹⁹.

Os agentes de trânsito,

[...] de acordo com a Constituição e com a Código de Trânsito Brasileiro eles estão aptos simplesmente à vistoria, a cuidar do trânsito urbano, o que se refere à circulação e estacionamento. Então o agente de trânsito é uma autoridade municipal de trânsito, encarregado de fiscalizar a circulação e estacionamento de veículos e trabalha em conjunto com a Polícia Militar em blitz e operações de trânsito. (Actante R).

Apesar da Guarda Municipal estar restrita a cuidar dos bens públicos do município, ela poderia representar a “força” da polícia em outros tipos de situações:

[...] um guarda municipal ele se caracteriza pela farda, ele estando bem fardado e as viaturas caracterizadas também já chama a atenção do bandido, que muitas vezes não sabe definir que polícia é aquela ali, mas ele vê aquela ali como polícia, como polícia ele vai ter o respeito. [...] ele: ‘opa, ali tem um polícia, não vou me meter’. (Actante R).

Embora a Guarda Municipal seja considerada um importante dispositivo de segurança pelo governo municipal, ao final do terceiro ano de mandato ela ainda não foi criada por falta de recursos:

É, por falta de recursos. É que na medida em que hoje Chapecó possui 180 mil habitantes, para ter uma Guarda do tamanho da cidade vai precisar no mínimo, no mínimo uns 100 guardas municipais, então isso exige um custo operacional muito grande para manter isso aí. E como o município tem outras prioridades, então primeiro vamos resolver as outras prioridades para depois, então, partir para esse aspecto. (Actante R)¹⁰⁰.

O monitoramento eletrônico, que será discutido no item 5.2, foi adiado também por falta de recursos.

⁹⁹ Entrevista realizada em maio de 2005.

¹⁰⁰ Entrevista realizada em outubro de 2006.

O Plano Municipal de Segurança, em outubro de 2006, ainda estava em processo de elaboração e o Conselho Municipal de Segurança Pública ainda indefinido.

[...] nesse período está bem confuso em razão da campanha política, então não deu para avançar muito em razão do aspecto ideológico, de política. Um é de um partido outro é do outro, não sabe quem é quem. Então vai se avançar muito mais se a gente conseguir saber quem é quem nos próximos quatro anos em nível do Estado, a prefeitura consegue traçar um bom projeto para fazer um Conselho Municipal de Segurança Pública. (Actante R).

Os elementos apontados para a não implantação dos dispositivos de segurança previstos eram: falta de recursos financeiros e indefinição do quadro político que irá governar o Estado nos próximos quatro anos.

Mas no mês de novembro do mesmo ano a constituição do Conselho de Segurança Pública foi anunciada através da mídia (rádios, televisões e jornais), junto com o lançamento do Programa Tolerância Zero:

[...] o objetivo é unirmos toda a sociedade chapecoense representada por suas entidades, principalmente Polícia Civil e Militar para que juntos possamos unificar as ações e **combater a violência na cidade de Chapecó**.

[...] nós estamos definindo junto com as entidades como Programa de Combate à Violência na cidade de Chapecó, que traz o título Tolerância Zero. O espírito da coisa é fazer com que nós, cidadãos comuns e o Governo Municipal, que não somos os responsáveis diretos pela Segurança Pública possamos estar incluídos também como responsáveis por ela. Porque só a Polícia Civil e Militar, só o Judiciário e Ministério Público não vão conseguir fazer tudo aquilo que nós esperamos e gostaríamos que fizesse. Então precisamos nos unir e é a hora e o momento da sociedade se unir em torno de um único objetivo, **que bandido troque de endereço, troque de cidade**, que a gente **combata a violência efetivamente** e o que nos satisfaz é essa integração entre as polícias em Chapecó, sabendo que agora, na quarta-feira, com todas as entidades, pretendemos daí sim lançar o Programa de Combate à Violência que traz o título Tolerância Zero à violência em Chapecó. (Prefeito de Chapecó, em entrevista realizada pelo Jornal do Almoço da RBS TV, veiculada no dia 16 de novembro de 2006, grifos meus).

O Conselho (ou comitê) de Segurança Pública foi definido como um conselho “supra entidades” por envolver a participação de várias “entidades” como: poder público municipal, Ministério Público, Polícia Civil, Polícia Militar, Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), Clube de Diretores Lojistas (CDL), Sindicato do Comércio (SICOM), Centro Empresarial, Câmara dos Vereadores, Sindicato dos Contabilistas (SINDICONT), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os Clubes de Serviços Lions, Rotary e Câmara Junior e “outras entidades organizadas da sociedade civil” (Porta-voz do Conselho de Segurança Pública, em entrevista realizada pela RBS-TV no Jornal do Almoço, no dia 30/11/2006). A formação do Conselho é justificada como uma estratégia para reduzir a “violência” em Chapecó, através da composição de forças:

[...] é importante salientar, ainda, que essa comissão vai ter um papel muito importante no que diz respeito a centralizar as reivindicações. Porque a gente percebia, por exemplo, que a OAB estava envolvida na construção do Presídio

Municipal, a Associação Comercial fazia representação e solicitação junto a investimento para a Polícia Civil e Militar, agora através dessa comissão nós vamos ter uma representação supra entidades com poder reivindicatório muito grande, poder reivindicatório político e institucional, que é mais importante, aliado ao poder político representativo, político-partidário dos representantes, e o poder público municipal. É uma união de forças consolidadas com um objetivo comum, que é fazer investimentos necessários para que a população chapecoense como um todo, tenha esses benefícios no que diz respeito a Segurança Pública e a Tolerância Zero com relação à criminalidade e à marginalidade que está hoje num índice muito crescente na nossa sociedade. (Porta-voz do Conselho de Segurança Pública, em entrevista realizada pela RBS-TV no Jornal do Almoço, no dia 30/11/2006).

O Programa Tolerância Zero seria o primeiro programa a ser implantado pelo Conselho, o qual compreende “ações que serão desenvolvidas pelas polícias em conjunto ou separadas, que visam melhorar a segurança em Chapecó” (DIÁRIO DO IGUAÇU, 30 de novembro de 2006, p. 11) e começou a ser posto em prática através de algumas operações:

Oitenta policiais militares participaram ontem a noite de uma operação que faz parte do programa Tolerância Zero. 500 veículos foram vistoriados e 91 pessoas foram abordadas em bares de vários bairros da cidade, cinco pessoas chegaram a ser levadas à Central da Polícia por fornecerem bebida alcoólica a adolescentes com 17 anos. (Reportagem veiculada na RBS-TV, Jornal do Almoço, no dia 30 de novembro de 2006).

Na área central da cidade 38 policiais militares trabalharam. O patrulhamento também utilizou seis policiais militares da cavalaria, motoqueiros, 28 homens nas barreiras. A noite chegou e a operação continuou. O Grupamento de Resposta Tática investiu nas batidas e buscas pessoais. Foram 5 horas e meia de trabalho, neste tempo a polícia abordou 91 pessoas, 3 foram detidas. O trânsito foi o que mais movimentou as polícias. Nas barreiras montadas foram abordados cerca de 500 veículos, 14 foram apreendidos, 28 notificados. (Reportagem veiculada no SBT - Comunidade, no dia 30 de novembro de 2006).

Segundo o porta-voz da Polícia Militar, o objetivo das operações:

[...] é realmente estar presente com o maior número de policiais possível. Hoje estamos empregando 80 policiais além do efetivo normal e com o objetivo de abranger com todas as nossas ferramentas através do policiamento ostensivo a pé, através do motorizado, fazendo barreiras policiais, utilizando a cavalaria. O objetivo é de **trazer a tranquilidade que o cidadão** merece e que nós temos o dever de dar. (Entrevista veiculada pela RBS-TV, Jornal do Almoço, no dia 30 de novembro de 2006).

E a questão da falta de recursos, como seria enfrentada? Através da cobrança de uma taxa voluntária dos comerciantes e empresários para investimento nas Polícias Civil e Militar:

Olha, no acordo firmado entre as entidades, Polícia Civil e Militar e as entidades empresariais, ficou estabelecida a cobrança de uma taxa voluntária e não obrigatória, valores que vão acenar na casa de 60 Reais por ano até 450, do menor para o maior empreendimento da cidade de Chapecó. Então ela é voluntária e não obrigatória. (Prefeito de Chapecó, em entrevista realizada pelo Jornal do Almoço da RBS TV, veiculada no dia 30 de novembro de 2006).

A taxa seria cobrada a partir de janeiro de 2007, junto com o IPTU. Para o porta-voz dos empresários do município, a “classe empresarial” está disposta a contribuir, pois:

[...] está percebendo que há um **crescente muito grande nos índices de violência** e criminalidade e isso afeta não só a classe empresarial, como já foi bem dito pelo prefeito, mas a sociedade como um todo. O cidadão comum, o trabalhador no seu deslocamento, deixa a sua residência e pode ser afetado, assaltado, como muito já tem se visto nas ocorrências policiais. (Entrevista veiculada pela RBS-TV, Jornal do Almoço, no dia 30 de novembro de 2006).

Para que aconteça contribuição, as organizações representativas dos empresários procuram mobilizá-los:

[...] as entidades empresariais SICOM, CDL, Centro Empresarial e a Associação Comercial tem procurado incentivar e sensibilizar a classe empresarial que venha a fazer parte desse programa, contribuindo nessas alíquotas em que forem apresentadas. Evidentemente isso vai representar um aumento, uma taxa, um aumento do encargo dos custos dos empresários. Mas nós entendemos que a sociedade como um todo vai ser beneficiada. Hoje, para nós, classe empresarial, é importante que façamos parte desse processo. Não tem como deixarmos somente para o Estado cumprir o seu papel porque o Estado não tem condições disto. Então nós estamos sensibilizando a classe empresarial como um todo a fazer parte desse programa porque nós temos certeza que a classe empresarial também terá o seu retorno, contribuindo com essas taxas que serão apresentadas. (Porta-voz dos empresários, em entrevista realizada pela RBS-TV no Jornal do Almoço, no dia 30/11/2006).

O recurso iria para o Fundo Municipal de Reparelhamento da Polícia Militar e Polícia Civil (Fumpompoc) e seria utilizado pelas polícias a partir de suas necessidades. Para o porta-voz da Polícia Militar:

Existe uma diferença entre a cidade que possui o fundo e uma cidade que não possui o fundo. Com certeza, assim que nós operacionalizarmos nós temos uma Chapecó diferenciada em termos de Segurança Pública, polícia com mais equipamento, policiais mais preparados e um atendimento melhor e diferenciado à comunidade. **A criminalidade cresce cerca de 10 por cento ao ano**, isso estatisticamente e nós tentaremos diminuir e muito, só que nós não podemos dizer exatamente o quanto, mas com certeza nós diminuiremos em muito os índices de ocorrência com a participação principal da comunidade. (Entrevista veiculada pela RBS-TV, Jornal do Almoço, no dia 30 de novembro de 2006).

O porta-voz da Polícia Civil justifica a necessidade de investimento de recursos para melhorar a ação da polícia:

Segurança pública se faz com investimento, investimento em material e investimento no próprio ser humano e a partir do momento em que nós tivermos condições financeiras para tal, nós pretendemos melhorar a nossa estrutura física, em especial a estrutura da Central de Polícia, que hoje da forma como ela está composta ela não atende a demanda e nós pretendemos retirar o policial da sua atividade administrativa e colocá-lo no serviço de rua e colocando com isso, podendo ter a possibilidade da contratação de estagiários para trabalhar nessas atividades administrativas em que o policial está. (Entrevista veiculada pela RBS-TV, Jornal do Almoço, no dia 30 de novembro de 2006).

O lançamento da criação da comissão de Segurança Pública e do Programa Tolerância Zero está sendo feito¹⁰¹ ocupando muito espaço na mídia local, com a realização de muitas

¹⁰¹ É importante esclarecer que estas informações são recentes (novembro e dezembro de 2006) e tanto a constituição da comissão como do programa Tolerância Zero, ainda estão em processo de constituição. Quando

entrevistas com o prefeito, porta-voz dos empresários e porta-voz da Polícia Civil e da Polícia Militar. Também têm sido veiculadas permanentemente reportagens com as operações realizadas pela Polícia Militar. Em todos os fragmentos dos discursos acima descritos, pode-se perceber o esforço dos porta-vozes do novo coletivo para justificar a existência do mesmo, através da caracterização da situação de “violência” do município como grave (índices estatísticos e descrições de práticas violentas sofridas ou possibilidade futura de concretização das mesmas), da importância que terá para a solução dos problemas e da necessidade da participação de todos. O trecho transcrito abaixo é mais um exemplo da tentativa de *traduzir* os interesses da população no que diz respeito à “violência” e “segurança”, canalizando-os para o coletivo, em processo de composição.

O que estamos propondo é dar um basta **nessa violência**, que queima a vida das pessoas, coloca crianças nas drogas e **você, cidadão, está correndo risco**. Se nós dermos a nossa parcela de contribuição quem sabe você, quem sabe eu, não seremos **a próxima vítima**. O que estamos propondo aqui e já fizemos um apelo a Polícia Civil e Militar, eu tenho certeza é que **os bandidos ou mudam de vida em Chapecó ou mudam de cidade**, para isso nós **estamos unidos**, daremos as condições. Eu tenho a convicção, que as polícias farão a sua parte, para que o cidadão possa realmente acreditar, contribuir, colaborar para ter mais **segurança em sua casa**. (Prefeito de Chapecó, em entrevista realizada pelo SBT Comunidade, veiculada no dia 30 de novembro de 2006).

É interessante também observar que a nomeação do programa de combate à “violência” como Tolerância Zero é um modo de mobilizar a força desse bordão. A expressão surgiu vinculada a gestão de prefeito de Nova York, Rodolph Giuliani, que foi eleito, em 1993, com uma plataforma centrada nos problemas de segurança pública e, junto com o comissário da polícia William Bratton, implementou uma política “que enfatizava a repressão aos delitos contra a qualidade de vida, tais como vandalismos, badernas nas ruas, pequenos furtos, dentre outros etc.” (COSTA, 2004, p. 162), que ficou conhecida como “tolerância zero”. Segundo o autor, o “tolerância zero” foi influenciado

[...] pelo polêmico artigo de James Q. Wilson e George L. Kelling, ‘*Broken windows: the police and neighborhood safety*’, publicado em 1982. No artigo depois de criticar as formas tradicionais de policiamento (patrulhamento motorizado, resposta rápida e investigação criminal), os autores sustentavam que há uma relação entre desordem e crime. Também apontavam que a sensação de medo dos cidadãos não está exclusivamente apoiada nos índices de criminalidade. No artigo, os autores fazem a seguinte analogia: ‘Se uma janela de um prédio é quebrada e não é consertada, todas as outras janelas logo serão quebradas também [...] Uma janela deixada sem conserto é um sinal de que ninguém se preocupa, e de que quebrar mais janelas não custará nada. Assim, a ênfase do policiamento deveria recair sobre delitos de menor gravidade. Nesse sentido, a presença mais constante da polícia nas comunidades afetadas, inibindo os pequenos delitos, deveria ser

eles começaram a ser lançados eu já havia terminado o meu trabalho de campo e a elaboração deste capítulo, mas avaliei que os novos indicadores eram importantes e deveriam ser integrados aos já coletados.

encarada como peça fundamental nas novas estratégias de policiamento. (COSTA, 2004, p. 162).

Costa analisa que a proposta de Wilson e Kelling sustenta-se na idéia de que o controle social está relacionado à presença constante do Estado na vida da comunidade e considera problemático basear o mesmo na coerção e no medo, desconsiderando que é uma construção de caráter relacional, que pressupõe a participação da comunidade no estabelecimento das regras de conduta social.

Para implementar a política “tolerância zero”, o comissário Bratton fez modificações na polícia, substituindo comandantes de distritos policiais, demitindo oficiais da alta hierarquia policial e estabelecendo que as promoções fossem baseadas na performance de cada policial e não mais na antigüidade na carreira, sendo que os critérios de avaliação recaíram sobre o desempenho de cada distrito policial de acordo com as metas traçadas por ele e sua equipe. Foram adotadas estratégias de policiamento como apreensão de armas de fogo e repressão ao comportamento desviante dos jovens. As unidades operacionais foram deslocadas para a função de patrulhamento e a prática de abordar e revistar cidadãos cresceu substancialmente.

Segundo Soares (2002, p. 227), a nova política de segurança adotada é um caso paradoxal, pois por um lado reduziu os crimes¹⁰² e o êxito foi reconhecido pela população ao reeleger Giuliani e depois possibilitando que concorresse ao senado, mas por outro lado, o sucesso passou a ser questionado por uma boa parte da população “revoltada com os episódios de violência policial, e já estava se voltando contra Giuliani, sob a forma de um bumerangue político, ampliando a faixa de rejeição a seu nome, antes que o câncer o fizesse desistir da disputa com Hillary Clinton”. Para o autor, alguns aspectos das medidas descritas têm sido adotadas no Brasil para combater o crime em muitas campanhas:

[...] freqüentemente fora de contexto e manipuladas para servir aos propósitos oportunistas do candidato – o famoso bordão ‘tolerância zero’ é o principal exemplo -, as interpretações que se consolidam sobre os resultados da política de segurança de Nova York podem vir a se tornar armas eleitorais importantes, para o bem e para o mal. Portanto, vale a pena nos anteciparmos e pensarmos um pouco mais nesse paradoxo, para evitar que um aventureiro lance mão e se fixe, no

¹⁰² Segundo Costa (2004), a redução das taxas de criminalidade de Nova York não pode ser atribuída exclusivamente à polícia e às políticas implantadas a partir de 1994, pois o declínio das taxas de criminalidade tem sido uma tendência nacional nos últimos 10 anos e já vinham declinando desde 1990, parecendo ser muito mais a continuação de uma tendência, tanto nacional quanto local. Ainda, segundo Soares (2002, p. 228), a queda das estatísticas criminais coincidiu com mudanças muito significativas no quadro político e econômico dos Estados Unidos propiciando um contexto de “menos pobreza, mais emprego, mais perspectivas de integração, melhores condições de vida, de um modo geral, desenhando um horizonte social promissor”. Houve, também, com relação a composição demográfica, uma queda da participação dos jovens no conjunto da população, o que também pode ter contribuído à redução da criminalidade, pois há uma correlação entre criminalidade e juventude, sobretudo masculina.

imaginário popular brasileiro, uma imagem útil a manipulações grosseiras e regressivas. (SOARES, 2002, p. 227).

O autor analisa que a experiência de Nova York nos ensina, por seus limites e até mesmo seus fracassos, “que a requalificação profissional do agente que atua na ponta, nas ruas, deve ser tão radical quanto as mudanças gerenciais e tecnológicas, para que a moralização avance além do controle da corrupção e se converta em respeito pleno aos direitos humanos” e na ausência da brutalidade policial, pois esta constitui “um efeito perverso que os mais pobres sentem na pele com especial crueza” (SOARES, 2002, p. 236).

Voltando para o programa “tolerância zero” que está sendo implantando em Chapecó, pode-se perceber a partir das primeiras operações policiais que além do bordão está sendo reproduzida a prática de abordar e revistar cidadãos. Para detectar os efeitos dessa prática, a implantação de outras práticas, o sucesso ou não da tentativa de arrecadação dos recursos, a ampliação ou não do coletivo, a integração ou não dos outros coletivos que se constituíram tendo a “violência” como foco (descritos no Capítulo 4), a mobilização ou não da população na participação e aprovação do programa, etc., será necessário continuar a acompanhar a formação da *rede* e as estratégias de *tradução*, justificação e legitimação.

Quanto à viabilização dos outros dispositivos de segurança (Guarda Municipal, instalação de câmeras de monitoramento eletrônico no centro da cidade, elaboração do Plano Municipal de Segurança), cabe perguntar: de que forma os actantes que compõem a *rede* irão atrair os recursos financeiros necessários e articular politicamente para ampliá-la e fortalecê-la? A constituição do Conselho de Segurança Pública impulsionará esse processo? Se os dispositivos prometidos não forem instalados ou não produzirem os efeitos prometidos, a *rede* que sustenta a Diretoria de Defesa do Cidadão continuará a existir? Aqui também não se pode prever o que acontecerá, sendo necessário continuar seguindo as ações dos *actantes* para acompanhar os efeitos na *rede*, sendo que o limite de tempo desta pesquisa não permitirá responder às questões.

No entanto, a pesquisa permitiu acompanhar o processo inicial de formação da *rede* que sustenta a Diretoria de Defesa do Cidadão e alia diferentes *actantes* como: Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), Polícia Civil e Militar, produção de conhecimento (diagnóstico), recursos, discursos, registro de práticas violentas, índices estatísticos, mídia, dentre outros. Para tal, analisaremos a trajetória de um dos *actantes*: o seu diretor.

Quem assumiu a diretoria, acima descrita, foi um coronel aposentado da Polícia Militar e presidente da Comissão de Segurança da ACIC:

E em razão de alguns fatos que aconteceram em Chapecó, como o seqüestro, como o aumento da criminalidade, as empresas serem mais assaltadas, gerou um conflito muito grande lá dentro e se resolveu criar uma comissão de segurança na ACIC, com alguns empresários. Daí eu fui nomeado presidente da comissão. Ela reunia cinco pessoas. Em razão disso daí, isso foi há dois anos já, então eu fiz um diagnóstico da Polícia Militar, um diagnóstico da Polícia Civil, da Polícia Federal de Chapecó e da área de penitenciárias, da penitenciária e cadeia pública. Esse diagnóstico feito ele nos deu alguns dados que chamaram a atenção, como por exemplo, a falta de efetivo em todas as polícias, a falta de equipamento em todas as polícias e a falta de investimento do governo do estado, que é responsabilidade do estado essa atribuição, e bem como também a vaga de presos em penitenciárias na cadeia pública, o sistema está esgotado, não tem mais local para ninguém, atingiu todo o limite, né? (Actante R)

Como se pode perceber, a posição ocupada pelo ator citado, que circulava em diferentes organizações e possuía conhecimento dos lugares onde coletar as informações desejadas, facilitou a articulação para a composição da *rede* e permitiu acesso a indicadores das polícias. A partir do diagnóstico realizado, houve mobilização por parte dos empresários, envolvendo outros *actantes* e gerando alguns efeitos que fortaleceram a *rede*:

E aí foi feito uma audiência pública em Chapecó e foi convocado o secretário de segurança pública, onde foi feito o relato para ele, faltava viatura, faltava equipamento para a Polícia Militar e efetivo. Na Polícia Civil faltava efetivo, delegado para investigação e apoio logístico também, de equipamentos. E falta de vagas nos presídios locais. Isso chamou bem a atenção. Então se conseguiu algumas viaturas a mais para a PM, o efetivo diminuto veio e para os delegados, se conseguiu também dar um impulso diferente, vieram novos delegados e foi criada uma Central de Polícia, eles dinamizaram o sistema de serviço deles também. (Actante R).

Os vínculos formados e o conhecimento produzido durante a participação do atual diretor na Comissão de Segurança da ACIC foram *traduzidos*¹⁰³ para a campanha eleitoral do atual prefeito, da qual ele foi coordenador, através das propostas de segurança discutidas anteriormente. Os vínculos e as trocas ainda hoje se mantêm:

Então eu faço parte da área específica de segurança na ACIC hoje. Então eu tenho levado bastantes informações e tenho deixado mais ou menos os empresários a par de como é que as coisas estão andando, dentro de uma conversa que eles entendam, se for muito técnico eles não vão entender o que se quer falar. Eles querem saber de segurança, se tem ou não tem e como é que se faz para ter. Então eu continuo lá ainda, sim. (Actante R).¹⁰⁴

O acompanhamento do projeto de instalação de câmeras de monitoramento, que será descrito a seguir, tornará mais visível a *rede* atual que sustenta a Diretoria de Defesa do Cidadão e da qual participa a ACIC.

¹⁰³ Refiro-me aqui à transposição dos vínculos e alianças. Ver definição de *tradução* discutida no Capítulo 4.

¹⁰⁴ Entrevista realizada em outubro de 2006.

5.2 O Projeto de Instalação de Câmeras de Monitoramento Eletrônico

Ainda na pesquisa exploratória, que realizei em 2004, as câmeras de monitoramento surgiram como possível *actante* da minha pesquisa. Através da Indicação Nº. 157/04 na Câmara Municipal de Chapecó, um vereador sugeriu ao governo municipal a instalação de "câmeras de monitoramento, para segurança ao comércio e ao cidadão, no centro da cidade" e o documento foi aprovado por unanimidade pelos vereadores da Câmara Municipal. A justificativa foi a seguinte:

Dado ao grande **índice de violência** e depredação contra o patrimônio público e privado e aos cidadãos, de modo especial no centro da cidade, é que se faz importante a instalação desse moderno sistema de segurança que com toda a certeza vai contribuir em muito para inibir e identificar toda a ação dos marginais garantindo mais tranquilidade a todos. Já é de longa data a reivindicação do Centro Empresarial de Chapecó e até mesmo dos cidadãos, por mais segurança e garantia de seu patrimônio. Instalação essa implantada em diversas cidades do país. (Indicação nº. 157/04 da Câmara Municipal de Chapecó, grifo meu).

Mais uma vez os índices de violência são utilizados como argumento de justificação e mobilização, mesmo aqui sendo apresentada de forma generalizada, sem a presença dos números a que se refere, ficando apenas subentendidos que são altos e crescentes. Conforme vimos, os índices estatísticos permitem inscrever a "violência", torná-la móvel, transportá-la para o local desejado e fazê-la suscetível de argumentação.

A instalação destes equipamentos foi também uma das promessas de campanha do atual prefeito, reafirmando a sua intenção logo após a eleição:

A segurança pública é responsabilidade do estado. Mas a prefeitura não se omitirá. Irá cobrar os recursos para garantir a infra-estrutura necessária. Também vamos implantar o monitoramento através de câmaras de vídeo na área central da cidade. Isso vai possibilitar o deslocamento de parte do efetivo do centro para os bairros. A guarda de trânsito também terá a função de 'guarda municipal' para proteger o nosso patrimônio público. (João Rodrigues, prefeito eleito, em entrevista ao Diário da Manhã, publicada em 16 e 17 de outubro de 2004).

O discurso do prefeito torna evidente a função de vigilância *delegada* às câmeras de monitoramento, já que elas são citadas como uma forma de substituírem policiais. Segundo Latour (2001, p. 216) o processo de *delegação* envolve três deslocamentos: *atorial* (as câmeras de monitoramento constituem um novo personagem que produz determinados efeitos: não são mais os policiais militares), *espacial* (na Rua X agora mora o novo *actante*) e *temporal* (as câmeras de monitoramento estão ali dia e noite substituindo os policiais, que estão em outro lugar).

Desta forma, a partir da observação dos efeitos produzidos pelas câmeras de monitoramento, decidi abordá-las, na pesquisa, como um dos *actantes* da *rede* que compõe a

questão da "violência" em Chapecó e acompanhar o processo de instalação, iniciado em abril de 2005, que se encontrava em fase experimental.

O Projeto de Instalação das Câmeras de Monitoramento, em Chapecó, envolve os seguintes actantes: a tecnologia do monitoramento eletrônico, a Prefeitura Municipal, através da Diretoria da Defesa do Cidadão, o governo do estado, através da Polícia Militar, responsável pelo monitoramento das imagens, a Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) e a Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC), que buscam mobilizar recursos. Envolve, ainda, três empresas privadas que participaram da instalação experimental realizada em abril de 2005: uma empresa de segurança (A) responsável pela instalação do sistema e manutenção, uma empresa de informática (B) que forneceu o equipamento para armazenar as imagens e outra empresa de informática (C) que forneceu os computadores.

A lista dos actantes conduz a algumas indagações: quais são os interesses dos diferentes *actantes* envolvidos no projeto? Como estes interesses foram *traduzidos* para a composição da rede? O funcionamento da *rede* requer quais ações de cada *actante*?

Como vimos, no item anterior, o monitoramento eletrônico através de câmeras, em Chapecó, foi uma das propostas de ativação do Departamento de Defesa do Cidadão, como forma de gerir a "violência" no município.

O principal objetivo do sistema é **diminuir os índices de violência** no centro do município. Em cidades onde a estratégia já é desenvolvida como Joinville e Florianópolis, o número de assaltos, furtos e arrombamentos em veículos já foi quase zerado. 'Muitas pessoas já foram presas em flagrante. As câmeras também acabam inibindo a ação de marginais', explica o diretor do Departamento de Trânsito. Com o sistema em funcionamento, o município também pretende reduzir os casos de depredação do patrimônio público. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/04/2005, grifo meu).

As câmeras de monitoramento para o governo municipal constituem-se, então, um dispositivo de segurança, conforme analisa Foucault, ou uma tecnologia de vigilância e controle.

De forma sucinta, pode-se dizer que a nova vigilância estende os sentidos e tem pouca visibilidade para o sujeito, embora se fundamente na visibilidade do sujeito. É, em grande medida, involuntária e integrada à atividade cotidiana. Estrutura-se na conexão com as novas tecnologias, sendo frequentemente mediada por meios remotos e estando disponível de forma contínua, em tempo real. Através dela é fácil combinar dados, armazená-los, analisá-los e mesmo recuperá-los a qualquer instante. (PEDRO, 2005, p. 13).

A câmera experimental foi instalada no cruzamento da Rua Marechal Deodoro com a Rua Getúlio Vargas, conforme se pode visualizar na figura a seguir. E os cabos de monitoramento foram puxados até a base da Polícia Militar, situada na esquina da Rua Getúlio Vargas com a Rua Benjamim Constant.



Figura 1 - Câmera de monitoramento eletrônico, situada no centro de Chapecó.

Essa fase experimental teve como objetivo mobilizar pessoas e recursos para viabilizar a implantação do projeto.

Uma câmera em fase experimental, até para o pessoal, os empresários da cidade aí, o pessoal do próprio CDL [clube dos Diretores Lojistas], que hoje essa câmera está direcionada, claro, como te falei, ao trânsito, esse problema do trânsito, ao problema dos furtos, mas juntando o problema do trânsito e o problema dos furtos, você tem que ver que isso está direcionado aos empresários de Chapecó. Que são os lojistas, no caso. O que é que acontece? O trânsito não funcionando bem, tendo muito problema de acidente, não tendo uma fluidez e ainda mais os riscos desses furtos, assaltos à mão armada, automaticamente, quem está perdendo em grande parte é o empresário de Chapecó, o lojista, a pessoa do comércio, entendeu? Por que o que é que acontece? Se eles não tiverem uma tranquilidade em expor uma mercadoria, no caso de uma joalheria, ter o produto deles para vender, por medo de assalto à mão armada, esses detalhes aí. Por insegurança na verdade, então, com certeza, você instalando um equipamento como esse daí, vai chamar a atenção dos lojistas, eles vão ver que realmente é um produto que é funcional, um equipamento que é funcional, para auxiliá-los, nesse caso. (Actante I).

Apesar dos empresários de Chapecó demandarem o monitoramento eletrônico, não havia ainda um consenso sobre os recursos que os mesmos disponibilizariam para a execução do projeto, por isso a necessidade de mobilização dos mesmos. O Clube dos Diretores Lojistas (CDL) e a Associação Comercial e Industrial de Chapecó (ACIC) são as entidades representativas dos empresários e durante o período de realização da pesquisa, não tinham claro, ainda, as suas contribuições: “O CDL vai fazer um contato, vai fazer uma assembléia com os associados e ver de que maneira a gente pode participar, no caso, uma cota, uma participação de cada um” (Actante J). E como o projeto vai beneficiar, neste momento, apenas os empresários que estiverem localizados no trajeto previsto, podem surgir dissensos.

A localização das câmeras de monitoramento no centro de Chapecó, direcionadas sobretudo à proteção do patrimônio dos comerciantes e habitantes deste local, tem gerado algumas controvérsias entre a população. Os Actantes S, A e F destacam, além do direcionamento voltado para o interesse específico dos empresários, o efeito localizado e pontual das câmeras:

Tem a intenção de coibir atos de violência ali no centro. É claro que tem essa conotação mais comercial também, não é? Porque só se coloca ali de fato onde o comércio funciona, os pontos comerciais, uma forma de proteção do comércio local. Mas assim, por exemplo, quando eu olho para os bairros, onde também tem situações concretas de violência, assaltos [...] (Actante S).

Pode até ajudar um pouco [...] Mas, na avenida, né? E os outros lugares que não têm? (Actante A).

Considero necessário ir à causa dos problemas. Considero que as câmeras de monitoramento vão amenizar no momento e no centro. É excelente para o centro, para quem está localizado no centro, soluciona no centro, mas não resolve a causa do problema. (Actante F).

Já o Actante I, destaca a questão das áreas prioritárias para o investimento público, já que o projeto contaria também com recursos públicos do governo municipal:

[...] claro, vai ter as controvérsias. Porque daqui a pouco seria um investimento que poderia estar sendo utilizado em uma outra área, que de repente está com deficiência, daqui a pouco na área de saúde, na área [...] (Actante I).

Considero que o recurso para a execução do projeto é um *actante* com força para consolidar ou fragilizar a rede, podendo mobilizar ou desmobilizar outros *actantes*, sendo objeto de controvérsias. No entanto, os interesses do governo municipal, das entidades representativas dos empresários e da Polícia Militar são comuns no que se refere ao controle de práticas violentas no centro da cidade.

A Polícia Militar (PM) concebe o monitoramento eletrônico como “mais um recurso para a segurança pública do nosso município” (Actante G) e compreende que a prefeitura em parceria com os empresários seria responsável pela implantação do sistema, enquanto que a PM operaria o mesmo: “A idéia é adquirir e doar, o município doaria simbolicamente, vamos dizer assim, o sistema para a PM e ela operaria o sistema. Então ele é ligado com o sistema de operação da PM, que é o COPOM [Centro de Operações da Polícia Militar]” (Actante G).

Como se daria a participação da Polícia Militar? O projeto previa inicialmente fazer um segundo piso na base da Polícia Militar, localizada no centro, e implantar nele todo o sistema de monitoramento das imagens, instalar seis câmeras na Avenida Getúlio Vargas até o terminal urbano e após nas Ruas Nereu Ramos e Rua Fernando Machado, em ruas transversais, em escolas centrais e na Praça Coronel Bertaso, formando um circuito de TV,

que cobre todo o centro da cidade e abrange um total de 12 câmeras. Posteriormente o Departamento de Defesa do Cidadão pretendia expandir o sistema para os bairros.

Então, a idéia inicial, assim, era para ser em torno de seis meses para estar instalado, tudo isso funcionando, já com o pessoal trabalhando. Agora não sei até quando que vai, porque vai envolver a parte física da própria base que tem que ser construída. A idéia é de se construir um segundo piso aqui nessa base, e implantar todo o sistema no segundo piso. Até pelo som, pelo barulho, lá em cima é menos, seria menos, mais isolado. Aqui embaixo o som perturba bastante, você não tem uma tranquilidade, até pelo movimento que há as pessoas que chegam aqui na hora e os próprios veículos, é o dia todo assim, o dia todo. Então eu acredito que no segundo piso seria mais tranquilo. Então envolve tudo isso, a parte física, que tem que construir, aí toda a parte de recursos financeiros para implantar todas as câmaras, a parte técnica, eu acredito que vá mais de um mês para eles instalarem tudo isso. (Actante G).

Todo o monitoramento das imagens seria feito por policiais militares

A PM vai colocar profissionais, pessoas, a parte nossa seria essa. A nossa participação é fazer funcionar o sistema. [...] é colocar o homem, a pessoa para operar. É utilizar esse como mais um recurso para a segurança pública do nosso município. O sistema é ligado com o Centro de operação da PM, que é o COPOM. Ele recebe as ligações. Então a gente teria uma ligação daqui da base direto com eles, como a gente tem via rádio, e qualquer alteração a gente... Poderia filmar, a gente poderia filmar, a gente poderia gravar essas imagens e aí acionar uma viatura ou o próprio policial que possa estar a pé nas proximidades. COPOM [...] Eles monitoram as viaturas, então eles sabem qual a viatura que pode estar mais próxima, eles mapeiam a viatura, então eles sabem a viatura que estiver mais próxima do ponto da ocorrência. (Actante G).

O arquivamento das imagens seria realizado da seguinte forma:

Por exemplo, uma câmera que nós temos aqui, ela grava 24 horas, durante 20 dias ininterruptos. Aí gravou 20 dias, então a primeira imagem lá começa a gravar em cima. No computador, né? E se eu quiser guardar essa imagem então vou ter que gravar em disquetes ou em CD. Mas, só vou gravar se tiver alguma imagem que me interessa. E agora com 10, 12 câmeras, eu acredito que reduza, pela informação que eu tenho vai reduzir a 5 dias o arquivamento. A primeira imagem há 5 dias atrás, se não for usada, ela vai ser gravada por cima.

O arquivamento seria feito pelas pessoas que estivessem operando o sistema e que vissem alguma imagem que fosse importante ou interessante, ele iria salvar essa imagem. Então, você pode salvar tanto em CD, quanto no próprio equipamento, no computador. (Actante G).

Observa-se aqui que cabe ao operador decidir qual pessoa considerar suspeita para acionar os policiais, qual imagem arquivar ou descartar. A figura do operador torna visível que o funcionamento das câmeras de monitoramento eletrônico é sustentado por uma *rede* de humanos e não-humanos e o *controle* possibilitado é um efeito desta *rede* como um todo.

Com relação ao operador, cabe ainda perguntar: a partir de que referências ele vai eleger as pessoas suspeitas? Acompanhemos um caso relatado pelo Actante R:

[...] houve três ou quatro casos de pessoas, à noite, que foram abordadas pela PM em atitude suspeita. Por exemplo, 3 adolescentes foram nas Casas Pernambucanas, embora tivesse fechada aquela cortina, sentaram ali próximo com uma bolsa. Aí a polícia viu, o cara olhou na tela, chamou recurso e os policiais foram lá abordaram

os jovens, os três adolescentes, para ver o que tinham na bolsa. E na bolsa não tinha alicate, nem martelo, tinha cachaça. Mas chamou a atenção porque podia ser alicate, martelo, serrote, alguma coisa que podia roubar, mas era cachaça. Ah tava vindo de uma festa e tal, sentaram para tomar uma pinga e para depois ir embora, então se fosse acontecer alguma coisa podia ser evitado. (Actante Z).

Pode-se indagar sobre a aparência dos três adolescentes que foram considerados suspeitos. Pedro (2005) chama a atenção para a necessidade de analisar os esquemas de interpretação que guiam o juízo dos operadores e cita que na Inglaterra os operadores de câmera geralmente escolhem homens, jovens e negros.

Voltando para a discussão dos diferentes actantes envolvidos no projeto de instalação das câmeras de monitoramento eletrônico, passo a analisar a participação da empresa de segurança e das empresas de informática na fase experimental. A empresa privada de segurança (A) foi convidada pela Diretoria de Defesa do Cidadão e se propôs a instalar, em nível experimental, a câmera de vídeo com monitoramento eletrônico e, em conjunto com a Diretoria de Defesa do cidadão, convidaram duas empresas de informática (B e C) para participarem do projeto. As empresas B e C foram convidadas devido às ligações políticas com a Diretoria de Defesa do Cidadão e comerciais com a Empresa A e participaram nesta fase cedendo equipamentos, conforme explica o Actante I:

A gente vai buscar uma empresa parceira a nós, e a prefeitura também, que tem ligação com a prefeitura e vai estar fazendo este trabalho, em grupo com estas duas empresas. Até porque os dois hoje, tanto a B como a C são parceiras da Empresa A, em termos de vendas de equipamentos, tudo isso, área de computadores, área de informática, a gente pega, toda a nossa compra é feita com essas empresas aí. Por isso dessa parceria. Claro, no geral eles estão direcionados a essa venda de equipamentos. Porque eles também estão vendendo equipamento eletrônico. Mas eles estão direcionados mais ao sistema de informática, no caso dos computadores, o equipamento para fazer a gravação e o armazenamento das imagens. (Actante I).

A Empresa A ficou responsável pela parte técnica e comercial do projeto.

A parte técnica de instalação é toda a nossa responsabilidade. A Empresa A vai fazer, no caso, a venda, que é a área comercial. Vai atuar na área comercial. Vai fazer a venda do produto, vai fazer a instalação do equipamento todo no centro e vai prestar o serviço de manutenção. Então, a gente tem ligações aí grandes com empresas distribuidoras, que vão fornecer esse equipamento para a gente estar revendendo para a prefeitura, no caso para o departamento de trânsito¹⁰⁵ e a gente vai prestar toda essa assistência também. Vamos dar o auxílio, a parte de treinamento, tudo isso vai ser feito pela Empresa A. (Actante I).

O interesse de participação das três empresas do projeto é comercial, ou seja, buscam vender seus produtos e serviços. Portanto, o objetivo de controlar práticas violentas dos quatro

¹⁰⁵ Antes da criação da Diretoria de Defesa do Cidadão, pela Lei Complementar nº. 225/2005 de 16/05/2005, existia o Departamento de Trânsito, que ficou vinculado a esta Diretoria.

actantes discutidos anteriormente (Polícia Militar, Governo Municipal, ACIC e CDL) foi *traduzido* pelas empresas A, B e C como possibilidade de comercialização de produtos e serviços, o que permitiu o envolvimento de todos na construção da *rede* para a elaboração do projeto e a viabilização da fase experimental. Mas, para a consolidação do projeto como um todo se tornou necessário atrair novos actantes para a *rede*, conseguir recursos e garantir que a população *traduzisse* as câmeras de monitoramento eletrônico como controle das práticas violentas. A mídia escrita e eletrônica foi então envolvida.

Após 1 mês de fase experimental, o projeto foi apresentado à população pela mídia. Além das imagens da câmera de vídeo na rua e do monitoramento no computador operado por um Policial Militar, o Diretor (Diretoria de Defesa do Cidadão) concedeu entrevistas às TVs e à imprensa escrita. Os quatros jornais locais noticiaram o evento, apresentando, cada qual, a foto de um policial militar monitorando imagens externas na tela de um computador. O Jornal Diário do Iguaçu apresentou a seguinte manchete de capa:

Chapecó agora é vigiada 24 horas
Câmera instalada, na Avenida Getúlio Vargas com Marechal Deodoro, centro de Chapecó, tem capacidade para gerar imagem em uma distância de 600 metros, girando 360 graus. O projeto é instalar no município 12 câmeras, mas para isso será necessária parceria com o comércio e os bancos. O custo para a implantação é de aproximadamente R\$ 200 mil. O Objetivo principal é melhorar a qualidade do policiamento, dando suporte à Polícia Militar. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 26/04/2005).

O mesmo jornal termina a reportagem, em página interna, com uma entrevista realizada com empresário, que possui uma joalheria no centro da cidade:

Conforme [...], este sistema de segurança é importante para o comércio do município, tanto para os lojistas, como para os pedestres. 'Acredito que o comércio deve contribuir para a instalação, para que o projeto seja concluído o mais rápido possível', relata o empresário, dizendo que o sistema vai garantir muitos benefícios e acima de tudo segurança. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 26/04/2005).

O Jornal Diário da Manhã, a partir da manchete: "Sistema digital de segurança monitora centro de Chapecó", veicula uma reportagem completa com detalhes sobre o projeto, ressaltando que a câmera pode aumentar a imagem em 10 vezes e informando sobre a área abrangida pelo projeto.

O monitoramento através das câmeras deve incluir os principais pontos da área central. Conforme projeto, os equipamentos devem ser instalados nas avenidas Getúlio Vargas, Fernando Machado e Nereu Ramos. Os principais colégios do centro e o terminal urbano também estão listados no roteiro. 'Depois pretendemos expandir o sistema para os bairros', adianta. A idéia também é de estar aperfeiçoando a tecnologia utilizada, substituindo a transmissão de dados através de cabos de fibra ótica por cabos utilizados no sistema de telefonia. Todas as imagens capturadas farão parte de um banco de dados e estarão disponíveis por até 30 dias. (DIÁRIO DA MANHÃ, 26/04/2005).

A reportagem do Jornal Sul Brasil apresenta o título "Sistema de monitoramento é experimentado em Chapecó" e destaca o sucesso obtido no período de experimentação, a busca de parcerias para viabilizar a instalação do monitoramento, informando que "As imagens obtidas são transmitidas por cabo telefônico, sendo revertidas para o sistema digital. De acordo com S, a gravação digital não permite que as imagens sejam deturpadas" (Sul Brasil, 26/04/2005).

Como se pode perceber, a partir das reportagens, os diferentes jornais veiculam a concepção de monitoramento eletrônico da *rede* que sustenta o projeto, constituindo-se, assim, em mais um *actante* da mesma. E como aponta Guattari e Rolnik (1993) a mídia é uma importante produtora de modos de pensar e agir, sendo um aliado importante para a aceitação do projeto pelas pessoas que vivem em Chapecó.

E as câmeras de monitoramento eletrônico: que forças mobilizam? Que efeitos produzem?

Segundo o Actante I, o funcionamento das câmeras de monitoramento possibilita a vigilância das pessoas que circulam no trajeto alcançados pelas mesmas:

Por que o que é que acontece? Hoje digamos que dê um assalto numa loja, numa joalheria, de imediato, na saída do meliante, o assaltante, a pessoa que foi lá, o indivíduo que foi lá, eles vão ligar para a polícia, certo? Ligando para a polícia, passando características dessa pessoa, através desse sistema, eles conseguem acompanhar esse meliante em todo o centro da cidade, entendeu? 'Oh, ele saiu daqui com o veículo tal cor', a pessoa pega aquela câmera e vai direcionar, vai localizar. Localizou o veículo, vai pegar a placa do veículo, porque essa imagem, essas câmeras, no caso, tanto o equipamento ele tem automação, tem resolução de imagem, que é o chamado zoom, você pode aproximar essa imagem. O que é que acontece? Daqui a pouco, o meliante se deslocando de uma esquina para a outra você consegue estar localizando, qual que é o roteiro dele. Onde que ele está se deslocando, para que lado que ele está deslocando, entendeu? Hoje o que nós temos de problema? 'Ah, assaltaram uma loja na esquina tal', mas para que lado que o cara foi, entendeu? Então a ação da polícia nesse caso fica difícil. Agora você tendo o centro da cidade, que é onde que está o foco principal, o roubo, o assalto à mão armada, esse tipo de coisa, você tendo o foco principal, que é o centro da cidade, fecha com o sistema de circuito de TV, o que é que acontece? O meliante assaltante, assaltando você na cidade vai ter que sair por alguma das travessas. Então, a pessoa que ligou e disse que ele pegou a Rua Marechal Deodoro, automaticamente ela vai pegar uma câmera que está lá na Marechal Deodoro, um monitor que estiver fazendo esse trabalho, vai buscar uma câmera lá na Marechal Deodoro e vai estar visualizando. (Actante I).

Mas, os envolvidos no projeto não consideram suficiente a identificação da pessoa que cometeu/está cometendo o ato ilegal e buscam a **prevenção** deste ato.

Nós acompanhamos um caso em Blumenau, que tinha um sistema funcionando 24 horas, como é a idéia aqui, só que não tinha ninguém monitorando 24h. E em Blumenau um mendigo botou fogo em quase 3, 4 prédios e... Claro, todo mundo depois verificou quem foi que fez o delito, mas não deu para prevenir. A nossa idéia é que, se for fazer esse projeto, tenha o acompanhamento da polícia, da Brigada Militar, que é onde vai ficar o posto instalado, e que esse processo tenha acompanhamento 24 horas. Que você possa **prevenir** o delito, na verdade. Às vezes

um vandalismo de loja, um vandalismo de patrimônio público, nesse sentido. Tendo a imagem e um sistema de cobertura se pode até evitar um prejuízo maior. Para o município e até para uma empresa normal. (Actante J, grifo meu).

Segundo Actante J, o poder de vigilância das câmeras, permitida pela tecnologia de segurança hoje, é muito grande:

Então se você instalar num raio grande, no centro da cidade ou em bairros, você consegue fiscalizar um bairro inteiro, quer dizer, se tiver uma estrutura de suporte atrás, você vai inibir o marginal, o delinqüente, desses mais comuns pelo menos, você vai inibir, com certeza. Não tenha nem dúvida.

[...] é um projeto tipo piloto. Se realmente funcionar, evidentemente que a gente vai fazer esse projeto se expandir pela cidade toda. E na verdade o que é isso? É tecnologia que está à disposição e que a gente tem que usar hoje em segurança. Não se fala mais em segurança sem tecnologia. Qualquer condomínio, prédio, prédio comercial... Essa tecnologia está à disposição, sem isso eu não vejo segurança hoje, sem usar esse tipo de equipamento. Não especificamente este, mas no geral. Você vai fazer um projeto de segurança para qualquer coisa sem usar tecnologia hoje, só o ser humano como processo tradicional, é praticamente inviável. (Actante J).

Para se compreender a *visibilidade* e *vigilância* possibilitada pelas novas tecnologias, considero imprescindível lançar mão das ferramentas possibilitadas pelos estudos de Michel Foucault sobre a *Sociedade Disciplinar*. Para o autor:

O exercício da disciplina supõe um dispositivo que obrigue pelo jogo do olhar; um aparelho onde as técnicas que permitem ver induzem a efeitos de poder, e onde, em troca, os meios de coerção tornem claramente visíveis aqueles sobre quem se aplicam. [...] Ao lado da grande tecnologia dos óculos, das lentes, dos feixes luminosos, unida à fundação da física e da cosmologia novas, houve as pequenas técnicas das vigilâncias múltiplas e entrecruzadas, dos olhares que devem ver sem ser vistos [...] (FOUCAULT, 1995, p.153/154).

Foucault considera que o *Panóptico* de Bentham é o modelo desta composição, pois articula visibilidade e vigilância.

O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior, permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia. [...] O dispositivo panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (FOUCAULT, 1995, p. 177).

O efeito mais importante do panóptico é induzir um estado permanente de visibilidade que assegura o funcionamento automático do poder, “fazer com que a vigilância seja permanente em seus efeitos, mesmo se é descontínua em sua ação” (*ibid.*, p. 177-178). Pode-se perceber a busca dos mesmos efeitos na utilização das câmeras de monitoramento em Chapecó:

Por que o que acontece? Além de ter a marginalidade, que são os assaltos à mão armada, os riscos que você tem no trânsito, a violência que está o trânsito hoje [...] O centro está aglomerando muita farra, festas. E a festa ela é saudável, até um determinado ponto. E em Chapecó não está mais saudável, na verdade, a festa, tanto parte de juventude e até têm pessoas fora de juventude também, eles estão ligados ao álcool, drogas, e o que isto aí está tornando? Está tornando um caos. Em cruzamentos aí dentro da cidade. Isso é uma coisa que se você for comparar com cidades grandes, pegar uma cidade como São Paulo, Rio, você não vê coisas nessas cidades grandes como você vê coisas em Chapecó hoje. Então o que acontece? Tem que ter um número muito alto de policiamento, na área de segurança, para você poder atuar e corrigir essas falhas, esses acontecimentos, essa questão que está acontecendo na área da violência, assim, a falta de paciência, tudo isso. E o sistema de monitoramento, esse monitoramento com imagens, ele vem a somar e ajudar nessa área aí, por quê? Porque a pessoa ela está dentro de um ambiente fechado, ela pode estar coordenando tudo isso e estar repassando as informações para o policiamento. [...] você estaria em cima sempre dos acontecimentos. (Actante I).

Percebe-se que a vigilância descrita pelo Actante I tem como diferencial, quando comparada à vigilância da *sociedade disciplinar*, “o fato de não se aplicar mais particularmente a uma pessoa suspeita, específica, mas antes a contextos - lugares e espaços, períodos de tempo, redes, sistemas e categorias de pessoas” (PEDRO, 2005, p.13). A figura de alguém que a partir de uma tela de computador consegue vigiar o que se passa no exterior, em meio aberto, remete à noção de *sociedade de controle*, proposta por Deleuze. Para o autor, na *sociedade de controle* as formas de controle ao ar livre substituem as *disciplinas* que até então operavam em um sistema fechado.

Não há necessidade de ficção científica para se conceber um mecanismo de controle que dê a cada instante, a posição de um elemento em espaço aberto, animal em uma reserva, homem numa empresa (coleira eletrônica). Felix Guattari imaginou uma cidade onde cada um pudesse deixar seu apartamento, sua rua, seu bairro, graças a um cartão eletrônico (dividual) que abriria as barreiras; mas o cartão poderia também ser recusado em tal dia, ou entre tal e tal hora; o que conta não é a barreira, mas o computador que detecta a posição de cada um, lícita ou ilícita, e opera uma modulação universal. (DELEUZE, 1992, p. 224/225).

Pode-se dizer que as máquinas, em suas relações com os humanos, expressam e contribuem para a produção dos coletivos que as criam.

As antigas sociedades de soberania manejavam máquinas simples, alavancas, roldanas, relógios; mas as sociedades disciplinares recentes tinham por equipamento máquinas energéticas, com o perigo passivo da entropia e o perigo ativo da sabotagem. As sociedades de controle operam por máquinas de uma terceira espécie, máquinas de informática e computadores, cujo perigo passivo é a interferência, e, o perigo ativo, a pirataria e a introdução de vírus. (DELEUZE, 1992, p.223).

O que pensam as pessoas que vivem em Chapecó sobre o projeto de instalação das câmeras de monitoramento eletrônico e da fase de experimentação? Houve alguma controvérsia por parte da população? Provocou alguma reação positiva ou negativa? Como essa discussão não foi feita por nenhum coletivo de Chapecó, perguntei sobre esse tema a

todas as pessoas que entrevistei durante a pesquisa, envolvidas ou não com o projeto. Relatarei, a seguir, as idéias das mesmas.

O Actante S analisa aspectos técnicos do sistema, indicando haver corte de árvores na cidade para viabilizar o seu funcionamento:

Eu vejo que esse projeto precisa de algumas adaptações, do jeito que foi instalado não vai funcionar. Porque Chapecó tem muitas árvores e assim ou você encontra alternativa ou... O que eu observei é que estão cortando as árvores na cidade para adequar a isso. Então hoje eu estava observando e mostrando para a minha filha: 'olha como estão cortando as árvores de forma silenciosa, todas as árvores no centro da cidade estão com galhos que estão sendo cortados, toda semana cortam alguns galhos'. Porque eu penso que se pedisse para cortar as árvores daria uma polêmica muito grande, mas as árvores estão sendo desbastadas [...] (Actante S).

O Actante S refere-se às áreas que ficaram descobertas pelo sistema de monitoramento, devido à presença de árvores que impedem a visão das câmeras de vídeo, produzindo "sombras" no monitoramento.

O Actante I, envolvido com o projeto, afirma que não surgiu polêmica com relação a instalação:

É uma situação que na verdade chamou a atenção em si da população. Por quê? Porque o pessoal via muito na TV: 'câmeras na cidade de Florianópolis pegam assaltantes furtando banco'. Daqui a pouco outra entrevista: 'câmera em tal local identifica meliante através da placa do veículo'. Então o pessoal já tinha, na verdade, consciência disso, de qual seria a função e qual que é o objetivo desse sistema. Hoje, o auxílio que se dá à população e tal, em tudo, mesmo que não seja um lojista, daqui a pouco eu fui assaltado no centro, roubaram meu carro, e o cara saiu no sentido da avenida tal. Então eu vou ligar no COPOM, na base da polícia e essas pessoas vão estar entrando no sistema e vão estar visualizando. (Actante I).

O sistema ao ser freqüentemente noticiado pela mídia produziu certa naturalização, sendo associado automaticamente com tecnologia moderna e segurança.

O Actante R, também envolvido com o projeto, considera não haver nenhuma controvérsia:

[...] até agora eu não tenho visto que haja ninguém contra assim, nem assim controvérsia, alguém que esteja dizendo que não vai ser bom. O que a gente tem visto é boa aceitação. Muito boa mesmo. Até porque é uma novidade. E realmente funciona, é muito bom isso aí. Ela te dá uma segurança muito boa. E inibe muito a prática de crimes, mesmo os pequenos delitos, inibe bastante. Muitas vezes a pessoa faz uma coisa escondida, acha que ninguém está vendo e aí ele está correndo o risco de estar sendo filmado.

O Actante T ressalta o uso da tecnologia a serviço das pessoas, mas pensa que a população deve ser consultada porque afeta a privacidade das pessoas:

Eu avalio como positivo, eu acho que você deve colocar a tecnologia a serviço da sociedade, agora eu sou muito contra essas coisas impostas, assim autoritárias: 'Ah, eu sou o governador então agora vou fazer tal coisa'. Pergunta para o povo se o povo quer, faz uma pesquisa, porque o questionamento que tem é com relação à privacidade das pessoas: 'eu estou andando na cidade, agora eu tenho que andar me cuidando porque agora eu estou sendo vigiado, filmado'. Aí é na questão de

aceitação pública. Mas eu, na minha ótica, assim, eu vejo como positivo, pela dificuldade que a polícia tem, pela demanda de trabalho que a polícia tem, pela conduta social, que o nosso cidadão resolveu adotar, pelo modelo social que nós construímos. Infelizmente nós vamos ter que abrir mão de algumas coisas, de alguns interesses individuais, 'ah, a minha privacidade agora vai para o espaço, esse negócio de estar fumando na praça'. Eu que só passo por ali de carro não tem muito problema, mas para o adolescente, para o jovem que vai namorar ali no canto da praça, ou coisa parecida, ou que vai se encontrar com alguém lá, ele já se sente prejudicado. (Actante T).

A Actante V considera que as câmeras invadiriam a sua privacidade e controlaria apenas alguns tipos de crimes:

Qual é a intenção deles vigiarem na avenida? Eu não tenho muita opinião formada, mas eu não gosto de ser vigiada, eu gosto muito de burlar regras, normas. Tá, consegue pegar algumas pessoas aí, a gente já viu, a televisão mostra, eu acho que não tinha que ter. Cara, eles vão querer filmar um ladrãozinho de galinha, ou que vai roubar um somzinho ali de um carro e tal e os outros tipos de roubos e de infrações [...] então assim, é uma incoerência muito grande. (Actante V).

No entanto, o Actante G pensa que as pessoas que realmente se preocupam com a segurança da cidade vão concordar com a instalação do equipamento:

Em termos de Chapecó vai ser uma coisa funcional. E eu acredito assim que se surgir questionamentos, vai ser um questionamento num nível de pessoas que realmente não estão preocupadas com a segurança da cidade. Não direcionada a pessoas que estão preocupadas, na verdade, com a segurança, que estão vivendo a realidade de Chapecó todo dia, que estão dentro de um veículo, andando no trânsito de Chapecó, que estão acompanhando os acontecimentos. Porque hoje, se você viver dentro da cidade de Chapecó num período muito curto, já se percebe este tipo de coisa. Que as pessoas já estão preocupadas, muita gente não entra mais nem no centro com carro, está muito complicado. É muito veículo. (Actante I).

Seriam, então, as dificuldades vividas no cotidiano que fariam com que pessoas desejassem esse tipo de controle, sentindo-se mais protegidas quando vigiadas? Os actantes O e P concordam com essa idéia:

As pessoas se sentem mais seguras ao saberem que estão sendo observados. As pessoas se cuidam ao saberem que estão sendo observados. Há muitos golpes no Centro da cidade em idosos e pessoas do interior e as câmaras podem coibir. As pessoas ficam mais cuidadas. (Actante O).

Com certeza, com certeza! Acho que tudo o que vier para controlar, controlar essa forma como as pessoas estão vivendo hoje seria beneficiário, vai beneficiar todo o mundo. (Actante P).

Estaríamos nos rendendo, então, à idéia que circula de que para nos sentirmos protegidos é necessário sermos vigiados?

[...] para nos proteger, o controle indica que devemos renunciar a qualquer privacidade, pois nela pode residir o 'vírus' da insegurança, capaz de desestruturar o sistema, o que corresponderia à nossa própria aniquilação – enquanto sujeitos individuais, enquanto espécie, enquanto sociedade. Assim, expor-se ou não deixa de ser uma decisão subjetiva; ela é requerida por medidas de segurança que independem do sujeito e que, para operar de forma cada vez mais eficiente demanda cada vez mais 'dados'. [...] Ora, mas se desejamos segurança para que

possamos circular livremente, não haveria aí um paradoxo: abrir mão da liberdade para poder ter liberdade? (PEDRO e CHEVITARESE, 2003, p. 25-26).

Mas, há possibilidades de *resistência* frente a essa forma de controle, como aponta o Actante B: “eu acho que à medida que a gente vai criando algumas formas de proteção, entre aspas, também vão sendo criadas formas de burlar essa proteção”. Para Pedro e Chevitarese (2003, p. 27), a *resistência*

[...] é uma ação política que, assim como o controle, se exerce em rede. Resistir é abrir possibilidades de subjetivação, desarticulando ‘modos de pensar e agir’ já ‘assujeitados’. Trata-se de desestabilizar os fluxos tecnológicos que nos produzem como sujeitos, para produzir *com eles*, outras formas inventivas de ser e de viver. (Grifos dos autores).

E a instalação do monitoramento eletrônico foi realizada? Como está hoje a *rede* que sustenta o projeto? Os recursos foram viabilizados?

Em reportagem veiculada por um jornal local, em setembro de 2005, quatro meses depois da apresentação do projeto à mídia, aparece o nome de outra empresa de segurança (Empresa X)¹⁰⁶ a qual teria apresentado um projeto de monitoramento, junto com a Diretoria de Defesa do Cidadão, à Câmara de Diretores Lojistas (CDL). Quando perguntei ao gerente da Empresa A se a Empresa X era também parceira do projeto, ele mostrou-se surpreso indignando-se com a atitude da Diretoria de não ter conversado com ele sobre a associação com outra empresa de segurança.

Em contato com a Diretoria de Defesa do Cidadão, esta esclareceu que a veiculação da experiência da mídia da Empresa A como “parceira” do projeto, gerou um movimento por parte de outras empresas de segurança, que também queriam vender os seus produtos e serviços e se colocaram à disposição para continuar a fase de experimentação. No entanto, “todas queriam receber o dinheiro, não queriam fazer de graça” (Actante R). Desta forma, a fase experimental foi desativada alguns dias depois da apresentação à mídia.

A mesma reportagem acima citada informa que o projeto foi reavaliado e adiado:

Apesar de ter sido analisado e reconhecido como uma boa alternativa para garantir a segurança urbana de Chapecó, o andamento do projeto está parado para reavaliação de custos. De acordo com o diretor de Defesa do Cidadão [...], o orçamento atual não comporta o custo do projeto. Além disso, em outubro serão realizados em Chapecó a EFAPI¹⁰⁷ e o JASC¹⁰⁸, eventos que movimentarão a cidade e exigirão maior atenção por parte do Departamento da Prefeitura. Assim que for encontrada uma forma de baratear os custos para a implantação, o projeto será aprovado e posto em prática. (VOZ DO OESTE, 06 e 07 de setembro de 2005).

¹⁰⁶ E não mais a Empresa A, que era responsável pelo projeto.

¹⁰⁷ Exposição-Feira Agropecuária, Industrial e Comercial de Chapecó.

¹⁰⁸ Jogos Abertos de Santa Catarina.

O que aconteceu com o projeto? Perdeu a sua importância? A *rede* não se consolidou? O acontecimento acima descrito contribuiu para desestabilizar a *rede*?

A Diretoria de Defesa do Cidadão em outubro de 2006, um ano e meio depois do lançamento do projeto, informou que os recursos não foram viabilizados, mas que existe a possibilidade do projeto ser financiado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP):

Agora nós temos o projeto pronto e faltam os recursos para viabilizá-lo. Então em Chapecó, pelo tamanho da cidade, nós precisaríamos de 400 a 500 mil reais para a instalação de 12 câmeras de monitoramento nos principais pontos do centro da cidade. A ACIC e a CDL se propõem a ajudar. Só que eles também não tem esse valor, então eles não vão desembolsar isso. Então está se buscando em nível federal, junto ao SENASP, Secretaria Nacional de Segurança Pública, os recursos para a implantação desse sistema em Chapecó. (Actante R).

Como se pode perceber a Diretoria de Defesa do Cidadão busca atrair um novo *actante* para a *rede* (a SENASP), ao qual no momento está sendo delegado o poder de viabilizar a execução do projeto através do fornecimento de todo o recurso necessário.

[...] através desse convênio, o SENASP libera esse recurso para o município. Eles liberam o recurso e é feito com esse recurso. A ACIC e o CDL participariam de outra forma: divulgação do projeto, em nível de esclarecimento para a população, para os empresários, como funciona e aí na expansão desse sistema, buscar uma alternativa.

Mas, o projeto ainda não foi aprovado pelo SENASP e não há previsão da data de liberação dos recursos:

Agora também como esse ano foi fechado mais cedo os recursos, esse ano o país aprovou o orçamento muito tarde, quase em abril, maio, e inviabilizou a entrada de projetos. Para o próximo ano esperamos, depende de quem ganhe a eleição, mas esperamos que esteja liberado e vai se conseguir entregar os projetos a tempo e com o orçamento sendo aprovado anteriormente se consiga também a liberação desses recursos.

A delegação da provisão de recursos ao SENASP, neste momento, fragiliza a *rede* devido às incertezas quanto à aprovação do projeto, à liberação de recursos e à indefinição de quando isso será feito. Ou seja, a *rede* fica imobilizada dependendo totalmente da ação do SENASP para a produção dos efeitos necessários para a execução do projeto e a mobilização dos outros *actantes* perde força sem o elemento recurso. Se o projeto for aprovado, um *actante* que circula em nível nacional estará sendo atraído para a *rede* e poderá fortalecê-la. No entanto, a entrada desse novo *actante* não é garantia de consolidação da *rede* tal como se configura, nem da execução do projeto tal como está elaborado nesse momento. Pois, a entrada de um *actante* produz efeitos na *rede*, os interesses do novo *actante* e a forma como

irá *traduzir* os objetivos do projeto podem transformar a *rede* e o projeto, principalmente diante do poder que lhe está sendo delegado.

5.3 As Empresas de Segurança Privada

Segundo a Lei nº. 8.863, de 28 de dezembro de 1994¹⁰⁹, denomina-se de *segurança privada* as empresas especializadas em prestar serviços com o objetivo de:

- I - proceder à vigilância e segurança patrimonial de instituições financeiras e de outros estabelecimentos, públicos ou privados, bem como a segurança de pessoas físicas;
- II - realizar o transporte de valores ou garantir o transporte de qualquer outro tipo de carga.

A observação da grande quantidade de empresas de segurança privada em funcionamento na cidade de Chapecó instigou algumas indagações sobre as mesmas: Quantas são? Em que período elas se instalaram em Chapecó? A cidade constitui um mercado lucrativo para o seu funcionamento?

Iniciei a investigação através do encaminhamento de um ofício ao Secretário da Fazenda da Prefeitura Municipal de Chapecó, solicitando a relação de empresas de segurança privada do município, com a data de início das atividades de cada qual e de término, caso alguma tenha encerrado as atividades.

A lista que obtive da prefeitura estava composta de dezessete (17) empresas para a atividade "serviços de vigilância" e duas (02) empresas para a atividade de "serviços de segurança". A classificação *serviço de segurança* refere-se às empresas que trabalham com transporte de valores e o *serviço de vigilância* diz respeito às empresas que trabalham com a vigilância de residências e estabelecimentos comerciais, e ambas correspondem à denominação Empresa de Segurança Privada, conforme definição discutida anteriormente. A tabela, a seguir, permite acompanhar o processo de emergência das referidas empresas em Chapecó.

¹⁰⁹ Que faz alterações na Lei nº. 7.102 de 20 de junho de 1983.

Ano	Número de Empresas que iniciou atividade de Serviço de Vigilância	Número de empresa que iniciou atividade de Serviços de Segurança	Total de Empresa de Segurança Privada em funcionamento	Ano de término das atividades	% Parcial (referente ao número de empresa surgido em cada ano)	% Total
1984	01	-	01	-	5,26%	5,26%
1985	-	-	01	-	0%	5,26%
1986	-	-	01	-	0%	5,26%
1987	-	-	01	-	0%	5,26%
1988	-	-	01	-	0%	5,26%
1989	01	-	02	-	5,26%	10,52%
1990	-	-	02	-	0%	10,52%
1991	-	-	02	-	0%	10,52%
1992	-	01	03	-	5,26%	15,78%
1993	01	-	04	-	5,26%	21,05%
1994	01	-	05	-	5,26%	26,31%
1995	03	-	08	-	15,78%	42,10%
1996	04	01	13	-	26,31%	68,42%
1997	01	-	14	-	5,26%	73,68%
1998	02	-	16	-	10,52%	84,21%
1999	-	-	16	-	0%	84,21%
2000	01	-	17	-	5,26%	89,47%
2001	02	-	19	-	10,52%	100%
Período 17 anos	Total de Serviço de vigilância = 17	Total de Serviço de Segurança = 02	Total de empresas de segurança privadas= 19	Encerrou atividade = 0	100%	100%

Tabela n ° 10 – Instalação de empresas privadas de segurança em Chapecó

A tabela permite visualizar que as empresas de segurança se instalaram lentamente, a partir de 1984, com um intervalo inicial de quatro anos entre a primeira e a segunda empresa e de três anos entre a segunda e a terceira. A partir de 1993, o registro de empresas passa a aumentar gradativamente, atinge o seu auge em 1995-1996, quando ocorre a abertura de oito novas empresas (42,9% do total), e continua a crescer, posteriormente, com o registro de uma a duas novas empresas por ano.

O primeiro registro na Prefeitura Municipal ocorreu em 1984. Um funcionário de uma empresa de fiscalização do Rio de Janeiro, que trabalhava em uma filial de Florianópolis, ficou desempregado e resolveu montar uma empresa de segurança privada em Chapecó:

No início a demanda era pequena, não havia as ocorrências que existem hoje. A demanda maior era proteção do patrimônio de empresas. Com o passar do tempo, aumentou o serviço, apareceram arrombamentos em residências e, então, a empresa passou a ser procurada para instalar sistemas de segurança. (Actante O).

A empresa começou a funcionar mesmo antes de cumprir as exigências da Lei nº. 7.102/83¹¹⁰, quando conseguiu a estrutura necessária fez, então, a sua inscrição na Polícia Federal.

Apesar das leis nº. 7.102/83 e nº. 8.863/94 estabelecerem normas para a constituição e funcionamento das empresas de segurança privada e as atividades serem reguladas, autorizadas e fiscalizadas pelo Departamento de Polícia Federal (DPF), há muitas empresas clandestinas em funcionamento:

A Polícia Federal tenta fazer o acompanhamento, mas não consegue. Há vigilantes clandestinos que trabalham em empresas clandestinas. É difícil de legalizar as empresas, pois há muitas exigências. (Actante O).

Comparei a lista das 19 empresas registradas na Prefeitura Municipal de Chapecó com as listas do Sindicato das Empresas de Segurança Privada do Estado de Santa Catarina (SINDESP-SC) e do Departamento de Polícia Federal e apenas 8 empresas constam em comum nas mesmas. Essa diferença não significa que necessariamente 11 empresas estejam funcionando ilegalmente, seria necessário verificar se cada empresa registrada na prefeitura ainda continua em funcionamento, mas isso não foi possível, pois alguns dados cadastrais estão desatualizados. No entanto, há indicativos de clandestinidade de empresas em Chapecó. O SINDESP-SC alerta que para cada vigilante contratado no setor formal de segurança privada no estado, há um outro atuando na mesma função no mercado clandestino e que:

Santa Catarina conta com 376 empresas cadastradas nas áreas de segurança e vigilância. Deste total, apenas 61 estão autorizadas pela Polícia Federal para atuar no setor [...] Além de não possuírem o credenciamento exigido, muitas das empresas clandestinas de segurança privada não recolhem encargos sociais e não possuem equipamentos adequados, ou até utilizam armamento ilegal. Também não estabelecem critérios para seleção de funcionários, que acabam trabalhando na área sem o devido treinamento, inclusive para manipulação de armas. (SINDESP-SC, 2006).

Esta situação levou o sindicato a iniciar uma campanha de combate à clandestinidade. Um *folder*, disponível no site do sindicato, expõe o lema da campanha:

Quando o assunto é segurança, evite surpresas desagradáveis...
Segurança é assunto sério. Diga NÃO à clandestinidade.
Por isso, ao contratar serviços de segurança privada, certifique-se que a empresa possui certificado de autorização expedido pela Polícia Federal que rege as normas estabelecidas segundo a lei 7.102/83. Em caso de dúvida na hora da contratação ligue (48) 32231678 ou pelo site: www.sindesp-sc.org.br. (SINDESP-SC, 2006).

Segundo o presidente do SINDESP “o objetivo [da campanha] é sensibilizar as pessoas mostrando que ao contratar uma empresa clandestina nessa área, elas estão ajudando a ampliar o número de trabalhadores sem referências, equipamentos e treinamentos

¹¹⁰ Lei que dispõe sobre o registro e funcionamento de empresas de segurança privada.

adequados”. E desta forma, “sem se dar conta, elas estão também contribuindo para aumentar a insegurança nas cidades” (SINDESP-SC, 2006).

É paradoxal a situação da clandestinidade das empresas de segurança privada, pois se contrata uma empresa desse porte para que produza segurança, no entanto, a própria empresa passa a representar riscos devido ao uso de arma ilegal, ao profissional não preparado, mal remunerado com utilização de equipamentos inadequados. É paradoxal também a posição da Polícia Federal e do sindicato: se existe um cadastro nas prefeituras das empresas em funcionamento nas cidades, se existe um levantamento minucioso por parte da Polícia Federal e do sindicato com relação às empresas clandestinas, inclusive com números e porcentagens, por que essas empresas continuam funcionando? O que impede que elas sejam fechadas ou legalizadas?

Segundo o Actante D, em Chapecó já foram registrados diversos casos de vigilância clandestina sendo que os casos mais freqüentes estão relacionados à segurança de eventos, shows por exemplo.

É necessário também considerar, segundo o Actante S, que muitas pessoas não regularizam a sua situação por desconhecimento:

Muitas vezes a pessoa inicia a empresa, um ex-policial, ou alguém que viu algum interesse, até como uma fonte de renda nessa área e desconhece essas leis. Ela procura um contador que inicia a empresa e registra na Prefeitura, mas eles desconhecem a legislação, até que recebem a visita da Polícia Federal, que acaba até fechando as empresas, como é o caso que aconteceu com várias em Chapecó. (Actante S).

O mercado de segurança privada cresceu muito em Chapecó, como tem crescido em Santa Catarina e no Brasil, como um todo. Segundo o SINDESP-SC, nos últimos seis anos o número de vigilantes contratados no Estado passou de 7.698 a 18.000, sem contar os 15.000 vigilantes em situação de clandestinidade. O faturamento no setor de segurança privada no Brasil aumentou 68,5% nos últimos três anos, segundo a Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores (FENAVIST), passando de R\$ 7 bilhões, em 2002, para R\$ 11,8 bilhões, em 2005. O Sul ocupa o segundo lugar em faturamento se comparado às outras regiões do país, ficando atrás apenas da região Sudeste; passou de R\$ 927,6 milhões, em 2002, para R\$ 1.628,6 milhões em 2005; cresceu 75.5% neste período, crescimento maior do que a média do país (FENAVIST, 2006).

A que se deve o crescimento do mercado de segurança privada? O que leva as pessoas a demandarem segurança, através de empresas privadas?

Segundo o SINDESP-SC (2006) é “a fragilidade no setor de segurança pública frente ao avanço da criminalidade nos centros urbanos” que faz aumentar “a demanda por serviços de segurança privada” em Santa Catarina.

Pode-se observar que a ineficiência das agências estatais é descrita segundo a dicotomia ordem-desordem. É posto em questão apenas a relação entre dois agentes: de um lado os criminosos e de outro o Estado, como responsável pelo controle e repressão, reduzindo a presença de outros atores e excluindo todo o processo de *mediação*. Percebe-se que esta forma de tratar a questão é dominante. Mas, podemos reduzir as formas recentes da criminalidade a uma expressão da crise institucional? Podemos entender a demanda pelas empresas de segurança privada como simples efeito da incapacidade das agências de controle social de cumprir satisfatoriamente as suas funções?

É necessário considerar, também, o processo de construção do mercado de segurança privada, no qual demandas foram/são produzidas. Para ilustrar, descrevo abaixo propagandas veiculadas na TV, imprensa escrita e folheto de divulgação, por empresas de segurança privada que atuam em Chapecó.

No final da página policial do Jornal Voz do Oeste encontra-se:

- a) A foto de um bebê dormindo ao lado da frase “Segurança SEMPRE!” O nome, telefone e endereço eletrônico da empresa (Voz do Oeste, 17/07/06).
- b) A foto de uma menina sorrindo, abraçada a um cadeado quase do seu tamanho e a frase “Quem é Inviolável tem TUDO!” E antes do nome da empresa, telefone e endereço eletrônico, a descrição de dispositivos de segurança:

- Monitoramento eletrônico por vídeo câmera e circuito fechado de TV (CFTV).
- Cerca elétrica monitorada.
- Monitoramento via rádio. Monitoramento GPRS.
- Módulo de férias. (VOZ DO OESTE, 9 e 10/09/06).

Na RBS-TV aparece uma foto de três câmeras de vídeo e ouve-se a voz de um narrador dizendo: “Não é só uma câmera. São soluções inteligentes”. Surge então, a seguinte frase escrita na tela: “Patrimonial segurança total”. (Propaganda veiculada no dia 17/10/2006).

No folheto distribuído em residências, consta na capa a seguinte redação: “Passe mais **tempo** fazendo o que **você** gosta. Deixe sua segurança por nossa conta”. E no seu interior:

- Confie seu patrimônio a quem realmente entende de segurança.
- A **Limger Sistemas de Segurança**, empresa do **Grupo Zanardo**, desenvolve projetos de segurança, aliando as mais avançadas tecnologias existentes no mercado de segurança eletrônica do sul do Brasil a receber a Certificação Internacional de Qualidade ISO 9001.
- A **Onseg Vigilância** patrimonial e segurança pessoal, com recursos de alta tecnologia e mão-de-obra capacitada. Desenvolve projetos específicos atendendo às necessidades de cada cliente.

A **Onsat Rastreamento** de automóveis e veículos de carga reunindo tecnologia de última geração e profissionais especializados, garantindo cobertura nacional e proteção 24 horas. O sistema Onsat monitora em tempo real o deslocamento e a velocidade do veículo, operando em áreas fechadas, trava e libera portas e baú, informa paradas não autorizadas e alterações de rota.

Procure nossa **Unidade** mais próxima, conheça as vantagens de ter um sistema de segurança eletrônica, vigilância patrimonial e rastreamento de veículos.

E passe você também, mais tempo fazendo o que gosta sem correr **riscos**. (Grifos do autor).

Ainda, na contracapa o folheto informa os telefones e endereços eletrônicos das sete cidades de Santa Catarina e das sete cidades do Paraná, onde o grupo atua.

As diferentes propagandas deixam claro o produto que as empresas vendem ao consumidor: segurança. Segurança total, segurança sempre, segurança mediada por todas as tecnologias disponíveis na área, segurança que possibilita mais tempo livre para se fazer o que se gosta, segurança que evita qualquer tipo de *risco*.

É possível fazer aqui uma conexão do produto vendido pelas empresas de segurança privada com a *sociedade de risco*, estudada por Beck, discutida no Capítulo 2. Através das empresas de segurança as pessoas buscam reduzir a sensação e percepção do *risco* que permeia a contemporaneidade, buscam diminuir o sentimento de insegurança e a imprevisibilidade que compõem as práticas violentas no mundo atual. As novas tecnologias de segurança medeiam o processo ao possibilitar visibilidade e monitoramento 24 horas em contextos e espaços antes obscuros e incontroláveis. Ainda, as empresas de segurança privada prometem um atendimento personalizado, a partir da necessidade de cada pessoa:

A segurança privada vem suprir uma deficiência que a pública não consegue suprir, ou seja, atender de forma diferenciada, personalizada, cada cliente. Porque cada um tem uma situação diferente, tem particularidades, por exemplo, uma residência precisa de uma atenção diferente de uma empresa. Um prédio de vinte, trinta, quarenta famílias tem necessidades diferentes de onde mora somente uma família. Então essas necessidades diferentes é que faz com que exista mercado de segurança privada. (Actante S).

É importante, ainda, examinar a produção de medo, de insegurança e de impotência produzidos pela mídia na veiculação da “violência” como espetáculo, sendo focada de forma abstrata, sem abranger as mediações afetivas, culturais, políticas, econômicas, tecnológicas, etc. que permeiam diferentes práticas.

Michaud (1989) analisa que os meios de comunicação de massa constituem um dos traços característicos da sociedade contemporânea. A “violência” ao se apresentar como uma crise em relação ao estado “normal” cria uma afinidade com a mídia, pois a mesma precisa de acontecimentos e vive do sensacional. O autor destaca que num dia banal e calmo fica difícil fazer um noticiário ou um jornal para anunciar que nada aconteceu.

O autor afirma que a mídia introduz novos elementos na relação das pessoas com os discursos e práticas referentes à violência. O primeiro elemento destacado diz respeito às relações dos indivíduos com os acontecimentos: antes da mídia, passavam pela experiência direta ou indireta através do testemunho oral ou escrito. A massa de informação veiculada pela mídia "multiplica as evidências indiretas e parte importante da experiência de mundo passa pelas imagens que nos mostram as coisas como se estivéssemos lá ou como se tivéssemos estado" (MICHAUD, 1989, p. 49). Portanto, não são tanto as violências efetivas que contam, mas o que ficamos sabendo e imaginando delas. Sendo que as imagens podem ser distorcidas, montadas, reenquadradas, mostradas ou não mostradas. Apesar da sensação de que tudo sabemos e de que os acontecimentos são transparentes, parte da violência mostrada é ilusória porque se pode manipular e porque ela se adapta mais ao sensacional que ao banal. Ocorre, assim, possibilidade de desinformação por retenção ou por excesso de informação.

O segundo elemento apontado refere-se ao controle da imagem. Para o autor, as imagens são tão importantes que os exércitos, além do controle do conflito, desejam o controle da maneira como ele aparece. O terceiro elemento abordado é a banalização da imagem pela mídia. "A realidade da violência não é estética: as fotografias do local de um atentado dão uma pálida idéia da náusea provocada por restos humanos despedaçados e pelo sangue em poças ou salpicado nas paredes" (MICHAUD, 1989, p. 51). Esta banalização da imagem ocorre por várias razões: pela censura, perda de definição resultante da reprodução mecânica, pela repetição e pela estilização. As imagens da violência, enfim, são mostradas mais «normais» e menos terríveis do que elas são.

Pode-se analisar, então, que a mídia é um dos componentes fundamentais na produção da insegurança e ameaça frente à possibilidade de sermos atacados, principalmente em nossa integridade física e em nossas posses. Mais do que as práticas efetivas de violências, o que produz o medo e a sensação de perigo é o que ficamos sabendo e imaginando que poderá acontecer conosco. É por essa razão que as empresas de segurança se aliam a mídia para vender seus serviços, estabelecendo uma relação de afinidade entre a propagação de práticas violentas e a comercialização de segurança.

No entanto, não podemos desconsiderar as práticas efetivas de violências que emergiram recentemente e que exploram o medo e a insegurança existentes ao mesmo tempo em que os nutre com a sua presença, refiro-me às novas estratégias relativas aos furtos e roubos, aos golpes pelo telefone e pela internet, ao seqüestro-relâmpago, a expansão do crime organizado, entre outros, que produzem demandas de novas formas de proteção, como programas de antivírus e segurança pessoal.

Muitas empresas de segurança começaram em Chapecó com venda, instalação e conserto de alarmes e após passaram à atividade de vigilância eletrônica devido às novas demandas, impulsionadas pelo aumento de práticas de furto e roubo na cidade:

[...] estava havendo muitos furtos e roubos nas residências e começou a ter a necessidade de além de instalar alarme, de ter alguém que cuidasse desse alarme. Porque quando o proprietário se ausenta e o alarme dispara, alguém precisa atender esse alarme. Então, muitas vezes o dono da casa estava viajando ou estava na chácara, no final de semana, e o alarme dispara e se não tiver ninguém para atender, ele fica a mercê dos vizinhos para cuidar, que não querem se incomodar e não têm nada a ver com o barulho dos outros. (Actante S).

A demanda mais freqüente relacionada à segurança em Chapecó, segundo o Actante S, é o sistema com vigilância eletrônica em residências e em empresas. Mas, há outras demandas:

As empresas optam normalmente, além da vigilância eletrônica, optam também pela vigilância humana, armada ou desarmada. Nós temos empregado o uso de cães, também, quando se faz necessário. Mas a melhor segurança, ainda considerando custo e benefício, sempre que puder dispensar a presença humana, fica mais em conta e tem equipamentos bastante seguros hoje. Equipamento como alarme, o próprio alarme conhecido, sensores diferentes que vem sendo atualizados e modernizados. Mas, também tem o sistema de câmera, monitoramento por circuito fechado de televisão.

Segundo Actante S, o mercado de segurança privada necessita permanentemente atualizar os seus equipamentos:

[...] tudo o que serve hoje talvez daqui a seis meses não sirva mais. Então, a forma de atuar do ladrão hoje também tem sido diferente. Por exemplo, ele vai até uma casa que tem alarme, ele observa. Por mais que ele vá lá sem cuidar tanto, ele vai lá, observa e se ele for flagrado na sirene, ele vai correr e da próxima vez ele vai voltar de forma diferente, ele vai estudar melhor antes de voltar. O ladrão hoje, já conhece muito do sistema antigo, então, quem trabalha com segurança tem que se especializar e tem que estar sempre na frente, sempre prevenindo o que pode acontecer. A necessidade vai mudando muito, as barreiras que inibiam o acesso do ladrão há cinco anos atrás, não servem mais para hoje. Hoje tem barreiras que se instalam no pátio que fazem uma leitura da massa e do volume, diferencia um pequeno animal de uma pessoa para disparar o alarme. E a melhor forma de evitar um roubo, hoje, é prevenindo para que o ladrão não tenha acesso, porque depois que entrou algum vandalismo já fez, então a gente procura sempre impedir que entre, que acesse à residência ou à empresa. (Actante S).

O mercado de Chapecó exigiria novas estratégias para o monitoramento eletrônico:

[...] o monitoramento sempre foi via linha telefônica, e aqui em Chapecó está acontecendo com freqüência o corte da linha telefônica. Quando a linha telefônica é cortada num alarme monitorado, perde-se o contato, a comunicação fica deficiente e só vai ser possível detectar que foi cortada a linha telefônica algumas horas depois, quando o sistema fizer o rastreamento. Então, hoje, temos duas soluções: ou instala-se um *back-up serilar* ou um sistema via rádio, este último, o sistema via rádio é mais eficiente. Então nós trabalhamos com sistema via rádio, que tem se mostrado mais eficaz. (Actante S).

Deleuze, quando discute as *sociedades de controle* destaca a estratégia de transformação do produto para a conquista do mercado: “as conquistas do mercado se fazem [...] por transformação do produto mais do que por especialização da produção” (DELEUZE, 1992, p. 224). O autor chama a atenção, ainda, para a transformação permanente dos controles: “[...] os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro” (*Ibid.*, p. 221). Estas mudanças contínuas buscam evitar o movimento de resistência ao controle como, por exemplo, através das estratégias acima apontadas pelo Actante S.

*

Pode-se perceber claramente que o significado da categoria violência que circula e se fortalece na cidade, a partir dos três eventos acompanhados, está vinculado predominantemente aos danos causados ao patrimônio público e privado: roubos, furtos, extorsão e depredação e que podem, em seu curso, ameaçar a vida das pessoas. Esta categoria conecta-se com as novas tecnologias de vigilância e controle a partir da mediação de três outras categorias: proteção, segurança e prevenção.

A forma de governar o município por meio de dispositivos de segurança, a possibilidade de instalação das câmeras de monitoramento eletrônico e a crescente expansão das empresas de segurança privada oferecem proteção e segurança às pessoas e aos seus patrimônios, através do controle e vigilância de espaços onde podem circular suspeitos, buscando prevenir assim as práticas violentas.

Vivemos em uma *sociedade de risco* e aprendemos a demandar e a comprar segurança, mesmo pagando com o custo de nossa privacidade. Associamo-nos a equipamentos de segurança e trocamos continuamente com os mesmos, seja na composição da rede de monitoramento, seja na convivência com a vigilância que eles possibilitam, seja nos movimentos de resistência que fazemos para evitar o seu alcance. Buscamos avidamente na mídia as cenas que nos chocam, ao mesmo tempo em que elegemos *o outro* como a causa de nosso medo e de nossa insegurança. Contratamos empresas de segurança privada que nos prometem proteção personalizada, segurança total e a liberação de mais tempo para nós mesmos em um universo em que o *risco* parece inevitável e a incerteza nos ronda permanentemente.

Haveria outras saídas? Se considerarmos que tanto o *controle* como a *resistência* se exerce em *rede*, associando humanos e não-humanos e produzindo subjetivações, abre-se a

possibilidade de pensar a articulação ou desarticulação de diferentes elementos, de estabilização ou desestabilização de diferentes fluxos.

As descrições feitas mostram que no cotidiano do governo municipal, das empresas de segurança e do monitoramento eletrônico, o controle e a vigilância não se dão de forma linear, total ou eficaz. Há zonas de sombra que impedem a vigilância máxima: as câmeras de vídeo não atingem todos os lugares e regiões; há empresas clandestinas que prometem segurança e oferecem riscos; as tecnologias de segurança também podem ser apreendidas pelas pessoas que se quer controlar, necessitando de inovações permanentes e há uma infinidade de possibilidades de resistir e subverter dispositivos de controle.

Os eventos acompanhados mostram também que, com relação à segurança, as regiões e as pessoas são diferentemente concebidas e pensadas no município: quais pessoas e espaços são protegidos e quais são vigiados? Quais são as pessoas, organizações e estabelecimentos que compõem a *rede* que pensa e decide a segurança no município e produz algum tipo de efeito na forma de governar a cidade? O próximo capítulo descreverá uma *rede* que se compôs a partir de um *evento violento*, o qual possibilitará a visibilidade de mais alguns elementos que contribuirão para responder a estas questões.

CAPÍTULO 6

TECENDO RELATOS, COSTURANDO VERSÕES, COMPONDO CENAS: ETNOGRAFIA DE UM EVENTO VIOLENTO

Quando abandonamos o mundo moderno, não recaímos sobre alguém ou sobre alguma coisa, não recaímos sobre uma essência, mas sim sobre um processo, sobre um movimento, uma passagem, literalmente, um passe, no sentido que esta palavra tem nos jogos de bola. Partimos de uma existência contínua e arriscada – e não de uma essência; partimos da colocação em presença e não da permanência. Partimos do *vinculum* em si, da passagem e da relação, aceitando como ponto de partida apenas aqueles seres saídos desta relação ao mesmo tempo coletiva, real e discursiva.

(LATOURE, 1994, p.127).

No projeto da pesquisa, ao planejar fazer a descrição das redes tecidas em torno da "violência" em Chapecó, vislumbrei como um dos caminhos possíveis a escolha de um evento que fosse considerado violento pelo coletivo e o acompanhamento dos rumos tomados, dos encaminhamentos feitos e dos discursos elaborados a partir do mesmo, seguindo os *actantes* que compõem a *rede* tecida em torno da prática investigada e historicizando os elementos que constituíram a mesma.

Concebo evento, com base em Latour (2001), como uma situação cujas circunstâncias são produzidas por humanos e não-humanos que se mesclam. A noção de evento põe em evidência a ação de todos os *actantes*, que produzem efeitos e sofrem as modificações deles advindas¹¹¹.

¹¹¹ Latour esclarece que evento é um “termo tomado a Whitehead para substituir a noção de descoberta e sua filosofia da história assaz implausível (em que o objeto permanece imóvel, enquanto a historicidade humana dos descobridores atrai toda a atenção)” (LATOURE, 2001, p. 349).

6.1 - A escolha do evento

Ao iniciar a coleta de dados, durante as primeiras semanas, fiquei atenta aos comentários de habitantes de Chapecó e aos eventos veiculados pela mídia escrita e eletrônica com o objetivo de escolher um, que fosse considerado violento pelas pessoas da cidade, para acompanhar. As ocorrências que surgiram pareciam pouco significativas, já que não constituíam um "drama social" para investigar, conforme sugerido pela banca, na qualificação do projeto. Observei, então, que a cidade de Chapecó não abrigava freqüentemente, em seu território, "dramas sociais" vinculados à "violência", mas eventos "menores"¹¹², que muito preocupavam a população da cidade. Decidi, desta forma, selecionar para descrição algum evento vinculado ao cotidiano da cidade. Surgiram possibilidades como: acidente de trânsito, homicídio, abuso sexual, agressão sofrida no espaço familiar, furtos e roubos, as quais poderiam conduzir-me a diferentes *redes*.

Como freqüentemente eu assistia nos noticiários das TVs locais, lia em reportagens de jornais, ouvia discursos de policiais e comentários de diferentes pessoas sobre furtos e roubos cometidos por adolescentes, vinculados à categoria violência, optei por fazer a etnografia de um evento que os envolvesse e o elegi a partir da seguinte reportagem, publicada em um jornal local:

Menores detidos com produtos furtados

Chapecó - dois adolescentes, sendo um de 16 anos¹¹³ e outro de 13 anos, em companhia de uma criança de 7 anos, foram detidos na madrugada de segunda-feira pela Polícia Militar. Com eles os policiais encontraram várias peças de roupas, de modelos diversos. Eles estavam com 24 calças jeans, 8 jaquetas sarja, 14 moletons e 6 cabides. Conforme informações da PM, as roupas haviam sido furtadas em uma loja instalada na Avenida Getúlio Vargas, no centro de Chapecó. Para terem acesso ao interior do estabelecimento comercial, os menores de idade arrombaram uma grade de proteção e após quebraram um dos vidros. (JORNAL WV¹¹⁴, 17/05/2005).

Feita a escolha, tratava-se, então, de abrir a caixa-preta da reportagem para fazer surgir o evento em toda a sua multiplicidade. No lugar de focar a polarização ladrão/vítima tornava-se necessário abordar as *mediações*, conhecer a *rede de actantes* que permite olhar para as diversas conexões e efeitos que possibilitam relações e práticas.

Comecei seguindo as pistas divulgadas pela reportagem, busquei os registros da ocorrência na Polícia Militar e Polícia Civil, os quais me permitiram acessar informações e identificar *actantes* para as entrevistas. A coleta dos indicadores para a descrição do evento

¹¹² Refiro-me a crimes mais comuns.

¹¹³ O adolescente tinha 17 anos.

¹¹⁴ Optei por suprimir o nome do jornal que publicou a reportagem como forma de manter o sigilo da Actante K, que participou da pesquisa.

me levou a conhecer a trajetória do adolescente AD, de 17 anos, que por sua vez me conduziu à rede de programas e estabelecimentos voltados para adolescentes em conflito com a lei.

Algumas questões surgiram durante o acompanhamento do evento: que elementos configuram a prática de um furto, a tentativa de evitar um furto, as providências tomadas após o furto? Quem é o autor do furto? Como vive? Em que *redes* ele está conectado? Quem é a vítima? Como compreende a situação vivida?

6.2 - A rede composta pelo evento

As primeiras entrevistas e documentos pesquisados permitiram descrever o evento, a partir de uma seqüência inicial:

Antes => alarme de loja dispara e aciona => a Empresa de Segurança U => o vigilante da empresa de segurança dirige-se ao local e aciona => o Centro de Operações da Polícia Militar (COPOM) => que faz o registro do evento (Boletim de Ocorrências [BO]) e aciona => uma viatura: guarnição com policiais militares => que faz a detenção da criança e adolescentes => o vigilante aciona empresária (loja furtada) => a empresária chega à loja => a Polícia Militar conduz a criança e adolescentes à Central de Polícia Civil => a empresária dirige-se à Central de Polícia Civil => o Delegado e a escrivã fazem o registro do Boletim de Ocorrência Circunstancial => a Mãe do adolescente de 17 anos chega, após ser avisada pela Polícia Militar e faz a assinatura do Termo de Responsabilidade pelos adolescentes => a criança é encaminhada ao Conselho Tutelar => os adolescentes são encaminhados ao Poder Judiciário (Vara¹¹⁵ da Família, Órfãos, Infância e Juventude) => *depois*.

As categorias *antes e depois* serviram para localizar o evento e buscar a descrição do percurso da criança e adolescentes antes, durante e depois do episódio.

Como se pode perceber, o evento envolveu uma *rede* de *actantes*: criança de 7 anos (CA), adolescente de 13 anos (ME), adolescente de 17 anos (AD), edifício em construção, loja de roupas infanto-juvenil, dispositivo de alarme que dispara, vigilante de empresa de segurança, proprietária da loja, COPOM, artigo 155 do Código Penal, Boletim de Ocorrência, policiais militares, escrivã, delegado, Boletim de Ocorrência Circunstancial, mãe de AD (MA), Termo de Responsabilidade, Conselho Tutelar e Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude. Mas, como interagem esses actantes?

¹¹⁵ Segundo Índice Fundamental de Direito (2007), *Vara* é uma “expressão que designa a própria Circunscrição em que o juiz exerce sua Jurisdição. É originária da antiga Roma, onde os magistrados se distinguiam por trazer nas mãos um feixe de varas denominado *fascas*, trazido por um funcionário que os precedia. Tal costume passou para Portugal, e de lá para o Brasil-Colônia, onde os juízes traziam um bastão que tornava reconhecida sua atribuição”. Em Chapecó, o caso de AD foi tratado pelo Poder Judiciário, através da Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude.

Latour (2006, p. 292-295) contribui com essa discussão ao chamar a atenção para o modo como se dá a interação face a face dos *actantes*: a) Nenhuma relação local é *isotópica*, ou seja, aquilo que age no mesmo momento em um determinado lugar provém de numerosos outros lugares, de numerosos outros momentos e de actantes heterogêneos. b) Nenhuma interação é *sincrônica*, pois a temporalidade dos actantes é múltipla, com idades e ritmos diferentes. c) As interações não são *sinópticas*: em um curso de ação, apenas algumas entidades são visíveis em um dado momento, portanto não podemos listar todos os actantes de uma cena, pois não é possível realçá-los ao mesmo tempo, já que são numerosos demais e fazem parte de maquinarias complicadas, que se tornam invisíveis em certos momentos quando cumprem o papel de intermediário. d) As interações não são *homogêneas*, pois há uma diversidade de participantes, feitos de qualidade diferentes de materiais, que contribuem com o desenrolar da ação. e) As interações não são *isobáricas*, ou seja, alguns participantes impõem a sua presença com força, exercendo pressão sobre os demais, enquanto que outros não têm visibilidade. No entanto, as situações podem mudar rapidamente e de forma inesperada e, então, a distribuição dos actantes no primeiro e segundo plano se modifica também: os actantes invisíveis tornam-se visíveis e vice-versa.

Ao longo da descrição do evento, teremos a oportunidade de observar as diferenças entre os *actantes* em sua interação: os múltiplos lugares do onde provêm, as suas diversas temporalidades e ritmos, as qualidades dos materiais de que são feitos e as diferentes pressões que as suas presenças exercem sobre outros *actantes*. Além dos *actantes* já listados, com conexões visíveis nesse primeiro momento, há a presença de outros que ainda não aparecem aqui, mas também contribuíram para produzir o evento e que a descrição do *antes* e *depois* tornarão visíveis num segundo momento.

6.3 - O furto

Segundo Actante AD¹¹⁶,

O que aconteceu foi que nós dormíamos embaixo daquele prédio que estavam construindo e que tinham parado de construir e daí nós resolvemos arrombar a loja, eu e mais dois que estavam junto comigo, que dormiam naquele prédio. Daí naquela noite resolvemos tentar arrombar, aí eu que tinha mais força trepei na grade e com uma barra de ferro estourei três barrinhas de ferro que davam acesso dentro da loja, daí quebrei o vidro e entrei, daí disparou o alarme da loja, aí o vigilante veio e mesmo assim nós estávamos tirando roupa de dentro da loja e jogando para baixo no porão.

Vi o vigilante chegar por causa da lanterna, ele acendeu a lanterna, daí vi o farol da lanterna e daí eu pulei de dentro da loja e me escondi debaixo no porão. Só que estava tão escuro e estava cheio de ferro e madeira embaixo, no porão, que nós

¹¹⁶ Adolescente de 17 anos.

fizemos muito barulho. O vigilante escutou o barulho e chamou a PM, a polícia. Aí eles vieram e pularam o portão da frente e desceram no porão e daí como os PMs têm lanterna que tem luz forte, conseguiram achar nós três debaixo no porão e com as roupas. Daí eles chamaram a dona da loja, a dona da loja veio e falou um monte para nós, nos aconselhou, falou que não era para nós fazermos mais aquilo e levaram nós daí para a Central de Polícia, aonde nós fomos autuados em flagrante no artigo 155.

A minha mãe assinou um termo de compromisso de ir até o Fórum falar com o promotor. Assinou também para o meu amigo porque a mãe dele não estava em casa e aí a mãe ficou como responsável por ele. (Actante AD).

Segundo a proprietária da loja furtada,

O passivo¹¹⁷ disparou, um vigilante da empresa de segurança se deslocou até a loja, chamou a Polícia Militar e ficou de prontidão até a PM chegar. O prédio é de difícil acesso, pois está em construção. Acredito que os adolescentes estavam dentro da loja. A mercadoria que estava sendo roubada tinha um valor aproximado de 3 mil reais. A PM tomou a frente e encontrou os adolescentes, que estavam embaixo do edifício. A empresa de segurança entrou em contato comigo. A PM levou as crianças. Fui para a loja e depois fui com o meu próprio carro até a Central de Polícia, pois para retirar a mercadoria é necessário fazer Boletim de Ocorrência. (Actante F).

O Boletim de Ocorrências da Polícia Militar, classifica o furto através de tipo (furto a estabelecimento comercial), data, local da ocorrência, pessoas envolvidas, guarnições empregadas na ocorrência e histórico da ocorrência.

Histórico da ocorrência

Na loja VY, ao lado da Loja CV. Vigilância SS, informa que disparou o alarme e o vigilante ER está no local e informou ter suspeitos nos fundos do prédio.

Gerado por BA as 00h43minh. – código XX.

Encerramento:

Guarnição deteve e conduziu ao CPP [Central de Polícia], por furto na Loja VY, AD, 16 anos, ME, 13 anos e CA, 07 anos, ambos estavam de posse de 24 calças jeans, 08 jaquetas de sarja, 14 blusas de moletom e 26 cabides diversos. Os agentes quebraram a grade dos fundos e o vidro da loja por onde adentraram no estabelecimento. Deslocou para efetuar o registro, F, 37 anos, proprietária da loja. (BO Polícia Militar).

As três versões do furto ressaltam a presença de mais alguns elementos *actantes* do evento, além dos acima já listados: a) na configuração do furto: dormir em prédio abandonado, constituir um grupo, presença de barra de ferro e vidro quebrável, espaço para esconder-se e esconder a mercadoria; b) na tentativa de evitar o furto: valor da mercadoria, portão fechado, lanterna com luz forte, presença de material que produz barulho (madeira e ferro); c) nas providências tomadas após a tentativa de furto: “conselhos” dados à criança e aos adolescentes.

¹¹⁷ Refere-se ao sensor do sistema de alarme.

6.4 - O encontro entre AD, o vigilante e os policiais militares

Segundo AD, o seu contato com o vigilante se deu da seguinte forma:

Conversar eu não falei nada, porque ele ameaçou de me levar lá na ponte do Goio-Ên¹¹⁸ e me jogar lá de cima. Só porque eu era o maior. O vigilante não me encostou um dedo, só isso que me aconteceu.

Com os policiais militares foi diferente:

Como eu era o maior eles me surraram bastante lá embaixo, antes de me jogarem por cima do portão. Eles me bateram com um pedaço de manga¹¹⁹. Eles me algemaram com as mãos para trás e me jogaram por cima do portão. Daí eu caí lá e o outro policial me *juntou* no tapa, daí me jogaram dentro da viatura e aí não deixaram me bater.

O relato de AD coloca em evidência os *actantes* “ameaça” e “agressão física” vinculados às providências tomadas após a tentativa de furto. É inevitável questionar a pressão exercida por esses *actantes*, tanto na configuração desse evento como de eventos passados e futuros.

6.5 - Na Central de Plantão da Polícia Civil (CPP)

Segundo AD, quando chegou à Central da Polícia,

[...] eles nos deixaram um pouco lá, pediram o nosso nome, o nome de nossa mãe, idade, o endereço da rua, que bairro que morava, daí esperamos um pouco lá, daí o comissário da civil chamou nós para dar depoimento, entrei lá para dar depoimento, como era o mais grande, daí depois me liberaram. (Actante AD).

Foi feito o Boletim de Ocorrência Circunstancial, no qual foi *inscrito* o evento através das declarações de AD e ME¹²⁰ e da autuação:

Histórico

Que os adolescentes acima foram apresentados à Delegacia de Polícia por policiais militares, por furtarem na loja da vítima, conforme notícia o Boletim de Ocorrências n°. XXX/05. Os adolescentes foram entregues aos responsáveis, os quais assumiram o compromisso de apresentá-los perante o promotor de justiça, Curador da Infância e Juventude desta comarca, no dia XX/XX/2005, XX:50 min. (Assinatura do Delegado de Polícia).

Relato

A comunicante e vítima relatou que arrebentaram uma grade e quebraram um vidro da janela dos fundos da Loja VY. Adentraram no local e subtraíram várias peças de roupas diversas, tais como 24 calças jeans, 08 jaquetas, 14 blusas de moletom, 26 cabides de plástico. No local há alarme 24 horas e foi acionado, um vigilante foi ao local e acionou a PM. Os Policiais Militares soldados Y e Z, ao terem acesso ao local encontraram os adolescentes infratores (citados) embaixo do porão no local dos fatos. Além dos dois agentes citados havia mais um menor de nome CR, 7 anos, sendo este encaminhado ao Conselho Tutelar. (Assinatura do Comissário de Polícia e comunicante).

Declarante ME

¹¹⁸ Ponte que se localiza sobre o Rio Uruguai e faz a ligação entre os estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

¹¹⁹ Mangueira utilizada para a canalização da água.

¹²⁰ Adolescente de 13 anos.

O qual inquirido na forma da lei, e sobre os fatos disse: 'Que se encontrava junto com sua mãe catando papel; Que a mesma mandou que o declarante fosse até o prédio em frente ver se havia papel; Que o declarante e o AD resolveram ficar no prédio para dormir; que quando estavam dormindo, o declarante ouviu um barulho de um vidro quebrando, e começou a cair roupa de uma loja que havia na parte de cima do referido prédio; Que o rapaz que havia arrombado a loja mandou que os mesmos escondessem as roupas, caso contrário iria bater em seu colega AD; Que nesse instante chegou a PM e viu a roupa toda em cima do AD e os conduziu até a Central de Polícia; Que o declarante não conhece o rapaz que arrombou a loja. E, nada mais disse nem lhe foi perguntado.

(Assinatura da escrivã e declarante).

Declarante AD

[...] disse: que o declarante e o ME se encontraram em frente ao B¹²¹, próximo à P¹²², quando encontram outro menor, de 7 anos de idade; Que esse menor disse estar com frio e pediu se os mesmos tinham um lugar para dormir; Que foram embaixo da loja de um prédio em construção para dormir; Que quando estavam entrando no local encontraram dois rapazes conhecidos, sendo que um o declarante conhece por J, e um outro tal de S, não sabendo informar onde os mesmos moram; Que os mesmos rapazes já haviam arrombado uma parte da parede de compensado para entrar no prédio em construção e foram dormir; Que os mesmos rapazes entraram na loja e quando o alarme disparou esses rapazes jogaram as roupas para o declarante e mandaram que os mesmos levassem para os fundos do prédio em construção; Que quando já havia levado a roupa para trás, chegou a PM e os rapazes fugiram; Que a PM achou a roupa no local e deteve o adolescente e seus amigos; Que a PM abordou também os rapazes que haviam praticado o furto, sendo que o declarante ficou com medo de falar que quem havia praticado eram os mesmos.

(Assinatura da escrivã e declarante).

A *inscrição* do evento, primeiro no Boletim de Ocorrência da Polícia Militar e depois no Boletim de Ocorrência Circunstancial da Polícia Civil, sendo transformado em texto de um documento, permitiu que o mesmo pudesse ser transportado para outros lugares (como a mídia e a Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude), mantendo-o estável e permitindo combinar com outras categorias e outros registros¹²³. Para Latour (2004b, p.45), “os textos agem sobre o mundo, e circulam em *redes* práticas e instituições que nos ligam a situações”.

Pode-se considerar também que a *inscrição* do evento é uma forma de *tradução* do mesmo, possibilitando ainda outras *traduções* em sua circulação, por exemplo, pela mídia. Como vimos, o processo de *tradução* implica transformação e permite novas interpretações a partir de diferentes interesses.

6.6 - O evento se transforma em reportagem de página policial de um jornal

Qual o caminho percorrido pelo evento para transformar-se em reportagem na página policial do Jornal WV¹²⁴? Segundo a Actante K, as polícias de Chapecó (civil, militar e federal) enviam aos jornais a lista de ocorrências duas vezes ao dia:

¹²¹ Lanchonete.

¹²² Lanchonete.

¹²³ A combinação com categorias e registros permite, por exemplo, transformar o evento em estatística.

¹²⁴ Jornal local, de circulação regional.

Então a gente recebe e dali tira o que é mais interessante, o que não vai prejudicar a imagem da pessoa, o que é relevante, o que é interessante das pessoas saberem. Também uma batidinha de carro na esquina não, não é muito interessante, mas, assim, quando você não tem nada e precisa completar a página você a transforma também numa matéria. O material vem através da polícia. (Actante K).

Nos Boletins de ocorrências enviados aos jornais não consta todos os dados registrados nas polícias:

[...] o boletim ele vem com iniciais e a polícia também não fornece placas dos carros, então, a pessoa quando vai registrar a ocorrência de um acidente ou de um roubo, ela pode, ela tem o direito de pedir para não ser divulgado, daí a polícia não divulga, e, assim, o relatório que vem para a gente não é aquele completo que eles escrevem detalhadamente. Eles fornecem onde foi, o horário que foi, as iniciais das pessoas, a idade e duas linhas do que foi o acontecimento, daí tu tens que ligar, ir pesquisando mais a fundo e daí construir a matéria.

Mesmo a matéria sendo construída, o Actante K considera que a editoração da página policial é diferente das outras páginas do jornal:

Por quê? Porque dificilmente você consegue, digamos criar alguma coisa, porque é mais factual, é mais o que acontece no dia a dia do sistema policial, polícia civil, militar, polícia federal, então a gente não tem como criar uma pauta porque a gente não tem como criar um fato. Ela é mais baseada no factual, no que acontece no dia a dia das polícias. A gente seleciona **as matérias mais relevantes**, acidentes quando têm vítimas, roubo, furtos e... Mas, assim, não tem como a gente criar alguma coisa. (Grifo meu).

Quais os critérios para definir quais são as ocorrências mais ou menos relevantes?

[...] tu tens que analisar o seguinte, a página policial é muito visada, então tu tens que cuidar no que você vai colocar para a pessoa não entender errado. Então, assim, a gente seleciona por **grau de gravidade**, um acidente com morte, um seqüestro, um estupro, tipo de assalto [...] às vezes você tem o quê? Você tem quatro matérias pequenas, você tem de ir cavando, mas a gente tem contato com a polícia de toda a região, com policiais de toda a região. Então, muitas vezes acontece alguma coisa em Caxambu, acontece alguma coisa em Ponte Serrada ou São Lourenço¹²⁵. Mas, às vezes o que é interessante para Chapecó, não é interessante para São Lourenço não é interessante para São Miguel. São Miguel do Oeste, por exemplo, é uma região que em polícia, assim, é maravilhosa, para quem faz jornal lá, porque é uma região de fronteira, então é meio que terra sem lei: é muito assalto, muito estupro muito, sabe? Tráfico, contrabando, é bastante coisa. (Actante K, grifo meu).

Apesar do evento em estudo não caracterizar grau de gravidade, já que não foi finalizado e não envolveu morte, apresenta outros elementos interessantes para a mídia, como o envolvimento de uma criança de 7 anos, junto com dois outros adolescentes, a apreensão dos mesmos, os danos provocados na loja e o tipo de mercadoria roubada.

A mídia é um dos *actantes* que produz efeitos na configuração do evento, pois em sua circulação, na forma como ressalta ou não elementos, produz formas de pensar, sentir e perceber o evento e a “violência” da cidade. Pode-se perceber que, na forma da escrita e

¹²⁵ Caxambu, Ponte Serrada, São Lourenço e São Miguel do Oeste são municípios da Região Oeste, que se localizam próximos a Chapecó.

veiculação, estão presentes a formatação das polícias e a *tradução* do repórter e editor da página, focando apenas alguns elementos, deixando outros de lado, como as questões históricas e sociotécnicas que envolvem tanto a polícia como os autores de atos infracionais que poderiam fazer emergir a multiplicidade presente.

6.7 – A compreensão do evento pela vítima do furto

A Actante F relata que foi a quarta vez que a loja foi furtada e todas às vezes com envolvimento de “menores”¹²⁶, mas registrou queixa apenas duas vezes. Percebe críticas à polícia por parte de pessoas da cidade, mas considera que a polícia faz além do que pode e o que não está sendo colocado em prática é a lei. Afirma que o Ministério Público e o Governo deveriam fazer a sua parte, referindo-se a superlotação que há no presídio e penitenciária atualmente e a não prisão de alguns criminosos.

Compreende que o problema está nos pais das crianças e adolescentes, ou seja, nas famílias. “A mãe tem problemas, os pais das crianças têm problemas”. Avalia que a solução seria o controle do índice de natalidade: lei rígida e laqueadura gratuita. “É não colocar filho no mundo sem condições, depois ficam na rua, não são cuidados” (Actante F).

Na compreensão do evento, F concebe alguns *actantes* determinantes do evento: polícia, governo (e suas instâncias), crianças e adolescentes pobres, famílias e rua. Entretanto, a sua avaliação reduziu a *rede*, que, como vimos, é extensa, a dois elementos: concentrou na família a força para desencadear o evento e no governo a força para evitá-lo, através de uma medida extrema: controlar o índice de natalidade.

6.8 - CA dorme no Abrigo Municipal

Conforme descrito acima, CA, de 7 anos de idade, foi encaminhado ao Conselho Tutelar (CT)¹²⁷, que o conduziu para dormir no Abrigo Municipal, onde ficam as crianças de até 12 anos incompletos na ausência dos pais ou responsáveis, e foi entregue a sua mãe no dia seguinte.

Segundo Prefeitura Municipal de Chapecó (2003, p. 07), o Abrigo Municipal “é um espaço para atender crianças que têm seus direitos violados. Trabalha com a possibilidade de colocação em família substituta, casa, lar, adoção e prioritariamente de retorno à família de origem”.

¹²⁶ Antes do século XX, o termo menoridade era utilizado como referência civil e criminal. A partir do século XX, principalmente a partir do Código de Menores, o termo surge como categoria classificatória da infância pobre, passando a carregar o preconceito para com crianças e adolescente pobres. (BONAMIGO, 1998).

¹²⁷ A apresentação do Conselho Tutelar de Chapecó será feita no item 6.11.7.1.

No CT havia o registro de três atendimentos prestados a CA: furto de uma sacola no camelô, ficar na rua por dois dias seguidos e agressão a uma colega na escola. É interessante observar que a *inscrição* dessas situações vividas pela criança em documentos do CT, permite que uma determinada versão da sua história circule por diferentes lugares e chegue a diferentes pessoas que não o conhecem. Permite, ainda, que seja combinada com outras histórias de outras crianças que passaram pelo CT e que figure, por exemplo, em uma lista de características compondo um determinado perfil de “usuário” do estabelecimento ou constitua estatísticas sobre crianças autoras de atos infracionais.

6.9 – O encontro de AD com a sua mãe (MA) na Central de Polícia

Na Central de Polícia, AD encontrou-se com a sua mãe e segundo ele:

A mãe falou um monte, falou um monte, disse que não era para aprontar mais porque não adianta: ‘porque que você vai roubar, se você tem o que comer em casa, se não falta nada? Você anda na rua por sem vergonhice sua, por causa dessa maldita pedra¹²⁸ aí que vocês consomem, essas porcarias que só estragam a vida de vocês’. ‘Mas fazer o que, mãe, o vício é mais grande’. ‘O vício é mais grande, mas já vieram até aí duas vezes para te levar para uma clínica, porque você não vai?’ ‘Não vou porque na minha cabeça não entra de ir para uma clínica. Se eu estou viciado na droga, como é que eu vou? Se não me pegarem não me forcarem, não me levarem, não adianta, tenho que parar por minha cabeça mesmo, não só estar esperando os outros virem dar conselho, dizer ‘não, pare de usar droga, você sabe que te faz mal isso aí’’. Porque não adianta dar conselho, se o cara quer parar mesmo, o cara tem que botar na cabeça e dizer: não, vou parar e vou parar e de hoje em diante não vou usar mais.

MA relata que quando chegou à Central de Polícia,

[...] daí os bagulhos que eles tinham roubado estavam todos lá, eles pegaram de volta. Daí eu assinei lá e soltaram ele. Pois geralmente para casa ele não vem porque de lá mesmo ele foi para o centro de novo. Daí eu disse para a moça até: ‘vamos levar ele para o CIP¹²⁹?’ Ela disse: ‘não, foi pouca coisa que eles pegaram e eles conseguiram recuperar, não temos a ordem do juiz para fechar no CIP, então nós temos que largar [...]’ Daí foi isso que aconteceu naquele dia ali.

MA demonstrou preferir ver o seu filho no Centro de Internamento Provisório que na rua, pois, segundo ela, vivia em constante estado de preocupação:

[...] muitas vezes eu pensava de noite: ‘Ah meu Deus o AD... Às vezes tiros por aí, a polícia, meu Deus será que o AD veio com roubo para cá?’ Porque aqui ele não trazia, ele sabia que nós não aceitávamos, então ele não trazia roubo, às vezes ele aparecia com 10, 15 Reais, às vezes dava 1 Real, dois para o pequeno comprar alguma coisa, mas de dizer, assim: ‘ah, mãe eu comprei uma carne, um pão, eu trouxe aqui para fazer para eu comer’, nunca, nunca, nunca! Ainda, muitas vezes, me diziam: ‘MA, eu vi o AD no bar, ali com uma sacola de roupas’. Só que levava lá para os traficantes, porque o que tem de traficante ali na baixada. Daí, eu dizia, ‘não aqui o AD não veio’. Daí um dia disse que deu uma briga lá embaixo, a polícia veio aqui, perguntou para mim se o AD não veio aqui machucado. Eu falei: ‘não o AD não veio aqui’. Eles disseram: ‘Não, dizem que andaram dando um tiro nele,

¹²⁸ Refere-se ao crack.

¹²⁹ Centro de Internamento Provisório.

ai'. Daí, eu falei 'não o AD não veio para cá'. No outro dia, mas fazia uma semana que o AD não vinha mais. No outro dia, o AD apareceu com um tiro. Foi roubar um som lá no centro, de carro, e disse que em cima do prédio um homem atirou, se tivesse pegado na cabeça o tinha matado, pegou assim ó [mostra], ele estava assim abaixado, pegou aqui e saiu aqui [mostra], fez um buraco assim, diz o meu piá¹³⁰ que era um tiro de 12. Se pegasse na cabeça tinha falecido, veio para casa com aquele buraco, daí o TO¹³¹ o levou ao hospital de noite. Então, era assim, era uma preocupação que você pensava: ou podia morrer dentro de uma casa roubando, ou podiam matá-lo lá fora, roubando um carro, qualquer coisa, então ele estava sempre em perigo. (Actante MA).

A partir dos relatos de AD e MA, sobressaem-se novos *actantes* na configuração do evento: a droga, o traficante e a rua, além da mercadoria furtada e o “conselho”, listados anteriormente.

6.10 – AD e ME são encaminhados ao Poder Judiciário de Santa Catarina (Vara da Família, Órfãos, Infância e Juventude)

A leitura do processo de AD no Poder Judiciário me permitiu conhecer a sua trajetória *inscrita* nesse órgão. Em sua lista de atos infracionais estavam *inscritos* trinta e seis furtos (sete em veículos, seis em estabelecimentos comerciais e vinte e três não especificados), seis tentativas de furto, dois arrombamentos com furto, três danos materiais, dois portes de arma branca, uma posse de droga e duas perturbações. O evento em estudo é relatado da seguinte maneira:

No dia XX/05 de 2005, aproximadamente à X:00h, na Avenida Getúlio Vargas, nesta cidade e comarca, os adolescentes representados (cita os nomes), mediante comunhão de esforços e desígnios de vontades, subtraíram de propriedade da vítima (cita o nome), mercadorias. Assim agindo, os adolescentes representados praticaram a conduta definida no artigo 155, parágrafo 4º, inciso IV, do Código Penal, considerada ato infracional por força do artigo 103, do ECA, razão pela qual requer o Ministério Público sejam os adolescentes e seus pais ou responsáveis cientificados do teor da representação e notificados a comparecer à audiência, bem como o prosseguimento da ação e, ao fim, a procedência da representação, com a aplicação de uma das medidas sócio-educativas previstas no artigo 112, do ECA.

No entanto, os adolescentes e seus pais não compareceram à audiência o que levou o promotor e o juiz a elaborarem os seguintes documentos:

Certidão

Certifico, para todos os fins, que o adolescente AD não compareceu perante esta Promotoria de Justiça da Infância e Juventude na data e horário designados para audiência de apresentação (oitiva informal), razão pela qual serão tomadas as providências cabíveis.

Junte-se esta certidão aos respectivos autos de apuração de ato infracional.
Chapecó XX de XX de 2005.

Assinatura do promotor/Curadoria da Infância e Juventude.

¹³⁰ Sinônimo de menino.

¹³¹ Irmão mais velho.

Juiz

Recebo a representação. Designo a audiência de apresentação para o dia XX/XX/2005 ÀS 16h10min. Cite-se o representado por mandado e notifiquem-se seus pais ou responsáveis, para que compareçam acompanhados de advogado (artigo 184, parágrafo 1º, do ECA).

Intime-se o Ministério Público.

Assinatura do Juiz de Direito.

Cabe ressaltar que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), lei nº. 8.069 de 13 de julho de 1990, foi resultado de ampla mobilização popular que, a partir do questionamento do modelo de atendimento até então vigente, instituiu a garantia de proteção integral¹³², a garantia ampla dos direitos pessoais e sociais das crianças e dos adolescentes, concebidos como sujeitos de direito. O ECA define que nenhum adolescente pode ser privado de liberdade senão em flagrante de ato infracional ou por ordem escrita e fundamentada da autoridade judiciária competente.

No processo de AD também estavam *inscritos* os encaminhamentos feitos pelo Poder Judiciário diante do seu envolvimento em outras práticas ilícitas, conforme citado na descrição das infrações. Esse registro possibilitou visualizar a *rede* de programas e de organizações voltados para os adolescentes autores de atos infracionais, em Chapecó, e me conduziu a percorrer os estabelecimentos buscando conhecê-los, assim como conhecer a passagem de AD em cada um deles: Conselho Tutelar, Centro de Internamento Provisório (CIP), Centro Educacional Regional (CER), Casa da Acolhida, Programa de Prestação de Serviço à Comunidade e Programa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC). Esses estabelecimentos que visam prevenir a infração ou intervir frente o ato infracional são aqui também concebidos como *actantes* tanto do evento em descrição quanto da *rede* na qual circula AD, pois participaram da *rede de relações* de AD, produzindo algum efeito na configuração do furto.

Quanto ao adolescente ME, estava registrado em seu processo no poder judiciário, além do evento em estudo, apenas um outro furto (em veículo), praticado em fevereiro do mesmo ano.

6.11 – AD e sua *rede* de relações

Além da *rede* que configura o evento em estudo, começa a delinear-se a *rede* de relações, na qual circula AD, *rede* que até o momento conecta os elementos: família – escola - droga – traficante – rua - mercadoria furtada – polícias - empresa de segurança - outros

¹³² Em contraponto à doutrina de “situação irregular” até então vigente.

adolescentes – estabelecimentos para adolescentes em conflito com a lei. Ainda há outros elementos que se tornarão visíveis gradativamente.

Cabe esclarecer que a concepção de indivíduo que permeia este estudo é de “uma rede auto-referente, que regenera continuamente por suas interações e transformações a rede que o produziu, e se constitui como sistema ou unidade concreta no espaço em que existe, especificando o domínio topológico no qual existe como rede” (PARENTE, 2004, p. 106). Dessa forma, a subjetividade é uma dimensão que co-emerge com os universos sociotécnicos. O saber, a razão, a cognição, a inteligência são faculdades “que co-emergem com o indivíduo em um processo de auto-engendramento” e, portanto “não devem ser vinculados apenas a seu cérebro, mas o seu corpo, que ultrapassa de longe o seu invólucro corporal e se estende até onde se estendem suas redes sociotécnicas, seus hábitos, seus apegos” (PARENTE, 2004, p. 106), incluindo os não-humanos a eles articulados.

Compreender, então, AD - actante do evento em estudo - significa compreender a *rede* na qual ele transita e os elementos que a constituem, observar o que esta *rede faz-fazer*, o modo como ele afeta e é afetado por ela.

6.11.1 – A família

A partir dos documentos e relatos dos actantes que inscrevem AD no seu percurso pelos diferentes estabelecimentos e da narrativa de MA e AD, tecerei algumas versões sobre a família de AD, que atualmente é composta por: AD, Mãe (MA), três irmãos (NA, TO e SE) e duas irmãs (NE e DA). O pai (PO) morreu atropelado quando AD tinha 9 anos.

6.11.1.1 - A vinda da família para Chapecó

MA, mãe de AD, veio morar em Chapecó, com sua família (mãe e 7 irmãos), quando tinha 9 anos de idade, há 36 anos atrás:

[...] nós morávamos lá em Erechim¹³³ e daí a gente veio para Chapecó e, no caso, o meu pai foi embora com outra família. Foi embora para o Paraguai e daí lá ele teve outra mulher e lá ele teve 8 filhos com a outra e nos deixou todos pequenos e quando ele voltou, a minha mãe não o quis mais, terminou ali. Só que eles não eram casados, eram amigados¹³⁴. (Actante MA).

Em Erechim, a família trabalhava com agricultura. E então:

[...] depois a gente vendeu as coisas que tinha lá, a mãe vendeu e daí viemos para cá e compramos dois terrenos. Na época a gente morou aqui (aponta), mas deu um rolo com o terreno, porque o terreno já era de um outro e daí o cara que vendeu

¹³³ Cidade do Rio Grande do Sul, não muito distante de Chapecó.

¹³⁴ Casamento sem oficialização jurídica e religiosa.

para a mãe tinha vendido para um outro e daí o cara até para a cadeia foi. Devolveu as coisas para a gente e daí a gente comprou ali (aponta). (Actante MA).

O afastamento do pai estimulou o abandono da agricultura e o deslocamento para Chapecó. O terreno para a habitação foi comprado no bairro São Pedro¹³⁵, que naquela época era desabitado “[...] aqui era tudo capoeira, tudo mato, eu me lembro quando a mãe veio morar ali, menina de Deus, nós tivemos que roçar, carpir, queimar, fazer os buracos com a mão” (Actante MA).

Com relação à ida do pai de MA para o Paraguai, “ele foi para lá para ver uns negócios não sei o que, não veio mais, não veio mais até a mãe pensou que ele tinha morrido. Depois veio um conhecido de lá e disse que não, que ele estava plantando hortelã para fazer sabonete” (Actante MA).

MA começou a trabalhar de babá quando tinha 13 anos, após trabalhou de empregada doméstica, como faxineira em empresa, em escola e como diarista, fazendo limpeza doméstica. Em época de eleição política já trabalhou também distribuindo folhetos e solicitando votos para candidatos.

PO, pai de AD, morava em Xaxim (SC)¹³⁶ com sua família, em terreno irregular, quando foi despejado pelo governo municipal: “daí o prefeito de lá mandou para cá, daí soltou um aqui, soltou um ali [...] (Actante MA). Em troca do deslocamento de cidade, segundo MA, a prefeitura de Xaxim encaminhou para trabalhar em empresas de Chapecó: “eles vieram de lá, mas com o projeto de dar trabalho para as pessoas que soltaram aqui e daí o meu marido veio e começou a trabalhar”. PO começou a trabalhar como pedreiro em uma imobiliária e se manteve no emprego durante 18 anos, até o seu falecimento. O Pai de PO, avô de AD, também foi empregado em uma empresa como pedreiro, quando veio para Chapecó, no entanto mudava muito de emprego:

Não, o meu sogro, quando ele veio trabalhar para cá ele começou a trabalhar em firma, mas era assim mais *deixadão*, trabalhava um pouco e saía, trabalhava um pouco e saía. E quando está com uma certa idade eles não pegam mais em firma. Quando está na firma eles até aposentam. Mas ele não, ele saía de uma firma e pegava outra e foi que daí ele acabou trabalhando de chapa¹³⁷. Nos últimos dias que ele trabalhou foi de chapa. Quem ajudava bastante na família era o meu marido que era empregado, ganhava bem. (Actante MA).

O relato da vinda das famílias de MA e PO a Chapecó, estão vinculadas à perspectiva de trabalho e moradia. Na época, a cidade estava em pleno crescimento possibilitando oportunidade de trabalho e habitação às pessoas que aqui chegavam.

¹³⁵ O bairro São Pedro foi apresentado no Capítulo 3.

¹³⁶ Cidade vizinha de Chapecó (20 km de distância).

¹³⁷ Trabalho de diarista em colheitas e outros serviços como carga e descarga de produtos e mudanças.

6.11.1.2 – Escolarização

A mãe de MA é analfabeta e o pai semi-analfabeto:

Não, a mãe não sabe quase nada de colégio, tudo o que ela vai assinar ela assina com o dedo. A família dela também eram todos da roça, todos da agricultura, porque a mãe é daquelas antigas. O pai já assinava, aqueles garranchos como a gente diz, mas assinava. O pai teve um pouco de colégio, agora o quanto eu também não sei.

PO teve escolarização, assim como MA e seus irmãos:

MA: Todos nós estudamos. A mãe deu estudo para nós. Até quando eu vim para cá eu estudei na ZA ali um pouco. Depois eu comecei a trabalhar e sai do colégio.

I: Você estudou até que série?

MA: Eu estudei até a sexta só. Daí parei.

Quanto aos irmãos de AD¹³⁸:

Dos meus gurus, tem o mais velho, que tem o segundo grau, que é o TO. O outro está terminando o segundo grau em Balneário Camboriú, que é o NA. O SE tem 12 anos, está na quinta, ele está na aula agora de manhã. É ele e eu que moramos aqui. As meninas (NE e DA), as duas têm o segundo grau. (Actante MA).

6.11.1.3 - Relação de AD com a família

AD descreve a relação com o seu pai:

Meu pai para mim era tudo, perdi o meu pai daí comecei a fazer anarquia, comecei a roubar, cheirar cola, fumar maconha, crack, cocaína e assim por diante. Só cai nessa vida depois que o meu pai faleceu, né dona? Meu pai faleceu com meus 9 anos de idade daí perdi o controle de tudo.

Segundo MA,

[...] o pai dele era uma pessoa assim, não era uma pessoa maldosa, estava sempre em casa com ele, nunca... Não bebia, tinha parado até de fumar e quando saía, nós saíamos todos juntos, na época ele era evangélico, meu marido, nós também somos da Cadeia da Prece, e daí eu acho que o AD se revoltou muito sei lá, não sei o que foi que virou [...]

AD e MA referem o falecimento do pai como um marco na vida de AD, que o deslocou, a partir de conexões com outros elementos, para trilhar caminhos não previstos. No entanto, o parecer psicológico de um dos estabelecimentos onde AD ficou internado *traduz* as informações, estabelecendo outro sentido:

AD vive em um mundo de fantasia, atribui os seus problemas à morte do pai, sente-se desamparado e ao mesmo tempo demonstra insegurança e fracasso diante dos fatos que acontecem em sua vida.

A relação de AD com a mãe é narrada por AD e MA como permeada por situações de apoio e ao mesmo tempo de conflitos e decepções frente às situações vividas. AD referiu-se à mãe como alguém que lhe dá conselhos, sendo uma figura de apoio nos momentos difíceis:

¹³⁸ A escolarização de AD será descrita em item separado.

A minha mãe é a única que me vê quando eu estou preso, se não é ela não vem ninguém me trazer um pão, me trazer uma roupa, me trazer um cobertor, me trazer uma toalha pra me secar. Porque se não é a minha mãe...

MA afirmou ter vivido muitas situações difíceis com AD, em diferentes momentos da vida, sentindo-se impotente, sem saber o que fazer para ajudá-lo:

[...] porque o AD está rebelde, não me obedece mais, não tem jeito mais de me obedecer, não escuta mais conselho, está um baita de um homenzarrão, como é que eu vou pegar um pau e bater, para me incomodar com a lei?

Eu não quero que o meu filho fique tanto tempo preso lá, sabe? Não é fácil. Não é fácil você conviver com a pessoa na droga, fazer de tudo e não ter jeito. Não tem lei que acabe isso. Isso não tem fim.

Eu não quero uma vida assim para o meu filho, eu não quero. Sair roubar, sair para pegar o que é dos outros para tomar um tiro, para ficar morto lá dentro de uma loja. Porque a droga deixa dependente de tudo.

O AD vendeu toda a roupa boa dele, vendeu tudo e andou roubando no centro e no centro tem uns quantos furtos que ele fez. Até o dia que a polícia prendeu, ele estava com uma bolsa de fio que pegaram não sei de quem, ele e mais dois. Então eu não quero isso para o AD, não quero, não quero de jeito nenhum. Também não quero ver meu filho morto no caixão, porque ele estava roubando. 'Ah o fulano o matou porque ele estava roubando'.

Eu não sei quando que isso vai ter fim. Eu tenho até medo de criar o meu pequeno aí, o meu tem 12 anos e ele sabe que o AD é viciado. Ele cansou de ver o AD passar na rua ali e dizia: 'oh, o AD passou, com certeza ele foi comprar droga, mãe'. Ele sabe. O SE não é bobo. Ele disse um dia: 'mãe, que futuro vai ter o AD? Olha, está todo sujo lá, está com o pé de chinelo de um, um pé de chinelo de outro. O tênis dele bonito com certeza ele já vendeu, mãe. Está lá assim, não dá nem para ver, está todo sujo'. Eu falei: 'nem olhe, é teu irmão, eu sei que você quer bem a ele, mas nem olhe. Eu, quando eu passo pela rua e vejo que é o AD, eu sou capaz até de voltar, eu não vou dar de frente com o AD, eu não tenho coragem de ver ele assim, não foi assim que eu ensinei, não foi assim...' (Actante MA).

Relata, ainda, situações nas quais foi culpabilizada por pessoas ligadas a programas e estabelecimentos aos quais AD estava vinculado, como as descritas abaixo:

Daí eu tava conversando com ela dos meus piás, o que aconteceu com o AD foi coisa assim, foi só com ele da família. Daí ela disse: 'é, mas alguma coisa faltou para o AD'. Ai eu pensei, mas faltou o quê? Eu falei: 'olha, se a senhora quer ir lá em casa vai ver que tem cama, tem comida, tem uma televisão para assistir, não é aquelas de rico, mas tem. Nunca precisaram andar na rua, só que na minha casa não tem cigarro, não tem bebida alcoólica, não tem droga, lá não acham isso. Mas tenha certeza que um pão sempre teve, porque eu não tenho preguiça para trabalhar, eu levanto cedo. Posso pisar em cima de neve, geada, mas eu não tenho preguiça para trabalhar, eu não sei roubar, mas trabalhar eu vou trabalhar. Mas se um dia eu precisar roubar para comer eu até vou'. Daí ela disse: 'não, mas alguma coisa faltou'. Ela falou: 'quem sabe não acharam falta de um pai'. Eu disse: 'por um homem dentro de casa para bater nos meus filhos, eu mesmo bato, então. Para depois dizerem que fulano...'

Até inclusive ela me ligou na vizinha, a vizinha me chamou eu fui, fui lá, conversei com ela e falei: 'Olha o AD, muitas vezes ele sai para ir ali e não vai, só que eu não posso estar sempre atrás do AD. Um baita de uma rapaz e eu vou estar sempre no pé dele? Não é criança mais'. (Actante MA).

MA afirma ter recebido a ajuda de suas filhas, NE e DA, para encaminhar os filhos. Como na situação na qual descobriu que AD e NA estavam faltando à escola e indo para o centro da cidade:

Daí eu peguei e liguei para a minha filha em Florianópolis, a casada que mora lá, e disse: 'DA, eu vou comprar uma passagem e vou mandar o NA morar com você. Vou mandar o NA para lá, o AD fica sozinho aqui, eu vou dar um jeito no AD aqui'. Daí eu comprei a passagem, peguei o nome da escola, mandei todos os papeis, está lá, faz dois anos que está em Florianópolis, trabalha em um shopping, junto com meu cunhado, estuda, está beleza, quero que tu vejas, vai vir no fim do ano para cá para visitar.

Como veremos adiante, AD também foi auxiliado pela irmã NE, tendo morado 3 meses com ela em Balneário Camboriú, em 2005. Segundo MA, a mudança de lugar e o acesso a outras possibilidades de trabalho e escola contribuí para a mudança de comportamento dos filhos. O parecer elaborado por um dos estabelecimentos, no qual AD foi internado, traduziu a atitude da mãe a partir de uma outra versão: "A mãe demonstra claramente que não tem controle sobre os filhos, pois dois irmãos de AD mais novos, moram com suas irmãs casadas porque a mãe não consegue fazer a vida deles. Assim, morando com as irmãs eles obedecem, não se envolvem em confusão e estudam".

As duas versões levam a diferentes compreensões da ação. Na versão da mãe, enviar os filhos para ficarem com as irmãs em outra cidade está relacionada à sua percepção da necessidade de excluí-los da *rede* na qual eles transitavam, *rede* forte que a fazia perceber-se como incapaz de disputar os filhos com a mesma, pois não tinha vínculos suficientes para possibilitar inserção em outras *redes*. Para "controlar" os filhos teria que "controlar" a *rede* que se mostrava poderosa. Na versão do parecer, a ação dos filhos de inserir-se em um trabalho, freqüentar a escola e não envolver-se em confusão dependeria do "controle" da mãe. Pode-se aqui voltar à discussão feita no Capítulo 2, com base em Beck e Bauman, sobre o fato de, na contemporaneidade, exigir-se que o indivíduo, sozinho, solucione problemas que são coletivos e que dependem de soluções coletivas.

Com relação aos irmãos, MA citou as situações que envolveram NA e SE, irmão mais novos de AD, já descritas, e o movimento de protegê-los para que não seguissem AD. Nas entrevistas, AD mencionou apenas TO, seu irmão mais velho, por duas vezes, relacionando diferentes situações:

Meu irmão, dona, tirei do fundo da penitenciária, dona, você acha que ele vem trazer alguma coisa para mim? Não vem. Meu irmão de sangue. Eu sei que ele é capaz de vir aí. Porque irmão nunca deixa na mão outro irmão, né? Ele tem um piá de 3 anos de idade, trabalha, por mais que eu possa ver esse lado dele, não porque eu estou falando, mas me dá raiva também, porque quando precisou do mano, o

irmãozinho foi lá e bancou, agora que o irmãozinho está empenhado, não vê o lado do irmãozinho também¹³⁹.

Deu no que deu, eu comecei a roubar até com o meu irmão, porque o meu irmão vive do *nylon* e está usando droga também. O meu irmão mais velho, tem um filho agora, é casado, quase acabando o casamento com a mulher dele, por causa da droga também¹⁴⁰.

Em nenhum momento MA mencionou o envolvimento de TO com drogas ou furto.

6.11.2 A escola

O percurso de AD na escola foi permeado por muitas faltas, abandono e reprovação. Estudou em uma escola básica municipal de Chapecó. Iniciou a primeira série em 1995, com 8 anos, mas reprovou por faltas, concluindo a série no final de 1996. Na segunda série em 1997 também reprovou. Em 1998, 1999 e 2000 abandonou a escola, após alguns períodos de frequência. Em 2001 voltou a estudar sendo inserido em uma sala de progressão¹⁴¹ por causa da idade (14 anos), mas abandonou a escola. Retomou os estudos no Centro de Educação Regional em 2004, quando estava internado, frequentando aulas de nivelamento (Ensino Fundamental) do Centro de Educação de Jovens e Adultos, durante 7 meses.

Segundo MA, AD abandonou a escola, após a morte do pai:

[...] quando o pai de AD morreu, ele ficou revoltado, não sei o que deu nele, não quis mais ir ao colégio, desistiu da escola e daí arrumou uma caixinha para engraxar, e daí ia para a cidade¹⁴² e ia hoje e não vinha mais hoje, só vinha amanhã e começou uma folia, mulher, Deus que me livre, virou um inferno. E daí ele não teve mais jeito, não teve mais jeito. Um dia veio uma senhora aqui que queria muito bem a ele, do colégio, e daí eu falei assim 'eu tenho vontade de pegar o AD e dar uma *tunda de laço*¹⁴³', ela falou assim: 'não adianta bater, você bate e ainda vai machucar, porque você não vai bater devagarzinho, você vai espancá-lo, você vai incomodar-se com a lei¹⁴⁴'.

AD relatou que gostava da escola devido às amizades que tinha, no entanto tinha dificuldades com uma professora:

AD: Eu gostava de ir porque eu tinha muitas amizades, tinha umas meninas que gostavam de mim também, do jeito de eu ser. O certo é que eu não me acertava bem com a professora, a professora era muito chata, queria me mandar demais. [...] Até que um dia eu me cansei dela, ela quis me chamar a atenção lá e ela veio com uma régua daquelas de madeira na mão e quis dar uma reguada em cima dos meus dedos, eu saí para trás peguei a cadeira e taquei nela. Ela fez um berreiro diante da sala de aula e eu saí para fora do colégio e não voltei mais. Graças a Deus, hoje eu sei escrever o meu nome e sei ler. Não sou analfabeto.

I: Que lembranças você guarda da escola?

¹³⁹ Entrevista realizada em julho de 2005, quando estava no presídio.

¹⁴⁰ Entrevista realizada em novembro de 2006, também no presídio.

¹⁴¹ Sala destinada à revisão de conteúdos dos alunos com dificuldades.

¹⁴² Refere-se ao centro da cidade. O uso da categoria cidade para o centro é uma forma de diferenciá-lo do bairro São Pedro, onde mora, que conforme discutido no capítulo 3, situa-se à margem da cidade.

¹⁴³ Termo que significa surra.

¹⁴⁴ "Incomodar-se com a lei" significa ter problemas com a justiça.

AD: Eu não guardo nenhuma, sinceramente, só guardo das amizades que eu tive.

Nos documentos da escola, AD é descrito como um aluno que falta bastante, mas “tem bom relacionamento com o grupo, é organizado, não fala muito, fica quieto (parece não dormir durante a noite) e [...] tem dificuldade em todas as áreas de conhecimento”. Há o relato de quatro visitas que a escola fez à casa de AD, conversas com a mãe e a observação, de que após as visitas ele voltava a comparecer durante dois dias e depois continuava faltando.

MA relata duas cenas que ilustra a relação escola-AD-família:

Eles iam à aula de manhã, e daí o AD não ia à aula, fazia que ia e não ia e daí estava levando NA para a cidade e daí eu ficava sabendo, os outros me contavam, a professora veio aqui, a diretora veio: ‘os teus não estão indo para o Colégio, mas o que que deu?’, ‘Não, as crianças vão todo dia de manhã, pelo amor de Deus’. Então ela falou assim: ‘Não, alguma coisa está acontecendo com as crianças, não estão indo mais na escola, tome uma providência’. E daí, à tarde eles chegaram, os dois, ‘escute aqui, sentem os dois aqui vamos conversar, o que está acontecendo, vocês não estão indo mais para o colégio? A diretora veio aqui para saber’. Ai o AD falou: ‘eu não vou mais, eu não vou mais’. E eu disse: ‘E está tirando o NA, por quê?’ Ele disse: ‘O NA também não quer ir’. Eu disse: ‘Não, o NA vai sim’.

6.11.3 - A droga

AD mencionou ter feito uso de várias drogas (“cola, maconha, cocaína e *crack*”), mas destacou fazer uso em especial e com maior frequência do *crack*.

O *crack*¹⁴⁵ é uma forma de apresentação da cocaína¹⁴⁶ chamada base livre: forma não salgada da cocaína isolada numa solução de água, depois de um tratamento de sal dissolvido em água com bicarbonato de sódio. Os pedaços grossos secos têm algumas impurezas e também contêm bicarbonato. A volatilização da cocaína (transformação em vapor) permite com que a mesma possa ser fumada.

Os vapores do crack vão para os pulmões e são transportados para a corrente sanguínea mais rapidamente conferindo maior rapidez de sensação psicotrópica, a sensação contudo é a mesma da cocaína bem como os demais efeitos. O nome crack é derivado do ruído característico que é produzido pelas pedras quando estão sendo decompostas pelo fumo. O crack é considerado uma jogada de marketing, por ser barato alcança classes econômicas antes não atingidas pelo alto custo da cocaína em pó. O crack age por menos tempo do que a cocaína inalada, mas como inicia muito mais rapidamente e mais intensamente que a cocaína há uma espécie de compensação psicológica pelo efeito. O crack é mais barato porque há pouca quantidade de cocaína nas pedras. O tempo para início de ação do crack são aproximadamente 10 segundos e o tempo de duração são de 5 minutos. (FALCK, 2000).

¹⁴⁵ O uso do *crack* foi inexistente até o começo dos anos 80, intensificou-se em 1985, atingindo o seu auge em 1989 (FALK, 2000).

¹⁴⁶ “A cocaína é uma substância natural, extraída das folhas de uma planta que ocorre exclusivamente na América do Sul: a *Erythroxylon coca*, conhecida como coca ou epadú, este último nome dado pelos índios brasileiros” (CEBRID, 2005).

Durante as entrevistas, AD, na compreensão da sua vinculação com o crack, oscilou ora apontando o *crack* como mantenedor do domínio da relação, não conseguindo desvencilhar-se dele e sendo levado a praticar furtos para poder obtê-lo e ora afirmando a sua possibilidade de manter o domínio da situação, afastando-se da droga.

[...] infelizmente a droga fala mais alto que a pessoa, não sei como é que pode uma pedrinha daquela controlar o sistema nervoso da pessoa.

Por causa de dependência química, só por causa disso, se não fosse dependência química eu não estaria aqui, estaria trabalhando, com certeza eu estaria na Sadia hoje trabalhando, só que como a droga consegue controlar a gente, a gente não consegue se desvencilhar...

O crack é o seguinte, dona, conforme tu usa, tu quer cada vez mais. Se você não tem, você tem que roubar para tê-lo. E se você não pode roubar você começa a aprontar no bairro. E se você começa a aprontar no bairro você começa a ter fama de *chinelão*¹⁴⁷. E quando eles lhe pegam de *chinelão*, você apanha...

Acontece isso porque o cara não bota na cabeça, se botar na cabeça...

Tenho que parar por minha cabeça mesmo.

Porque se a gente quer alcançar um objetivo tem que agarrar no objetivo com força e garra e não deixar escapar.

No entanto, Latour (2000b e 2001) sugere olhar não somente para a droga, nem somente para a pessoa, mas para a relação pessoa-droga, pois nem a pessoa domina a droga, nem é dominada por ela, mas constitui-se um processo de “faz-fazer”, no qual não cabe estabelecer causalidade, pois ninguém age simplesmente. Torna-se importante, então, não focar o sujeito ou o objeto, mas o que proporciona o vínculo, a forma como os dois são afetados e os efeitos desse vínculo. Também não se pode antecipadamente prever o que vai acontecer quando se junta uma pessoa e uma droga, pois não há uma determinada essência do sujeito ou do objeto, os objetivos do sujeito e do objeto não estão fixados. A ação farmacológica da droga e o estado da pessoa, suas condições e expectativas, sofrem modificações no encontro pessoa-droga e um novo objetivo pode ser constituído, havendo a criação de um novo vínculo que modifica tanto a pessoa quanto a droga¹⁴⁸.

Segundo Latour (2000b) vínculo é o que afeta e coloca em movimento. Quanto mais vínculos, mais possibilidades o actante terá de circular pela *rede*. Um bom vínculo é o que proporciona possibilidades inesperadas, situações novas, criativas, interessantes.

Para AD, os efeitos do *crack* são contraditórios:

[...] o crack é bom enquanto se está fumando na lata ali, é bom, é bom. Mas cada bola que você dá é um minuto da sua vida que você está jogando naquela lata aí, né

¹⁴⁷ Termo utilizado para denominar alguém que rouba dos vizinhos no seu bairro.

¹⁴⁸ Ver Macrae e Simões (2000).

dona? Que você está jogando naquela fumaça para o ar. É um minuto da sua vida que está indo por água abaixo.

É importante considerar também o cenário no qual AD faz uso do *crack*: o grupo de amigos ou de outros jovens:

O lado bom é que o cara está na rua e os caras vão oferecer drogas para o cara usar.

E daí, eu vindo de noite, eu vi aquele fervo na beira da praia¹⁴⁹, um sábado, todo mundo fazendo festa e bagunçando na beira da praia e tinha uns caras usando droga e pensei ‘vou ver quem tem ali e vou ver se eu pego uma’ e fui e peguei uma pedra e fui fumar. (Actante AD).

6.11.4 – A rua

Conforme mencionado anteriormente, AD começou a ficar na rua quando tinha 12 anos de idade, começando também, nesse período, a trabalhar de engraxate, utilizar drogas, a furtar e a freqüentar estabelecimentos para crianças e adolescentes em situação de rua e autores de ato infracional. A rua é descrita por AD como um espaço de liberdade:

AD: Eu preferia a rua, porque na rua eu estava mais na liberdade, Lá dentro eu estava bem dizer trancado [refere-se à Casa da Acolhida¹⁵⁰]. Nem a mãe me segurava dentro de casa porque que eles iam me segurar dentro de uma casa trancado? Só porque tinha alimentação e televisão? Isso eu também tenho em casa. Eu me sentia mais na liberdade na rua.

I: Em casa você também não se sentia livre?

AD: ...

I: O que te incomodava em casa?

AD: Lembranças, coisas que passam na cabeça da gente, momento difícil da vida, mãe desempregada, conta para pagar. Saber que cada dia que passa em vez da gente tentar se endireitar, se afunda mais. Situação bem difícil, sabe dona?

Mesmo associando a rua com liberdade, AD também se recrimina pela atitude de ficar na rua: “Eu tenho minha família, né dona, não preciso estar pedindo pão seco em casa de ninguém, eu tenho o que comer em casa, só estou parando na rua mesmo porque eu sou um idiota, né dona? Sou um idiota mesmo, tenho mãe, tenho irmão”.

Quando perguntei sobre as lembranças que guardava da rua, AD respondeu:

A única coisa que eu posso guardar de lembranças da rua é que vivia roubando também, que vivia dormindo debaixo dos papelões, debaixo dos edifícios, eram mal construídos e ficavam e a gente tomava conta do lugar e ficava ali, bem dizer ali era nosso lar.

Cabe observar que a rua é associada também ao grupo, à presença de outros adolescentes.

¹⁴⁹ Refere-se ao período em que morou no litoral de Santa Catarina.

¹⁵⁰ A Casa da Acolhida será apresentada e discutida posteriormente.

6.11.5 - O traficante

Conforme relatei no capítulo três, o Delegado da Polícia Federal de Chapecó, em entrevista realizada em julho 2004, afirmou que não havia evidências do tráfico vinculado às violências em Chapecó e informou não ser comum a presença de traficante armado na cidade.

No entanto, segundo a Actante MA, em entrevista realizada em novembro de 2006, tornou-se freqüente o uso de armas pelos traficantes, na cidade:

MA: E Chapecó está quase como o Rio de Janeiro. A polícia vem prender aí e eles enfrentam a polícia a bala, vem dois três, morrem, não tem saída e está minado, está minado. Aonde quer que se vá, tem gente vendendo droga, aonde quer tem.

I: Mas, eu soube há pouco tempo que não era comum os traficantes utilizarem armas.

MA: Todos andam bem armados, só que talvez a polícia não pegue a arma. Porque geralmente é flagrante, né? Talvez assim, é tipo uma denúncia, sabem que a pessoa vende, ligam falando, a polícia dá aquele ataque de pegar toda a droga, mas a arma geralmente está sempre mais escondida, então pegam de vereda assim a droga. Mas se der tempo deles esconderem, a polícia procura não acha nada, não leva. Aqui na baixada umas quantas vezes os traficantes atiraram na polícia. Aqui dizem baixada porque a rua desce fica bem lá embaixo, ali, quantas vezes a polícia veio para prender e eles receberam a bala a polícia.

O furto vincula-se ao tráfico, pois os traficantes trocam as mercadorias roubadas por droga.

[...] eles entram dentro de uma casa assim, roubam o que vem na frente, para poder comprar droga, porque o traficante não vende fiado, o traficante vai querer dinheiro, então ele faz uma troca, um calçado, uma roupa, uma televisão, qualquer coisa. Se um dia você ficar sabendo onde tiver um traficante, experimente, pegue uma calça boa e leve lá e diz para ele, olha eu quero comprar, não tenho dinheiro, ele faz uma troca contigo. Ele te dá a droga e você deixa a calça.

Segundo AD e MA, os furtos de AD foram sempre associados à compra de droga: “[...] é, ele trocava por droga, porque às vezes não tinha dinheiro. Traficante não dá, de graça ninguém dá. Dá, mas daí você fica com aquela dívida e se não pagar, matam”.

MA relata uma situação, na qual AD roubou coisas da sua própria casa para trocar por drogas: “daí, o AD não roubou no centro e daí veio aqui e pegou as coisas do irmão dele, foi lá e trocou”. Quanto MA soube do acontecido foi até o traficante pegar as roupas:

[...] tinha um traficante que morava ali, eu fui lá buscar, eu falei: ‘eu quero as coisas do piá, agora, se você não me devolver, eu vou entregar você para a polícia, eu vou vir aqui com a polícia’. Daí o rapaz disse que era 15 Reais, ‘não senhor, o AD disse que pegou 10 pilas de droga, deu uma droga só’. Daí ele me devolveu. Eram duas jaquetas, as roupas boas do guri, tudo. Daí o cara me deu. Mas daí eu não dei parte dele para a polícia. Ele disse, ‘não vai me denunciar’, eu disse ‘não, não vou denunciar, me dê todas as roupas do meu guri, que eu conheço as roupas dele e pode pegar o dinheiro’. Daí ele pegou os 10 Reais e eu peguei e vim para casa com as roupas dele. Daí cada vez que ele vinha aqui [AD], sabe, eu cuidava, quando ele ia para o quarto eu ia atrás.

Segundo Adorno (2005), as práticas vinculadas ao narcotráfico no Brasil, antes concentradas nas capitais, estão se expandindo para as cidades do interior do Brasil porque encontram nas mesmas os atores que necessitam para a sua constituição:

- Um mercado de consumo (pessoas em busca de novas experiências sociais e dispendo de meios suficientes para comprar a droga);
- Cidadãos empobrecidos, sem trabalho ou sem perspectiva de futuro, suscetíveis de serem atraídos para diversas atividades, como o controle de pontos de distribuição de drogas, pontos de venda, pontos de circulação de dinheiro ou de dívidas contraídas por consumidores ou pequenos revendedores.
- A possibilidade de formação de uma rede de comércio ilícito ligando pequenos comerciantes e empresários situados em segmentos diversificados do mercado e segmentos do poder público. Segundo o autor, os benefícios do comércio ilícito geralmente servem ao financiamento de campanhas eleitorais e à manutenção de um amplo conjunto de lobistas, intermediários, comerciantes e profissionais dotados de uma ampla influência sobre os indivíduos, os quais são incumbidos de tomar decisões implicando a utilização de fundos públicos.

O autor observa traços importantes do funcionamento do narcotráfico em outras cidades médias do Brasil, que podem ser utilizados para mapear possíveis actantes do narcotráfico de Chapecó, principalmente porque estudos mostram que suas *redes* são extensas, ultrapassando a fronteira do município, do estado e do país. No entanto, conhecer o narcotráfico de Chapecó implicaria efetivamente conhecer o trabalho dos atores que cotidianamente fabricam o seu mercado, o que não foi possível nessa pesquisa. Concebo mercado como uma construção sociotécnica, com base em Callon (2004, p. 75): “O mercado é uma construção e reconstrução permanente, é uma construção coletiva que supõe negociações, interações e aprendizados”. Dessa forma,

Nenhuma história é escrita de antemão, nenhuma competência particular é mais crucial do que as outras, nenhuma situação de força é definitiva. A história é aberta porque é escrita pelos atores. A informação não é algo que circula, que é preciso captar se não quiser ser excluído dos mundos que se preparam. A informação sobre a demanda e sobre a oferta não preexiste; ela se constrói, se elabora em comum, é local, contingente, imprevista, pois supõe o contato direto, as negociações, as adaptações [...] (CALLON, 2004, p.76).

6.11.6 – A mercadoria furtada

Além dos traficantes, que trocam a mercadoria roubada por drogas, há em Chapecó pessoas que fazem a receptação das mesmas:

Há 10 a 15 receptadores em Chapecó que financiam os furtos e roubos, pagam advogados para tirar da cadeia, que dizem: 'eu compro de você'. A empresa de segurança sabe, a polícia sabe, mas não conseguem incriminar. Dar flagrante é muito complexo, a lei do flagrante é complexa e as pessoas conseguem se safar. Se tirassem quem faz a recepção das mercadorias roubadas do mercado, acabaria com o problema de furto em Chapecó. (Actante S).

A mercadoria furtada é um *actante* presente na *rede* de relações de AD, que medeia principalmente a sua vinculação com a droga e estabelecimentos para adolescentes em conflito com a lei.

Com relação ao furto, AD mencionou que não roubava de quem era pobre, mas de quem tinha dinheiro:

Eu tinha duas escolhas de roubar de quem não tem e roubar de quem tem, né dona? Só que a minha escolha foi certa, roubar de quem tem. Eu roubo de quem tem e não de pobre. Se eu quisesse roubar alguma coisa eu vinha na cidade. Porque os vizinhos no meu bairro lá são todos trabalhadores. Tinha uma televisão nova ali, nem paga a segunda prestação, quando vê sumiu a televisão. Que cabeça de ladrão que tem esse, estar roubando de vizinho? Compra um aparelho de som lá, pagou 3, 4 prestações, quando vê o aparelho de som some de cima da estante. Aqui no centro tem gente que tem dinheiro, se o cara souber andar, botar as pernas para caminhar e souber roubar, o cara pega de quem tem dinheiro, né dona? Só que eu não quero continuar a roubar, quero sair daqui arrumar um emprego e trabalhar, ajudar a minha mãe.

No entanto, MA afirmou que AD roubava a sua própria casa e os frequentes furtos interferiam muito na vida familiar:

[...] aquela maldição da droga, tem que fazer alguma coisa para comprar, se ele não roubava lá na cidade, ele dava um jeito de roubar de mim aqui, eu tinha uma mesa de vidro, ele roubou a minha mesa e vendeu, criatura! E ele aparecia depois de dois, três dias e dizia, 'não, eu roubei e vendi'. Muitas vezes eu saía de tarde e levava minha televisão e meu som aqui na avó, porque ele pegava mesmo, ele dava um jeito de pular a janela, porque aqui tinha grade e daí a grade, uma vez roubaram aqui e daí arrebentaram a grade, tem só ali e daí lá nos outros quartos não tem. Então, as janelas são bem facilzinhas de abrir, então o AD abria entrava e levava, levava roupa, levava calçado, levava bujão de gás, levava torradeira, liquidificador, tudo. O que ele podia levar ele levava. Ele não parava para dizer 'não esse aqui eu não vou levar. As roupas desse pequeno aqui ó'. Teve uma época que ele levou tudo. Levou jaqueta, levou calça, levou calção, levou tênis novo.

Segundo MA, AD fez a seguinte avaliação quando fez 18 anos:

[...] ele esteve aqui acho que era uma quarta-feira de tarde, ele falou assim: 'mãe, eu vou mudar, eu já fiz 18 anos, eu vou batalhar um serviço para mim, não quero mais saber, chega. Não tenho nada, tanta coisa que eu já roubei, olha podia até comprar uma moto de tanto dinheiro que peguei, chega, estou cansado, não tenho uma roupa para vestir, nada'. Eu disse: 'é está na hora de mudar'. Ele pegou e saiu: 'tchau, mãe'.

Segundo AD, deixar de roubar requer um grande esforço pessoal e a fabricação de uma nova *rede* de relações que envolva outros *actantes*:

[...] A mesma coisa quando você está roubando, dizer não vou mais roubar e não vou, botar na cabeça e não tem, não vou mais roubar e não vou mais roubar. Arrumar um emprego, arrumar uma mulher e quem sabe ter um filho, uma casa e

parar de aprontar de uma vez. Só que tem umas cabeças que não pensam assim, tem umas cabeças que pensam na balada aí, né? Mas vai acabar pegando presídio, penitenciária. (Actante AD).

6.11.7 - O percurso de AD por estabelecimentos para adolescentes em situação de rua e drogadição e adolescentes em conflito com a lei

6.11.7.1 – Conselho Tutelar (CT)

AD começou a sua trajetória de passagem por estabelecimentos voltados aos adolescentes, com 12 anos de idade e sua entrada se deu através do CT, onde sua história passou a ser *inscrita* em documentos, que *traduziram* a sua vinculação com o estabelecimento. Os registros dos atendimentos são breves e referem-se a furtos cometidos pelo adolescente e encaminhamentos feitos pelo CT, como “encaminhamento aos pais ou responsável mediante termo de responsabilidade” e acompanhamento de AD à delegacia para depoimento. A conselheira tutelar entrevistada não tinha informações para complementar os registros disponibilizados para consulta.

Para a Actante MA, mãe de AD, a função do CT é representar os pais em sua ausência nas situações que envolvam a justiça:

Porque daí é assim, o CT... Uma comparação assim: se a pessoa que é responsável não vai, daí o conselho toma a providência, daí vai uma tia do conselho e daí ou ela leva para o CIP¹⁵¹ ou ela traz para casa, coisa assim. Se a pessoa não vai. E muitas vezes quando vai o pai, ou a mãe, o responsável pela criança, mesmo assim elas ficam sabendo que foi para o CIP.

MA relata conhecer os conselheiros: “eu tenho amizade com eles. Eu conheço todos eles do conselho. Só que eles também não podem fazer muita coisa porque se o juiz determina é o que o juiz determinar e pronto”.

No entanto, as impressões de AD sobre o CT são negativas e seu relato traduz a sensação de desamparo vivida na sua vinculação (ou ausência) com o órgão:

AD: Conselho Tutelar? Não tenho vínculo com o Conselho porque eu não gosto do Conselho. Para mim, é a mesma coisa que nada. Não tomam providência de nada. Se tomassem providência, eles não iam deixar acontecer o que os PMs fizeram para nós, eles pegaram todos nós um dia de noite ali, fizeram um arrastão na avenida, na cidade inteira de Chapecó, e o que eles pegaram de menor engraxate, eles levaram lá perto da ponte do Goio-Ên¹⁵², deixaram todos a pé, no escuro, ainda, com fome, com frio, abandonados lá embaixo e *saltaram fora*. Fora o dinheiro que pegavam de nós. Uma vez eu lembro que nós tivemos que dar todo o nosso dinheiro que nós tínhamos engraxado para comprar pão e leite para dentro de casa e eles fizeram isso com nós.

I: Você acha que o Conselho Tutelar poderia ter protegido vocês?

¹⁵¹ Centro de Internamento Provisório.

¹⁵² Essa ponte localiza-se a uma distância de aproximadamente 10 km do centro da cidade.

AD: Poderia ter ajudado bastante, só que no momento deixou a desejar. Para mim não vale a pena nem comentar sobre o Conselho Tutelar.

Em Chapecó, o CT foi criado, em 1993, pela Lei Municipal número 3.528/93, revogada pela Lei número 3.918 de 22 de outubro de 1998, com base no Estatuto da Criança e do Adolescente que o define como “[...] órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta lei” (ECA, 1998, p. 30). O CT é composto por cinco membros, escolhidos através de eleição, com mandato de três anos, com remuneração, sendo permitida uma recondução. A Lei Municipal estabelece que os candidatos a conselheiros devam residir no município por no mínimo um ano, terem formação em nível superior e experiência comprovada no trabalho com crianças e adolescentes.

Os casos atendidos pelo CT de Chapecó:

[...] chegam de diferentes formas: a família procura, são feitas denúncias, principalmente de maus tratos e abuso sexual; os pais procuram o Conselho alegando não ter mais controle sobre os filhos porque estes não lhes obedecem; os estabelecimentos de ensino que solicitam intervenção do CT quando o aluno é ‘indisciplinado’, o comércio pede providências para que o CT retire crianças que pedem em frente a suas lojas; as autoridades policiais que solicitam a presença do Conselheiro para ‘receber’ adolescentes autores de ato infracional. (GOULART, 2003, p. 44).

Apesar de o Conselho Tutelar ter sido criado para a proteção de crianças e adolescentes, estudos como Bonamigo (1998) e Goulart (2003) apontam que o mesmo acaba assumindo a função de vigilância e controle dos mesmos, sendo o primeiro local procurado diante de situações de indisciplina, “incômodo” ou infração envolvendo crianças e adolescentes: “O CT, em princípio, não deveria ser o primeiro local a ser procurado, ele não é pronto-socorro, senão da cobrança da responsabilidade dos devedores pelo atendimento do direito” (GOULART, 2003, p. 53).

6.11.7.2 - Centro de Internamento provisório (CIP)

O CIP é um estabelecimento destinado a adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, de ambos os sexos, autores de ato infracional, sendo decretado pelo Poder Judiciário o internamento provisório de até 45 dias. O CIP situado em Chapecó iniciou as suas atividades no ano de 1994 e abrange em seu atendimento os 30 municípios da AMOSC (Associação de Municípios do Oeste de Santa Catarina). Segundo o artigo 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente, “a internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento”

(ECA, 1998). Esta medida pode ser aplicada nas seguintes situações, conforme artigo 122 do ECA (Ibidem):

- I – tratar-se de ato infracional cometido diante grave ameaça ou violência à pessoa;
- II – por reiteração no cometimento de outras infrações graves;
- III – por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Até abril de 2005, a administração do CIP era realizada pela Prefeitura Municipal de Chapecó, em convênio com a Secretaria de Justiça e Cidadania do Estado de Santa Catarina. A partir de então (01/04/2005), a administração foi terceirizada através de um convênio do Estado, com a Casa de Recuperação Nova Vida Renascer, organização que trata de dependentes químicos.

Com base nos registros do CIP, a passagem de AD no estabelecimento, quanto aos períodos de internação e encaminhamentos na sua saída do estabelecimento, pode ser visualizada na tabela abaixo:

Período do internamento	Tempo da internação	Idade do adolescente	Motivo do internamento	Encaminhamento
Novembro de 2001	3 dias	13 anos	Não registrado	Casa da Acolhida
Agosto de 2002	14 dias	14 anos	Execução de medida	PSC ¹⁵³ e LAC ¹⁵⁴
Maio de 2003	30 dias	15 anos	Apuração de ato infracional	Programa Reviver
Dezembro de 2003	1 dia	15 anos	Não compareceu à audiência de apresentação à autoridade judicial	Não registrado
Março a maio de 2004	2 meses e 8 dias	16 anos	Flagrante de furto	CER ¹⁵⁵
Maio de 2005	14 dias	17 anos	Não compareceu à audiência de apresentação à autoridade judicial e descumprimento do PSC	Internação à clínica de dependência química.

Tabela 11 – Internação de AD no Centro de Internamento Provisório (CIP)

Conforme entrevista com AD e sua mãe, com relação aos encaminhamentos na saída do CIP, exceto a internação no CER, os outros não foram cumpridos.

Quanto ao seu comportamento durante o período de internamento, há apenas uma referência ao período de junho de 2003, onde foi registrada a “indisciplina do adolescente”, o qual “fumou maconha que levou na bainha da calça dobrada”.

AD caracterizou a impressão que tem do CIP da seguinte forma:

¹⁵³ Prestação de Serviço à Comunidade.

¹⁵⁴ Liberdade Assistida Comunitária.

¹⁵⁵ Centro de Educação Regional.

AD: Outro lugarzinho do inferno. Um lugar como aquele lá é pior que aqui na cadeia. Você não pode fumar sequer um cigarro. É pequeno demais e sinceramente é muita agonia que bate na gente. Muita agonia. Eu fiquei 2 meses lá dentro. Mas agüentei, suportei, passei as dificuldades que tinha que passar. Havia brigas demais, muita traição, as pessoas que tem inimizade com você que entram lá dentro, que não gostam da tua cara, conversam com as outras pessoas, se reúnem lá fazem os bolinhos e vem para o lado da gente, igual fizeram em mim, pularam em mim 4, 5, sem dever nada.

I: Outros adolescentes?

AD: É, outros adolescentes. Mas, fiquei quieto, né? Não briguei com eles, expliquei a verdade para eles, eles pararam, analisaram o fato e simplesmente pediram desculpas para mim. Eu falei: desculpa por quê? Vocês bateram na cara de um homem, não bateram na cara de um jaguara¹⁵⁶. Se eu fosse um jaguara vocês nem estariam aqui, estariam todos no quarto, de castigo. Eu ia *dedar* vocês lá na frente, mas eu sou um cara que tem caráter, morreu ali o assunto. Eles me respeitavam e eu respeitava eles, sempre eu no meu canto e eles no deles. (Actante AD).

6.11.7.3 - Centro de Educação Regional (CER)

O CER de Chapecó iniciou as atividades em março de 1997, está situado numa área de 20 hectares e tem por finalidade “atender, por determinação judicial, em regime de internação, adolescentes do sexo masculino autores de Ato Infracional de acordo com o artigo 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente, tendo como principal objetivo o resgate da cidadania” (CER, 2005, p. 1). A organização é subordinada à Diretoria de Proteção à Criança e ao Adolescente da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania de Santa Catarina e tem capacidade para atender 26 adolescentes, com idade de 12 a 18 anos, com excepcionalidade até 21 anos. As vagas são distribuídas entre as comarcas da região Oeste, extremo Oeste e meio Oeste.

O CER é administrado por uma gerente com o auxílio de uma equipe de profissionais constituída por “assistente social, psicóloga, pedagoga, auxiliar de enfermagem, auxiliar de administração, educadores sociais, instrutores, professores, técnico agrícola, médico, clínico geral, dentista, advogado, vigias, cozinheiras e motorista” (CER, 2005, p. 1). As atividades desenvolvidas compreendem: escolarização, oficinas educativas, atividades ocupacionais, recreativas, desportivas, de saúde e profissionalizantes, além de atendimento social e psicológico. O índice de reincidência dos adolescentes do CER, segundo pesquisa realizada pelo estabelecimento, é de 20%.

AD ficou internado no CER no período de maio a dezembro de 2005, quando tinha 17 anos, durante o qual não fugiu nem uma vez, apesar de ser um local aberto que possibilita evasões.

[...] eu acho que esse é um dado importante, porque eles têm muita dificuldade, aqui é muito aberto, eles terminam o período de adaptação, aqui dentro, na parte interna e então eles saem para as atividades e as atividades, algumas são realizadas

¹⁵⁶ Pessoa de mau caráter.

lá embaixo, no prédio lá de baixo e outras são externas mesmo, na parte de técnicas agrícolas. Então, tem adolescentes que não conseguem, você vê que é tudo cerca, então é muito fácil para eles pularem a cerca e fugir. Então eles têm uma dificuldade também nesse sentido, bate às vezes a... A maioria deles é usuário de drogas também. Então eles estão em fase de abstinência e eles não agüentam e acabam se evadindo e o AD não tem nem uma evasão, então ele ficou realmente esses 7 meses aqui no CER privado de liberdade mesmo. (Actante PA).

AD foi internado por causa de furtos cometidos, sendo encaminhado a partir da saída do CIP, onde havia permanecido durante 2 meses, após sentença judicial.

O menor registra diversos antecedentes infracionais, conforme certificado nos autos (fls. XX/XX), nos quais sofreu internação, Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida. Certamente que tais medidas, não obstante algumas não terem sido objeto de execução, não provocaram o efeito psicológico de inculcar no adolescente regras mínimas de convivência em sociedade, tanto que a reiteração de atos infracionais é evidente. Desta forma, reputo suficiente para os objetivos da própria Lei 8069/90, a aplicação da medida de internação pelo prazo de 3 anos, com reavaliação periódica a cada 6 meses. (VARA DA FAMÍLIA, ÓRFÃOS, INFÂNCIA E JUVENTUDE, abril de 2004).

O Poder Judiciário aponta que a internação e as medidas sócioeducativas aplicadas não levaram AD a cessar os atos infracionais. Pode-se questionar aqui sobre possíveis efeitos inesperados, como a possibilidade de terem contribuído para a manutenção ou fortalecimento do ato de furtar/roubar (e suas conexões) através da circulação de informação entre os adolescentes das *redes* que possibilitam essas práticas.

Segundo PA, durante entrevista com AD, no início de sua internação, o mesmo referiu-se ao ato infracional da seguinte forma:

Bom, quando eu pergunto sobre a questão do ato infracional: veio do CIP, o que aconteceu para ser internado? Furtos. Aí eu pergunto sempre: o que sente sobre o que fez, sobre o ato infracional. 'Roubava para ir fumar tudo em crack', foi a resposta que ele me deu. (Actante PA).

PA percebeu AD, nesse primeiro momento, como um adolescente "educado, se manteve de cabeça baixa a maior parte do tempo, o porte físico dele aparentava menos de 16 anos, limitação intelectual por abandono de estudos, não sabe a sua data de nascimento e verbalizou pouco".

Durante a internação, AD recebeu algumas medidas disciplinares:

AD: Medida é deixar de castigo.

I: Que tipo de castigo?

AD: Ficar trancado o dia inteiro no quarto, só ganhar café de manhã, bandeco¹⁵⁷ de meio dia e janta de noite.

I: Quanto tempo?

AD: Conforme a medida que eles derem, se eles derem 5 dias tu fica 5 dias, se derem 10, 15, 20 dias, tu vai ficando, se eles te derem 30 dias, tu fica 30 dias no quarto, depois de 30 dias tu sai de volta.

¹⁵⁷ Refere-se à bandeja com o almoço.

Segundo PA, uma das situações em que AD recebeu medida disciplinar foi porque

[...] ele estava com um ferro, que outro adolescente usou para fugir, então ele aqui dentro se envolveu em algumas situações assim mais pesadas. Relata que apanhou dos outros adolescentes, porque entregou o ferro, então ele que passou o ferro para o outro guri para fazer a rendição, para poder fugir e daí os demais se revoltaram com ele, porque ele não poderia ter feito isso. Então, eles meio que cobraram isso dele. Mostra-se arrependido e demonstra não pensar muito antes de agir, no entanto, ouve com a atenção e interesse às orientações.

Outras quatro situações, registradas no CER, que envolveram medidas disciplinares foram: ligar a TV sem autorização, brigar com outro adolescente na parte externa por motivo não muito claro, fumar no quarto e:

[...] foi flagrado com 3 comprimidos para dormir que ele pegou, roubou. Ele entrou na sala da monitoria, no descuido dos monitores e tirou. Alega que tomou apenas um para dormir, os outros dois deu para outro adolescente, pois já havia pedido para os monitores e eles não lhes atenderam. É que não dá para medicar, eles não são medicados sem prescrição médica, sem pelo menos passar por uma avaliação médica da instituição ou da técnica de enfermagem, que está aqui todos os dias. Novamente foi falado sobre a importância de ele pedir ajuda antes de tomar atitudes que possam prejudicá-lo.

AD considera que as medidas eram prescritas em excesso: “qualquer coisinha estavam dando um dia de medida”. AD relata algumas dificuldades no relacionamento com alguns adolescentes: “muita *treta* lá embaixo, né dona? Os piás *embaçam*¹⁵⁸ demais pra cima, querem ser maior que o cara, na verdade é o mesmo artigo, a mesma anarquia que faz”. Segundo PA, no grupo de adolescentes internados no CER se estabelece uma competição com relação ao crime praticado:

Ah, quem é furto não tem tanta importância, agora quando é um homicídio, quando é um latrocínio, um assalto à mão armada, isso tudo dá status, dá status para eles e dá essa liderança também do grupo, infelizmente. E AD, nesse sentido, realmente, assim, procede a fala dele, porque ele era assim muito infantil, [...] de certa forma inocente nessas questões. Então realmente ele, pelas características dele com certeza, tinha outros que estavam se sobressaindo. Eu não lembro quem estava na época, aqui com ele, que estava cumprindo com ele. Mas isso acontece sim, infelizmente.

PA aponta, ainda, a institucionalização de uma hierarquia entre os mais antigos e os mais novos e rejeição e punição a certos tipos de crimes:

Então, assim a mentalidade é como se eles tentassem reproduzir o sistema carcerário, mesmo, aqui dentro. Então, eles não se referem a medida sócio-educativa de internação, eles dizem a minha ‘condena’. Eles usam esses termos, por mais que a gente redefina nos atendimentos, cada vez, mas eles têm isso parece que já bem introjetado. [...] os mais antigos se sentem no direito de terem mais direitos, ou mais regalias. Por exemplo, se a gente não observar e não cuidar, na hora que eles estão no refeitório, na fila para se servir, então eles se organizam como se os mais velhos tivessem o direito de ir antes. Os que estão chegando agora são os

¹⁵⁸ Criam problemas.

últimos a se servirem e a gente, claro, vai trabalhando isso para que isso não se instale definitivamente. Outra coisa que eles têm muito é a discriminação pela questão do ato infracional, então eles não perdoam o estupro ou violência sexual, ou abuso sexual em criança, eles não aceitam, a gente tem que tomar muito cuidado quando chega um adolescente com ato infracional com essas características, que essa informação não vaze, porque se vazar é complicadíssimo. [...] Eles ficam ameaçando, eles passam no quarto, onde eles podem dar cutucãozinho, ficam dizendo que vão matar, ficam dizendo que vão bater e se eles têm oportunidade, eles chegam mesmo às vias de fato, assim de bater, dar tapa, dar pontapé, eles fazem isso mesmo e se o adolescente, no caso, vítima dessa situação, se coloca numa posição de medo, de receio, aí que eles tomam conta mesmo. [...] infelizmente eles têm essa cultura e é muito difícil de trabalhar isso. Quando a gente entra nesse assunto, eles não abrem de maneira nenhuma, eles se posicionam de forma taxativa. (Actante PA).

Com relação às oficinas frequentadas, AD relata: “eu sai com dois diplomas de lá, com diploma de artesanato e outro de padeiro”. No entanto, afirma não os ter utilizado para procurar trabalho, quando saiu do CER: “[...] seria bom se eu pegasse isso daí, arrumasse os documentos e fosse atrás de um emprego”. Segundo PA:

Ele fez a oficina de panificação, onde ele recebeu o certificado, então ele precisou de orientação quanto a higiene, cortar os cabelos. Ele teve problemas no início, queria mudar de atividade, mas depois trabalhou bem com constantes elogios da professora, parecia alegre e feliz.

Quanto à oficina de artesanato os registros indicaram que gostava da oficina, tinha bom desempenho e participação sendo elogiado pela instrutora.

Durante o tempo de internamento AD participou também das atividades de escolarização, frequentando aulas de nivelamento, em uma unidade do Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA), no interior do CER.

No final do seu internamento, segundo o CER:

O adolescente demonstra, neste momento, uma maior compreensão de sua vida. Parece estar mais envolvido na busca de solução para os seus problemas. Pode beneficiar-se de atendimento psicológico individual. Necessita de apoio e sua família também para superar conflitos emocionais.

Para AD, no início foi ruim ter ficado internado no CER, “mas as coisas foram se arrumando, né dona? De repente tava tudo pela ordem. Só que mesmo assim tinha os que *embaçavam*”.

6.11.7.4 - Programa de Liberdade Assistida Comunitária (LAC)

Segundo Prefeitura Municipal de Chapecó (2003, p. 08), o LAC “é uma medida determinada judicialmente, onde o adolescente é acompanhado por um orientador comunitário residente em uma determinada Regional de Assistência Social”. O objetivo do programa é

inserir o adolescente socialmente, na escola e na família para que não reincida no ato infracional e incluí-lo em cursos profissionalizantes.

A liberdade assistida está prevista no artigo 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA):

Art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

Parágrafo 1º. A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

Parágrafo 2º. A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de 6 (seis) meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvido o orientador, o Ministério público e o defensor. (ECA, 1998, p. 26).

O Programa de Liberdade Assistida foi implantado em Chapecó no início de 1990, sob a coordenação do Poder Judiciário, com a contribuição do governo municipal. Em janeiro de 1998, a Prefeitura Municipal de Chapecó (Departamento de Assistência Social), passa a coordenar o programa, através de convênio estabelecido com o governo do Estado (Secretaria da Justiça e Cidadania). A partir de dezembro de 2004 a administração do LAC foi terceirizada pelo estado para a Pastoral do Menor (PaMen), que já vinha desenvolvendo este trabalho em outras cidades do país:

A PaMen preocupada com o trabalho voltado aos adolescentes em conflito com a lei, firmou em 2002 um convênio com o Ministério da Justiça para a execução do Programa LAC para 12 unidades no país. Após avaliação da eficácia do trabalho devido a redução da reincidência dos adolescentes envolvidos em atos infracionais e do trabalho de conscientização, envolvimento da comunidade, este convênio foi renovado com ampliação de mais 13 unidades, sendo uma destas em Chapecó. (MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ / PASTORAL DO MENOR, 2004, p. 3).

Em novembro de 2006 o LAC voltou a ser administrado pelo Governo Municipal através do Centro de Referência Especializado em Assistência Social (CREAS), que segundo Actante AS:

[...] faz parte de um novo sistema, Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Então, o que hoje nós estamos implantando no município de Chapecó, a exemplo do que está sendo feito em todo o país, porque é uma deliberação da Quarta Conferência Nacional de Assistência Social. A partir dessa conferência, se optou [o governo federal] em criar o Sistema Único de Assistência Social. Esse sistema ele divide os serviços em alta, média e baixa complexidade. Os serviços de baixa complexidade, são os serviços que fazem o atendimento as necessidades básicas dos usuários, da população compondo os CRAS. Os CREAS, os Centros de Referência Especializados de Assistência Social, eles fazem parte da média complexidade e aí eles já atendem um público diferenciado. [...] O CREAS já vai fazer um trabalho mais especializado, vai trabalhar com um público bem definido. No caso de Chapecó vai atender crianças em situação de rua, crianças vítimas de violências e exploração sexual e adolescentes em conflito com a lei. Então esse é o público a ser atendido pelo CREAS. (Actante AS).

AD chegou ao LAC em dezembro de 2004, após a sua saída do CER, para dar continuidade ao seu «processo sócioeducativo», apresentando os seguintes ofícios:

Dr. Juiz de Direito da Vara de Família, Infância e Juventude da Comarca de Chapecó.

M.M. Juiz

O CER, Centro Educacional Regional da cidade de Chapecó em custódia de adolescente AD vem respeitosamente à presença de vossa excelência informar a situação em que se encontra o adolescente acima mencionado através de estudo social e avaliação pedagógica e psicológica, os quais seguem anexo.

Diante do exposto e com base no estudo de caso, no momento, sugerimos a manutenção da medida para dar continuidade ao processo sócioeducativo do adolescente.

Atenciosamente,

Gerente do Centro Educacional Regional de Chapecó.

Ação e execução de medida sócioeducativa.

Educando: AD

Prezado Senhor Coordenador

[...] vim solicitar a Vossa Senhoria a inclusão do adolescente AD filho de PA e MA, residente à rua XX, bairro São Pedro, Chapecó, SC, no programa Liberdade Assistida, pelo período de 6 meses.

Atenciosamente

(Escrivã designada)

Ofício endereçado para o Programa Liberdade Assistida Comunitária, Rua Y, Pastoral do Menor, São Pedro, Chapecó.

Nos registros do LAC foram *inscritas* as seguintes informações sobre os contatos com

AD:

Dezembro de 2004 - AD compareceu ao programa para iniciar o cumprimento da medida sócioeducativa de Liberdade Assistida Comunitária. Nesse mesmo dia participou com a sua mãe da entrevista de avaliação inicial, onde estiveram presentes a assistente social e a psicóloga.

Janeiro de 2005 - A mãe compareceu ao programa informando que o adolescente voltou a se envolver com drogas, está furtando roupas de casa para vender e adquirir dinheiro para o consumo. MA ressalta que gostaria que AD fosse internado novamente no CER. Discutimos sobre o assunto e orientamos à mãe sobre a possibilidade de encaminharmos AD para um tratamento. Levou um comunicado para o adolescente comparecer no programa.

Comunicado do LAC a AD

AD, solicitamos a sua presença no Programa de Liberdade Assistida Comunitária, no dia XX/XX/05, quarta-feira, às 8 horas para tratarmos de assunto do seu interesse. Caso não comparecer ocasionará o descumprimento da medida sócioeducativa da Liberdade Assistida Comunitária e as consequências serão graves.

Fevereiro de 2005 - Durante as visitas domiciliares, antes de chegarmos à casa de AD, encontramos ele na rua, promovemos um diálogo orientando quanto as faltas freqüentes nas atividades, a importância de continuar participando das atividades e sobre a reunião do dia XX/XX/05 com famílias e adolescentes.

Fevereiro de 2005 - AD e sua mãe não justificaram a sua ausência na reunião com os pais.

Abril de 2005 - Em contato por telefone com o CER, informaram que AD estudou no local no período que permaneceu internado. Precisa solicitar a documentação no CEJA (Centro de Educação de Jovens e Adultos) para encaminhar a matrícula em outra escola. AD foi informado sobre o procedimento quando o encontrei na rua. Observação: não demonstrou interesse. (Registros sobre AD pelo LAC).

AD assim descreve o seu contato com o LAC: “Fui um dia lá, gostei, só que infelizmente a droga fala mais alto que a pessoa”.

6.11.7.5 - Casa da Acolhida

A Casa da Acolhida, segundo a Prefeitura Municipal de Chapecó (2003, p. 6), “é um espaço de acolhimento com atendimento psicológico, social e pedagógico às crianças e adolescentes em trajetória de rua e drogadição”. Segundo o Actante GA, ela funcionava da seguinte maneira:

Então o que a gente fazia? Recebia o adolescente, era feito uma triagem e se necessário, se não tivesse como ter o retorno para a família num primeiro momento, ela permanecia na casa abrigada durante algum tempo. E nesse tempo, então tinha um acompanhamento psicológico, social, era realizado a visita na família e a família era convidada para participar das atividades na Casa da Acolhida. Nós tínhamos grupo de mães, de pais, com a psicóloga e assistente social. Nós fazíamos grupos para eles entenderem a dinâmica e até para eles poderem acompanhar esse tempo que a criança e adolescente permanecia lá.

Na Casa da Acolhida, os adolescentes recebiam cuidados de profissionais e de um casal que desempenhava o papel de pais:

Então, na casa eles recebiam todos os cuidados, tinha um casal na casa que fazia um papel assim, digamos, de pais, de cuidadores desses adolescentes, davam, assim, a noção de higiene, acompanhamento para a escola, era essa a intenção da casa. Então ali eles tinham os quartos, a gente abrigava até dez adolescentes e eles eram encaminhados para a escola, para os programas sócioeducativos e todo o acompanhamento necessário, médico, dentista, então era realizado pelos profissionais da casa durante a semana e no final de semana pelo casal cuidador que permanecia direto na casa e esses adolescentes também eles permaneciam lá todo o tempo. Era a casa deles. (Actante GA).

O processo de acolhimento e convívio com os adolescentes levou os profissionais a instituírem algumas regras em conjunto com os adolescentes:

A casa começou mais nesse acolhimento para tirar da rua, tirava da rua levava para lá, oferecia algumas coisas lá. Depois, com o passar do tempo a gente foi colocando algumas regras porque viu também que não era possível daquele jeito sem muito limite, eles chegavam, saíam, voltavam. Então junto com eles a gente criou assembleias, onde a gente discutia com eles e fomos criando algumas regrinhas, algumas normas de permanência, de saída, horários de chegada, o que podia e não podia acontecer na casa, para que eles ter esse limite, senão era muito difícil a convivência entre eles mesmos, o que um pode o que outro não pode, o que um fazia o que o outro deixava de fazer, então às vezes dava até brigas lá dentro, então a gente optou por esse regimento interno discutido com eles nas assembleias. (Actante GA).

Segundo AD as passagens pela Casa da Acolhida não tiveram bons efeitos para ele por que, apesar das regras, a droga entrava no estabelecimento:

A Casa da Acolhida para mim não me convém, não me convém a Casa da Acolhida porque é um lugar que se é para parar e pensar, na verdade não tem nem chance,

perto de algumas outras casas. Porque ali, sinceramente, era maconha, era pedra, era cola, era tudo envolvido dentro daquela casa lá. Para querer parar um pouco de usar droga, vai ficar dentro de uma casa daquela? Pelo amor de Deus. Não tem cabimento.

Segundo GA, a trajetória de AD na Casa da Acolhida caracterizou-se pelas entradas e saídas frequentes do estabelecimento:

O AD era um dos adolescentes que ia e vinha muito, eu lembro um fato muito interessante, estava o AD e NA, irmão dele, na Casa da Acolhida e a gente estava tentando muito que eles permanecessem na casa, o AD tinha vontade de estudar, o AD estava com vontade de sair daquilo e teve uma turma que um dia resolveu sair da casa e o AD ia até a rua e voltava, ia de novo, voltava e ele estava muito indeciso quanto a ir para a rua ou não e infelizmente ele acabou indo para a rua e acabou se afastando da casa. Então foi um episódio dele que me marcou bastante. Aquela indecisão. E ele mesmo colocava isso, o quanto ele lutava com ele mesmo para ficar e acabava saindo.

Ainda, GA descreveu AD como um adolescente calmo e de fácil manejo:

Era um dos meninos mais calmos, era um menino de fácil manejo, como a gente tinha, assim, muitos violentos, o AD não era difícil. Claro que tinha alguns momentos que ele se exaltava, mas não era a rotina, o diário dele. E ele era um dos adolescentes que ia e vinha bastante. Estava sempre nesse trajeto.

A Casa de Acolhida fechou em 2005, porque segundo AD:

AD: [...] os piás levavam cola de sapateiro para cheirar lá, levavam maconha, etc. A polícia andou entrando lá e andou pegando litro de cola, maconha, andou levando uns para o CIP. Daí resolveram fechar, os vizinhos também fizeram um abaixo-assinado e mandaram tirar.

I: e o que você acha disso?

AD: Acho que foi melhor. Porque não adianta, se levam lá para o cara ficar numa boa, tomar banho, curtir uma tela, comer, porque estar levando droga lá para dentro? Tem a rua. Tem os lugares abandonados. O que custa entrar em um prédio abandonado e usar a droga. Porque levar para um lugar que estão dando uma mão, estão estendendo a mão, em um lugar em que te pegam roubando, em vez de te levarem para casa pra a tua mãe te dar uma tunda de laço, te dar um sermão, te levam lá mandam você tomar um banho, te arrumam um prato de comida, te botam você assistir uma televisão. Por que levar droga para dentro?

No momento da entrevista, GA não sabia sobre o abaixo-assinado, mas considera que possa ter acontecido, pois a Casa da Acolhida situava-se em uma zona nobre e havia reclamações dos vizinhos:

Não sei. Talvez pela vizinhança, quem sabe. Então, a Casa da Acolhida era situada em zona nobre, no bairro Maria Goreti, com casas, assim muito boas próximas, então é claro que tinha todo um transtorno, existia reclamações de vizinhos, por causa da baderna que eles faziam com alvoroço, com a polícia muitas vezes vindo, a polícia trazia, o Conselho Tutelar trazia, ou as vezes nos finais de semana quando dava briga, o casal precisava da interferência da polícia, né, como eu te falei, adolescentes que chegavam sob o efeito de alguma substância entorpecente, então se tornavam mais violentos então precisava a polícia e isso com certeza foi incomodando os vizinhos. Era situada bem ali próximo ao CEJA. Eu não sei de abaixo-assinado, mas pode ter acontecido, porque os vizinhos realmente reclamavam que era muito... Perturbava muito a rua, tirava a estética do bairro, então pode ter acontecido realmente.

6.11.7.6 - Prestação de Serviço à Comunidade (PSC)

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (1998, p. 25-26), o PSC é uma medida sócioeducativa, que “consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente há 6 meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários e governamentais”. As tarefas devem ser “atribuídas, conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de 8 horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a freqüência à escola ou à jornada normal de trabalho” (ECA, 1998, p. 26).

A medida PSC foi aplicada diversas vezes a AD, no entanto ele não as cumpriu: “nunca cumpri, vinha os papéis para eu comparecer, eu ia um dia e não ia mais, nunca paguei PSC, porque eu não parava nos lugares, batia a vontade de usar droga eu saía, não voltava” (Actante AD).

Em Santa Catarina, a aplicação do PSC é orientada e financiada pelo Estado, através da Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania, a qual dispõe sobre esta medida em projeto específico que prevê a descentralização das políticas de atendimento ao adolescente autor de ato infracional, integrando-se operacionalmente ao Ministério Público, ao Poder Judiciário e aos municípios. Portanto, o município de Chapecó é responsável pelos subsídios técnicos e recursos operacionais para aplicação do PSC e pelo financiamento de parte dos recursos necessários à aplicação. A medida é definida pelo Poder Judiciário que estabelece o período e a quantidade de horas e o adolescente é encaminhado ao Programa de PSC da Prefeitura Municipal, sendo que este se responsabiliza pela viabilização da mesma junto a um dos estabelecimentos conveniados, selecionado a partir do critério de proximidade da residência do adolescente¹⁵⁹.

Pit (2003) estudou os efeitos da aplicação do PSC sobre os adolescentes em Chapecó e observou que

Apesar de as instituições, cujos orientadores foram entrevistados, desenvolverem atividades distintas, na maioria delas se prioriza trabalhos ao adolescente em cumprimento de PSC, que exigem esforço físico (trabalhos braçais), sendo que estes geralmente não são profissionalizantes e não se destaca o prazer na realização da atividade. (PIT, 2003, p. 61).

A autora analisou, ainda, a partir de entrevista com adolescentes, que o PSC é percebido por alguns “como uma atividade desprovida de prazer e sem nenhum objetivo além

¹⁵⁹ A partir de novembro de 2006 o PSC passou a fazer parte do CREAS, apresentado anteriormente.

da atividade em si”. Outros adolescentes afirmaram sentirem-se “explorados por ter que realizar um trabalho não remunerado” (*ibid.*, p. 61).

Pit conclui que mesmo com os avanços proporcionados pelo ECA, no que se refere a medida de PSC “muitos locais ainda mantêm o caráter de controle e disciplina social [...] onde se busca condutas socialmente aceitas para estes adolescentes, sem que lhes seja proporcionado reais possibilidades de inserção social” (PIT, 2003, p. 61).

6.11.7.7 – Considerações sobre os estabelecimentos e seus efeitos

A trajetória de AD possibilita visibilidade sobre a existência de estabelecimentos para crianças e adolescentes e para adolescentes em conflito com a lei. Os estabelecimentos baseiam-se no Estatuto da Criança e do Adolescente e têm por finalidade proteger a criança e o adolescente e aplicar medidas sócioeducativas, sem caráter punitivo, como forma de reinserção social através do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários¹⁶⁰.

No entanto, através do percurso de AD, percebe-se a produção de efeitos não previstos: sensação de desamparo, vigilância, punição, vivência de situações de conflito, competição e hierarquia entre adolescentes, dentre outros. Observam-se como recorrentes as atitudes de AD não permanecer na Casa da Acolhida, não cumprir as medidas de PSC e LAC e não comparecer à audiência com o juiz, o que gerou por duas vezes internação no CIP. A sua justificativa durante as entrevistas, era que isso acontecia devido a sua relação com a droga, que o deslocava para circular na *rede* que, como vimos anteriormente, conecta também os elementos: traficante, mercadoria roubada, rua, família, as polícias, empresas de segurança e também os estabelecimentos, que então passam a fazer parte dessa *rede*. É interessante observar que os estabelecimentos visavam incluir AD em uma outra *rede*, composta pelos *actantes*: escola, comunidade, família, local de cumprimento da medida (tarefas, oficinas, recreação, diploma profissionalizante, pessoas), atendimento psicológico, etc. No entanto, seus efeitos parecem ter fortalecido ainda mais a *rede* na qual AD circulava, pois a atitude de furto, de uso de droga, de estar na rua se manteve e se intensificou ao ponto de AD ser vinculado ao presídio, quando completou 18 anos, como veremos adiante.

Cabe aqui questionar se a não circulação de AD na *rede* prevista pelo Poder Judiciário foi um efeito a partir das conexões (ou não-conexões) que efetivamente foram possibilitadas ou foi um efeito inesperado, tratando-se de uma ação *recalcitrante* de AD ao processo

¹⁶⁰ É necessário considerar que a emergência do ECA é recente, assim como a instituição da doutrina da “proteção integral” que substituiu a de “situação irregular”, havendo ainda, segundo Volpi (1999, p. 48) “uma dicotomia entre a produção teórica sobre a criança e o adolescente e o atendimento dispensados aos mesmos”.

sócioeducativo determinado. Recalcitrar significa “resistir, desobedecendo; teimar; obstinar-se; desobedecer” (FERREIRA, 1986). Segundo Latour (2004a, p. 150),

Os autores se definem antes de tudo como obstáculos, escândalos, como aquilo que suspende a superioridade, que incomoda a dominação, que interrompe o fechamento e a composição do coletivo. Por falar de maneira popular, os atores humanos e não-humanos aparecem, então, como importunos. É pela noção de recalcitrância que convém, de modo especial, definir a sua ação.

É importante situar que “a recalcitrância acontece no terreno do vínculo, da relação. Só é possível ser recalcitrante em relação a alguma coisa, portanto ela acontece trazendo à tona a singularidade” (TSALLIS, 2005, p. 20).

Os relatos indicam a conjunção das duas possibilidades levantadas: os efeitos parecem ser resultantes tanto das conexões possibilitadas pelos estabelecimentos/práticas como da recalcitrância de AD.

6.11.8 - Polícias

Como vimos em algumas situações relatadas por AD, “a polícia” constitui diferentes *actantes* que agem em diferentes *redes*, produzindo uma diversidade de efeitos. Há uma polícia que agride e maltrata adolescentes: “Eles me pegaram como sempre, eles me agrediram bastante antes de me trazerem para cá. Eles sempre fazem isso, quando a polícia pega não sabe conversar, não sabe ter um vocabulário legal com a pessoa, sempre já chega agredindo, espancando” (Actante AD). Há uma polícia que insere os adolescentes autores de atos infracionais na *rede* de estabelecimentos instituídos especialmente para esse tipo de atendimento.

No cotidiano, as polícias mantinham contato freqüente com AD e sua família. MA relata um dos encontros que teve com a polícia:

[...] aqui em casa, aquele dia eles vieram olharam por tudo e viu que não tinha droga nenhuma, ainda eu falei assim, ‘geralmente um traficante tem uma casa boa e um carrão, onde é que está meu carro? Dê uma olhada na minha casa, a minha casa nem pronta não está ainda, tem a metade por fazer. Então geralmente, se eu vendesse droga eu teria pelo menos alguma coisa’. Daí o outro falou, ‘não, não, dá para ver que ela não tem nada dessas coisas. Eu trabalho nesse ramo há anos e sei muito bem, eu chego assim eu já vejo, sou que nem aqueles cachorros da polícia farejador, eu sei se tem ou se não tem. Mas é o nosso trabalho, ordem do juiz, a gente vai dizer que a senhora não tem nada disso que estão pensando’. E nunca tive mesmo, capaz! E quando o AD aparecia por aqui eu dizia: ‘olha se você tem alguma porcaria vá, sai de perto do pequeno, não tem fumar essas coisas aqui. Comprou isso aí, vá fumar lá, pra lá com a tua *catrefa*, porque você só se mistura com *catrefagem*, mesmo, fique para lá, não me venha aqui com essas coisas’.

6.11.9 – Outros adolescentes: o grupo

O grupo aparece em muitas narrativas como actante da *rede* de relações de AD, compondo com AD as ações de ficar na rua, usar droga, furtar. O grupo está presente também, como vimos, nas passagens de AD pelos estabelecimentos. AD define as suas relações de amizades do seguinte modo: “tenho amigos de tempos passados e tempos presentes, todos são legais e nenhum falta com respeito comigo e eu não falto com respeito com eles”.

No entanto as relações também são permeadas por conflitos (como as relações no interior dos estabelecimentos, vistas anteriormente) e decepções. Na primeira vez em que AD foi para o presídio, ele mostrou estar decepcionado com os amigos com quem convivia:

[...] o cara pensa que tem amigo, mas não tem. Quando o cara precisa do amigo, ele vira as costas, porque se o cara tivesse amigo de verdade, pelo menos ele vinha trazer um pão para o cara comer numa cadeia, mas não tem, dona. Amigo o cara só tem na hora que tem dinheiro, na hora que tem droga para usar, é só nessa hora que o cara tem amigo, depois que acabou o dinheiro, acabou a droga, eles viram as costas e podem te pular em dez em você, que eles viram as costas e ainda dão risada. Amigo de verdade é o que vem até você e diz para você ‘olha, amigo, vamos almoçar lá em casa, vamos jogar uma bola, pára de usar droga, fica aí com nós, vamos brincar’. Não é o amigo que vem oferecer bebida alcoólica, oferecer droga para você usar, que vê você numa briga e deixa você apanhando. O amigo de verdade ele vem e tira quatro, cinco de cima de você e pega você e te leva para casa.

6.11.10 - Empresas privadas de segurança

Como vimos, uma empresa privada de segurança foi um dos *actantes* do evento em estudo, que ao detectar o furto acionou a Polícia Militar.

Segundo Actante S, vinculado a uma empresa de segurança:

[...] é comum ter esses moleques no centro da cidade, conhecidíssimos, vão roubar em algum lugar, chama-se a polícia, a polícia leva às vezes, ou aborda e pede para ir para casa e em seguida eles mesmos acabam roubando, daí que inicia toda uma operação, o máximo que dá para fazer depois é recuperar o furto. Essas pessoas normalmente são menores, tem geralmente um maior junto, quando roubam uma empresa, por exemplo, dificilmente estão em menos do que três, sempre estão armados, no mínimo com uma chave de fenda pontuda e normalmente a prática é que eles envolvam o menor para distrair a atenção, o menor até fica próximo ao local para distrair e o de maior foge com o roubo. Mas o procedimento padrão é esse quando há um roubo, acionar os órgãos competentes.

Para AD, os dispositivos de segurança utilizados pelas empresas privadas de segurança para evitar o furto não impedem que o mesmo aconteça: “Eu acho que, para mim, câmera, alarme, hoje em dia, não adianta nada para o ladrão; grade, portão, se o ladrão quiser, não tem, dona. Quando você vê, ele está dentro da tua casa, roubando o teu som, a tua televisão, as tuas coisas de valor, não tem”.

6.12 - A maioria de AD e a sua passagem pelo Presídio Regional de Chapecó

Na ocasião da realização da primeira entrevista com AD e sua mãe, em julho de 2005, AD estava preso no Presídio Regional de Chapecó, com base no artigo 155 do Código Penal: “Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel” (JESUS, 2004).

Essa última vez que ele foi preso levaram para o presídio. Ele fez 18 anos esse mês. Disseram que eles estavam roubando roupas. Era bastante coisa, pois estavam em três. E foram os três. Os três estão presos lá embaixo. Naquele dia, a polícia avisou a gente, até quem atendeu foi meu rapaz, ele falou assim oh: "mãe, o AD caiu... Agora o AD não foi para o CIP, ele foi para a cadeia". (Actante MA).

Segundo o Actante RP, o Presídio Regional de Chapecó era a antiga Cadeia Pública. O terreno foi doado pela Prefeitura para a construção da Cadeia Pública e Casa do Menor em 1974, depois se transformou no Presídio Municipal e depois, ainda, no Presídio Regional. É um órgão do estado de Santa Catarina e mantido por ele. Possui 30 celas e 68 vagas para os detentos, porém atualmente¹⁶¹ está superlotado com 250 detentos. O presídio é destinado a receber pessoas acima de 18 anos, que cometeram alguma forma de infração prevista pelo Código Penal. “Presídio quer dizer estar preso, aguardando alguma decisão da justiça” (Actante RP). A pessoa aguarda o julgamento ou aguarda a audiência com o juiz ou o resultado quando recorre da sentença do juiz. Depois da sentença, o sentenciado é encaminhado para uma penitenciária. “Mas devido a superlotação em todo o país, tem muita gente que cumpre pena integral aqui” (Actante RP).

AD foi condenado a 2 anos de prisão, mas foi liberado após 6 meses de cumprimento da pena, não chegou a ir para a penitenciária. E quando saiu do presídio:

Daí, aquele dia eu fui para casa e no outro dia eu embarquei para Balneário Camboriú. Fui trabalhar lá, porque a minha irmã que se mudou de Chapecó para lá, estava querendo me dar uma ajuda boa. Fui trabalhar num Shopping, carteira assinada, ganhando 490 reais por mês. Só que quando Satanás quer a gente, não tem... Eu recebi o meu salário do mês e quando eu vim pela Avenida Atlântica, eu vindo lá um dia de noite, porque eu começava as três da tarde trabalhar e parava as onze da noite. E daí, eu vindo de noite, eu vi aquele fervo na beira da praia, um sábado, todo mundo fazendo festa e bagunçando na beira da praia e tinha uns caras usando droga e pensei vou ver quem tem ali e vou ver se eu pego uma e fui e peguei uma pedra e fui fumar. Mas, na verdade quando eu fui ver já era 6 horas da manhã e já não tinha mais nem o tênis no pé, tinha vendido até a roupa do corpo. Daí voltei para o apartamento da minha irmã e ela ficou louca comigo, chorou e tudo e falou para mim que ia dar mais uma chance, mas na verdade eu fui para lá e voltei pior ainda.

No primeiro mês AD ficou sem usar droga. Depois,

Fiquei mais um mês trabalhando lá e a minha irmã se cansou de mim porque eu errei de novo e ela me mandou vir para Chapecó de novo. E choraram um monte na despedida, foi triste, mas eu tive que agüentar porque quem errou fui eu. Porque se

¹⁶¹ Novembro de 2006.

a gente quer alcançar um objetivo tem que se agarrar no objetivo com força e garra e não deixar escapar. E foi o que aconteceu, eu vim parar na cadeia de novo, estou aí de novo.

Quando voltei a manter contato com AD, para complementar informações (novembro de 2006) ele estava no presídio, novamente por furto. AD relatou sobre a sua volta para Chapecó:

Ah, foi pior ainda, aqui eu conheço tudo, eu sei tudo onde são os pontos do tráfico aqui em Chapecó. [...] Cheguei aqui e comecei a furtrar e a usar droga e daí deu no que deu e vim parar até na cadeia, atrás das grades.

A existência de uma *rede* que *faz-fazer*, mencionada anteriormente, torna-se aqui mais clara. São os vínculos que possibilitam a circulação pela *rede*. E o presídio tornou-se também *actante* da rede (a partir de julho de 2005), ao permitir a criação e ampliação de vínculos: “o cara entra na cadeia e descobre qual é o empresário que compra o pequeno furto, quem é o grande praticante que o tornará uma *mula*, quem é que te explora no tipo de coisa, etc.” (Actante RP).

AD disse sentir-se muito mal no presídio:

Dá vontade até de se enforcar aqui na cadeia, parar de se influir de uma vez. Só que eu não faço isso por causa da minha mãe, por mais que ela nem está vindo me visitar mais, porque ela falou a última vez que eu caí na cadeia que ela não ia trazer nem água para mim, nada. Estou abandonado aqui dentro. A única coisa que eu tenho ainda aqui dentro é o pessoal das galerias, que às vezes me dão um cigarro para eu fumar, dão uma força para mim. Eu estou suportando por a minha irmã que mora em Balneário veio aqui e conversou comigo e falou que se fosse para eu mudar mesmo ela ia me dar toda a força, de novo, que eu precisasse, ia me dar o maior apoio e me agarrei nessa esperança, me agarrei nessa esperança e vou esperar esse dia de eu sair de novo e vou voltar para lá de novo. Por que até a mulher do shopping que eu acertei a conta e não fui mais trabalhar, ela telefonou para a minha irmã dizendo que se eu tivesse aqui em Chapecó sem emprego era para eu voltar para lá que o meu emprego estava reservado do mesmo jeito que eu estava trabalhando. Porque ela gostou de mim, ela achou que eu era um piá bom e que merecia trabalhar. E olha que não é qualquer um que pega um shopping hoje em dia, ainda mais eu que tenho uma mesa farta de processo.

AD relatou ter solicitado um encaminhamento de pena alternativo, na audiência que teve com o juiz:

Pedi para ele: ‘Olha Dr. Juiz, minha infância inteira foi quase só de CIP, CER, roubar, usar droga, agora que eu estou de maior, o senhor vai querer me dar mais um canetaço, eu te peço, por favor, dê uma chance para mim, sou um dependente químico desde os 12 anos de idade, me dê uma chance, me interne numa clínica, meu lugar não é na cadeia, por mais que eu faça meus erros, mas os erros que eu faço é para dependência da química’. Ele não aceitou.

Seguir um furto concebendo-o como um evento violento gerou interrogações durante a apresentação dessa pesquisa, ainda em andamento, na universidade onde trabalho¹⁶²: qual a vinculação entre furto e violência? A questão é muito pertinente. Escolhi um furto porque o coletivo de Chapecó o inclui na definição de “violência”. A “violência contra o patrimônio” é uma categoria que se fortaleceu na cidade, vinculada às novas tecnologias de vigilância e controle, conforme vimos no Capítulo 5, e os adolescentes são diagnosticados como os principais autores dos furtos cometidos na cidade, como freqüentemente divulgado pela mídia local e conforme levantamento do FECOV, discutido no Capítulo 4.

Teria muitas formas de descrever o evento, pois como sugere Latour (2006, p. 217), “não há informação, apenas transformação”, sendo a descrição uma forma de *tradução* e toda tradução implica também em traição, pois envolve similaridades e diferenças. A narrativa do evento foi composta de fragmentos, de pequenas histórias, de cenas e diálogos com oscilações e ambivalências; pois, segundo Law (1999), um estudo ator-rede não pode ser narrado numa única e coerente forma, como uma história completa e total, mas sim “abraçar uma arte de descrever os padrões e texturas que formam um remendo intelectual” (p. 8), uma série de retalhos que se ligam. E é importante deixar claro que a narrativa, a descrição não se refere a alguma coisa que já estava lá, mas o próprio movimento de narrar e descrever produz realidades e as conexões entre essas realidades.

[...] a idéia de que interagimos com nossos objetos sempre esteve na Teoria do Ator-Rede. Junto com a idéia de que o processo de vir a conhecê-los também é um processo de tradução, de experimentar coisas, de testar. Que conhecer está, como esteve, de acordo com interagir, de acordo com os padrões que surgem em um processo de definição mútua do sujeito e do objeto. (LAW, 1999, p. 10).

Seguir um evento “pequeno”, sem aparente gravidade, me levou às cenas, relatos e versões que possibilitaram apreender um pouco da multiplicidade que abarca tanto as práticas violentas como a gestão da “violência” e deram visibilidade a outros eventos, dos quais muitos podem ser considerados graves, já que envolvem sofrimento, agressão e corrupção. O evento que parecia simples e linear, se fosse aprendido pela polarização ladrão/vítima, deu visibilidade a uma trama de *redes*, que disputam e fazem alianças, conectando uma diversidade de *actantes* que as fabricam cotidianamente. Dessa forma, ao invés de conceber indivíduos “bons” ou “maus” causadores de fatos, torna-se possível pensar os vínculos entre *actantes* heterogêneos que possibilitam efeitos. Um bom vínculo, como já afirmei, é o que permite situações novas, criativas e interessantes.

¹⁶² Universidade Comunitária Regional de Chapecó (UNOCHAPECÓ).

Deslocar o foco do “adolescente infrator” para a *rede* que *faz-fazer* possibilita outros olhares, permite repensar políticas públicas, repensar a ação dos *actantes* vinculados ao Estado como as escolas, as polícias e os estabelecimentos voltados para os adolescentes. Permite visualizar, ainda, que o adolescente que furta é apenas um dos *actantes* de uma *rede* extensa, que mais do que a família, vincula outros *actantes* como o receptor de mercadorias furtadas, a droga, o traficante, as polícias, os estabelecimentos direcionados para adolescentes autores de atos infracionais, dentre outros. Permite, também, vislumbrar a construção de outras *redes*, que possam tornar-se interessantes para os adolescentes e que poderiam disputar com as *redes* consideradas produtoras de “maus” efeitos. Pois, como já discuti nos outros capítulos, uma *rede* não é algo já dado, ela se constrói e se mantém a partir dos vínculos que unem os *actantes*; para se manter estável ela necessita do trabalho cotidiano dos atores e da *tradução* permanente dos diferentes interesses. Elementos podem ser articulados e desarticulados, fluxos podem ser estabilizados e desestabilizados.

A etnografia do evento possibilitou também detectar que a “violência” em um furto não reside apenas no ato do adolescente subtrair um bem de outra pessoa, mas também na forma agressiva da polícia abordar o adolescente, na *inscrição* interpretativa e redutora da história desse adolescente, nas situações difíceis enfrentadas pela sua família no cotidiano, no modo como ele é afetado pelo traficante e receptor, na forma como a mídia veicula o furto, dentre outros.

CAPÍTULO 7

SEGUINDO AS CATEGORIAS “VIOLÊNCIA” E “SEGURANÇA” NA MÍDIA ESCRITA DE CHAPECÓ

[...] pela produção e circulação de signos, imagens, subjetividades, ‘pelo recalçamento e negação de certas realidades’, pela sugestão e, portanto, pela criação de um real, de realidades – que passam a ser as que existem objetivamente -, os meios de comunicação de massa ‘simulam padrões consensuais de conduta’, produzem poderosos e eficientes processos de subjetivação: forjam existências, vidas, bandidos e mocinhos, heróis e vilões. (COIMBRA, 2001, p.37).

Considero a mídia uma das instâncias de subjetivação coletiva, conforme indiquei nos capítulos anteriores. Latour não discute especificamente sobre subjetividade ao abordar as redes sociotécnicas, mas em seus textos afirma não haver uma essência do humano, ressaltando a indeterminação presente nas relações entre humanos e não-humanos e as possibilidades de criação e determinação no fluxo dos acontecimentos, efeitos da *rede* construída. Nesse sentido, as capacidades e configurações psicológicas não estão fixadas, mas em transformação.

O mundo dos sentidos e o mundo do ser são um único e mesmo mundo, o da tradução, da substituição, da delegação, do passe. Diremos, sobre qualquer outra definição de uma essência, que ela é ‘desprovida de sentido’, desprovida de meios para manter-se em presença, para durar. Toda duração, toda dureza, toda permanência deverá ser paga por seus mediadores. É esta exploração de uma transcendência sem oposto que torna nosso mundo tão pouco moderno, com todos seus anúncios, mediadores, delegados, fetiches, máquinas, estatuetas, instrumentos, representantes, anjos, tenentes, porta-palavras e querubins. (LATOUR, 1994, p.127).

Moraes (2004b, p. 332), aponta para uma possibilidade de conexão entre a noção de subjetividade proposta por Guattari e a Teoria do Ator-Rede. Ao identificar que o processo de heterogênesse se constrói nas controvérsias científicas e na construção de uma rede, a partir da

mobilização de aliados, a autora afirma: "penso ser possível dizer que uma rede de atores se define tanto pela mobilização do mundo quanto pela produção de subjetividade. Trata-se de um caminho de duas vias: uma rede é um processo de produção ao mesmo tempo do mundo e da subjetividade".

Segundo Guattari e Rolnik (1993, p. 31), os processos de produção de subjetividade:

Implicam o funcionamento de máquinas de expressão que podem ser tanto de natureza extrapessoal, extra-individual (sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos, etc.).

Estão presentes, então, no processo de fabricação da subjetividade elementos humanos e não-humanos. Guattari (1992) pergunta: "devem-se tomar as produções semióticas dos *mass media*, da informática, da telemática, da robótica etc. fora da subjetividade psicológica?" (p. 14). E responde que não, pois elas operam no próprio núcleo da subjetividade humana. Propõe, então, operar um descentramento da questão do sujeito para a de subjetividade, tomando "a relação entre sujeito e objeto pelo meio" (p.35) e colocando em paralelo uma multiplicidade de substâncias de expressão, atravessando um conjunto de matérias expressivas heterogêneas. O autor ressalta o caráter coletivo, multicomponencial e múltiplo da subjetividade maquínica.

Com base nessa discussão cabe perguntar: que subjetividades estão sendo produzidas na forma como hoje as violências são veiculadas pela mídia de Chapecó?

Nos capítulos quatro, cinco e seis, a mídia foi identificada como *actante* das *redes* vinculadas às violências em Chapecó ao possibilitar visibilidade pública aos coletivos constituídos em torno da categoria "violência" e na forma como veicula práticas violentas e caracteriza protagonistas, contribuindo para a produção do medo e da insegurança frente ao risco de sermos agredidos, sobretudo em nossa integridade física e em nossas posses. O objetivo deste capítulo é abordar a mídia escrita a partir de duas categorias: "violência" e "segurança", que irão nos guiar por trilhas que levam aos sentidos e práticas a elas associados.

A mídia de Chapecó é composta por duas emissoras de televisão, quatro jornais diários, quatro emissoras de rádio FM e duas de rádio AM. Na impossibilidade desta pesquisa abranger todos os meios de comunicação, optei pela mídia escrita e coletei durante o período de abril a setembro de 2005 e agosto a novembro de 2006 reportagens, dos quatro jornais locais (Voz do Oeste, Diário da Manhã, Diário do Iguazu e Jornal Sul Brasil). Estas

reportagens de alguma forma vinculavam-se às *redes* em estudo, abrangendo páginas policiais, divulgação de eventos, controvérsias, protestos, discussões, relatos, estatísticas, recursos, publicação de propagandas, dentre outras, sendo que algumas já foram citadas e discutidas nos capítulos anteriores. Neste capítulo estão em foco apenas as notícias que incluíram em seu texto e/ou em seu título as categorias “violência” e/ou “segurança”, no período de março a setembro de 2005.

Três dos quatro jornais apresentaram, em sua configuração, uma página policial destinada às reportagens associadas às ocorrências divulgadas pelas polícias, dois deles com o título *polícia* e o outro com o título *segurança*. As demais notícias veiculadas que incluíram a categoria “violência” e/ou “segurança” não mostraram um padrão de veiculação, com espaço próprio na edição de cada jornal, sendo publicadas em páginas destinadas a temas como: geral, opinião, saúde, direito e cidadania.

O capítulo está organizado em quatro sessões: a primeira será dedicada a descrição de um evento a partir das diferentes *traduções* veiculadas por três jornais locais e efeitos correspondentes; a segunda discutirá as assessorias de imprensa e a produção de notícias; a terceira abordará diferentes reportagens que veiculam as categorias “violência” e “segurança” e a quarta abrangerá o processo de produção das notícias sobre violências.

É importante esclarecer que as diferentes narrativas dos jornais são concebidas como discursos que compõem *redes*, mesclando-se e conectando-se com outros *actantes*, com outros elementos heterogêneos, produzindo efeitos que podem ser apreendidos pela observação das *redes* onde circulam. Os diferentes discursos propagados pela mídia escrita são concebidos também como *inscrições* que transformam eventos em notícias e como *traduções* que veiculam determinadas versões dos eventos, a partir de determinados interesses.

7.1 O Clube da Amizade, a briga entre cinco jovens, a bala perdida que atingiu LA e a Segurança Pública de Chapecó: algumas traduções

Acompanhei pelos jornais de Chapecó um evento que mobilizou as categorias “violência” e “segurança” nas *traduções* feitas através das reportagens veiculadas. A forma como cada jornal veiculou o evento possibilitou acompanhar a busca de aliados para ações e concepções entre os leitores, diferentes formas de narrativas e de apresentação dos atores implicados, ressaltando alguns positivamente ou negativamente e gerando menor visibilidade a outros.

7.1.1 A fabricação de um vilão ou a delegação de vilania a um ator do evento

O Jornal Voz do Oeste veiculou uma série de três reportagens envolvendo o evento. A primeira, datada de 28 de maio de 2005, apresentou a manchete na capa do jornal “‘Clube da Amizade’ TEM INIMIGOS: casa noturna é recordista de ocorrências com vítimas. Bala perdida encontrou LA trabalhando do outro lado” (Grifo do jornal), com uma foto de meia página de LA na cama de um hospital, inconsciente, tendo no canto esquerdo da mesma, sobreposta, uma imagem menor do Clube da Amizade. Na página três do mesmo exemplar a reportagem foi narrada da seguinte modo:

Frentista fica paraplégico após briga em cada noturna

Na noite da última quinta-feira, uma briga na porta do Clube da Amizade, por volta das 23h20min, na Avenida Fernando Machado, Centro, resultou em quatro disparos, onde uma bala perdida atingiu LA, 19 anos, que estava trabalhando em um posto de combustível, localizado em frente à boate.

O disparo atingiu as costas de LA, na região da coluna. Conforme informações obtidas no local de trabalho de LA, a bala atingiu a medula, deixando-o instantaneamente paraplégico. A cirurgia de extração da bala está prevista para a próxima semana, mas a medula já está comprometida. A médica responsável pelo caso afirmou que após a retirada do projétil, o estado da medula será avaliado, podendo causar tetraplegismo.

No local da briga foram detidos um menor de 17 anos, DA de 20 anos, NDA de 24 anos, GAP de 22 anos e APA de 18 anos. O responsável pelo disparo não foi identificado.

Nesse ano, a Polícia Militar de Chapecó registrou quase mil ocorrências de perturbação do sossego público. Somente o COPOM atendeu dezoito ocorrências ocasionadas nessa casa noturna.

Como tentativa de frear **os maus acontecimentos** naquela localidade, moradores da região, empresários, vizinhos e a gerência do posto de combustível, iniciaram um abaixo assinado para desativar o clube noturno. A iniciativa tem como objetivo diminuir os acidentes em que as pessoas perdem a vida ou ficam gravemente feridas. A culpa não se sabe de quem é, mas se sabe é que **pessoas inocentes não podem mais pagar por atos imprudentes**.

Procurado pela reportagem do jornal VOZ DO OESTE, o proprietário da boate, empresário SA, não foi encontrado. Segundo o que ele tentou caracterizar a uma emissora de televisão, na tentativa de justificar de que não lhe cabe a responsabilidade dos acontecimentos em frente à boate e de seus freqüentadores. A casa noturna de ontem reabriu normalmente sem qualquer responsabilidade no que diz respeito a segurança de seus freqüentadores. (VOZ DO OESTE, 28 e 29 de maio de 2005, grifos meus).

A reportagem inseriu no texto acima uma outra foto de LA em uma cama de hospital, com a legenda: “**LA não recebeu a visita de SA proprietário da casa noturna**” e uma foto do abaixo-assinado sendo preenchido, aparecendo uma folha com uma lista de nomes e uma mão assinando.

Pode-se perceber que o jornal ressaltou o Clube da Amizade como o ator responsável pelo evento violento, já na manchete de capa, ao inscrevê-lo como um estabelecimento com inimigos e o elegendo como campeão de ocorrências com vítimas na cidade. A foto de LA, inconsciente em uma cama de hospital é uma imagem chocante, sendo difícil ficar indiferente

frente à mesma, e a sua legenda dando ênfase a uma ação não realizada: o proprietário da casa noturna não foi visitar LA, é mais uma característica da vilania atribuída. A legitimação da *tradução* do Clube da Amizade como o ator vilão foi articulada através das imagens, do destaque e da forma como caracteriza a iniciativa do abaixo-assinado por moradores do bairro para o fechamento da casa.

O texto interno da reportagem deu visibilidade a outros atores: os disparos, os possíveis autores dos disparos estando entre eles um “menor”, a bala perdida, o estado grave de LA e as ocorrências de perturbação do sossego público que envolveu o Clube da Amizade.

Mas quem é o Clube da Amizade? Apesar de o jornal reduzi-lo ao seu proprietário, o estabelecimento envolve uma *rede* com vários *actantes*: proprietário, funcionários, seguranças, freqüentadores, todos os alvarás de funcionamento e localização, o local onde está situado, dentre outros. É interessante observar que ao proprietário do estabelecimento é atribuída maior responsabilidade na ocorrência do evento do que aos autores do disparo e à bala perdida.

7.1.2 Outras traduções

O mesmo evento foi divulgado por mais dois jornais de Chapecó (Diário do Iguazu e Diário da Manhã) em formatos diferentes do jornal Voz do Oeste e enfatizando diferentemente os atores do evento. O Diário da Manhã apresentou a manchete na capa, sem fotos, em tamanho igual a dos outros temas/eventos do dia: “Bala perdida disparada durante briga atinge frentista em Chapecó”. E na página 11, dedicada a assuntos gerais, com o mesmo título da manchete da capa, o texto escrito foi o seguinte:

O frentista LA, 19 anos, está internado no Hospital [...] desde quinta-feira à noite, lutando para se recuperar de um tiro que lhe atingiu as costas. A bala perdida disparada durante a briga se alojou próximo da coluna de LA, gerando preocupação dos médicos com a possibilidade de o rapaz ter dificuldade para retomar os movimentos das pernas e dos braços. O sargento do Corpo de Bombeiros [...] comentou que, devido ao ferimento, ele pode ficar tetraplégico.

O disparo do revólver ocorreu durante um tumulto ocorrido na frente de uma danceteria na Rua São João, onde também está localizado o posto de combustível em que LA estava trabalhando. A Polícia Militar prendeu cinco suspeitos e um deles, menor de idade, confessou ser o autor dos seis disparos.

Os empresários locais estão organizando um abaixo-assinado para pedir o fechamento da casa noturna que já teria sido palco de outras brigas com conseqüências graves no passado. O dono da danceteria disse que o estabelecimento nunca registrou problemas na parte interna. De acordo com ele, as rixas ocorrem na calçada e na rua, onde não há atuação de seguranças particulares. (DIÁRIO DA MANHÃ, 28 e 29 de maio de 2006, p. 11).

A reportagem não citou o nome do Clube da Amizade, destacando o *actante* “bala perdida” na manchete de capa e título, foi descrito no texto a situação em que a bala perdida

atingiu o frentista e as conseqüências da mesma, de onde partiu o tiro, os suspeitos detidos, a idade do “menor” que estava entre eles, a ação dos empresários para fechar a danceteria e o ponto de vista do proprietário da danceteria sobre o evento. O Clube da Amizade foi apresentado como palco de brigas com conseqüências graves, não sendo responsabilizado diretamente pelo evento.

O Diário do Iguaçu noticiou o evento no espaço da página policial, sem manchete na capa do jornal, com o título “VIOLÊNCIA: Atingido por bala perdida”.

Chapecó - Um rapaz de 19 anos que estava trabalhando foi atingido por uma bala perdida, na noite de quinta-feira em Chapecó. Segundo a polícia militar, a ocorrência foi atendida às 22h20 na Avenida Fernando Machado, no centro da cidade. Durante uma briga onde estiveram envolvidas várias pessoas que estavam em frente a um clube noturno, quando foram efetuados disparos de arma de fogo.

Um dos disparos atingiu LA, que no momento estava trabalhando como frentista em um posto de combustível. O corpo de bombeiros foi acionado para atender à ocorrência. Conforme os bombeiros, ele foi atingido por um projétil na região do tórax e no ombro direito. No momento do socorro a vítima apresentava perda de sensibilidade nas pernas e hemorragia interna. A vítima foi imobilizada e, após avaliação primária, foi conduzida ao Hospital Regional para receber atendimento médico. O rapaz foi encaminhado em estado grave.

No atendimento da Polícia Militar, foram detidas cinco pessoas que estavam envolvidas no desentendimento. Entre os detidos estava um adolescente de 17 anos. Todos foram conduzidos até a Central de Plantão da Polícia (CPP).

O proprietário da casa noturna, SA, não foi localizado pela reportagem do DI. No entanto, em declaração a uma emissora de televisão, disse que o estabelecimento não é responsável pelo que acontece no lado de fora. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 28/29 de maio de 2006, p. 11).

O terceiro jornal, que destacou a categoria “violência”, também não divulgou o nome do “clube noturno” e enfatizou a situação ocorrida: o atendimento pelo corpo de bombeiros, o estado de LA, o trabalho da Polícia Militar, a presença de um “menor” entre as pessoas que fizeram o disparo. O Clube da Amizade também foi descrito como cenário onde ocorreu a briga e o disparo da bala perdida que atingiu LA.

As três reportagens ressaltaram a posição de SA posicionando-se como não responsável por acontecimentos fora da sua boate, mas apenas o primeiro jornal atribuiu irresponsabilidade ao ato de SA continuar a abrir o estabelecimento.

7.1.3 A fabricação do herói ou a delegação de heroísmo a um ator

A segunda reportagem publicada pelo jornal Voz do Oeste, no dia 31 de maio, teve como manchete de capa em tamanho extragrande: “ORDEM JÁ! Comissão representativa dos poderes na área de segurança pública, prioriza em reunião extraordinária o restabelecimento da ordem noturna em Chapecó”. A manchete foi acompanhada por uma foto das pessoas que compõem a comissão discutindo, sentados em torno de uma mesa. Em tamanho um pouco

menor foi inserida uma foto do prefeito, sentado, assinando um documento, tendo por título: “Boate Clube da Amizade FECHADA” e a legenda da foto: “Prefeito João Rodrigues acata ‘Abaixo-Assinado’ em nome da segurança pública e assina parecer da Procuradoria Geral do município”. Na capa apareceu ainda uma terceira manchete: “NOVAS REGRAS. Prefeito vai convocar para amanhã reunião emergencial com proprietários de bares, boates e similares”. A reportagem interna ocupou o espaço das duas páginas centrais do jornal (páginas 6 e 7), apontando continuidade entre as mesmas.

7.1.3.1 O esboço de um quadro trágico para Chapecó

A primeira página da reportagem intitulada de “AÇÃO IMEDIATA” iniciou caracterizando tragicamente ocorrências noturnas de Chapecó:

Novecentos e cinquenta ocorrências policiais só no ano de 2005, registros de perturbação da ordem, agressões, tiros, facadas, pancadarias, som alto, tráfico de drogas, consumo excessivo de álcool, vandalismo, ‘rachas’ de veículos, balas perdidas, **violência de toda espécie**, inclusive fumantes inveterados dentro de postos de gasolina, ao lado das bombas de combustíveis, transformado esses locais em bombas-relógio. **Chapecó está próxima de uma tragédia sem precedentes** se jovens e adolescentes da vida noturna não atinarem para o compromisso da imediata responsabilidade de seus atos e melhor interpretarem as conseqüências. Postos de combustíveis se tornaram conhecidos ‘points’ (locais) de encontro de lazer, consumo e diversão à noite, mas com o agravante do alto risco de morte em caso de uma explosão próxima às bombas de abastecimento, em virtude da irresponsabilidade de alguns em fumarem nos espaços de alto risco. Motoristas chegam para abastecer e desistem do ato ao enxergarem jovens fumando ao lado da gasolina explosiva. Outros bebem em excesso provocando perturbações ao atendimento daqueles estabelecimentos. Centenas são adolescentes dirigindo sem habilitação motos do tipo ‘Biz’ ou ‘Cripton’, inclusive veículos dos pais provocando verdadeiros ‘pegas’ na avenida, com preferência ao prolongamento da Avenida Getúlio Vargas. Tudo isto provoca a geração de outros delitos, como a aproximação de traficantes na exploração da ‘adrenalina’ ofertando maconha e cocaína. Também surgem **agressões, brigas, lesões corporais e até mesmo facadas**. Destaque para a fatalidade da ‘bala perdida’ na última quarta-feira, resultante de uma **briga entre embriagados da boate “Clube da Amizade”**, cujo tiro atingiu um trabalhador de apenas 19 anos, que acabou ficando paraplégico. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 6, grifos meus).

7.1.3.2 Estabelecendo uma aliança entre “a sociedade” e a segurança pública

A reportagem prosseguiu dando destaque à formação de uma comissão de segurança pública para fazer frente à situação caracterizada, legitimada pela “sociedade que clama por uma ação mais enérgica”:

A gravidade das ocorrências noturnas em Chapecó tem chamado a atenção de toda a sociedade, que clama por uma atitude mais enérgica das autoridades. Atenta a tudo isso, **a Comissão de segurança da cidade, baseada em números e estatísticas**, foi às ruas em forma de ‘blitz’ nas últimas noites tentando coibir os excessos. **A sociedade como um todo** tem o direito de exigir tais medidas, e mobilizando-se em grupos empresariais, familiares, sociais, e do comércio em

geral, inclusive com ‘abaixo-assinado’ pleiteando **ações mais enérgicas**. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 6, grifos meus).

7.1.3.3 Ressaltando a força de um ator para enfrentar o quadro trágico

O texto continuou, ressaltando a força delegada pelos poderes constituídos ao prefeito, que demonstrou a sua preocupação com a “violência” na cidade e o seu poder de “restabelecer a ordem” através da assinatura do parecer que estabelece o fechamento do Clube da Amizade, descrito como o vilão responsável pelo evento. Havendo um vilão, tornou-se possível a figura do herói.

Os poderes constituídos, representantes do Ministério Público, Polícia Civil, Militar, Bombeiros, Guarda Municipal¹⁶³, Diretoria de Trânsito e Procuradoria Geral do município, em **reunião extraordinária, de caráter emergencial**, ocorrida ontem, no gabinete do executivo, com presença do senhor Prefeito Municipal, estabeleceram criteriosamente, bem embasados do espírito de coerência, regras, medidas a serem tomadas de imediato **para conter tanta violência e arbitrariedade**. O primeiro **exemplo** emergiu rapidamente do encontro, na **determinação do Prefeito João Rodrigues**, acatando o parecer da Procuradoria do Município, assinando autorização de fechamento da Casa Noturna Clube da Amizade, localizado no centro, tida como recordista de chamados para o 190 (Polícia Militar) e de ocorrências como graves lesões e tiroteios. **‘Que sirva de exemplo, nossa preocupação com a segurança da sociedade é prioridade’**, diz o chefe do Executivo, que, mostrando **total empenho e coerência, dirigiu** os trabalhos em parceria com o promotor público CO, objetivando tão somente **o restabelecimento da ordem pública noturna**, e o pleno direito de descanso dos trabalhadores, que têm suas madrugadas de sono interrompidas seguidamente pelas perturbações de ‘rachas’, ‘pegas’, sons de potência excessivos, tiros e algazarras. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 6, grifos meus).

7.1.4 Jovens como vilões e vítimas

A reportagem prosseguiu com a caracterização das ocorrências na cidade, agora diferenciando os jovens em: uma minoria vilã e uma maioria vítima:

Os registros do Hospital Regional são alarmantes, vítimas de lesões, agressões e de acidentes provocados por motoristas bêbados são de tamanha proporção que lotam todos os leitos de UTI e salas cirúrgicas. Pai não tem qualquer tipo de sossego e paz, vive o drama da espera interminável da madrugada quando seus filhos retornam para casa a salvo. Inclusive, significativo número de jovens e adolescentes estão conscientes dos fatos absurdos, mas indefesos quanto aos da minoria que tentam exibir-se com atitudes débeis ou criminosas, prejudicando o que seria um lazer, festa ou até mesmo passeio na noite da maioria. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 6, grifos meus).

7.1.5 A aliança torna-se explícita

O texto terminou com elogios ao trabalho da comissão tornando clara a aliança com a prefeitura e comissão e desqualificando possíveis críticas aos mesmos:

É louvável a atitude do Conselho de Segurança de Chapecó, independente de críticas de alguns **poucos queixosos**, sem medir esforço, estão agindo com eficácia,

¹⁶³ Não foi criada ainda a Guarda Municipal em Chapecó.

dentro de uma **política de resultados para o bem comum** e uma coletividade que precisa **diminuir seus índices de criminalidade e desobediência civil**. Já era hora, e a população como um todo não pode ficar à espera de resultados imediatos, precisa sim, fazer parte como voluntária, agindo em parceria, trabalhando no sentido de conscientização de seus filhos, familiares e amigos, para que todos colaborem para uma Chapecó livre da criminalidade. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 6, grifos meus).

A reportagem divulgou os órgãos que compuseram a comissão de segurança: prefeito, promotor, comandante da Polícia Militar, delegado regional, capitão do Corpo de Bombeiros, procurador, diretor do trânsito e secretário da fazenda. Expôs uma foto do promotor público e mais uma foto da comissão com a legenda “Ação de emergência para combater a criminalidade”.

É interessante destacar que o jornal nomeou como “Conselho de Segurança” a comissão formada provisoriamente para fazer frente ao evento que envolveu o Clube da Amizade, a briga entre jovens que resultou na bala perdida que atingiu LA, pois segundo o Actante R ainda não existia o Conselho de Segurança do município:

Não, o Clube da Amizade, foi diferente, ali foi diferente, foi um problema de segurança pública mesmo, envolveu PM, Corpo de Bombeiros, Polícia Civil, Polícia Federal, Promotoria Pública e a Defesa do cidadão. Então o nome foi errado, nada a ver com isso daí. Ali é o seguinte. Está aqui o Clube do Amigo, até está aqui os documentos, aqui na minha mão. Ele é um clube que funciona ali e dá muito problema, gera muitas ocorrências lá, certo? Em razão disso aí existe até um processo instalado pelo promotor público com relação àquilo ali. Por quê? Os abaixo-assinados com relação as pessoas que estão lá, muito por causa do barulho, ele não atende as exigências. Olha aí cheio de abaixo-assinado aqui, de pessoas que querem que feche porque não conseguem dormir nos dias que ele funciona.

O Actante R caracterizou que a “marginalidade” é a clientela do Clube da Amizade:

E dá tiroeio, dá briga, muita ocorrência, policia lá. Então é um local crítico, então está se tentando fechar. Está fechado, o rapaz está recorrendo, nós estamos fazendo um processo em cima para não deixar abrir mais, ele é barra assim, são ambientes da cidade de categoria baixa. Assim, o que é normal dentro da cidade: existem locais onde a elite se reúne, existem locais onde a classe média se reúne, existem locais onde os coroas se reúnem, existem locais onde **a marginalidade se reúne**. Existe, isso é bem definido em qualquer local, as zonas de meretrício acabaram, né? Antigamente existia a tal zona de meretrício, hoje não existem mais zonas de meretrício, está difícil de encontrar, mas existem locais onde a marginalidade se reúne. Quer dizer, então, isso é bem claro, não é só daqui, em qualquer cidade que tu vai, tem o bandido que vai lá, o marginal, tem o local onde se reúne os traficantes, o cara que trafica, o cara que é viciado, todo tipo de gente ruim, isso é normal sempre tem algumas cidades que acham o local. Aqui o local ruim, o local assim que tem era ali, porque é ali que dão as ocorrências, ali que dá o problema, existe um triângulo ali que é foco, entendeu? Mortes, brigas, envolvimento com menores. Então é ali que circula, então tem que estourar o bandido, a população está cobrando isso, então por isso que foi feita aquela reunião. (Actante R).

O depoimento do Actante R ajuda a compreender os acontecimentos além do que foi divulgado pela mídia. O Clube da Amizade é caracterizado como o “local ruim” que reúne a “marginalidade” e nesse sentido a eliminação do mesmo foi associado com a eliminação do

“mal” e aí a importância da participação da mídia nesse processo. Para Rondelli (1997) a mídia elabora discursos nos quais a relação entre o “outro” e a “ordem” é descrita de forma que a diferença apareça como algo a ser eliminado para a manutenção da ordem. O “outro” é demonizado e sua personificação pode variar: jovem negro e pobre, trabalhador sem terra, subversivo, marginal:

Esse Outro é apresentado, pela mídia, como uma imagem símbolo de uma diferença que se quer eliminar em prol de uma visão de ordem. O encontro com esse Outro é somente o consumo de sua imagem – algo posto para ver, para ser exibido, por ser exótico, pitoresco, alienado, monstruoso, brutal ou anômalo. Um Outro que habita as regiões da marginalidade, da enfermidade, da pobreza e da morte. Nunca um encontro com as figuras ou a idéia da alteridade, mas um afastamento. Para que serve este Outro (diferente) que escapa às normas e às regras da sociedade? Na maior parte das vezes para reconstruir em negativo, pelo avesso, os traços constitutivos de uma identidade social normatizada. (RONDELLI, 1997, p. 158-159).

7.1.6 A produção de “segurança”

A segunda página da reportagem intitulou-se “BOATE FECHADA” e fez a conexão entre o ato do prefeito fechar Clube da Amizade e a produção de segurança para o município:

Segundo o Prefeito João Rodrigues, a Casa Noturna Clube da Amizade está com o alvará de funcionamento suspenso, acatando decisão compartilhada e unânime do Conselho de Segurança de Chapecó e parecer da Procuradoria do Município. Após o episódio de quinta-feira, onde uma bala perdida atingiu um frentista de um posto de combustível próximo ao clube, a prefeitura municipal determinou a sua assessoria jurídica fazer um estudo para interditar o local.

Foram várias ocorrências policiais provocadas pelo clube que já fez muitas vítimas, onde **sempre falta segurança**. ‘Tudo o que estiver ao alcance para manter fechado o Clube da Amizade, não vamos medir esforços para definitivamente cumprir esta pretensão, nem que pinte tudo de ouro, **tenho preocupação é com segurança**’, disse João Rodrigues. Conforme o prefeito, assim que sair o resultado do estudo da assessoria jurídica dentro da lei, o Clube perderá o alvará definitivamente e será proibido de voltar a funcionar naquele local. ‘Não medirei esforços para fechar o Clube porque assim como aconteceu com o frentista, poderia ter acontecido com qualquer um de nós de tamanha **falta de segurança** naquele local onde freqüentemente acontecem incidentes ali’, ressaltou o prefeito de posse inclusive da documentação vencida daquela casa quanto à vistoria do Corpo de Bombeiros. De acordo com João Rodrigues ‘isso vale para os demais clubes também. Se acontecesse algo semelhante em outras danceterias nós iríamos agir da mesma forma’, complementou o prefeito. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 7, grifos meus).

7.1.7 Deixando entrever o actante “espaço cultural para os jovens”

Na continuidade, o texto abordou a falta de opções dos jovens no município:

Com relação a esse assunto e à falta de opções de lazer para os jovens, João Rodrigues afirmou que para isso é que está sendo feito o projeto do Centro de Eventos. ‘O que falta em Chapecó são espaços culturais’, disse ele que afirmou ser parceiro com o trabalho do Ministério Público e da Polícia Militar. ‘Cada um tem a sua função. Acho que eles estão cumprindo o dever deles, e desde que seja para **aumentar a segurança**, eu apóio, frisou. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 7, grifos meus).

Esse fragmento da reportagem deixou entrever que a situação é mais complexa do que até então descrita: há outros *actantes* que contribuem na produção da mesma.

7.1.8 A tradução do fechamento do Clube da amizade

A matéria terminou com detalhes sobre a assinatura do parecer que fecha o Clube da Amizade pelo prefeito e a tentativa de contato do jornal com o empresário da boate:

O parecer 129/2005 da Procuradoria Geral do município, com interpretação do Procurador [...], após leitura os presentes na reunião do Conselho de Segurança, ganhou a assinatura do prefeito e do respectivo procurador, selando definitivamente o desejo de empresários e moradores daquele ponto central onde está localizada a boate, que haviam ingressado com um ‘abaixo-assinado’ com centenas de assinaturas pedindo o fechamento da casa noturna **com o irônico nome de ‘Clube da Amizade’**.

O proprietário do estabelecimento procurado pela redação do Voz do Oeste, não quis comentar o assunto, inclusive, assim tem agido desde o início dos graves problemas envolvendo a sua boate. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 7).

7.1.9 Reforçando traços de vilania ao Clube da Amizade

A reportagem incluiu três fotos nesta segunda página: uma focando o prefeito assinando o parecer, uma do Clube da Amizade e outra de LA na cama do hospital (já veiculada na reportagem de 28 e 29 de maio), com a seguinte legenda:

LA, 19 anos, frentista de Posto, trabalhava em pleno feriado, quando foi atingido por uma bala perdida, resultado de tiroteio entre jovens em frente da casa noturna Clube da Amizade de proprietário SC, **que não prestou socorro**. A vítima está parálitica e receberá nesta terça-feira **visita do Prefeito João Rodrigues que irá apresentar solidariedade à família e ao jovem**. (VOZ DO OESTE, 31 de maio de 2005, p. 7, grifos meus).

Aqui foi contraposto o envolvimento negativo do proprietário do Clube da Amizade com o envolvimento positivo do prefeito, ressaltando ainda mais as características de “vilão” e “herói”.

7.1.10 – A versão de outro jornal

O jornal Diário do Iguacu, também veiculou o evento do fechamento do Clube da Amizade em uma reportagem situada na página 8, destinada a temas gerais, com o cabeçalho: “Chapecó: Prefeitura suspende funcionamento de casa noturna” e o subtítulo “Falta de segurança e o apelo da população levou o prefeito João Rodrigues a cassar o alvará de funcionamento de uma casa noturna de Chapecó”, com uma foto com pessoas em torno de uma mesa discutindo e a legenda: “MESA REDONDA Segurança para funcionamento das casas noturnas é discutido”. A narrativa do evento foi a seguinte:

Chapecó – Na presença das polícias Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e Ministério Público de Chapecó, o prefeito João Rodrigues assinou parecer ontem à

noite que suspende de forma imediata o Alvará de Licença, Localização e Funcionamento do Clube do Amigo Ltda., mais conhecido como Clube da Amizade. Uma bala perdida disparada durante uma briga no fim de semana atingiu o frentista LA, que trabalhava ao lado.

No entanto, a decisão de suspender as atividades e determinar inspeção no clube não se deve apenas a esse caso. O Clube tem o atestado de aprovação de vistoria de funcionamento da PM vencido, o que bastaria para o seu fechamento. Além disso, o prefeito juntou o apelo popular, já que existe abaixo-assinado em função de perturbações que ocorrem com frequência naquele local, também os casos de violência atestados por boletins policiais. Mesmo com o proprietário apresentando-se em situação legal nos próximos dias, dificilmente aquela casa voltará a funcionar no mesmo local. A decisão tem o apoio de todas as autoridades. A questão de perturbação da ordem pública à noite gerada por estabelecimentos ou através deles, é situação de preocupação comum à PM, Civil, Prefeitura, Bombeiros e Ministério Público. Os clubes que extrapolam na sua capacidade durante shows estão na mira das autoridades. Um selo de qualidade, para aqueles que seguem as normas estipuladas pode ser implantado. Vistorias semanais podem ser adotadas.

O delegado regional [...] entende que alguma ação deve ser levada a efeito para resolver ou minimizar os problemas de violência à noite em Chapecó. 'Ou conscientizamos ou mexemos no bolso do cidadão' disse ele. Ele entende que uma ação efetiva deve ser realizada e acredita que em 90 dias é possível sentir os efeitos positivos. Quarta-feira uma reunião com empresários do setor deve ter novos encaminhamentos. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 31 de maio de 2006, p. 8, grifos meus).

A reportagem listou como *actantes* do evento de suspensão do funcionamento do Clube da Amizade: Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público, prefeito, parecer que possibilita o fechamento do clube através da suspensão do alvará de licença, localização e funcionamento do Clube da Amizade, o episódio que implicou na bala perdida que atingiu LA, vistoria de funcionamento da PM vencido, abaixo-assinado, boletins policiais, outros estabelecimentos de lazer noturno que perturbam a ordem pública, os problemas de violência à noite. Nessa versão, a narrativa destacou a assinatura do parecer pelo prefeito no título e texto, mas distribuiu de forma mais uniforme o poder entre os actantes listados. Enquanto que a outra reportagem deu maior ênfase ao esforço do prefeito para fechar a boate, esta deu maior visibilidade aos motivos que possibilitaram o fechamento da boate, como o atestado de aprovação de vistoria de funcionamento da PM vencido, além do abaixo-assinado em função de perturbações de sossego e os “casos de violência atestados por boletins policiais”.

7.1.11 A reação do proprietário do Clube da Amizade: medindo força com o prefeito

A terceira reportagem da série, veiculada pelo jornal Voz do Oeste em 21 de junho de 2005, em espaço interno (p. 10), sem manchete na capa, com o título “Clube da Amizade: Proprietário pede reabertura da casa na Justiça”, narrou a ação de SA pela reabertura da boate e a reação do prefeito:

Mesmo estando **irregular e com abaixo-assinado contra o estabelecimento**, o proprietário do Clube do amigo, vulgo ‘Clube da Amizade’, SA, entrou com Mandado de Segurança contra ato do Prefeito João Rodrigues que determinou o fechamento do estabelecimento. O local apresenta alguns problemas e

o fechamento se deu depois de uma bala perdida durante briga na frente daquele clube deixar paraplégico funcionário de um posto nas proximidades.

Advogados de SA entraram com pedidos de reconsideração administrativa no dia 07 de junho. Na última sexta-feira o Prefeito João Rodrigues decidiu manter a decisão até o final do procedimento administrativo que foi instalado. **‘Mas enquanto eu governar esta cidade esta casa noturna não abre’, reafirmou o Prefeito** que atende **apelo popular de muitos** anos para o fechamento definitivo daquele local.

No dia três de junho o Juiz [...], em seu despacho postergou a análise de liminar do proprietário, e notificou o município a prestar informações. As informações ao juiz foram prestadas na tarde do dia 17. Com as informações VE vai decidir se concederá a liminar ao pedido de reabertura e em caso contrário o Clube da Amizade ficará fechado até o final do julgamento. Os laudos apresentados até agora à Vigilância Sanitária sobre o sistema de som apresentam problema e por si só não autoriza o funcionamento da casa. (VOZ DO OESTE em 21 de junho de 2005, p. 10).

A reportagem apresentou a situação que envolveu fechamento e tentativa de reabertura do Clube da Amizade como disputa entre os atores “proprietário do Clube da Amizade” e “prefeito”. Na caracterização do primeiro foram ressaltadas a situação irregular vigente e a ação popular contra a reabertura da casa e na do segundo o “apelo popular” e a autoridade do prefeito para manter o fechamento.

O jornal Diário do Iguaçu noticiou, seis dias depois, a reabertura do Clube da Amizade através de uma reportagem com o seguinte título: “Clube da Amizade: Reabertura da casa gera descontentamento”, o subtítulo: “Decisão judicial gera descontentamento nos moradores, pois afirmam que a casa representa um risco à sociedade” e o texto seguinte:

Chapecó – O Clube da Amizade reabriu as suas portas amparado por uma decisão judicial que permitiu que a casa noturna retornasse a suas atividades. A reabertura da casa noturna **gerou manifestações contrárias dos moradores próximos**. A casa havia tido suas portas fechadas no mês passado devido à **falta de segurança**.

De acordo com o morador nas proximidades, PR, a reabertura do clube é um **fato negativo** para toda a comunidade. ‘É um fato negativo, pois no período em que esta casa noturna permaneceu fechada tivemos um **clima de paz**. Não houve veículos, brigas ou qualquer tipo de bagunça’, afirma.

Segundo ele, os moradores daquela área estão vivendo uma situação bastante complicada. ‘Nos sentimos reféns da bagunça, pois quando saímos para a rua **não contamos com segurança**. Acredito que minimamente seria necessário um sistema de policiamento ostensivo neste perímetro, principalmente nos dias em que a casa funciona. Desta forma diminuiria **os riscos à sociedade**, pois na madrugada somos obrigados a conviver com brigas, tiros, garrafas quebradas, batidas de carro, um verdadeiro risco para nossas vidas, ressalta.

Uma moradora que não quis se identificar afirmou que a reabertura da casa noturna surpreendeu moradores. ‘Nós estamos perplexos, **pois a lei manda fechar e logo após reabrir esta casa**’, afirma.

A mesma coloca que antes dos incidentes todas as noites em que a casa funcionava os moradores eram obrigados a chamar a polícia. ‘Tínhamos que conviver com cantadas de pneus, gritaria, sendo que na primeira noite de reabertura da casa não foi diferente. Depois das 22h ninguém consegue dormir finaliza. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 27 de junho de 2006, p. 12).

A reportagem narrou a reabertura da casa amparada por uma decisão judicial e, então, baseada em depoimentos de dois moradores próximos à boate discorreu sobre as conseqüências negativas relacionadas à reabertura da mesma. A “lei” foi focada por um dos depoimentos como possibilitando efeitos contrários: fechamento e abertura da boate. A categoria “risco”, por um lado, e as categorias “segurança” e “paz”, por outro lado, foram utilizadas para qualificar a situação de abertura e fechamento do Clube da Amizade.

No dia seguinte, o colunista Edu Vial, veiculou, no mesmo jornal, uma foto do prefeito dando entrevista com o seguinte texto abaixo da mesma:

Fechado

Se depender da decisão do prefeito João Rodrigues o Clube da Amizade ficará fechado. Sua Procuradoria Jurídica foi orientada a recorrer da decisão judicial que permitiu a reabertura da boate. A conversa nas redondezas é uma só: o Clube da Amizade não é bem-vindo. Rodrigues disse que não medirá esforços para fechar o estabelecimento em definitivo. Só fez uma ressalva, até para esclarecer moradores que criticaram a decisão da reabertura. A casa reabriu por conta de ordem judicial. E, como se sabe, decisão da Justiça não se discute; se cumpre. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 28 de junho de 2006).

Reapareceu nesse texto a conotação de disputa entre o prefeito e proprietário da boate, e a ênfase na autoridade do prefeito para o fechamento em definitivo da boate, apesar das limitações impostas pela justiça. Aqui, pela primeira vez, desde a veiculação das reportagens sobre o evento, apareceu o Ministério Público e a Prefeitura situados em lados opostos, pois até esse momento a aliança era evidente.

No dia 01 de julho o mesmo jornal divulgou a seguinte nota:

Chapecó

Vigilância Sanitária vistoria Clube da Amizade

Chapecó – Uma equipe da Vigilância Sanitária da Prefeitura de Chapecó esteve na quarta-feira no local onde funciona o Clube da Amizade para realização de uma vistoria no estabelecimento. Com a equipe que fez a verificação estava uma enfermeira do trabalho e um técnico de segurança no trabalho. Conforme informações da Vigilância foi feito no estabelecimento uma avaliação para comprovar algumas situações que foram denunciadas. O laudo técnico será feito por um Engenheiro de Segurança do trabalho. A verificação realizada serviu para conferir um laudo apresentado pela direção do clube, feito por um engenheiro contratado pela direção. Segundo a Vigilância Sanitária do município, o resultado não pode ser divulgado neste momento. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 01 de julho de 2006).

A nota narrou a vistoria no Clube da Amizade da Vigilância Sanitária da prefeitura, dando a entender a continuação da ação da prefeitura para manter o Clube da Amizade fechado, mas que a indefinição da situação ainda persistia.

7.2 As Assessorias de Imprensa

Apesar das diferentes versões que veicularam os eventos, pode-se perceber núcleos comuns nas narrativas dos mesmos. Isso pode ter sido assegurado pela Assessoria de Imprensa da prefeitura, pois, segundo o Actante K, é freqüente o envio de textos/notícias pelas Assessorias de Imprensa dos diversos órgãos:

I: Essas **matérias sobre segurança** que envolvem a Diretoria de Defesa do Cidadão, por exemplo, a reunião que aconteceu entre o Actante R e os empresários com relação às câmaras de monitoramento, quando isso vira notícia? Eles que encaminham para vocês, vocês que buscam?

Actante K: O que acontece? Geralmente eles têm assessoria de imprensa, né? Então, a assessoria de imprensa envia alguma coisa para a gente, aqui também você pode criar alguma coisa, sabe? A instalação das câmeras de monitoramento é uma informação que vem da assessoria, mas depois você cria alguma coisa em cima, você pode, digamos, buscar informações que rendam matéria. Por exemplo, outro dia a gente fez uma matéria sobre a perturbação à noite nos bares e nos postos de gasolina e a gente foi atrás, falamos com o promotor, falamos com a prefeitura, falamos com a polícia sobre os índices, os números, se depois de uma portaria que foi baixada, que é para controlar isso, se o número de ocorrência baixou. Assim, a gente tenta fazer alguma coisa para alertar, mas às vezes isso também reverte contra a gente, porque os donos dos postos não gostaram muito da matéria, você entende? Mas a intenção, aqui é alertar. Por exemplo, com alguma freqüência a gente sai com a polícia, com a autorização deles, para fazer as rondas à noite e a gente faz o quê? Conta a história de como o policial... Porque muitas vezes o que acontece, você está dormindo e você não sabe que a viatura está passando na frente da sua casa. Então a gente fez uma matéria a respeito disso.

K explica sobre as possibilidades de escrever matérias de prevenção, a partir de notícias enviadas pelas Assessorias de Imprensa, incluindo as polícias:

O que rende matéria de prevenção? É você pegar os fatos do dia a dia trabalhar um pouco em cima como forma de alertar, alertar a população a respeito disso. Por exemplo, você tem um atropelamento embaixo de uma passarela e essa pessoa morre, o atropelado morre. Isso dá para fazer... Você pode aumentar a matéria, você pode trabalhar o quê? A falta de consciência do pedestre, que ele tem que usar a passarela, a alta velocidade do carro, aí tu pode criar alguma coisa em cima disso. Outro exemplo, teve um caso [...] de Iraceminha¹⁶⁴ que, na época, foi uns dois anos atrás, duas pessoas colocaram fogo numa casa e tinha quatro, cinco crianças dentro e daí a gente fez a matéria sobre o quê? Ah, que podia acontecer com o corpo das crianças... sabe? Carbonizar. Faz uma matéria... digamos assim, a mãe ter deixado as crianças em casa sozinhas, o que isso tem de consequência. As questão do estupro, também, a gente tenta, digamos com o CEVIVI, a gente tenta fazer matérias preventivas, por quê? Para alertar a mãe, alertar o pai, falar dos números, dos índices, que aqui em Chapecó é muito preocupante essa questão do estupro, principalmente na região do São Pedro, né? A questão dos menores nas ruas, droga... Mas, assim, polícia é mesmo é muito factual, mas você pode fazer matérias preventivas e elas surgem em cima do fato também, muitas vezes.

Segundo Coimbra (2001, p. 70), as assessorias de imprensa e agências de propagandas “procuram dar voz a entidades que representam os interesses de grupos, empresários e até mesmo de trabalhadores”, como uma saída para se comunicar “de forma mais competente e

¹⁶⁴ Município próximo a Chapecó.

mais ágil com a *mass media* tentando produzir notícias, levando seus pontos de vistas, suas diretrizes”. As assessorias de imprensa exercem, assim, influência nos jornais, comunicando-se diariamente com os mesmos e distribuindo notícias de seus interesses para as redações.

7.3 Outros sentidos e práticas associados às categorias “violência” e “segurança” na mídia escrita de Chapecó

As categorias “violência” e “segurança” serão discutidas conjuntamente, pois ou elas apareceram associadas na maior parte das reportagens ou apareceram constituindo matérias de diferentes jornais, mas tomando como referência o mesmo evento. De uma forma geral, as reportagens analisadas correlacionaram as duas categorias ao *traduzir* “violência” como falta de segurança ou empregar a categoria “segurança” para abranger práticas e dispositivos que impedem o exercício da “violência”.

Com o objetivo de acompanhar as categorias para apreender os sentidos e práticas a elas associados, apresentarei as matérias a partir de cinco agrupamentos e três sub-grupamentos: associadas à escola; associadas ao trânsito; associadas aos coletivos que combatem à violência ou buscam segurança (divulgação de eventos, denúncia de práticas violentas, mobilização de actantes para mobilização de coletivos); associadas a uma situação singular e artigos sobre “violência” escritos por profissionais.

7.3.1 “Violência” e “segurança” associadas à escola

As reportagens que associaram as categorias «violência» e «segurança» à escola veicularam eventos ocorridos no espaço da escola que narram tanto práticas violentas como manifestações de pessoas buscando maior segurança. As duas próximas matérias, veiculadas por dois diferentes jornais, referem-se à agressão praticada por uma adolescente à sua colega, com um canivete, e a reação do coletivo frente ao evento:

Briga em escola assusta comunidade

As brigas dentro do pátio da Escola [...] já não são mais novidades. Segundo direção, professores e estudantes, diariamente, o local é palco de discussões, empurrões e agressões físicas entre os alunos. Ninguém, porém, podia prever que o problema se tornasse ainda mais grave. Mas foi isso que aconteceu na manhã de ontem, durante o intervalo, quando a menor AA, 14 anos, investiu contra sua colega de escola APA, 15 anos, atingindo-a com golpes de canivete no pescoço e no queixo. [...]

Comunidade exige mais segurança

As aulas no período da tarde precisaram ser suspensas. Ainda assustados com o fato, professores, funcionários e muitos pais de alunos exigiam a tomada de medidas de **segurança**. ‘Não é possível que isso continue deste jeito. Trabalhamos apreensivos, pois a qualquer momento também podemos sofrer algum tipo de **violência física**’, afirmavam os professores, ao ressaltar que frequentemente são ameaçados por alunos que não se intimidam em comparecer às aulas armados de

facas, canivetes, tesouras ou outros objetos cortantes. Além disso, outra realidade na escola são os furtos e a presença permanente de pessoas que não fazem parte da comunidade escolar no interior do estabelecimento. (DIÁRIO DA MANHÃ, 10 de junho de 2005, p. 5, grifos meus).

Adolescente é esfaqueada no interior de uma escola: professores e pais indignados com a falta de **segurança** na escola **clamam por mais segurança**.

A mãe, RR, disse que estava trabalhando quando foi informada do ocorrido. No desespero, implorou por mais segurança. ‘Não dá mais para deixar na **violência** que está. Nossos filhos não têm **segurança** num lugar que deveria ser exemplo de educação’ concluiu ela. (VOZ DO OESTE, 10 de junho de 2005, p. 6, grifos meus).

A terceira reportagem com o título “segurança”, propagou a atitude da escola frente ao evento descrito pelas matérias anteriores:

Segurança

Escola investe em conscientização após esfaqueamento

Depois da situação de **medo** há duas semanas [...] a gerência de Educação e inovação liberou mais um funcionário para a escola, que está trabalhando na ordenação do turno. [...] a escola também tem colocado em prática os meios possíveis para reverter o fato. Um dos primeiros foi tentar que os pais tenham maior conhecimento do que os alunos levam na mochila [...] Outra medida tomada pela escola é fazer mini-fóruns abordando questões como **violência** e drogadição.

(VOZ DO OESTE, 23 de junho de 2005, grifos meus).

A partir do emprego da categoria “segurança”, duas reportagens divulgaram as mobilizações de dois coletivos frente às situações de roubo ocorridas em escolas:

Segurança

Mobilização reúne estudantes e comunidade

Com faixas, cartazes e palavras de ordem, cerca de 500 pessoas participaram da ação. A mobilização foi realizada depois de a escola ser arrombada na madrugada de sexta-feira, onde vários equipamentos de informática e televisores foram levados, deixando um prejuízo superior a R\$ 4,5 mil.

(DIÁRIO DO IGUAÇU, 11/12 de junho de 2005, p. 10)

Alunos protestam contra assalto à escola

A escola parou as suas atividades na manhã de ontem para pedir mais **segurança** e conscientizar a população. Faixas e cartazes foram carregados em sinal de protesto. (DIÁRIO DA MANHÃ, 6 de setembro de 2005, p. 7).

Uma nota utilizando a categoria “insegurança” apresentou uma situação considerada grave envolvendo gangues e traficantes nas portas de escolas:

Insegurança

Está horrível a situação em frente às escolas de Chapecó. A ponto dos vereadores indicarem a necessidade de providências urgentes provendo policiamento e treinamento para vigias. Foi apurado que gangues e traficantes atemorizam os ‘guardinhas’ e tentam entrar a força nos estabelecimentos. A situação é tão grave que os vigias estão pedindo transferência.

(DIÁRIO DO IGUAÇU, 22 de junho de 2005, p. 8).

A matéria intitulada “Estudantes escrevem o RAP da Violência” discutiu a situação de preocupação do coletivo escolar frente a situações de “violência” e iniciativa de uma escola municipal de realizar um debate sobre “violência” e trabalhos em sala de aula sobre o tema,

que resultou no *rap* reproduzido a seguir, criado por crianças de 10 e 12 anos, do segundo ano do 3º ciclo de uma escola municipal:

Rap da Violência

A violência todo dia é assim,
 Você pensa em dias bons
 E o que vem é sempre dias ruins,
Violência, transgressão,
 Estupro e agressão
 Palavrões sem sentido
 Seu coração fica ferido,
 Meu amigo.
 Humilhação, depressão
 Sem ter razão
 Oprimir, reprimir
 Pensar antes de agir
 Admitir seus erros
 Não desprezar, ajudar nos dias difíceis
 Seu amigo superar
 Medo, temor
 Atitude com amor
 Caráter sem qualidade
 Atitude de covarde.
 (DIÁRIO DA MANHÃ, 13 de julho de 2005, p.7, grifos meus).

As reportagens coletadas possibilitaram listar as seguintes práticas associadas às categorias “violência” e “segurança” no espaço da escola: conflitos, agressão física, tráfico, furtos e roubos. São incluídas também, na veiculação das reportagens práticas que visaram “prevenir” a “violência” e gerar “segurança”: policiamento, passeatas de mobilização e protesto, debates e trabalhos escolares tendo o tema “violência” como foco.

7.3.2 “Violência” e “segurança” associadas ao trânsito

Das quatro reportagens que associaram as categorias “violência” e “segurança” ao trânsito, uma refere-se a acidentes ocorridos, duas a mobilizações denunciando a presença de “violência” e pedindo “segurança” e outra a uma campanha buscando “segurança” a partir de orientação a pedestres e motoristas, como podem ser lidas abaixo:

Violência no trânsito faz terceira vítima

Em menos de uma semana foram registradas três mortes em acidente no centro de Chapecó. Na sexta-feira à tarde colisão entre moto e caminhão tirou a vida do piloto da moto [...], 42 anos, que ficou preso embaixo do veículo e foi arrastado por alguns metros. No último sábado de madrugada um acidente registrado entre um Gol e um Fusca resultou na morte de [...], 29 anos, e de [...], 20 anos. De acordo com o Departamento de Trânsito da Prefeitura, serão instaladas lombadas eletrônicas para conter a velocidade dos veículos e realizado trabalho de conscientização dos motoristas quanto à segurança no trânsito. (Manchete de capa de jornal do DIÁRIO DO IGUAÇU, 23/24 de abril de 2005).

Familiares de vítima pedem fim da violência no trânsito (DIÁRIO DA MANHÃ, 11 e 12 de junho de 2005).

Familiares de jovem vítima do trânsito realizam protesto

Um ato público despertou o interesse de quem fazia compras na Avenida Getúlio Vargas, no último sábado. Organizada pela família do jovem [...], morto em um acidente de trânsito, a manifestação contou com a participação de toda a família e amigos. [...] a intenção era chamar a atenção da população chapecoense para o alto número de acidentes de trânsito que tem ocorrido na cidade, cuja causa maior é a imprudência dos motoristas.

A mãe de [...] acredita que o trânsito de Chapecó pode melhorar a partir de educação dos motoristas e da conscientização dos mesmos. ‘No sábado pedimos maior **segurança no trânsito** e maior amor à vida. Há pouco tempo meu irmão se acidentou gravemente, mas se recuperou. Logo depois perdi meu marido em acidente de trânsito. Agora o [...] Isso tem que parar’, destaca.

As críticas à forma como o trânsito é tratado em Chapecó. ‘Primeiro fecham ruas e quando os motoristas se acostumaram, essas ruas são abertas. Estão fazendo o povo chapecoense de cobaia. Nesse tempo, vidas se perdem. O cruzamento onde meu filho morreu deveria ter uma sinaleira ativada’, desabafa. (VOZ DO OESTE, 14 de junho de 2005, p. 3, grifos meus).

Prevenção. Campanha quer mais **segurança no trânsito**

Chapecó - Uma campanha para conscientizar os pedestres de utilizar a faixa de segurança para atravessar a rua e, ao mesmo tempo, conscientizar os motoristas para que não parem sobre a faixa, teve início na semana passada em Chapecó. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 27 de junho de 2005, p. 13, grifo meu).

Pode ser observado que as reportagens que fizeram circular as categorias “violência” e “segurança” associadas ao trânsito mesclam a apresentação de práticas violentas com a divulgação de mobilização, protesto e busca de segurança, assim como ocorreu na sessão anterior com as matérias que circularam estas categorias no espaço escolar.

7.3.3 As categorias “violência” e “segurança” associadas aos coletivos que as veiculam

Nesta sessão serão apresentadas as reportagens vinculadas a coletivos constituídos para combater a “violência” e/ou buscar/gerar “segurança” – discutidos no capítulo quatro – a partir de três sub-grupos: a) as reportagens que divulgam eventos organizados pelos coletivos; b) as reportagens que denunciam práticas violentas; c) as reportagens que buscam mobilizar actantes para a estabilização dos coletivos.

a) Divulgação de eventos

Seguindo a categoria “violência” cheguei às reportagens que fazem a divulgação de eventos promovidos por coletivos de Chapecó para discutir e/ou combater violências, apresentadas através dos fragmentos abaixo:

Violência é tema do primeiro debate do Fórum pela paz

O primeiro debate do Fórum Permanente pela Paz foi realizado ontem na Câmara de Vereadores de Chapecó, sob a coordenação de [...] O debate objetivou levantar **as diversas faces da violência** na cidade e promove visibilidade e possibilita apresentar as propostas do Fórum. (VOZ DO OESTE, 01 de junho de 2005, grifos meus).

Cevivi realiza debate 'A palmada já era'

O debate integra as atividades da Semana Nacional de **Combate à Violência** e Exploração Sexual de /crianças e Adolescentes. As discussões giram em torno do projeto de Lei 26/54 de 2003 que prevê que as crianças e adolescentes não podem ser submetidas a qualquer tipo de agressão corporal. Se aprovada, esta lei deve alterar o Estatuto da Criança e Adolescente e também o Código Civil. (DIÁRIO DA MANHÃ, 17 de maio de 2005, p. 6, grifo meu).

Chapecó prepara dia de **combate à violência infanto-juvenil**

Chapecó começa preparar a edição 2005 do Dia Estadual de **Combate à Violência e à Exploração Sexual Infanto-Juvenil**. Entidades e instituições que defendem o fim desse tipo de violência escolheram o dia 24 de setembro para marcar as manifestações referentes ao assunto. [...] Ontem, a programação que marca a edição 2005 do dia de Combate à Violência, dedicou-se a distribuir fitas brancas à população num pedido de paz. Ainda esta semana, o grupo que se dedica ao Fórum vai visitar empresas do município e desenvolver palestras informativas sobre o nível de violência contra crianças e adolescentes. (DIÁRIO DA MANHÃ, 21 de setembro de 2005, p. 7, grifos meus).

Seminário Regional: **Comunidade e Polícia em parceria contra a violência**

Foi realizado durante o sábado no [...] o Seminário Regional de Polícia Comunitária que reuniu diversas autoridades bem como cidadão comum. O seminário foi realizado pela Coordenadoria Estadual Comunitária em parceria com a Universidade do Vale do Itajaí. (VOZ DO OESTE, 26 de setembro de 2005, p. 10, grifo meu)

Curso de Formação: Polícias mais próximos da comunidade

O curso é um convênio entre a Secretaria Estadual de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Secretaria Nacional de Segurança Pública e Univali. 'Importante porque prega nova postura da polícia perante a criminalidade, **violência** e todos os problemas que afetam a comunidade. Vejo como uma evolução dos conceitos e práticas policiais', afirmou. Ele salientou ainda que a turma de Chapecó foi excelente e bem participativa. 'Na verdade todo o Oeste já tem uma proximidade forte com a comunidade o que falta é aplicar a filosofia da polícia comunitária que foi trabalhado durante o curso', concluiu [...] (VOZ DO OESTE, 26 de setembro de 2005, p. 10, grifo meu).

Conservatório beneficia 210 alunos

Para o coronel, o conservatório tem fundamental importância principalmente para **inibir a violência**. 'Esses 210 alunos estão fora **dos índices da violência**', destacou. Segundo [...], onde não existem políticas sociais a violência lidera. (VOZ DO OESTE, 06 de julho de 2005, p. 4, grifos meus).

Crianças carentes têm aulas no Conservatório Musical do Segundo Batalhão de Polícia Militar.

[...] O sargento [...] explica que ao ensinar a música, a proposta do conservatório também é de estimular a cidadania. Além da certificação, o grupo também almeja viabilizar a profissionalização dos jovens. 'Esta também é uma ação para promover a interação entre as crianças, oferecendo atividades especiais e auxiliando no **combate à violência**', ressaltou. (DIÁRIO DA MANHÃ, 06 de julho de 2005, p. 8, grifo meu).

A divulgação abrangeu eventos já realizados e eventos a serem realizados. A particularidade desse tipo de veiculação de reportagens, é que foram publicizados pelos próprios coletivos, buscando alianças para a realização do evento e/ou mostrando a importância de sua existência através do mesmo.

b) Denúncia de práticas violentas

As categorias “violência” e “segurança” me conduziram também para a coleta de matérias veiculadas por coletivos, que fizeram denúncias de práticas violentas ou divulgaram ações que possibilitaram segurança frente às mesmas:

Cevivi atende duas vítimas de abuso e exploração sexual por dia¹⁶⁵

Todos os dias pelo menos duas crianças são **vítimas de violência** ou abuso sexual em Chapecó. Oitenta por cento dos agressores integram o circuito de convivência familiar da vítima. Hoje, o Centro de Atendimento Integral a Crianças e Adolescentes **Vítimas de Violência** e Exploração Sexual (Cevivi) acompanha 115 crianças, entre elas oito agressores adolescentes. Já passaram pela instituição cerca de 500 pessoas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 20 de maio de 2005, p.5, grifos meus).

Violência sexual: Uma denúncia por dia em Chapecó

[...] a situação em Chapecó é preocupante, pois é registrada uma denúncia por dia de crianças e adolescentes que são vítimas de abuso ou exploração sexual. [...] O dado mais assustador, contudo, é que na maioria dos casos, o abusado sexual é alguém do próprio grupo familiar. ‘Engana-se quem diz que o abuso sexual acontece apenas com pessoas de nível de renda inferior. Os crimes são praticados em todos os níveis sócio-econômicos’, garante a assistente social, revelando que a diferença fica exposta nas famílias mais humildes. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 20 de setembro de 2005, p. 14, grifo meu).

Incra denuncia **violência** em ação de despejo no Oeste

Seis famílias ligadas ao Movimento dos Sem-Terra (MST) foram despejadas do Acampamento. [...] O MST e o INCRA denunciam que o despejo ocorreu **de forma violenta**, com parte das casas e benfeitorias incendiadas ou destruídas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 29 de junho de 2005, p. 9, grifo meu).

Desarmamento infantil

[...] a Campanha de Desarmamento Infantil foi lançada esta semana em Joinville [...] **Os números da violência.** A cada dia, quase duas crianças/pré-adolescentes são internadas em hospitais devido a lesões por arma de fogo por motivo acidental. No Brasil, a arma de fogo faz mais vítimas que os acidentes de trânsito. Do total de pessoas que morrem vítimas de acidentes, 30,1% são por armas de fogo e 25,9% são por acidentes de trânsito. Entre os jovens de 15 a 19 anos, este número sobe para 39,1 mortes por arma de fogo contra 14,8% acidentes de trânsito. (SUL BRASIL, 28 e 29 de maio de 2005, p. B-3, grifo meu).

Família está intimamente ligada à criminalidade

VO – O que pode estar ocasionando os **altos índices de criminalidade?**

Capitão – ‘**Violência** e crime são fatos sociais. Hoje temos problemas que a família não é mais família, ou seja, os filhos são criados somente pela mãe ou pai e crescem revoltados. Além disso, a escola se tornou meramente técnica e não mais educativa como antes, por isto que afirmo que não é culpa da PM. Acho que é hora de parar de tratar o crime como problema da PM, e sim de todos, da sociedade. (Fragmento de entrevista feita pelo VOZ DO OESTE com um capitão da Polícia Militar, 18 de julho de 2005, p. 4, grifo meu).

Segurança. Operação especial detona possível bomba

¹⁶⁵ Matéria assinada por uma profissional do CEVIVI.

Em uma operação cautelosa de 1h30, policiais do GRT retiraram o artefato de uma lixeira e explodiram a suposta bomba no canteiro central em frente à Câmara. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 14 de abril de 2005, p. 13, grifo meu)

Segurança. OAB/Chapecó pede agilidade em solução para o Presídio Regional
O documento trata da necessidade de agilizar uma solução para a superpopulação do Presídio Regional de Chapecó. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 29 de setembro de 2005, p. 15, grifo meu).

Pode-se perceber que as denúncias de “violência” objetivaram mobilizar a população chamando a atenção ou para o coletivo ou para a situação “emergencial” vivida. Grande parte das reportagens apresentaram índices estatísticos para justificar a gravidade da situação.

c) Mobilização de *actantes* para estabilização de coletivos

As categorias “violência” e “segurança” me levaram também a conhecer reportagens divulgadas pelos coletivos com o objetivo de gerar visibilidade aos mesmos e mobilizar *actantes* para a sua estabilização.

Polícia: Fundo surge como alternativa para **melhorar segurança**
Chapecó – A aquisição de equipamentos e viaturas para o trabalho diário e a realização de melhorias na estrutura de atendimento da polícia serão os destinos dos recursos arrecadados pelo Fundo Municipal de Reparelhamento da Polícia Militar e Polícia Civil (Fumpompoc) em Chapecó. O fundo está sendo constituído pelas Polícias Militar e Civil, com apoio de várias entidades do município para melhorar o atendimento à comunidade. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 14 de julho de 2005, p. 18, grifo meu).

Chapecó ganha abrigo a **mulheres vítimas de violência**
[...] O espaço é uma antiga reivindicação da sociedade chapecoense, principalmente das entidades voltadas a ações de proteção às mulheres [...] Além de oferecer abrigo às mulheres e seus filhos por até três meses, o espaço também dispõe de atendimento médico, psicológico e de assistência social às vítimas. (DIÁRIO DA MANHÃ, 25 e 26 de junho de 2005, grifo meu).

Inicia semana de **combate à violência e exploração sexual infanto-juvenil**
Sensibilizar e informar as pessoas da importância de denunciar **casos de violência** e exploração de crianças e adolescentes é objetivo da semana nacional de **combate à violência** e exploração sexual infanto-juvenil. [...] serão distribuídas fitas brancas alusivas à campanha, panfletos e folders informativos e serão realizadas visitas a empresas e escolas municipais e estaduais e nos programas sócio-educativos para divulgação. [...] Conforme [...] o que mais preocupa é o abuso intrafamiliar, praticado por membros da família (pais padrastos, tios avós, primos). Denúncias podem ser feitas no Conselho Tutelar. (SUL BRASIL, 20 de setembro de 2005, p. 4, grifos meus).

Segurança. Portaria proíbe uso de capacetes em postos de combustíveis¹⁶⁶. A medida visa combater a prática de delitos de furto e roubo que vêm ocorrendo nos postos de combustíveis. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 27 de junho de 2005, p. 14, grifo meu).

Segurança. Medidas diminuem ocorrências de perturbação de sossego Desde 19 de maio deste ano a nona Promotoria de Justiça de Chapecó, em parceria com o

¹⁶⁶ O uso dos capacetes servia de ocultação das identidades dos infratores.

Sindipostos, expediu **medidas de segurança** aos postos de combustíveis, motivando a redução de 50% nas ocorrências. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 29 de junho de 2005, p. 12, grifos meus).

Segurança. PM pretende instalar Companhia de Operações espaciais
A nova companhia será responsável pelo atendimento das operações policiais especializadas e de maior complexidade, tanto em Chapecó quanto na área de abrangência do Segundo Batalhão de Polícia Militar, que é de 80 municípios. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 14 de julho de 2005, p. 23).

Segurança. Vistoria na Penitenciária Agrícola de Chapecó
Durante a inspeção da Penitenciária de Chapecó, o diretor constatou a necessidade de algumas medidas de segurança que precisam ser realizadas, como, por exemplo reformas na ala do regime semi-aberto. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 23 de junho de 2005, p. 10).

Segurança. Campanha nacional de desarmamento encerra quinta-feira. (DIÁRIO DO IGUAÇU, 22 de junho de 2005, p. 23)

Segurança pública é enfoque na Câmara de vereadores
[...] A presença do comandante foi solicitada através do presidente da Câmara [...] para esclarecer as ações da Polícia Militar. ‘Muitas vezes nós, vereadores, somos questionados pela população sobre as ações criminosas que acontecem na cidade’. Ele salientou que **Segurança Pública** é um assunto complexo, sendo muito válida a presença do comandante que esclareceu dúvidas dos vereadores, além de realizar uma explanação detalhada sobre o batalhão. (VOZ DO OESTE, 13 de setembro de 2005, p. 11, grifos meus).

As reportagens divulgaram ações realizadas ou pretendidas como forma de buscar aliados para a ampliação e fortalecimento dos coletivos. De uma forma geral, pode-se perceber que as reportagens que circularam as categorias “violência” e “segurança” associadas a coletivos foram veiculadas pelos próprios coletivos, ocupando um espaço significativo na imprensa escrita e possuem significados diversos a partir de cada coletivo que a propagou. Um dos efeitos deste tipo de publicação foi deixar *inscritos* traços da ação de *actantes* e do próprio coletivo, outro foi veicular categorias e concepções que interessam aos mesmos, que contribuem para ampliá-los e fortalecê-los através da mobilização de novos *actantes* e através da publicidade que justifica e legitima as suas existências.

7.3.4 “Violência” associada a uma situação singular de denúncia de crime por familiares, parentes e amigos de uma vítima de assassinato

A categoria “violência” também circulou em uma nota divulgada por familiares e amigos de uma pessoa vítima de assassinato

Violência
Família Chocada...
Crime Bárbaro.

A Família, Parentes e amigos de [cita nome], ainda muito chocada com a brutalidade e a **violência**, com que [...] foi assassinado, vem se manifestar nesta

data de um mês de seu falecimento: Acreditamos na Justiça Divina e na Justiça dos Homens, que o mal não pode vencer sempre, confiamos que a Polícia trabalha sério para que Assassinos, pessoas inescrupulosas paguem por tudo isso. Infelizmente, só a Família que passa por tudo isso, pode realmente falar do sofrimento do crime bárbaro, cruel com que ele foi assassinado.

[cita nome] carinhosamente chamado de [cita apelido] brutal foi a maneira com que te tiraram a tua Vida, e você do nosso convívio, sem defesa, sem direito de ser socorrido e na calada da noite, agiram friamente.

Amado [cita primeiro nome] até hoje não tivemos resposta, mas você será sempre lembrado com Amor e muito carinho por todos nós. Apesar da dor, do sofrimento, da indignação, não perdemos a fé e a confiança em Deus, ele pode mais do que tudo, vê e fará Justiça do seu jeito.

Gritamos contra a Violência.

Familiares, Parentes e Amigos.

(DIÁRIO DO IGUAÇU, 8 e 9 de junho de 2005, p. 14, grifos do jornal).

A veiculação da categoria “violência” nessa situação singular de publicação mostrou outras possibilidades de produção que empregam essa categoria, na imprensa escrita, além da produção midiática. Nesse caso a categoria “violência” foi associada claramente a uma situação de assassinato com brutalidade e publicada pelo grupo atingido.

7.3.5 Artigos sobre “violência” veiculados por profissionais

Outro tipo de produção na qual circulou as categorias “violência” e “segurança” foi a de artigos escritos por profissionais especializados. O artigo intitulado “Violência contra a mulher X saúde”, assinado por uma psicóloga e inserido na página destinada a “Opinião” (DIÁRIO DO IGUAÇU, 28/29 de maio de 2005, p. 2) discute sobre a comemoração do Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher (28 de maio) e sobre a “violência praticada contra as mulheres que nos dias atuais representa uma das principais causas de morbimortalidade, atingindo as mulheres em praticamente todas as fases da vida e com as mais diversas facetas”.

O artigo com o título “Palmadas: amor ou violência?” (SUL BRASIL, 21 de junho de 2005, p. 4), assinado por uma psicóloga e psicanalista, discutiu a iniciativa de “instituições” de fazerem uma campanha para minimizar a violência contra crianças orientando como os pais devem educar seus filhos. A autora questionou a iniciativa, considerando que apesar da intenção de “proteger” as crianças, é problemático definir “o que pode ser caracterizado como um ato violento”, argumentando que “a palmada tanto pode ser um ato de amor quanto um ato de violência dependendo da circunstância em que acontece”.

Os outros cinco artigos coletados são do mesmo autor e foram assinados acompanhados da identificação de “coronel da Polícia Militar, ex-comandante geral da PM/SC” e têm em comum o cabeçalho “Segurança Pública”. O primeiro, com o título “Poesia – O Policial”, de autor desconhecido discorre sobre a valorização e desvalorização do policial:

A gente que ainda não sabe
 O que a polícia significa
 Por maldade a critica
 Sem conhecer a verdade
 [...]
 Se o policial errar também
 Há sempre alguém que o entrega
 E finge que não enxerga
 Quando ele pratica o bem
 Somos aquele alvo humano
 Das armas dos delinqüentes
 Estamos sempre presentes
 Nos combates contra o mal
 [...] Que diga ele de novo
 À grande massa social
 Que o braço do Policial
 É a segurança do povo.
 (DIÁRIO DA MANHÃ, 18 e 19 de junho de 2005, p. 2).

O segundo artigo explicou sobre como funcionam os golpes por telefone que “estavam chantageando e extorquindo dinheiro de pessoas de Chapecó” e orientou como as pessoas deviam agir para proteger-se desses golpes. (Diário da Manhã, 25 e 26 de junho de 2005, p.2). O terceiro com o subtítulo “Desarmamento: a alegria do crime. São reflexões que podem ser úteis, pensem!”, posicionou-se contra o desarmamento no Brasil. (DIÁRIO DA MANHÃ, 16 e 17 de junho de 2005, p. 2). O quarto, defendeu o direito do cidadão de ter e portar armas. (Diário da Manhã, 23 e 24 de julho de 2005, p. 2). E, finalmente, o quinto denunciou a tentativa de aprovar o desarmamento no Brasil como “um ‘golpe’ dessa esquerda envolvida neste mar de corrupção” (DIÁRIO DA MANHÃ, 3 e 4 de setembro de 2005, p.2).

Os artigos mostraram outra possibilidade de circulação das categorias “violência” e “segurança”, adquirindo significados diferentes a partir de cada autoria. Percebe-se que apesar das publicações serem produções individuais, as categorias veicularam significados coletivos que podem ser detectados a partir da identificação da profissão/função do autor podendo ser associados a outros significados difundidos pelos coletivos da cidade, discutidos no capítulo quatro e retomados neste capítulo.

7.4 O processo de produção das notícias sobre “violência”

Para que um evento violento vire manchete de primeira página, segundo a Actante K, é necessário que seja um evento com gravidade: “para ser manchete de capa tem que ser um contrabando bem gordo, um assalto bem grande, né? Mas hoje o que acontece? Já virou rotina roubar dez mil. Antigamente dava capa, hoje em dia é rotina”.

K falou sobre o uso das imagens violentas, considerando importante que elas apareçam, mas na proporção certa:

Tem que dosar. Você não pode também extrapolar. Teve uma vez, por exemplo, que aconteceu um acidente no extremo Oeste que a foto mostrava a mulher caída, o cara sem um braço, sabe? Assim, eu coloquei na capa, mas eu desfoquei as pessoas, por quê? Porque a imagem chocava. Para a gente que está acostumada, não tem... Tu olhas aquilo com naturalidade, mas daí é meio complicado você usar digamos a imagem, tem pessoas que não gostam.

K descreveu uma situação, na qual uma imagem foi usada de forma inadequada:

Teve uma vez que foi muito cruel, eu não estava no jornal, foi quando, acho que você deve se lembrar dessa história, faz um ano e pouco, que o marido matou a mulher e enterrou, não sei se você chegou a ver? Enterrou no quintal de casa. E daí naquela noite eu estava em casa e só tinha o pessoal da revisão e um dos diretores do jornal eles foram lá e colocaram a mulher, feito Jesus Cristo na capa, uma foto imensa. Eu teria colocado também a foto, mas é o tamanho dela que ficou muito estranho, aquilo chocou bastante e a gente também teve um grande número de cancelamento de assinaturas por causa daquilo. No outro dia, eu até tomei um susto porque eu teria usado a foto de capa porque é uma matéria digamos polêmica, é uma matéria que as pessoas iam gostar de ver, é o fato que ocorreu, mas eu teria usado ela um pouco menor, ela saiu assim, a capa inteira, então aquilo chocou bastante. Porque uma coisa é você usar a matéria policial, só uma chamada, por exemplo: 'marido mata a mulher e enterra no quintal', se você não vê a foto tu vai passar batida na... Pode até ler. Mas daí você vê a foto daquele tamanho te dá um... Tudo é questão de quê? Da imagem na matéria. Outra coisa, suicídio também a gente não data, só se for uma pessoa importante, alguém conhecido, essas coisas...

K relatou uma outra situação onde foi utilizada a imagem de um feto, mas acompanhado de um editorial explicando essa atitude:

A polícia encontrou um feto e a foto foi batida com a polícia pegando das pernas para a cabeça e daí a gente ficou num dilema se a gente colocava ou não aquela foto no jornal, não na capa, dentro. Então, a gente achou, conversando com a direção achou interessante colocar. Por quê? Como um alerta, entendeu? A menina era adolescente, os pais tinham-na abandonado, mandaram para fora de casa, ela não tinha onde ter a criança, ela foi ter lá no meio do mato e abandonou. E a polícia só foi descobrir quando o hospital informou que entrou uma pessoa com 14, 15 anos que provavelmente tinha tido um bebê há pouco tempo. Aí a gente fez um editorial explicando do porquê da foto, principalmente bebê morto choca, então a gente explicou que não adianta tapar o sol com a peneira, isso acontece, digamos diariamente, na maioria das cidades. E o que acontece? Às vezes o caso é abafado ou então ninguém fica sabendo.

O editorial, segundo K, gerou reação positiva:

A gente não teve resposta negativa disso. Muito pelo contrário, até a universidade, alguns professores ligaram para cá e disseram que a iniciativa foi boa, foi comentada... No começo do jornal já avisava que no final ia ter uma surpresa, mas justificava o porquê. Acho que é nisso que talvez o jornalismo tenha que trabalhar, entende? Não adianta você só querer sensacionalismo, botar a criança morta, a pessoa na capa esticada, mas você tem que explicar o porquê daquilo. É uma questão de alerta, também. Não adianta você só dar uma manchete boa se também você não dá uma justificativa depois dizendo que a questão é alertar.

No entanto, K explicou que a divulgação de eventos violentos pode ser eticamente complicada:

Por exemplo, ontem a gente saiu para um acidente com vítima, uma morte, um acidente fatal, só que assim a gente não colocou o nome da vítima, por quê? Porque na hora que a gente foi lá para bater a foto, os familiares estavam bem

transtornados, sabe? Ameaçaram: ‘ah, não vai publicar a foto do meu sogro no jornal’. A gente até evitou colocar, nós tínhamos a foto do corpo e tudo e isso chama a atenção, mas também é meio, digamos é eticamente meio complicado. A gente preferiu não colocar o nome nem as iniciais, para quê? Para preservar a família também. Foi um acidente que aconteceu, não foi nada de grave, ele provocou o acidente e só ele morreu, então não tem porque a gente ficar criando uma polêmica em cima.

K destacou que desde que começou a trabalhar no jornal em Chapecó (há 5 anos) nunca houve um evento que considerasse de “grande violência” na região:

Que eu me lembre, porque é muita coisa... Mas assim, a única coisa que eu me lembro foi um assassinato que aconteceu, um esfaqueamento, ali num bairro, que daí a população inteira queria saber. Mas também não foi... Olhe em Chapecó não teve nada assim de tão violento, de... Nem com requintes de crueldade, nada... O que acontece mais aqui? São homicídios simples, tiros... Nada assim com cinco ou seis tiros. Que eu me lembre foi um esfaqueamento só, em 2004 com 13 facadas, mas assim, não como uma grande violência. São mais tragédias, mesmo, de carro, acidentes, né? Seqüestro aconteceu só um, desde que eu estou aqui, que foi em Xavantina¹⁶⁷. Olha, de violência, violência, não teve nada.

Entretanto, K explicitou o que considera um evento de grande violência:

Agora, o que eu classificaria como violência? Ah, um cara ser morto com 20 facadas, eu acho que o estupro, assim... O problema do estupro é o quê? Que ninguém divulga, entende? Teve só um caso de uma mãe que a filha foi estuprada e que ela fez questão de fazer matéria depois, veio aqui, ela queria aparecer, a gente quis preservar ela porque é bem complicado, né? E ela quis fazer a matéria, quis alertar. É, estupro, digamos, homicídios, dependendo latrocínio, é uma coisa muito triste também, mais violenta...

As situações e elementos que compõem a produção das notícias sobre “violência”, descritos pela Actante K, vão ao encontro das análises de Michaud (1989) sobre a mídia, discutidas no capítulo cinco. É o excesso que interessa a mídia. "A violência, com a carga de ruptura que ela veicula, é por princípio um alimento privilegiado para a mídia, com vantagem para as violências espetaculares, sangrentas ou atrozes sobre as violências comuns, banais e instaladas" (p. 49).

As imagens são elementos importantes e, conforme narrado pelo actante K, apesar de seu caráter de cópias autênticas, elas podem ser distorcidas: selecionadas, montadas, enquadradas, reenquadradas, legendadas, aumentadas ou diminuídas de forma que não passe despercebida e que chame a atenção sem chocar excessivamente, evitando a desaprovação do leitor. Portanto, torna-se evidente o caráter de fabricação das notícias:

A notícia é fabricada. Seja escrita, falada, televisionada, ela é fruto de montagem que inclui a escolha do fato, do assunto, do que dele vai ser aproveitado, da oportunidade exata para sua divulgação, atendendo, portanto, a determinados parâmetros como localização, tempo e modo. (SZPACENKOPF, 2004, p. 198).

¹⁶⁷ Município próximo de Chapecó.

Michaud (1989) afirma que a mídia através da veiculação diária de notícias violentas e estatísticas de assaltos gera “a sensação de uma espécie de transparência dos acontecimentos: tudo se sabe” (p.50). No entanto, apesar das novas tecnologias de comunicação, essa transparência “é em grande parte ilusória porque se pode manipular a mídia e porque ela se adapta muito mais ao sensacional que ao banal” (p. 50).

7.5 A produção da página policial

Não foi detectada uma correlação direta entre a página policial e a veiculação das categorias “violência” e “segurança”. Essas categorias tanto apareceram na página policial quanto em outras páginas destinadas a outros temas, conforme descrito anteriormente. Nas páginas policiais foram também utilizadas outras categorias para nomear práticas consideradas violentas como: agressão, lesão, atropelamento, acidente, colisão, assalto, furto, roubo, arrombamento, estelionato, homicídio, morte, invasão, briga, irregularidade, abuso, exploração, estupro, ferimento, tráfico, dentre outras.

Conforme descrevi no capítulo seis, a página policial é produzida a partir dos Boletins de Ocorrências enviados pelas polícias (militar, civil e federal) aos jornais, duas vezes ao dia. Segundo a Actante K, o envio desses boletins para os jornais deve-se ao interesse das polícias de que as notícias circulem para que a população se sinta mais segura, ao ver que estão fazendo alguma coisa. Entretanto, a divulgação de notícias violentas pode ter um efeito oposto ao desejado pelas polícias, podem produzir o sentimento de medo e de insegurança:

No que diz respeito à segurança, isso quer dizer que não é necessário que um dado indivíduo, ou alguém de seu círculo mais próximo, tenha passado por uma situação de vitimização para que se sinta atingido pela violência de que tem notícia. Sentimo-nos atingidos em nossa confiança de que estamos seguros a cada vítima de que tomamos conhecimento, a cada caso que chega até nós por relatos de terceiros. Ficamos abalados e solidários com as vítimas. Vale ressaltar que tal sentimento de solidariedade costuma variar de acordo com alguns traços fundamentais da vítima, sendo tão maior quanto mais próximos nos sentimos dela. Esse dado é importante por uma série de fatores, dentre eles por sugerir que não são exatamente os índices de vitimização que causam temor, mas aspectos outros, como perfil das vítimas, modalidades de violência e regiões em que ocorrem os casos reportados. (SENTO-SÉ, 2003, p. 33).

E os leitores, como se vinculam e reagem frente à página policial?

Segundo K, há quatro anos quando o jornal eliminou a página policial o número de assinaturas diminuiu:

[...] ela foi eliminada porque as pessoas ligavam para cá e reclamavam muito [refere-se às pessoas que eram protagonistas das notícias policiais]. Só que depois foi feita uma pesquisa interna e se descobriu que o número de cancelamentos da assinatura aumentou muito com a saída da página da polícia, as pessoas gostam de ler aquilo. Na verdade, parece que gostam de ver... Tanto é que teve uma época que o ministério público proibiu de colocar os nomes nas matérias e aquilo causou uma

revolta, tinha gente ligando para cá que queria saber o nome da pessoa, por que a gente não estava colocando o nome, que eles queriam ver o nome, sabe? Mesmo a questão das fotos, as pessoas querem ver as fotos do ladrão, do cara que matou, do cara que roubou, eles têm essa necessidade de ver, sabe? E, às vezes até é preocupante.

O cancelamento de assinaturas fez com que o jornal voltasse a editar a página policial: “quando voltou aumentou o número de assinaturas. Tem gente que adora, né?” Cabe questionar aqui sobre os efeitos produzidos pelos três *actantes*: polícias, jornal e leitores. A polícia ao divulgar as ocorrências busca ocupar um espaço na mídia para mostrar o seu trabalho. A mídia tem uma relação de afinidade com as polícias, pois possibilita veicular acontecimentos “sensacionais”, que rompem com o “normal”, buscando atrair os leitores através da produção das notícias e inserção de imagens: “[...] a violência é vendida como produto que atrai a atenção, que seduz audiência, que interessa a muitos; tem valor comercial e, portanto, é vendável, é rentável” (SZPACENKOPF, 2004, p. 204). Os leitores ao consumirem essas notícias fortalecem e estimulam a veiculação das mesmas. No entanto, é importante destacar, a partir do relato da Actante K sobre as reclamações referentes ao modo como as notícias são publicadas, os cancelamentos ou aumentos das assinaturas, que o processo da veiculação das notícias não se desenrola de forma linear e submissa, mas envolve um processo de negociações e controvérsias que geram rupturas e estabilizações em uma *rede* que *faz-fazer*.

*

O movimento de seguir as categorias “violência” e “segurança” pela mídia escrita de Chapecó me levou a apreensão de alguns sentidos e práticas associados ao emprego dessas categorias. Elas me conduziram ao espaço da escola e ao espaço do trânsito e me possibilitaram conhecer a *tradução* de práticas como: conflitos, agressões, tráfico de drogas, roubos e furtos, colisões e atropelamentos. Ainda, permitiram observar as ações *inscritas* dos coletivos vinculados à escola ao trânsito como: passeatas, protestos, mobilizações, denúncias de práticas violentas, reivindicação de segurança. As categorias me guiaram, ainda, até os traços deixados pelos diferentes coletivos, constituídos para combater violências e gerar segurança, que buscam na mídia visibilidade pública, aliados para a sua ampliação e fortalecimento, legitimação para as suas existências, fazendo circular os significados que os interessam (como violência e exploração sexual infanto-juvenil, violência contra a mulher, lesões por arma de fogo, despejo de forma violenta, detonação de bomba, superpopulação de presídio, práticas de furtos e roubos, perturbação de sossego, vistoria em penitenciária,

desarmamento, armamento, segurança pública, dentre outros) a partir da divulgação de eventos, denúncias de práticas violentas e ações realizadas ou pretendidas. Fui levada, também, a uma produção singular de veiculação de nota *inscrita* por familiares e amigos indignados frente a um assassinato e a artigos produzidos por profissionais que veicularam significados que podem ser associados a coletivos da cidade.

A partir do acompanhamento das *inscrições* dos jornais locais, pude também acompanhar um evento e conhecer diferentes processos de *traduções* e apreender algumas possibilidades de produções midiáticas. A forma de narrativa, a apresentação ou não de atores, a caracterização positiva e negativa de *actantes*, a ênfase a determinadas situações e índices estatísticos possibilitam diferentes versões dos eventos que viram notícia: pode-se fabricar vilões e heróis, pode-se buscar aliados para determinados atores. Para apreender os efeitos dessas fabricações torna-se necessário observar as *redes* onde circulam, identificar os *actantes* envolvidos, as alianças e disputas presentes, quem ganha e quem perde com a veiculação das versões. Foi possível também identificar a influência das assessorias de imprensa na mídia escrita através da veiculação de notícias a partir de seus interesses, seus pontos de vista e suas diretrizes.

O acompanhamento das reportagens e o emprego das categorias descritas possibilitaram conhecer algumas formas de pensar, sentir e perceber a “violência”, circulada pela mídia, produtoras de subjetividades: a divisão dos actantes em “bons” ou “maus”, heróis ou vilões, quadro trágico *versus* poder para fazer vigorar a “ordem”, o “outro” *versus* a “ordem”, o privilégio para as violências espetaculares sobre as violências comuns, banais e instaladas. Alguns dos efeitos desse tipo de veiculação são as produções de medo e insegurança e a legitimação por parte da população das ações de combate à “violência”¹⁶⁸ que podem violar os direitos humanos e produzir segregações diversas.

No entanto é importante esclarecer que não atribuo de forma maquiavélica e simplista à mídia todo o poder de produção de subjetividades sobre violências, pois o poder - como discutimos no capítulo quatro - não é algo que se possui, é consequência e não causa de ação e resulta da ação de um fluxo que envolve vários atores. Portanto, a mídia é aqui apreendida sendo *actante* de algumas *redes* e ao mesmo tempo tecendo uma *rede* própria que a organiza, constituindo assim uma trama de fios com muitas conexões. Pois, quem faz a mídia escrita funcionar senão os funcionários do jornal (desde a recepcionista, passando pelos repórteres e editores até chegar ao entregador de jornal), o(s) proprietário(s), os recursos de venda de

¹⁶⁸ Como, por exemplo, o Programa “Tolerância Zero”, discutido no Capítulo 5.

assinaturas e exemplares, os recursos resultantes da publicação de classificados, artigos e notas, os leitores, os acordos políticos, os acordos comerciais, os acordos financeiros, as assessorias de imprensa, o papel, os computadores, as máquinas fotográficas, as impressoras, as categorias, os conceitos, etc.?

Ainda é importante informar que a minha preocupação durante a coleta das reportagens e elaboração desse capítulo não foi abranger a totalidade das matérias, nem analisá-las quantitativamente, mas deixar-me guiar pelas categorias selecionadas descrevendo alguns caminhos trilhados e algumas práticas e sentidos encontrados, sem a pretensão de esgotá-los nessa busca e descrição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Abordei o tema “violência” a partir de diferentes entradas, com base no trabalho de campo realizado na cidade de Chapecó: as estatísticas oficiais que inscrevem práticas violentas, a emergência da categoria violência no processo de constituição de coletivos que a tomam como foco, as estratégias de gestão das violências que implicam em tecnologias de vigilância e controle, a configuração de um evento violento e os efeitos da veiculação de práticas violentas pela mídia. A amplitude e a diversidade, que envolveram a etnografia, evidenciaram que estes processos não se constituem de forma separada, pelo contrário, conectam-se e se fortalecem. As múltiplas entradas para abordar o tema também fizeram ressoar as misturas que envolvem a sua discussão, a infinitude de variáveis em jogo e a multiplicidade que compõe as violências.

Visualizar e tratar as violências como efeitos de redes pareceu ser a melhor forma de abordá-las, já que uma rede implica a existência de diferentes elementos, fortalece-se com a heterogeneidade e necessita de um processo constante de tradução dos interesses, das noções, dos significados.

A “violência” foi constituída como um artefato da pesquisa, que me levou a conhecer vários sentidos tomados no espaço de sua circulação. A investigação sobre redes sociotécnicas em Chapecó, nas quais se mesclam os diferentes processos acima citados, resultou no acompanhamento de diferentes coletivos, que foram constituídos tendo a “violência” como foco: Fórum Chapecoense e Catarinense pelo Fim da Violência e Exploração Sexual Infanto-Juvenil, Grupo de Estudos sobre Violência (NESVI) da Universidade Comunitária Regional de Chapecó, Centro de Atendimento Integral às Crianças e Adolescentes Vítimas de Violência e Exploração Sexual (CEVIVI), Fórum Chapecoense de Estudos e Combate à Violência (FECOV), Polícia Comunitária (PC) e Fórum Permanente pela Paz. A descrição desses coletivos possibilitou conhecer as singularidades que compõem cada qual e também detectar que as suas existências não se restringem ao espaço estudado, mas seguem um movimento mais amplo, nacional e internacional, com conexões próximas e distantes, locais e globais. Estas conexões são animadas pela circulação de categorias, noções, significados e recursos,

através de pessoas, textos, cursos, encontros, programas e leis. A categoria violência, por um lado, emerge e se fortifica com a constituição dos coletivos, mesmo diante da multiplicidade dos significados e das disputas que envolvem os processos de sua tradução. Por outro lado, ela gera força à articulação dos coletivos, pois possibilita mobilizar e atrair recursos, constituindo-se em um actante das redes compostas.

A etnografia evidenciou também os diferentes interesses que compõem os coletivos e o esforço para traduzi-los de forma a estabilizar as redes, homogeneizar discursos e atrair novos actantes, como organizações, pessoas e recursos. Destaca-se entre as estratégias de mobilização, a circulação de índices de “violência”, concebidos como caixas-pretas (portanto considerados indiscutíveis) e a circulação através da mídia de notícias, as quais divulgam eventos, denunciam práticas violentas e discutem noções, buscando visibilidade pública.

Na composição das redes destacaram-se alguns atores chaves que exerciam mais poder que os outros, ou seja, conseguiam envolver, convencer e recrutar novos atores para a rede, tornando-se porta-vozes dos coletivos. No entanto, o poder foi compreendido como consequência e não como causa, resultado da ação de uma corrente de atores, não podendo ser armazenado nem ser dado a alguém previamente. A interação face a face entre os actantes mostrou, ainda, que os mesmos são feitos de qualidades de materiais diferentes, provém de numerosos lugares e momentos, com temporalidades e ritmos diferentes, que não são visíveis ao mesmo tempo e que impõem a presença exercendo intensidades diferentes de pressão sobre os demais.

As controvérsias, as mobilizações e as desmobilizações descritas deram ênfase a aspectos importantes para os processos de estabilização, unidade e durabilidade das redes: a quantidade e a heterogeneidade dos elementos (humanos e não-humanos) que as compõem; a tradução dos diferentes interesses dos atores para interesses em comum, dinâmica que envolve disputas e negociações; a visibilidade pública; os índices estatísticos circulados para consolidar argumentos; e a articulação com os outros coletivos.

O acompanhamento da criação da Diretoria de Defesa do Cidadão deu visibilidade à forma contemporânea de governar a partir de dispositivos de segurança, que compõe o que Foucault denominou de *governamentalidade*. A gestão da “violência” no município é pensada e planejada tendo em vista: a articulação dos diferentes órgãos de segurança, a criação de um banco de dados com *informações estratégicas* sobre quem é quem no município, a vigilância de pontos mapeados como problemáticos, a proteção do cidadão e do patrimônio público e privado, a administração da circulação de pessoas e veículos no espaço urbano. No entanto, nem todos os dispositivos de segurança previstos foram implantados e a

não implantação foi justificada pela falta de recursos e indefinição do quadro político que irá governar o estado nos próximos anos. Para mobilizar recursos e pessoas foi anunciada recentemente, através da mídia, a criação de um Conselho de Segurança Pública Municipal, junto com o lançamento do Programa Tolerância Zero. A divulgação do programa foi acompanhada pela justificativa da necessidade de “dar um basta à violência em Chapecó” e pelo esforço em caracterizar a sua existência como uma exigência frente a grave situação de “violência” que assola o município, intensificando-se a prática de abordar e revistar cidadãos pelas polícias. Para mobilizar recursos, foi prevista a cobrança de uma taxa voluntária dos comerciantes e empresários para investimento nas polícias civil e militar. Devido ao limite de tempo da pesquisa não foi possível conhecer os efeitos do programa, o que será feito em outro estudo, já que se trata de uma oportunidade importante para acompanhar a formação da rede em construção, a mobilização ou não da população e de recursos, as práticas adotadas e as estratégias de legitimação frente às mesmas, a articulação ou não com os outros coletivos.

O controle e a “segurança” também foram buscados através de novas tecnologias de vigilância, como as câmeras de monitoramento eletrônico, projetadas para serem instaladas no centro da cidade. A elaboração do projeto envolveu vários actantes do espaço público e privado, a partir de diferentes interesses, mas ainda não se concretizou por não conseguir mobilizar os recursos necessários.

O estudo sobre a expansão de Empresas de Segurança Privada gerou visibilidade para o crescimento do mercado de segurança privada no município, que se alimenta do medo e insegurança relacionados às violências e oferece proteção e segurança às pessoas e aos seus patrimônios.

A gestão da “violência”, a partir das estratégias de vigilância e controle acompanhadas, evidenciou a desigualdade social presente no município, pois as regiões e pessoas são diferentemente concebidas e pensadas, basta olhar para as pessoas e os espaços que são vigiados e controlados e os que são protegidos.

A etnografia de um evento considerado violento, narrado a partir de pequenas histórias, de cenas e diálogos, tornou perceptível uma trama de redes, que disputam e fazem alianças, conectando uma diversidade de actantes que as fabricam cotidianamente. O adolescente que furta é apenas um ator de uma rede extensa, que vincula outros actantes, como os estabelecimentos direcionados para adolescentes autores de atos infracionais, as polícias, o traficante, a droga, o receptor de mercadorias roubadas, a escola, entre outros. Pode-se vislumbrar, então, a possibilidade de construção de outras redes, que possam se diferenciar e competir com a descrita. Redes que permitam conectar outros *actantes*, a partir

da construção de novos vínculos, que proporcionem possibilidades interessantes, situações novas e criativas, que afetem e coloquem os adolescentes em movimento, produzindo outros efeitos.

Seguir as categorias violência e segurança na mídia escrita de Chapecó, concebendo a mídia como uma das instâncias de subjetivação coletiva, evidenciou a fabricação de “vilões” e “heróis” nos diferentes processos de tradução. Tornou perceptível também que eventos podem ser ou não narrados e que as narrativas podem resultar em diferentes versões. Atores podem ser ou não apresentados e a apresentação pode ser feita através de caracterizações positivas ou negativas. A forma como os eventos são noticiados busca atrair aliados. Os efeitos da circulação das notícias podem ser observados tendo em vista: as redes, a partir das quais são veiculadas as notícias; os actantes nelas implicados; as alianças e as disputas presentes; e a identificação de quem ganha e quem perde com as versões *traduzidas*. As assessorias de imprensa destacaram-se nesse processo, pois circulam notícias a partir dos seus interesses e pontos de vista.

Ainda, o emprego das categorias violência e segurança, pela mídia escrita, mostrou a multiplicidade de significados implicados, havendo preferência pelas violências espetaculares sobre as violências comuns, o que gera medo e insegurança na população e abre espaço para ações de combate à violência que acabam por produzir segregações diversas.

Os indicadores acima apresentados permitem retomar o problema da pesquisa (quais são os dispositivos que possibilitam instituir a “violência”, na contemporaneidade, como uma questão constituinte e mobilizadora de coletivos na cidade de Chapecó?) e tecer algumas considerações parciais e provisórias. A questão da “violência” alimenta-se de discursos homogeneizantes e absorve diferentes significados e práticas. A composição e a divulgação na mídia de estatísticas que inscrevem práticas violentas, oficiais ou não, sustentam afirmações do crescimento da “violência”, justificam a elaboração e a aprovação de leis e programas e mobilizam a formação dos coletivos. A visibilidade pública do coletivo contribui para a sua estabilização, extensão e durabilidade. O discurso da segurança nutre-se do medo, da insegurança e do *risco* que circulam na contemporaneidade, constitui uma estratégia de acesso e manutenção do poder de governar um município, legitima práticas de vigilância e controle, atrai e mobiliza pessoas. A busca por segurança gera demanda de proteção, novas tecnologias de segurança e controle e o surgimento de empresas de segurança privada, que ao vender seus serviços, prometem evitar qualquer tipo de risco.

A visibilidade dos processos e dispositivos permite desnaturalizar a “violência” e dá margem para repensar práticas, políticas, equipamentos e estabelecimentos conectados em

suas redes. Pois a rede não é algo já dado e sim construída e mantida a partir do trabalho constante dos actantes e da tradução permanente dos diferentes interesses. Dessa forma, elementos podem ser articulados e desarticulados, fluxos podem ser estabilizados e desestabilizados.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, S. (2005) Le monopole étatique de la violence: le Brésil face a l'heritage occidental. In: PERALVA, A. et al. **Dialogues franco-brésiliens sur la violence et la démocratie**. Paris: L'Harmattan.
- ARENDT, H. (1990). **Origens do totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras.
- ARENDT, R. (2005). Rio cidade invisível. In: VILHENA, J.; CASTRO, R. V.; ZAMORA, M. H. **A cidade e as formas de viver**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República.
- ARENDT, R. & ALBUQUERQUE, F. (2003). A Psicologia Social e o Brasil. In: Yamamoto, O.; Gouveia, V. (Org.). **Construindo a Psicologia Brasileira: desafios da ciência e prática psicológica**. São Paulo: Casa do Psicólogo Livraria Editora Ltda.
- AURAS, M. (1984). **Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla**. Florianópolis: Ed. UFSC, Assembléia Legislativa; São Paulo: Cortez Editora.
- BATISTA, V. M. (2004), O medo na cidade do Rio de Janeiro. In: VILHENA, J.; CASTRO, R. V.; ZAMORA, M. H. **A cidade e as formas de viver**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República.
- BATISTELA, G. A. (1997). **Banditismo no Oeste e suas representações**. Monografia de especialização em História e Museologia. Chapecó (SC): Unochapecó.
- BAUER, M. & GUARESCHI, P. (2003). Entrevista com Martin Bauer. In: **Psicologia & Sociedade**. São Paulo: ABRAPSO, 15(1), jan./jun.
- BAUMAN, Z. (2003). **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- BEATO FILHO, C. (1994). Fontes de dados policiais em estudos criminológicos: limites e potenciais. In: CERQUEIRA, D.; LEMGRUBER, J. & MUSUMECI, L. **Fórum de Debates - Criminalidade, violência e segurança pública: uma discussão sobre as bases de dados e questões metodológicas**. Rio de Janeiro: IPEA/CESEC-UCAM.
- BECK, U. (1997). A reinvenção da política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora UNESP.

BECK, U. (2000). **A Sociedade Global de Risco**: uma discussão entre Ulrich Beck e Danilo Zolo. Tradução Selvino J. Assmann. Disponível em: <http://www.cfh.ufsc.br/~wfil/ulrich.htm>. Acesso em 20 julho de 2003.

_____ (2001). **La société du Risque. Sur la voie d'une autre modernité**. Paris: Ed. Alto Aubier.

_____ (2003). **Liberdade ou capitalismo**: Ulrich Beck conversa com Johannes Willms. São Paulo: UNESP.

BECK, U.; GIDDENS, A.; LASCH, S. (1997). **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo: Editora UNESP.

BONAMIGO, I. (1998). **Disciplina e exclusão**: processos de institucionalização das práticas de atendimento voltadas às crianças e adolescentes pobres. Chapecó (SC): Grifos.

_____ (2002). **A produção da violência na região Oeste de Santa Catarina**. Pré-projeto de tese apresentado ao PPGPS. Rio de Janeiro: UERJ.

_____ (2003). **Cotidiano e produção de subjetividade**: discursos sobre violências em Chapecó (SC). Relatório de Pesquisa. Chapecó (SC): Unochapecó.

BONAMIGO, I. & SOUZA, E. R. (2005). Práticas violentas na cidade de Chapecó (SC): uma análise de estatísticas oficiais referentes à “mortalidade por causas externas”. In: **Revista Grifos**: Dossiê gestões públicas democráticas e experimentos participativos. Nº. 18, junho de 2005, Chapecó (SC): Argos Editora Universitária.

BOUMARD, P. (1999). O lugar da etnografia nas epistemologias construtivistas. In: **Revista de Psicologia Social e Institucional - UEL**. Vol.1, nº 2, novembro. Disponível em: <http://www2.uel.br/ccb/psicologia/revista/textov1n22.htm>. Acesso em setembro 2004.

BRASIL. Lei nº. 7.102 de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 20 de junho de 1983.

BRASIL. Lei nº. 8.863 de 28 de dezembro de 1994. Altera a Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 28 de dezembro de 1994.

CALLON, M. (1986). Some elements of a sociology of translation: domestication of scallops and fishermen of St. Brieuc Bay. In: **A new sociology of knowledge?** Edit by Jonh Law. Routledge & Kegan Paul.

CALLON, M. (2004). Por uma nova abordagem da ciência, da inovação e do mercado. O papel das redes sócio-técnicas. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina.

CANO, I. (2002). A importância do microdesarmamento na prevenção da violência. In: Oliveira, N. V. (Org.). **Insegurança pública**: reflexões sobre a criminalidade e a violência urbana. São Paulo: Nova Alexandria.

CENTRO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS PSICOTRÓPICAS – CEBRID (2005). **A cocaína**. Disponível em: http://www.unifesp.br/dpsicobio/cebrid/quest_drogas/cocaina.htm#1. Acesso em outubro de 2006.

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL – CEVIVI (2000). **Projeto**. Chapecó (SC).

CENTRO DE EDUCAÇÃO REGIONAL (2005). **Histórico do CER**. Chapecó (SC).

CENTRO DE REFERÊNCIA, ESTUDOS E AÇÕES SOBRE CRIANÇAS E ADOLESCENTES - CECRIA (2006). **Quem somos**. Disponível em: <http://www.cecria.org.br>. Acesso em agosto de 2006.

CENTRO INTERNACIONAL DE INVESTIGAÇÃO PARA A PAZ (2002). **O estado da paz e a evolução da violência**. Campinas (SP): Editora da UNICAMP.

CHAPECÓ. Lei Complementar nº. 225/2005 de 16 de maio de 2005. Introduz modificações na Lei Complementar nº. 18, de 19 de fevereiro de 1993. **Legislação**. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó.

CHAPECÓ. **Indicação nº. 157/04**. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó.

CHESNAIS, J. (1981). **Histoire de la violence**: en Occident de 1800 à nos jours. Paris : Éditions Robert Laffont, SA.

CLAVES/ENSP/FIOCRUZ (2001). **Relatório morbi-mortalidade por causas violentas no Brasil, 1999**. Apostila.

COIMBRA, C. B. (2001). **Operação Rio o mito das classes perigosas**: um estudo sobre a violência urbana, a mídia impressa e os discurso de segurança pública. Rio de Janeiro: Oficina do Autor; Niterói: Intertexto.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL – CONIC. **Solidariedade e paz**: texto-Base CF – 2005 ecumênica. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

COSTA, A. T. M. (2004). **Entre a lei e a ordem**: violência e reforma nas polícias do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Editora FGV.

COSTA, C. & VIÉGAS, M. (2006). Para além da tolerância: seguindo o rumo da construção de mundos comuns. In: ARENDT, R. J. & FREIRE, L.L. **Contribuições para a pesquisa em humanas ciências**. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, no prelo.

CUKIERMAN, H. L. (2000). Eudóxia: uma viagem pela multiplicidade. In: **Arquivos Brasileiros de Psicologia**: Psicologia e construção de conhecimento na atualidade. Rio de Janeiro: Instituto de Psicologia UFRJ/Imago/CNPq, v.52, nº 3.

DALL'ACQUA, D. (2003). **O processo de mutirão na construção da base operacional da Polícia Militar do CAIC: uma experiência de trabalho comunitário.** Trabalho de conclusão de Curso. Chapecó (SC): Unochapecó.

D'ANGELIS, W. R. (1995). Para uma história dos índios do Oeste catarinense. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense: 10 anos de CEOM.** Chapecó: UNOESC.

DELEUZE, G. (1992). **Conversações.** Rio de Janeiro: Editora 34.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. (1995). **Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia, vol. 1.** Rio de Janeiro: Ed. 34.

DESPRET, V. (2001). **Ces émotions qui nous fabriquent: ethnopsychologie des émotions.** Paris: Les Empêcheurs de Penser en Rond/ Le Seuil.

DESROSIÈRES, A. **La politique des grands nombres: histoire de la raison statistique.** Paris: La Découverte / Poche

DIÓGENES, G. (1998). **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop.** São Paulo: Annablume.

DORIGON, C. (1997). **Microbacias como redes sócio-técnicas: uma abordagem a partir do enfoque do Ator-Rede.** Dissertação de mestrado. Rio de Janeiro: Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Agricultura - UFRJ.

DOSSE, F. (2003). **O império do sentido: a humanização das Ciências Humanas.** Bauru (SP): EDUSC.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (Lei nº. 8.069, de 13 de julho de 1990). Coleção Saraiva de Legislação. 8. ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva.

FALK, R.(2000). **Crack: transtornos relacionados por semelhança ou classificação.** Disponível em: <http://www.psicosite.com.br/tra/drg/crack.htm>. Acesso em 19/11/2006.

FEDERAÇÃO NACIONAL DE EMPRESAS DE SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES – FENAVIST (2006). **II Estudo do setor da segurança privada – ESSEG.** Disponível em: <http://www.fenavist.com.br>. Acesso em outubro de 2006.

FERREIRA, A. (1986). **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.

FERREIRA, A.A.L. (2002). Cruzando as redes: o empirismo radical e a teoria do ator-rede enquanto monismos pluralistas. In: **Série Documenta / Nº 12 -13.** Rio de Janeiro: EICOS - UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (1998). **Ata da reunião de lançamento do fórum regional em Chapecó, realizado no dia 11 de agosto de 1998.** Chapecó (SC).

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (1998). **Ata da instalação do Fórum realizada no dia 24 de setembro de 1998**. Chapecó (SC).

FÓRUM CHAPECOENSE DE ESTUDOS E COMBATE À VIOLÊNCIA – FECOV (2004). **Histórico das atividades do FECOV**. Chapecó (SC).

FOUCAULT, M. (1993). **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal.

_____ (1995). **Vigiar e Punir: história da violência nas prisões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____ (1996a). **As verdades e as formas jurídicas**. Rio de Janeiro: Nau Ed.

_____ (1996b). **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola.

_____ (2003). **Estratégia, poder-saber**. Coleção Ditos & Escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FOUCAULT, M.; DELEUZE, G. (1993). Os intelectuais e o poder. In: FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal.

GARCIA, A. (1989). **O Sul: caminho do roçado: estratégias de reprodução camponesa e transformação social**. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília;; MCT-CNPq.

GARCIA, A. & PALMEIRA, M. (2001). Rastros de casas-grandes e de senzalas: transformações sociais In: SACHS, I; WILLEIM, J.; PINHEIRO, P. **Brasil: um século de transformações**. São Paulo: Companhia das Letras.

GOULART, M. (2003). **O Conselho Tutelar de Chapecó e a sua doutrina de proteção integral**. Trabalho de Conclusão de Curso. Chapecó (SC): Unochapecó.

GUATTARI, F. (1992). **Caosmose: um novo paradigma estético**. São Paulo: Ed. 34.

GUATTARI, F. & ROLNIK, S. (1993). **Micropolíticas: cartografias do desejo**. Petrópolis (RJ): Vozes.

GUIVANT, J. S. (2002). **Sustentabilidade e métodos participativos: os riscos dos pressupostos realistas**. Trabalho apresentado no Congresso Mundial da International Sociological Association, Brisbane, Austrália, realizado entre 8-13 de julho de 2002.

HASS, M. (1999). **O Linchamento que muitos querem esquecer**. Chapecó, 1950-1956. Chapecó (SC): Editora Grifos.

HERNÁNDEZ, A. A. (2003). La sociología de las ciencias y de las técnicas de Michel Callon y Bruno Latour. In: LEDESMA, J. O.; MARTÍNEZ, E. P. e HENÁNDEZ, A. A. **Un debate abierto. Escuelas y corrientes sobre la tecnología**. México: Universidad Autónoma Chapingo/ Centro de Investigaciones Económicas, Sociales y Tecnológicas de la Agroindustria y la Agricultura Mundial.

ÍNDICE FUNDAMENTAL DO DIREITO (2007). Disponível em:
http://www.dji.com.br/diversos/indexp_3-refer.htm. Acesso fevereiro de 2007.

JESUS, D. (2004). **Código Penal anotado**. São Paulo: Saraiva.

JOHNSON, A. G. (1997). **Dicionário de sociologia**: guia prático da linguagem sociológica. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

JORNAL N. 1 DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (1998). Chapecó (SC): Fórum Catarinense pelo fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil.

KASTRUP, V. (1999). **A invenção de si e do mundo**: uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição. Campinas (SP): Papyrus.

_____ (2004). A rede: uma figura empírica da ontologia do presente. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina.

LATOUR, B. (1986). The powers of association. In: LAW, J. (Ed.) **Power, action and belief**: a new sociology of knowledge? London, Boston and Henley, Routledge and Kegan Paul.

_____ (1992). Give me a laboratory and I will rise a world. In: Knorr, K. & MulKay, M. (eds). **Science observed**. Londres: Sage Publications.

_____ (1993). An interview with B. Latour (Crawford, T. H.) **Configurations**. The John Hopkins University Press.

_____ (1994). **Jamais fomos modernos**. Rio de Janeiro: Editora 34.

_____ (1995). Os objetos têm história? Encontro de Pasteur com Whitehead num banho de ácido láctico. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, II (1), mar-jun.

_____ (1996) On actor-network theory: a few clarifications. In: **Soziales**, Welt 47, n. 4367.

_____ (2000a). **Ciência em ação**: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora. São Paulo: Editora UNESP.

_____ (2000b). Fractures/fractures. De la notion de réseaux à celle d'attachement. In : MICOUD, A. ET PERONI, M. **Ce qui nous relie**. La Tour d'Aigues, Editions de l'Aube, p. 189-298.

_____ (2001). **A esperança de Pandora**. Bauru: EDUSC.

_____ (2003). The promises of constructivism. In: Don Ihde (editor) **Chasing technology**: Matrix of Materiality. Indiana Series for the Philosophy of Science, Indiana University Press.

LATOUR, B. (2004a). **Políticas da natureza**: como fazer ciência na democracia. Bauru (SP): EDUSC.

_____ (2004b). Redes que a razão desconhece: laboratórios, bibliotecas, coleções. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina.

_____ (2006). **Changer de société. Refaire de la sociologie**. Paris: La Découverte,

LATOUR, B. & HERMANT, E. (1998). **Paris ville invisible**. Paris: Les Empêcheurs de Penser em Rond/La Découverte.

LATOUR, B.; SCHWARTZ, C. e CHARVOLIN, F. (1998). Crises dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAUJO, H.R. **Tecnociência e cultura**. São Paulo: Estação Liberdade.

LATOUR, B. & WOOLGAR, B. (1997). **A vida de laboratório**: a produção dos fatos científicos. Rio de Janeiro: Relume Dumará.

LAW, J. (1992) **Notas sobre a teoria do ator-rede**: ordenamento, estratégia e heterogeneidade. Tradução Fernando Manso. In: site www.necso.ufrj.br. Acesso julho de 2004.

_____ (1994). **Organizing modernity**. Oxford: Blackwell.

_____ (1999). **Traduction/Trahison**: Notes on ANT. In: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Traduction/Trahison.pdf>. Center for Science Studies, Lancaster University, Lancaster LA14YN, at. Acesso em janeiro 2006.

_____ (2002). **Aircraft Stories - Decentering the object in technoscience**. London: Duke University Press.

LEAL, M. L. P. (2006). **As ONGs no enfrentamento da exploração, abuso sexual e maus tratos de crianças adolescentes - pós 1993**. Disponível em: <http://www.cecria.org.br>. Acesso em agosto de 2006.

MACHADO, E. (2001). **Da nascente viva, a agonia da sanga**: São Pedro versus Mata Ciliar. Monografia de Pesquisa. Chapecó (SC): Unochapecó.

MACHADO, J. (1998). **A Organização popular e o Serviço Social**: um estudo realizado na região do Bairro São Pedro. Trabalho de Conclusão de Curso. Chapecó (SC): Unochapecó.

MACRAE, E. & SIMÕES, J. (2000). **Rodas de fumo**: o uso da maconha entre camadas médias urbanas. Salvador: EDUFBA/CETAD/UFBA.

MAFFESOLI, M. (1987). **Dinâmica da violência**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Edições Vértice.

_____ (1993). Os imaginários do social. In: **Psicologia e Práticas Sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, v.1, nº 3.

MAFFESOLI, M. (2001). **A violência totalitária: ensaios de antropologia política**. Porto Alegre: Sulina.

_____ (2003). **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. São Paulo: Zouk.

MALAQUIAS, J.; REIS, A. C.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. (2002). Mortalidade por acidentes de transportes no Brasil, 1999. In: **Boletim nº 05 - Julho de 2002**. Rio de Janeiro: CLAVES/ENSP/FIOCRUZ (Boletim epidêmico).

MELLO JORGE, M.H.P. e GOTLIEB, M.H.P. (2000). **As condições de saúde no Brasil: retrospecto de 1979 a 1995**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ.

MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. & ASSIS, S. G. (1990). **Bibliografia comentada da produção intelectual sobre violência no Brasil, até 1990**. Rio de Janeiro: Panorama/ENSP.

MINAYO, M. C. e SOUZA, E. R. (1993). Violência para todos. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Escola Nacional de Saúde Pública, v. 9, n. 1, jan-mar.

MINAYO, M. C. S. et al (2003). Tendências da produção científica brasileira sobre violência e acidentes na década de 90. In: MINAYO, M. C. S. e SOUZA, E. R. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Fiocruz.

MICHAUD, Y. (1989). **A violência**. São Paulo: Editora Ática.

MISSE, M. (1997). Cidadania e criminalização no Brasil: o problema da contabilidade oficial do crime. In: MISSE, M. (org.). **O crime violento no Rio: o problema das fontes**. Rio de Janeiro, IFCS, Série Iniciação Científica, n. 9.

_____ (1999). **Malandros, marginais e vagabundos & A acumulação social da violência no Rio de Janeiro**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IFCS-UFRJ.

MISSE, M. (2006). **Crime e violência no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Lúmen Júris.

MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ / PASTORAL DO MENOR (2004). **Projeto Político Pedagógico do Programa de Liberdade Assistida Comunitária**. Chapecó (SC), 2004

MORAES, M. (1998). **Uma psicologia em ação**. Tese de Doutorado. São Paulo: PUC-São Paulo.

_____ (2002). Rede e singularidade das ciências: sobre a noção de rede e a singularidade das ciências. In: **Série Documenta / Nº 12 -13**. Rio de Janeiro: EICOS - UFRJ - Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

_____ (2004a). Alianças para uma psicologia em ação: sobre a noção de rede. In: MORAES et al. **XII Encontro Nacional da ABRAPSO**. Mimeo.

MORAES, M. (2004b). A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: **Revista História, Ciências, Saúde**. Vol. II, maio-ago. Mangueiras (RJ).

MOVIMENTO PSICANALÍTICO DE CHAPECÓ. Resultados do I Simpósio Regional sobre a violência. In: **Jornal do Movimento Psicanalítico de Chapecó**, março de 2001.

MURDOCH, J. (1994). **Weaving the seamless web**: a consideration of network analysis and its potential application to the study of the rural economy. University of Newcastle Upon Tyne. February 1994.

NEVES, P. (2005). Qual polícia para qual sociedade? O Policiamento Comunitário em Sergipe. **Caderno CRH**. Salvador: Universidade Federal da Bahia / Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas / Centro de Recursos Humanos, v. 18, n. 45.

NJAINE, K.; SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. e ASSIS, S. G (1997). A produção da (des)informação sobre violência: análise de uma prática discriminatória. In: **Cadernos de Saúde Pública**, volume 13, número 3, julho/setembro.

PAIM, E. A. (1997). **Fala professor(a)**: o ensino de história em Chapecó 1970-1990. Chapecó: Grifos.

PALÁCIOS, M. (1994). O Programa Forte da Sociologia do conhecimento e o princípio da causalidade. In: PORTOCARRERO, V. (org.). **Filosofia, história e sociologia das ciências I**: abordagens contemporâneas. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 1994.

PARENTE, A. (2004). Enredando o pensamento: redes de transformação e subjetividade. In: PARENTE, A. (org.). **Tramas da rede**. Porto Alegre: Sulina.

PEDRO, R. (2005). Tecnologias de vigilância: um estudo psicossocial a partir da análise de controvérsias. In: **XXIX Encontro Anual da ANPOCS**, 25 a 29 de outubro de 2005.

PEDRO, R. & CHEVITARESE, L. (2003). A questão da liberdade na sociedade tecnológica, por uma alegoria de Kafka a Dick. In: **27º Encontro anual da ANPOCS**, CD-ROM.

PELBART, P. P. & COSTA, R. (2003). Apresentação. In: **Cadernos de subjetividade 2003**. São Paulo: Editora Hucitec / EDUC.

PIAZZA, W. F. & HUBENER, L. M (1983). **Santa Catarina, história da gente**. Florianópolis: Lunardelli.

PIT, M. (2003). **A medida sócio-educativa de prestação de serviço à comunidade e seus efeitos sobre os adolescentes em conflito com a lei**. Trabalho de Conclusão de Curso. Chapecó (SC): UNOCHAPECÓ.

PLANO NACIONAL DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTO-JUVENIL (2002). Brasília: Ministério da Justiça/ Secretaria de Estado dos Direitos Humanos/ Departamento da Criança e do Adolescente. Disponível no site www.mj.gov.br. Acesso em agosto de 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (2003). **Política de Assistência Social e Habitação**: desigualdade se combate com direitos. Chapecó (SC): Secretaria de Assistência Social e Habitação / Prefeitura Municipal de Chapecó.

PROGRAMA SENTINELA (2001). Brasília: Governo Federal.

RAUTER, C.; PASSOS, E.; BENEVIDES, R. (org) (2002). **Clínica e política**: subjetividade e violação dos Direitos Humanos. Rio de Janeiro: Instituto Franco Basaglia/Editora TeCorá. Equipe Clínico-Grupal, Grupo Tortura Nunca Mais – RJ.

RENK, A. (1995). A colonização do Oeste catarinense: as representações. In: CENTRO DE ORGANIZAÇÃO DA MEMÓRIA SÓCIO-CULTURAL DO OESTE. **Para uma história do Oeste catarinense**: 10 anos de CEOM. Chapecó: UNOESC.

_____ (1997). **A luta da erva**: um ofício étnico no Oeste catarinense. Chapecó: Grifos.

_____ (2000). **Dicionário nada convencional**: sobre a exclusão no Oeste Catarinense. Chapecó (SC): Grifos.

_____ (2004). **Narrativas da diferença**. Chapecó (SC): Argos editora universitária.

RONDELLI, E. (1997). Mídia e violência: ação testemunhal, práticas discursivas, sentidos sociais e alteridade. In: **Comunicação e Política**. Centro Brasileiro de Estudos Latino-Americanos.

SENTO-SÉ, J. (2003). Violência, medo e mídia. Notas para um programa de pesquisa. In: **Comum**. Rio de Janeiro: Faculdades Integradas Hélio Alonso.

SERRES, M. (s/d). **Comunicação**. Portugal: Rés Editora.

SHAPIN, S. (1998). **The scientific revolution**. Chicago: The University of Chicago Press.

I SIMPÓSIO REGIONAL SOBRE A VIOLÊNCIA (2000). **Carta aberta de Chapecó**. Chapecó (SC).

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA – SINDESP (2006). **Combate a clandestinidade**: entidades se unem para combater segurança clandestina. Disponível em: <http://www.sindesp-sc.org.br>. Acesso em setembro de 2006.

SKOLNICK, J. H & BAYLEY, D. (2002). **Policiamento Comunitário**. São Paulo: Edusp.

SOARES, L. E. (2002). O enigma de Nova York. In: OLIVEIRA, N. V. (org.). **Insegurança Pública**. São Paulo: Nova Alexandria.

SOUZA, E.R. (1993). Violência velada e revelada: estudo epidemiológico da mortalidade por causas externas em Duque de Caxias, Rio de Janeiro. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Escola Nacional de Saúde Pública, v. 9, n. 1, jan-mar.

SOUZA, E.R. (2002). Processos, sistemas e métodos de informação em acidentes e violências no âmbito da Saúde Pública. In: MINAYO, C. e DESLANDES, S. F. **Caminhos do pensamento**: epistemologia e método. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. et al. (2003). Análise temporal da mortalidade por causas externas no Brasil: décadas de 80 e 90. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. et al. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. et al. (2003). Análise da morbidade hospitalar por lesões e envenenamentos no Brasil em 2000. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. et al. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SOUZA, E. R.; XIMENES, L. F. et al. (2003). Avanços do conhecimento sobre causas externas no Brasil e no mundo: enfoque quanti e qualitativo. In: MINAYO, M.C.S.; SOUZA, E.R. et al. **Violência sob o olhar da saúde: a infrapolítica da contemporaneidade brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz.

SZPACENKOPF, M. (2004). O Olhar da mídia e a violência. In: **Revista Rio de Janeiro** n°. 12, jan-abril 2004. Violência percepções e propostas de intervenção. Niterói: EDUFF; Rio de Janeiro: UERJ/IPP/Forum-Rio.

TOMASINI, L. (1999). **A pesquisa como instrumento de conhecimento para a intervenção do serviço social: um estudo da Região do Bairro São Pedro**. Trabalho de Conclusão de Curso. Chapecó (SC): Unochapecó.

TSALLIS, A.C. (2005). **Entre Terapeutas e Palhaços: a recalcitrância em ação**. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: UERJ, Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social.

TURATO, E. R. (2003). **Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas da saúde e humanas**. Petrópolis (RJ): Vozes.

VELHO, G. (1996). Violência, reciprocidade e desigualdade. In: VELHO, G. e ALVITO, M. **Cidadania e violência**. Rio de Janeiro: UFRJ/FGV.

VOLPI, M. (1999). **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez.

WAISELFISZ, J. (2000). **Mapa da violência II: os jovens do Brasil**. Brasília: UNESCO.

_____ (2006). **Mapa da violência 2006: os jovens do Brasil**. Brasília: Organização dos Estados Ibero-Americanos para a Educação, a Ciência e a Cultura (OEI).

WERLANG, A. A. (2006). **Disputas e ocupação no Oeste catarinense**. Chapecó (SC): Argos editora universitária.

WIEVIORKA, M. (2004). **La violence: voix et regards**. Paris: Éditions Balland.

WILKINSON, J. (2004). **Redes, convenções e economia política: de atrito à convivência**. *Paper* apresentado no XXVIII Encontro Anual da ANPOCS.

XIMENES, L. F.; REIS, A. C.; SOUZA, E. R.; MALAQUIAS, J.; MINAYO, M. C.; NJAINE, K. (2003). Qualidade dos dados sobre mortalidade por causas externas na década de 90. In: **Boletim nº. 9 - Jan/jul de 2003**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ/CLAVES.

ANEXO 1

LISTA DE DOCUMENTOS COLETADOS DURANTE A PESQUISA¹⁶⁹

BRASIL. Lei nº. 7.102 de 20 de junho de 1983. Dispõe sobre segurança para estabelecimentos financeiros, estabelece normas para constituição e funcionamento das empresas particulares. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 20 de junho de 1983.

BRASIL. Lei nº. 8.863 de 28 de dezembro de 1994. Altera a Lei nº. 7.102, de 20 de junho de 1983. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília: 28 de dezembro de 1994.

CENTRO DE ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS CRIANÇAS E ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL – CEVIVI (2000). **Projeto**. Chapecó (SC).

CENTRO DE EDUCAÇÃO REGIONAL (2005). **Histórico do CER**. Chapecó (SC).

CHAPECÓ. Lei Complementar nº. 225/2005 de 16 de maio de 2005. Introduce modificações na Lei Complementar nº. 18, de 19 de fevereiro de 1993. **Legislação**. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó.

CHAPECÓ. **Indicação nº. 157/04**. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó.

CHAPECÓ. Projeto de Lei nº. 40/97 que determina o cadastramento de todas as casas noturnas, motéis e similares. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó, 1997.

CHAPECÓ. Projeto de Lei nº. 41/97 que estabelece penalidade aos estabelecimentos que abrigarem crianças e adolescentes desacompanhados dos pais ou responsáveis. Chapecó (SC): Câmara Municipal de Chapecó, 1997.

CONSELHO NACIONAL DE IGREJAS CRISTÃS DO BRASIL – CONIC. **Solidariedade e paz**: texto-Base CF – 2005 ecumênica. São Paulo: Editora Salesiana, 2005.

CNBB / PASTORAL DO MENOR. **Projeto Político da Pastoral do Menor**. Criciúma (SC), 1999.

¹⁶⁹ Alguns documentos não puderam ser relacionados, pois contém informações que poderiam identificar pessoas que possibilitaram o seu acesso, mediante sigilo, e/ou participaram da pesquisa.

DALL'ACQUA, D. (2003). **O processo de mutirão na construção da base operacional da Polícia Militar do CAIC: uma experiência de trabalho comunitário.** Trabalho de conclusão de Curso. Chapecó (SC): Unochapecó.

ENCONTRO DE PLANEJAMENTO E ENCAMINHAMENTOS DAS PROPOSTAS APROVADAS NA JORNADA DE COMBATE A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO JUVENIL. **Propostas aprovadas na plenária final.** Chapecó, 16 de maio de 1998.

FÓRUM CHAPECOENSE DE ESTUDOS E COMBATE À VIOLÊNCIA – FECOV. **Histórico das atividades do FECOV.** Chapecó (SC): FECOV, maio de 2004.

FÓRUM CHAPECOENSE DE ESTUDOS E COMBATE À VIOLÊNCIA – FECOV. **Cartilha dos direitos do cidadão quanto à segurança pública.** Chapecó, [200-].

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. **Ata da reunião de lançamento do fórum regional em Chapecó, realizado no dia 11 de agosto de 1998.** Chapecó, 1998.

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. **Ata da instalação do Fórum realizada no dia 24 de setembro de 1998.** Chapecó (SC), 1998.

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. **Regimento Interno.** Chapecó, s/d.

FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. **Relatório do Encontro Regional do Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil realizado no dia 05 de agosto de 1999 na Câmara de Vereadores.** Chapecó, 1999.

JORNAL N. 1 DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. Chapecó (SC): Fórum Catarinense pelo fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, julho/Agosto de 1998

JORNAL N. 2 DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL (1998). Chapecó (SC): Fórum Catarinense pelo fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, setembro/Outubro de 1998.

MAPA DA INSTALAÇÃO DAS CÂMERAS DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO.

MINISTÉRIO PÚBLICO DE SANTA CATARINA. **APOMT - Aviso por maus-tratos contra Criança ou adolescente.** Programa. Florianópolis, outubro de 2004. Disponível em <http://portalmpsc.mp.gov.br>. Acesso em junho de 2005.

MITRA DIOCESANA DE CHAPECÓ / PASTORAL DO MENOR. **Projeto Político Pedagógico do Programa de Liberdade Assistida Comunitária.** Chapecó, agosto de 2004.

POLÍCIA CIVIL. **Relatório estatístico de ocorrências da Polícia Civil (1999 a 2003).** Chapecó: Delegacia Regional, julho de 2004.

POLÍCIA MILITAR. **Relatório estatístico de ocorrências de 2000 a 2003**. Chapecó: Segundo Batalhão da Polícia Militar, julho de 2004.

POLÍCIA FEDERAL. **Relação de empresas especializadas em segurança privada autorizadas a funcionar em Santa Catarina**. Chapecó: Delegacia de Chapecó, 2006.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (2003). **Política de Assistência Social e Habitação: desigualdade se combate com direitos**. Chapecó (SC): Secretaria de Assistência Social e Habitação / Prefeitura Municipal de Chapecó.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPECÓ (2005). **Relação de empresas de segurança privada registradas na Prefeitura Municipal de Chapecó**. Chapecó: Prefeitura Municipal de Chapecó, maio de 2005.

SEMINÁRIO REGIONAL DO FÓRUM CATARINENSE PELO FIM DA VIOLÊNCIA E DA EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL. **Palestra do Dr. Gercino Gérson Gomes Neto realizada no dia 05 de agosto de 1999 na Câmara de Vereadores da cidade de Chapecó**. Chapecó: Fórum Catarinense pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual Infanto-Juvenil, 1999.

I SIMPÓSIO REGIONAL SOBRE VIOLÊNCIA. **Violência: sintoma social?** Discursos realizados durante o I Simpósio Regional sobre Violência. Chapecó: MPC, SECOV, 2000.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE SEGURANÇA PRIVADA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (SINDESP-SC). **Relação de empresas associadas**. Disponível em: <http://www.sindesp-sc.org.br>. Acesso em setembro de 2006.

ZIRALDO. **Manual do sortudo: como diminuir o risco de assalto**. Governo do Estado de Santa Catarina: Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, [19--].

ANEXO 2

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Entrevista

Prezado (a) participante:

Sou aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ e estou realizando a minha tese de doutoramento, sob a orientação do Prof. Dr. Ronald João Jacques Arendt, cujo título é: "A produção de violências na cidade de Chapecó" e cujo objetivo é descrever e analisar como a violência é produzida no município de Chapecó, os dispositivos que a tornam uma questão com força para constituir e mobilizar pessoas, grupos e instituições para o seu estudo, o seu combate, a sua divulgação, proteção frente à mesma, atendimento às suas vítimas e atendimento ou punição a seus agentes.

Sua participação envolve uma entrevista, que será gravada se assim você permitir, e que tem a duração aproximada de 1 hora.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, assim como de solicitar qualquer esclarecimento, mesmo depois da pesquisa.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores fone (0xx49) 3323XXXX e (0xx21) 2567XXXX ou pela instituição responsável – PPGPS-UERJ fone (0xx21) 25877304.

Atenciosamente,

Irme Salete Bonamigo
Matrícula: DO312481

Local e data

Ronald João Jacques Arendt
Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Observação participante

Prezado (a) participante: _____

Sou aluna de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ e estou realizando a minha tese de doutoramento, sob a orientação do Prof. Dr. Ronald João Jacques Arendt, cujo título é: "A produção de violências na cidade de Chapecó" e cujo objetivo é descrever e analisar como a violência é produzida no município de Chapecó, os dispositivos que a tornam uma questão com força para constituir e mobilizar pessoas, grupos e instituições para o seu estudo, o seu combate, a sua divulgação, proteção frente à mesma, atendimento às suas vítimas e atendimento ou punição a seus agentes.

Sua participação envolve deixar-me acompanhar a atividade _____, que será registrada em um diário de campo, se assim você permitir.

A participação nesse estudo é voluntária e se você decidir não participar ou quiser desistir de continuar em qualquer momento, tem absoluta liberdade de fazê-lo, assim como de solicitar qualquer esclarecimento, mesmo depois da pesquisa.

Na publicação dos resultados desta pesquisa, sua identidade será mantida no mais rigoroso sigilo. Serão omitidas todas as informações que permitam identificá-lo (a).

Mesmo não tendo benefícios diretos em participar, indiretamente você estará contribuindo para a compreensão do fenômeno estudado e para a produção de conhecimento científico.

Quaisquer dúvidas relativas à pesquisa poderão ser esclarecidas pelos pesquisadores, fone (0xx49) 3323XXXX e (0xx21) 2567XXXX ou pela instituição responsável – PPGPS-UERJ fone (0xx21)25877304.

Atenciosamente,

Irme Salete Bonamigo
Matrícula: DO312481

Local e data

Ronald João Jacques Arendt
Matrícula:

Consinto em participar deste estudo e declaro ter recebido uma cópia deste termo de consentimento.

Nome e assinatura do participante

Local e data

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)